



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

MONIQUE SOARES VIEIRA

**ROMPENDO O SILÊNCIO: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL NO ÂMBITO DOS CREAS TOCANTINENSES**

Porto Alegre
2015

MONIQUE SOARES VIEIRA

**ROMPENDO O SILÊNCIO: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL NO ÂMBITO DOS CREAS TOCANTINENSES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V658r Vieira, Monique Soares
Rompendo o silêncio: o enfrentamento da violência sexual
infanto-juvenil no âmbito dos CREAS tocantinenses / Monique
Soares Vieira. – Porto Alegre, 2015.
250 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Grossi

1. Serviço Social - Tocantins. 2. Política de Assistência Social.
3. Violência Sexual – Crianças. 4. Violência Sexual – Adolescentes. 5.
Proteção Social. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

CDD 362.71

MONIQUE SOARES VIEIRA

**ROMPENDO O SILÊNCIO: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL NO ÂMBITO DOS CREAS TOCANTINENSES**

Tese de Doutorado defendida como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 13 de agosto de 2015.

Banca Examinadora:

Profª Drª Patrícia Krieger Grossi (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Profª. Drª Maria Isabel Barros Bellini (Arguidora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Profª. Drª Maria Regina Fay de Azambuja (Arguidora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Profª. Drª. Dorian Mônica Arpini (Arguidora)
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Porto Alegre
2015

Dedico às reflexões desta tese aos/as trabalhadores/as sociais da região Norte do Brasil, em especial, do Estado do Tocantins, que buscam em suas intervenções cotidianas a defesa dos direitos das crianças e adolescentes sexualmente vitimizados. Que suas lutas diárias não sucumbam mediante as adversidades que permeiam o atual desenho das políticas sociais brasileiras, mas que frutifiquem-se em ações comprometidas ética e politicamente na construção de uma cultura de não- violência e de proteção à infância e a adolescência.

AGRADECIMENTOS

Ao findar o processo de escrita desta tese tecer os agradecimentos suscita refletir e sentir novamente as emoções que interpelaram o meu caminho, possibilitando-me agradecer a todos (as) que estiveram na dialética *longe e perto*, contribuindo para que a presente tese fosse uma realidade concreta.

Primeiramente expresso meus agradecimentos à *Deus* que me deu força, sabedoria e perseverança para superar os incontáveis obstáculos que se interpuseram na minha caminhada até o presente momento. Deus, muito obrigada por tais provações, pois elas fortaleceram-me e frutificaram-se em coragem e determinação.

Não poderia esquecer uma pessoa querida e especial que há alguns bons anos vem acompanhando minhas aflições e angústias, mas sempre com palavras de apoio e, sobretudo, com um abraço tão acolhedor que sinto que subo aos céus, caminho nas nuvens e regozijo no amor. À você meu amor, amigo, esposo e “companheirinho” *Márcio*, meus eternos agradecimentos pela sua paciência e carinho que tanto me acalentaram com o seu “jeitinho peculiar”.

Nada disso seria possível sem essa mulher guerreira, que é mais do que minha mãe, é meu exemplo de vida, que um dia Deus me permita ser um terço da pessoa maravilhosa que és. À você minha querida mãe *Maria Nelci* meus agradecimentos e minha eterna admiração.

Gostaria de expressar meus imensos e sinceros agradecimentos à minha querida orientadora *Patrícia Krieger Grossi*, que com sua sabedoria e generosidade desperta-me a cada momento o prazer pela pesquisa. Mais do que orientadora, ela é uma mestra, uma pessoa admirável e uma pesquisadora e docente de imensurável competência.

Meus agradecimentos às Professoras *Maria Regina Fay de Azambuja*, *Dorian Mônica Arpini* e *Maria Isabel Bellini*, pelas ricas e profícuas contribuições à minha tese e por dedicarem seu tempo à leitura e a análise de minhas reflexões.

Agradeço novamente a Deus por ter colocado em minha vida uma colega, que se transformou em amiga e agora é minha irmã de coração, à você *Renata Gomes da Costa*, os meus infinitos agradecimentos, pelo companheirismo, pelas palavras de apoio e carinho, e mesmo estando longe, esteve perto, auxiliando-me

nesse processo. A você minha querida amiga-irmã a minha gratidão e que nossa amizade perdure por toda nossa vida superando a distância.

Agradeço as minhas queridas bolsistas *Ariolene Mendes, Maisa Carvalho, Alana Alves, Dayelle Castanheira, Andreia Andrade, Aline Sampaio, Andreane Dias, Rosiane Correia e Sabrina Fontenelle*, que auxiliaram-me durante o processo de coleta de dados. À vocês queridas meu eterno muito obrigada pelas horas dedicadas a ajudarem a concretizar essa tese.

Aos/as profissionais e coordenadores/as dos CREAS tocantinenses e as famílias que participaram desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos. A participação de vocês fora imprescindível para o enriquecimento das reflexões desta tese e para nos aproximarmos na militância política em defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Aos meus queridos amigos Célia e João Albiero que com sua amizade e alegria auxiliaram-me a finalizar esse trabalho. Os divertidos finais de semana e, principalmente, a cumplicidade e companheirismo de vocês serão lembranças que levarei comigo para sempre em minha vida. Agradeço muito por tê-los como amigos.

Aos/as colegas de doutorado da PUCRS que me possibilitaram verdadeiros momentos de alegria, descontração e troca de experiências.

Agradeço à Professora *Maria Celva Aquino* que me acompanha desde a Graduação, passando pelo Mestrado e agora no Doutorado. Muito obrigada pelas suas valiosas correções gramaticais e ortográficas que enriqueceram minha tese.

Agradeço aos *Professores e Professoras* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS que enriqueceram minha trajetória acadêmica ensinando-me que o “caminho se faz caminhando”. Enfim, agradeço a *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* pela bolsa que possibilitou meus estudos de doutoramento.

*“Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis”.*

Bertold Brecht

RESUMO

A presente tese de doutorado tem como mote analisar a partir da realidade do Estado do Tocantins, como a Política de Assistência Social, por meio das ações dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), vem se configurando para a promoção dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual. Nesse sentido, a pesquisa buscou primordialmente contribuir para a produção de conhecimentos acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes no Tocantins, uma vez que não há pesquisas e estudos significativos sobre essa temática no Estado. Os objetivos específicos buscaram identificar as particularidades da violência sexual; desvendar como as equipes dos CREAS vêm atuando no âmbito interdisciplinar para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e suas famílias; analisar como a Política de Assistência Social vem buscando materializar a intersetorialidade para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e investigar de que forma vem sendo garantida a proteção aos direitos e o acesso aos serviços de média complexidade às crianças, adolescentes e famílias residentes nas áreas rurais ou de difícil acesso dos municípios. Tendo em vista os objetivos propostos nesta investigação, o tipo de pesquisa utilizada foi a de enfoque qualitativo, em que se buscou apreender tais aspectos da realidade: as particularidades da violência sexual, a percepção dos sujeitos acerca do fenômeno, os desafios e possibilidades para a efetivação da integralidade do atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Para a coleta de dados, realizaram-se 17 entrevistas com famílias, profissionais e coordenadores/as do CREAS além da análise documental de 40 prontuários de atendimento dos CREAS. Para analisar os dados coletados na pesquisa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo e pelo método de Sistematização da Prática. A análise dos dados permitiu apreender que a construção da integralidade do atendimento às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual requer um movimento que promova o rompimento com respostas revitimizantes. Os relatos dos sujeitos revelam a presença de valores calcados em uma cultura baseada na desigualdade socioeconômica, étnico-racial, de gênero e geração, asseverando assim a presença da simetria entre relações desiguais e reprodução da violência sexual. Desse modo, a análise dos dados confirma a tese de que a interdisciplinaridade e intersetorialidade são elementos que corroboram para a efetivação de processos interventivos integralizados ao possibilitar ao CREAS e a rede de proteção superar ações fragmentadas, superficiais e imediatistas.

Palavras-Chave: Violência Sexual. Criança e Adolescente. Política de Assistência Social. Interdisciplinaridade. Intersetorialidade.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to analyze from the State of Tocantins reality, as the Social Assistance Policy's, through the actions of Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS), has been setting for the promotion of the rights of children, adolescents and their families in situations of sexual violence. In this sense, the research sought mainly to contribute to the production of knowledge about sexual violence against children and adolescents in Tocantins, since there is no significant research and studies on this subject in the State. The specific objectives sought to identify characteristics of sexual violence; unravel how teams of CREAS has been acting in the interdisciplinary framework to guarantee the rights of children and adolescents and their families; analyze how the Social Assistance Policy's has sought to materialize the intersectoral approach to confronting sexual violence against children and adolescents and investigate how has been guaranteed the protection of rights and access to the medium complexity services to children, adolescents and families living in rural or to access difficult the municipalities. In view of the objectives proposed in this research, the kind of research used was the qualitative approach, in which they sought to apprehend these aspects of reality: the particularities of sexual violence, the perception of the subjects about the phenomenon, challenges and possibilities for realization of completeness of care for children and adolescents in situations of sexual violence. To collect data, there were 17 interviews with families, professionals and coordinators of CREAS beyond the desk review of 40 medical records of attendance of CREAS. To analyze the data collected in the survey, we opted for the content analysis technique and the systematization method of Practice. Data analysis allowed to grasp that construction of comprehensiveness of care to children, adolescents and families in situation of sexual violence requires a movement that promotes the break with revictimization of answers. The reports of the subjects reveal the presence of subscribers values in a culture based on socioeconomic inequality, ethnic-racial, gender and generation, thus asserting the presence of symmetry between unequal relations and reproduction of sexual violence. Thus, the analysis of the data confirms the thesis that the interdisciplinary and intersectoral approach are elements that support for the effectiveness of integrality of interventional processes to enable the CREAS and the protection network overcome fragmented actions, superficial and immediate.

Key Words: Sexual Violence. Child and Teenager. Social Assistance Policy's. Interdisciplinarity. Intersectoriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Caminho Metodológico da Tese	47
Figura 2 – Mapa do Tocantins (Localização no Brasil, Regiões e Municípios da amostra)	51
Figura 3 – Gráfico da população de crianças e adolescentes que vivem em condições precárias nas Grandes Regiões – Brasil 1999-2009	55
Figura 4 – Mapa do Índice de Vulnerabilidade à Escravidão	94
Figura 5 – Organograma das Relações Familiares Protetoras e Não-Protetoras	146
Figura 6 – O Processo de Mediação Teórico-Prática nas Ações Interventivas do CREAS.....	168
Figura 7 – O Enfrentamento à Violência Sexual no CREAS	179
Figura 8 – Fluxo de Atendimento as Crianças, Adolescentes e Famílias no PAEFI ...	181
Figura 9 – Ações da Rede de Proteção	212
Figura 10 – Roda de Poder, Controle e Sedução.....	219
Figura 11 – Roda da Integralidade e do Atendimento Não Revitimizante	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Municípios que participaram da pesquisa	50
Quadro 2 - Sujeitos que participaram da pesquisa.....	50
Quadro 3 - Pobreza e Desigualdades Regionais / Geografia de Rotas	59
Quadro 4 – Rodovias Federais com maior número de pontos mapeados	60
Quadro 5 - Síntese da percepção dos/as coordenadores (as) e profissionais do CREAS sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVS – Autores/as de Violência Sexual

CAPES – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DECA – Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente

DISQUE 100 – Disque Denúncia Nacional Direitos Humanos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MSP – Método de Sistematização da Prática

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNC - Política Nacional de Capacitação do SUAS

PNVS – Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Tocantins

SETAS - Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SINAN – Sistema de Informações e Agravos de Notificações

SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TFG – Trabalho Final de Graduação

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	29
2.1 O Método Dialético-Crítico	31
2.2 As Categorias Explicativas da Realidade	37
2.3 Tipo de Pesquisa	43
2.4 O Processo da Pesquisa.....	45
2.5 Os Sujeitos da Pesquisa	48
2.6 As Particularidades da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente no Tocantins: Aproximações com o Objeto de Estudo	54
2.7 Técnicas e Instrumentos da Pesquisa.....	60
2.8 Análise e Interpretação dos Dados	63
2.9 Pressupostos Éticos da Pesquisa	65
3 A CATEGORIA VIOLÊNCIA: Uma Análise Crítico-Conceitual.....	68
3.1 Etimologia da Violência: Conceitos e Significados	72
3.2 Capitalismo Contemporâneo Brasileiro: “A fábrica de violência”	84
4 A VITIMIZAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: As múltiplas faces de uma violência perversa	100
4.1 Abuso Sexual: Uma violência velada	103
4.2 Exploração Sexual Comercial: A coisificação do corpo	111
5 A REALIDADE DOS CREAS TOCANTINENSES PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEXUALMENTE VITIMIZADOS.....	122
5.1 A Percepção dos Sujeitos acerca da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado do Tocantins	128
5.2 Violência Sexual e Interdisciplinaridade: Reflexões sobre os processos interventivos no âmbito do CREAS.....	155
5.3 A atuação do CREAS para o fortalecimento da Intersetorialidade: Diálogos entre as políticas sociais e o SGD no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes	192

6 CONCLUSÕES224

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....230

APÊNDICES.....247

Apêndice 1 Roteiro de Análise Documental247

Apêndice 2 Formulários de Entrevista Coordenadores/as, Profissionais e Famílias atendidas
pelo CREAS249

1 INTRODUÇÃO

“Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la.”

Bertold Brecht

A presente tese versa sobre a configuração das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para a promoção dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual. As reflexões discorridas nesse estudo partem da realidade de cinco municípios do Estado do Tocantins que são: Dianópolis, Gurupi, Miranorte, Palmas e Paraíso do Tocantins. A intencionalidade desta tese fora contribuir para a ampliação do acesso dessa população aos serviços de proteção social especial de média complexidade da Política de Assistência Social, bem como subsidiar a construção de estratégias para a melhoria das ações ofertadas ao segmento infanto-adolescente.

Percorrer o labirinto da violência, no atual contorno da racionalidade burguesa, exige dos (as) pesquisadores (as)¹ não somente conhecer e descrever o fenômeno, mas, como aponta Marx na 11ª tese sobre Feuerbach escrita em 1845, que “o problema não está em interpretar a realidade, mas em transformá-la” (MARX, 2009, p. 126). A construção do conhecimento sobre a realidade será sempre parcial, pois ela é muito mais rica que o pensamento humano. A sua elevação a concreto-pensado, por meio da categoria mediação (singularidade-particularidade-totalidade), possibilita a investigação social-científica apreender parte desse todo, ou seja, capturar a essencialidade da violência não significa o estudo de sua totalidade, o que seria impossível, uma vez que “totalidade da realidade é infinita, inesgotável” (LÖWY, 1985, p. 16).

Isso não significa afirmar que os estudos científico-sociais sejam incompletos ou não válidos, a realidade é percebida na dialética materialista como um todo, organizado e estruturado, uma dimensão, mas sem perder de vista sua relação com o conjunto. O padrão hegemônico do capital determina não somente as condições nas quais, segundo Mészáros (2006, 2007), o metabolismo social do capital e sua produção destrutiva incidem, mas dita as condições nas quais as relações interpessoais entre os indivíduos devam acontecer.

¹ Nesta tese é adotada a linguagem de gênero, conforme a Resolução nº 594/2011 do Conselho Federal de Serviço Social como estratégia para contribuir com a desconstrução do machismo na linguagem gramatical.

O olhar retributivo e de penalização sobre os sujeitos autores de violência é a tônica do *valor justiça* atribuído pela sociedade capitalista. **A violência no Brasil tem cor**, como afirma Atila Roque em artigo² publicado na revista Carta Capital em 09 de janeiro de 2015.

Os jovens negros são os mais afetados pela violência e sabemos que uma parte destes homicídios é decorrente de intervenção policial. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil há uma herança de exclusão social e discriminação associada a juventude negra, que deve ser amplamente discutida e repudiada. A diferença é que no caso dos Estados Unidos, a morte desse jovem pela polícia provocou comoção e revolta, enquanto no Brasil raramente chega aos ouvidos da maioria da população. A sociedade convive com isso como se a morte violenta fosse o destino inevitável desses jovens. Não é. [...]. Em 30 anos foram cerca de 1 milhão de pessoas assassinadas. O Brasil é responsável por 10% dos homicídios do mundo! Mata-se mais por aqui do que somados os principais conflitos armados do planeta. Achar isso banal é entregar-se à epidemia da indiferença. [...] São 56 mil homicídios no Brasil por ano. Desse total, 30 mil tinham idade entre 15 e 29 anos. É razoável lidar com esta naturalidade com o homicídio em massa de jovens? E por quê? Não nos enganemos. Os que morrem são em sua maioria negros, são pobres, são invisíveis. [...]. (ROQUE, 2015, s/p).

A violência no Brasil não possui apenas cor, mas também classe social e idade, portanto, são jovens, negros e pobres, excluídos historicamente da sociedade, sem educação, emprego, moradia, lazer, espoliados do *direito a viver na cidade e das benesses materiais do capitalismo*.

O filósofo e teórico marxista Slavoj Žižek, em uma reflexão profunda sobre a questão da violência³ na sociedade contemporânea, afirma que sabemos quais são as raízes mais objetivas da violência, mas que devido a nossa consciência cínica⁴, típica da mulher e do homem burguês, a escamoteamos, ou pior, cobrimo-la com o manto da *tolerância* (exercício sistemático e fetichizado da violência), que para o autor é pior que a própria violência. Ao fazer essas reflexões, Žižek (2014) traz o cenário europeu e estadunidense, mas isso não exclui uma mediação com a realidade brasileira, aliás, muito se aproxima com o que vivemos hoje aqui nas terras de além-mar.

Importante exercício para esta mediação é retomarmos o processo de

² Artigo completo disponível em: <<http://www.geledes.org.br/violencia-no-brasil-tem-cor/#axzz3QE>>.

³ Reflexões extraídas do livro **Violência: Seis Reflexões Laterais**, publicado na edição brasileira no ano de 2014 pela editora Boitempo.

⁴ A consciência cínica em Marx diz respeito à falsa consciência e a capacidade de os indivíduos “apesar de serem esclarecidos sobre os conteúdos ideológicos, os interesses particulares que sustentam argumentos universalizantes, mesmo assim continuam a aceitar essa pretensa universalidade, mantendo-se inseridos na lógica corrente” (SOUZA et al., 2008, p.05).

formação sócio-histórica do Brasil e a anedota da confluência pacífica e harmoniosa entre as raças e etnias. A violência simbólica reina soberana nas relações sociais brasileiras. Internalizada pela parcela societária que é invisibilizada pelo Estado e pelas classes dominantes e que a criminaliza em nome da proteção do bem comum, tão bem personificada pela força policial a mando do capital.

Na abstração dos direitos, somos todos iguais. Na particularidade viva da sociedade burguesa, somos pobres, pretos, favelados, facilmente identificados para receber práticas discriminatórias em nome da ordem a ser mantida. Ordem e tranquilidade. Na ordem garantida, os negócios e acordos são garantidos sem sobressaltos, a acumulação de capitais encontra os meios de se reproduzir com taxas adequadas, o Estado é saneado financeiramente, destruindo as políticas públicas e garantindo a transferência do fundo público para a prioridade privatista. A ordem garante que a exploração que fundamenta nossa sociabilidade se dê com tranquilidade. (IASI, 2013, p.03).

O Estado, a partir da era dos monopólios, declara abertamente seu compromisso com os interesses do capital. Já na sua atual fase, o capitalismo financeiro ou nas palavras de Marx (2008) que o denomina de Capital Fetiche, torna-se o principal algoz da classe trabalhadora. A proteção do Estado à reprodução do capital vem imbricando no empobrecimento material e espiritual dos trabalhadores (as), espoliados (as) não somente da riqueza socialmente produzida, mas de sua dignidade e da vivacidade nas relações consigo mesmo e com os outros.

Iasi (2013, p.04) traz essa problematização ao afirmar que é claro o “motivo pelo qual a classe dominante precisa do Estado, a grande pergunta é: *para que nós precisamos do Estado?*”. Esse é um importante questionamento, quando nos deparamos com a realidade na qual as políticas sociais vêm sendo construídas no cenário sociopolítico brasileiro, em que cada vez mais os (as) trabalhadores (as) são presenteados pelo capital e pelo Estado com uma *Caixa de Pandora*⁵, que traz, em seu interior, um arsenal de privações, retrocessos e espoliação dos direitos sociais.

⁵ “O mito da caixa de Pandora desvela a história da primeira mulher na terra. Depois do Titã Prometeu roubar a bênção do fogo dos deuses e entregá-la aos homens, Zeus pediu para que Hefáisto (deus das artes manuais) produzisse alguma coisa com graça e leveza que despertasse o interesse de um homem. Assim, Pandora foi criada e recebeu dos deuses vários atributos entre beleza e bondade. Zeus a enviou como presente a Epimeteu, irmão de Prometeu. Mesmo advertido de que não era para receber presente de Zeus, Epimeteu casou-se com Pandora. Junto a ela, foi enviada uma caixa contendo pragas para o corpo e mente, mas a mulher jamais poderia abri-la. Nos planos de Zeus, a caixa deveria ser encontrada por Prometeu que ao abrir a caixa disseminaria as pragas à humanidade e por esta seria julgado culpado. Contudo, Pandora não se conteve, descumpriu a promessa feita aos deuses e ao abrir a caixa ficou aterrorizada com o que vira. Tentou cessar o mal

A construção de uma nova alternativa para a sociabilidade humana como argumenta Mészáros (2007), que supere a barbárie do capital e a destruição da própria humanidade, vem com a derrocada do Estado Burguês e de seu conjunto de privações sociais, econômicas e políticas.

[...] as coisas não continuarão a ser como são. Depois de falarem os dominantes, falarão os dominados. Quem pois ousa dizer: nunca? De quem depende que a opressão prossiga? De nós. De quem depende que ela acabe? De nós [...]. (BRECHT, 2014, s/p).

O trecho retirado do poema “*Elogio da Dialectica*” de Bertold Brecht nos faz refletir sobre a cogente emergência da construção de uma *nova consciência* (IASI, 1999). A nova consciência para Iasi (1999) dar-se-ia na transição de um modo de produção para outro, ou seja, do capitalismo para o socialismo. Neste momento de transição, as transformações revolucionárias começariam a emergir no seio da sociedade, possibilitando assim que a consciência humana atinja um novo patamar por meio da luta política e da modificação do terreno sócio-histórico que se distanciaria das premissas destrutivas do capital.

A nova sociabilidade viria com o pleno desenvolvimento da emancipação humana, superando as contradições e os conflitos inconciliáveis na era do capital e que impedem que o ser humano se autoconstrua e desenvolva suas capacidades por meio do trabalho (IASI, 2013).

Os reflexos do atual cenário de desmantelamento dos direitos sociais e de anulação do trabalho enquanto atividade criativa que possibilita ao ser humano um duplo movimento: de transformação da natureza ao passo que se autotransforma, tem implicações profundas nas relações interpessoais e no modo como a justiça age diante os conflitos.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um exemplo emblemático dessa díade desproteção/penalização. A perspectiva retributiva que direciona as ações da justiça brasileira incide para a estrita penalização dos (as) autores (as) da violência, numa trama em que a violência é simbólica, introjetando-se valores e representações que situam tais indivíduos à margem da sociedade, na chancela dos excluídos e, portanto, sem alternativas de refletir sobre seus atos e buscar estratégias para superar a violência por eles (as) cometida.

que fizera fechando a tampa e lá dentro ficou a esperança para confortar a humanidade nos seus reveses”. Disponível em: < http://www.filologia.org.br/cluerj_sg/anais/iii/5Ccomunicacoes/pdf>.

Mas esse enredo engloba não somente a penalização criminalizadora dos (as) autores (as) da violência, mas rege também a desproteção das crianças e adolescentes vitimizadas sexualmente. Para as “vítimas”, são designados dois tipos de ação: a responsabilidade pela produção de provas e a proteção advinda de um sistema estatal incapaz de atendê-las na integralidade que a complexidade dessa violência requer.

As declarações internacionais e nacionais de proteção à infância e adolescência possuem como premissa o *interesse superior da criança e a proteção dos seus direitos fundamentais*, tendo a família como instituição de amparo e zelo. Mas o que vimos hoje são as famílias abandonadas e expostas às migalhas oferecidas pelas políticas sociais cada vez mais precarizadas. O fundo público, que deveria garantir o financiamento de suas ações, vem sendo utilizado à revelia na orgia do capital para sua plena reprodução.

O interesse em proteger a criança é travestido na busca em “*punir os culpados*” que são jogados nas celas insalubres dos presídios brasileiros. Abandonados e sem devido atendimento social, jurídico e psicológico não rompem com a violência e continuam a perpetuar os abusos sexuais. A realidade da infância e da adolescência pobre no país é um amálgama que reúne desproteção, abandono e vitimizações. Nesse sentido, é possível afirmar que:

As crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País. Por exemplo, 29% da população vive em famílias pobres, mas, entre as crianças, esse número chega a 45,6%. As crianças negras, por exemplo, têm quase 70% mais chance de viver na pobreza do que as brancas; o mesmo pode ser observado para as crianças que vivem em áreas rurais. Na região do Semiárido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% das crianças e dos adolescentes são classificados como pobres. Essas iniquidades são o maior obstáculo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) por parte do País. [...] A cada dia, 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados, em média, ao Disque Denúncia 100. Isso quer dizer que, a cada hora, cinco casos de violência contra meninas e meninos são registrados no País. Esse quadro pode ser ainda mais grave se levarmos em consideração que muitos desses crimes nunca chegam a ser denunciados. (UNICEF, 2015, s/p).

Fora diante desse cenário vivenciado pelas crianças e adolescentes brasileiras que surgiram as primeiras inquietações em pesquisar sobre a violência sexual que é proferida contra esse segmento social. Na graduação em Serviço Social (2007-2010), a pesquisadora teve a oportunidade de realizar o Estágio

Supervisionado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de São Borja/RS entre os anos de 2009 a 2010.

Nesse processo, foram realizadas intervenções junto às famílias atendidas pelo CREAS, que culminaram na elaboração do Trabalho Final de Graduação (TFG) que buscou por meio da pesquisa intitulada “*Abuso Sexual Intrafamiliar: O cotidiano da violência nas famílias atendidas pela assistência social no município de São Borja*”, promover uma reflexão quanto à compreensão que as famílias atendidas pelo CREAS, deste município, possuíam em relação ao abuso sexual intrafamiliar, vivenciado pelos seus filhos.

A pesquisa buscou desvendar as relações cotidianas de dez famílias, que participaram do estudo, buscando compreender a dinâmica social e familiar destes sujeitos, *in loco*, uma vez que a coleta de dados deu-se por meio das visitas domiciliares realizadas durante o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social. A pesquisa teve cunho qualitativo, acontecendo empiricamente e por meio de estudo documental, tendo como norte o método dialético-crítico e três categorias explicativas da realidade: abuso sexual, família e cotidiano.

Por meio da sistematização dos dados da pesquisa que resultou na elaboração do TFG, estabeleceram-se quatro categorias que emergiram na análise das falas das famílias participantes, no que se referia à compreensão destas em relação ao abuso sexual: omissão, negação, doença e focalização na consequência da violência.

Além disso, nesse estudo, descobriu-se que o desconhecimento das relações que engendram a cotidianidade das famílias envolvidas em situações de abuso sexual, implicava em um atendimento fragmentado, não integralizador, ficando restringido, somente às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual.

Diante das múltiplas questões emergidas nessa pesquisa, o fortalecimento da municipalização das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil surge como uma constante, uma vez que o município é *lócus*, em que as complexas situações de violência sexual manifestam-se e por isso a construção das ações deve acompanhar a dinâmica da comunidade local.

Buscando subsídios teórico-críticos para pesquisar de que forma o enfrentamento à violência vem sendo materializado, a partir das ações propostas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNVS) em vigor desde 2000, ingressou-se, no ano de 2011, no Programa de Pós-Graduação

em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na modalidade de mestrado.

A partir das inquietações acadêmicas fomentadas pelas disciplinas, participação em grupos de pesquisas e adensamento teórico, ainda no ano de 2011, construiu-se o projeto de pesquisa intitulado “Os Desafios ao Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Perspectivas, Estratégias e Limites de uma Política em Construção”. Esse projeto levantou o seguinte questionamento: “como vem sendo materializado o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no âmbito das ações do poder público e da sociedade civil no município de Porto Alegre?”.

O processo investigativo frutificou-se e, no ano de 2013 fora defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS a dissertação de mestrado intitulada “*Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em Porto Alegre: Contradições e Perspectivas*”. As análises deste estudo permitiram apreender que o caminho para a materialização de ações articuladas entre o Poder Público e a Sociedade Civil, em Porto Alegre, necessitam da construção de estratégias capazes de garantir a plenitude dos direitos da infância e adolescência, diante da complexidade que envolve o fenômeno, bem como ampliar e fortalecer a participação democrática da sociedade nos espaços de discussão e tomada de decisão.

Partindo do pressuposto de que o conhecimento que temos da realidade é sempre provisório e que o real é sempre mais rico do que sabemos sobre ele, “há sempre algo que escapa das nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade” (KONDER, 2008, p.36). Seguindo essa premissa da dialética materialista, em 2013, a pesquisadora ingressou no Doutorado em Serviço Social na PUCRS, com a intencionalidade de aprofundar os estudos acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do CREAS.

A realidade, foco do estudo, não mais consistia na capital do Rio Grande do Sul, mas sim de cinco municípios situados no estado do Tocantins, região norte do Brasil. A escolha pelo Estado do Tocantins deveu-se ao fato da aprovação em 2013 da doutoranda, em concurso público na Universidade Federal do Tocantins para exercer a docência no curso de Serviço Social e assim poder contribuir com a comunidade local a partir das reflexões postas nessa tese.

A presente tese de doutorado objetivou analisar, a partir da realidade do Estado do Tocantins, como a Política de Assistência Social, por meio das ações dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), vem se configurando para a promoção dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual. Além disso, buscou primordialmente contribuir para a produção de conhecimentos acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes no Tocantins, uma vez que não há pesquisas e estudos⁶ significativos sobre essa temática no Estado.

Tendo em vista a ausência de pesquisas científicas sobre a temática, a presente tese poderá possibilitar a ampliação da atenção do Poder Público e da sociedade civil para o acometimento da violência sexual bem como incitar, por meio de suas análises e reflexões, um processo de engajamento para o desocultamento e enfrentamento à essa expressão da violência.

Ressalta-se ainda que, a tese teve o intuito de superar as abordagens focalizadas nas situações de violência sexual, que evidenciam somente as consequências desta violação de direitos a crianças e adolescentes, uma vez que concede a perspectiva de análise das ações que atualmente a Política de Assistência Social, por meio dos CREAS, vem materializando para a proteção dos direitos da população infanto-juvenil.

O suporte orientador da presente pesquisa alinha-se aos principais mecanismos legais que, no contexto atual, vem delineando no país a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, no que tange à violência sexual: Constituição Federal de 1988 (artigos 227 e 228 dispõe sobre as garantias constitucionais contra todas as formas de violência contra crianças e adolescentes), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Código Penal (Alterações da Lei 12.015/2009), o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000) e a Política Nacional de Assistência Social (2004).

Além, das leis e políticas sociais nacionais, a presente tese tem como suporte orientador as normativas internacionais que dispõe sobre o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948),

⁶ No ano 2013, fora realizada pesquisa no portal de Teses e Dissertações do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como marco o ano de 2000 (implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil), não sendo encontradas publicações referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Tocantins.

Declaração sobre os Direitos da Criança (1959), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), Convenção para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (1921), Declaração de Viena (1993), Convenção de Haia - relativa à proteção das crianças em matéria de adoção internacional (1993) -, Protocolo Adicional de Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em especial, Mulheres e Crianças (2000), bem como demais normativas e literatura especializada sobre a questão da violência sexual e políticas sociais.

A análise da realidade foi norteada pelo método dialético-crítico a partir de quatro categorias: historicidade, totalidade, contradição e mediação que possibilitaram apreender o fenômeno da violência sexual como “sendo histórico, dotado de materialidade e movido pela contradição: afirmação–negação-nova afirmação” (MEKSENAS, 2002, p.88). Para a coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental nos relatórios mensais e/ou os formulários de acolhimento dos cinco CREAS pesquisados como estratégia para o desvendamento das particularidades da violência sexual infanto-adolescente no Tocantins.

Além disso, realizaram-se entrevistas com aplicação de um formulário, contendo perguntas abertas com 17 sujeitos: (05) coordenadores, (05) assistentes sociais e (05) psicólogos do CREAS e, com (02) famílias que possuíam crianças/adolescentes em atendimento na referida instituição. Para analisar os dados coletados na pesquisa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo e pelo Método de Sistematização da Prática.

As aproximações sucessivas com o objeto de estudo possibilitaram apreender que a realidade do Estado do Tocantins, no que concerne à violência sexual contra crianças e adolescentes, apresenta índices bastante significativos para uma população total relativamente pequena, aproximadamente 1.383.445 de habitantes (IBGE, 2012). No ano de 2012, foram registradas no Disque 100, 1.169 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, sendo que 190 destas notificações eram de violência sexual, nas suas diversas expressões (abuso sexual, exploração sexual comercial, sexting, grooming, etc.).

Sobre a situação da infância e adolescência no Tocantins, pesquisa realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2010, revela que é no Tocantins em que se concentra o maior percentual de trabalhadores infantis (15,7%). O Tocantins também encontra-se entre os Estados com mais

municípios sem Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocupando o terceiro lugar: 1º lugar a Paraíba, com 29% do total, 2º lugar o Maranhão, com 28% e em 3º lugar o Tocantins e Amazonas, ambos com 27% (CONANDA, 2007).

No que se refere ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Tocantins vem implementando o SUAS desde 2005, contudo, no que se refere aos serviços de proteção social especial de média complexidade, em especial, a constituição dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social, dos 139 municípios apenas 22 possuem CREAS, ficando o restante dos municípios descobertos pela proteção social especial. Além disso, no que tange às Delegacias Especializadas à Criança e ao Adolescente, o Estado apresenta somente 01, localizada na capital do Tocantins - Palmas -.

Diante desse contexto, de ausência e fragilidade de mecanismos para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Estado do Tocantins, a presente tese buscou oferecer subsídios teóricos que contextualizem as potencialidades e os desafios presentes nas ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social, apreendendo essa política social como *mister* para a constituição da rede de enfrentamento à violência sexual.

A construção de uma tese de doutorado requer um cuidadoso olhar do (a) pesquisador (a) sobre a realidade investigada, desse modo, caracteriza-se por ser um processo de intenso *debruçar teórico* e de *sucessivas aproximações com o objeto de estudo*. A tese é processo, gestada no decorrer da trajetória acadêmica e profissional, do amadurecimento político, ético e teórico do (a) pesquisador (a) e, portanto, sua construção está imbuída de incertezas, anseios, angústias e de constantes momentos de trocas intelectuais com o (a) orientador (a).

As mediações teórico-práticas que possibilitam a construção (afirmação), desconstrução (negação) e a reconstrução (negação da negação) *da tese da tese*, concede ao (a) pesquisador (a) a possibilidade de apreender a realidade a partir do abandono de (pré) conceitos, mas isso não implica neutralidade, ao contrário, exige uma postura ético-política no delineamento da abordagem do fenômeno que será o objeto da tese a ser defendida.

A tese construída e defendida nesse trabalho busca, portanto, apreender a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de suas múltiplas determinações e dimensões, o que implica reconhecer sua complexidade e

totalidade na construção das ações para o seu enfrentamento, superando respostas imediatistas, irrefletidas e fragmentadas no âmbito da rede de proteção, em especial, da Política de Assistência Social.

As ações da Política de Assistência Social, por meio da proteção social especial, visam à superação das situações vitimizadoras aos segmentos sociais historicamente vulneráveis às expressões da violência - crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e a população LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros) -, oferecendo serviços que contribuam para a proteção e promoção dos direitos fundamentais desses segmentos sociais. A atuação dos CREAS, no âmbito da promoção dos direitos da infância e adolescência, é essencial, pois busca a constante articulação com o Sistema de Garantia de Direitos⁷, objetivando a superação das situações de violações aos direitos humanos das crianças e adolescentes e o fortalecimento da função protetiva da família.

O retrato da violência sexual infanto-juvenil, não somente no Tocantins, mas em todo território brasileiro necessita que haja o rompimento do silêncio que incide, principalmente, para que as situações de violência sexual permaneçam na clandestinidade, impossibilitando a ruptura da reprodução deste fenômeno no cotidiano das crianças e adolescentes brasileiras.

Salienta-se, que é imprescindível para o enfrentamento dessa violência e dos aspectos que permeiam seu acometimento (culturais, psicológicos, sociais, econômicos e históricos) a oferta de serviços e de políticas públicas capazes de romper com os contextos elucidados pelo acesso limitado ou nulo ao direito à educação, à saúde, à cultura, ao consumo, ao mundo do trabalho aos seus responsáveis. Enfim, romper com a negação do atendimento de suas necessidades básicas como vem acontecendo no estado do Tocantins pela fragilidade de uma rede de proteção aos direitos da infância e adolescência.

O Poder Público deve, portanto, atuar, essencialmente, para a ampliação das redes de enfrentamento, para a construção de estratégias que rompam com estes ciclos de vulnerabilidades e riscos, nos quais se encontram as crianças,

⁷ O artigo 1º da Resolução 113 de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) entende que o Sistema de Garantia de Direitos “constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal”.

adolescentes e suas famílias. Tais processos excludentes atuam como instrumentos propulsores para o acometimento da violência sexual, principalmente, da exploração sexual comercial.

Ao gerar novos elementos para o debate acadêmico, político e social as reflexões e proposições contidas nesta tese, por meio da análise dos dados obtidos durante o processo de pesquisa, poderão imprimir novas propostas para se pensar, gestar e operacionalizar ações dos CREAS no âmbito do enfrentamento à violência sexual contra a população infanto-juvenil.

A análise das ações ofertadas pelos CREAS às vítimas e suas famílias será realizada a partir de uma perspectiva histórica, social, crítica e de totalidade dos elementos que permeiam a sua incidência na sociedade contemporânea, visando contribuir com subsídios teóricos para a apreensão desse fenômeno como expressão da questão social. Ampliando assim, as produções de Serviço Social sobre a violência sexual, atuando como fonte de mediações teórico-práticas para as intervenções profissionais que se materializam, essencialmente, no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social.

A presente tese é composta por três capítulos além da introdução e das conclusões. Cabe mencionar que, devido à complexidade da temática, alguns aspectos concernentes à discussão da violência sexual contra crianças e adolescentes podem não ter sido aprofundados nesta tese. Contudo, este estudo realizou um esforço de apreender, essencialmente, como se configura as ações do CREAS no enfrentamento a essa expressão da violência a partir das particularidades apresentadas pelo Estado do Tocantins e assim dar conta da tese proposta e dos assuntos transversais que a complementam.

O segundo capítulo versa sobre o caminho metodológico da pesquisa, apresentando a trajetória que a pesquisadora percorreu na construção desta tese. Este capítulo apresenta o problema e os objetivos da pesquisa, as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados e as categorias explicativas da realidade. Além disso, aborda o método dialético-crítico para análise da realidade social e suas quatro categorias teórico-metodológicas: historicidade, totalidade, contradição e mediação, a fim de entender como a violência sexual contra crianças e adolescentes se configura e, principalmente, identificar e problematizar as ações para o seu enfrentamento no âmbito da média complexidade da Política de Assistência Social.

O terceiro capítulo tem a intencionalidade de reconstruir a violência como uma categoria histórica, produzida e reproduzida na ordem do capital, buscando capturá-la nas suas raízes objetivas e subjetivas. Este capítulo busca mostrar que a construção da violência, na sociedade de classes, não perpassa por um processo natural, mas é produzida a partir das condições sociais, políticas e econômicas cujas determinações da sociedade capitalista geram a base material e efetiva para sua perpetuação.

Ao considerar que a violência é um fenômeno estruturante do capital e por isso sua superação está diametralmente relacionada também a superação do modo de produção capitalista, ou seja, implica a construção de uma nova ordem social, liberta das amarras da exploração e dominação do padrão hegemônico burguês.

O quarto capítulo tem a intencionalidade de percorrer a base conceitual da violência sexual contra crianças e adolescentes na literatura especializada brasileira, trazendo à tela as suas principais expressões: o abuso e a exploração sexual comercial. Nessa direção, busca-se apreender a violência sexual a partir da perspectiva de totalidade, capturando o fenômeno em sua essência e complexidade.

O quinto capítulo desta tese versa sobre as particularidades do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no Tocantins a partir das ações que são desenvolvidas pelos cinco CREAS pesquisados. O desafio presente nesse capítulo fora capturar a essencialidade do atendimento que atualmente vem sendo ofertado não somente às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, mas, sobretudo as suas famílias. A atenção à família atua como estratégia para resgatar os vínculos afetivos fragilizados pela violência e assim contribuir para a reconstrução da função protetiva das famílias e, especialmente, da proteção aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

A estratégia adotada no 5º capítulo, para confirmar a tese defendida nesse estudo, fora dividi-lo em três momentos. A primeira parte do capítulo discorre sobre a dimensão que a violência sexual contra crianças e adolescentes assume no cenário tocantinense, trazendo à cena a percepção que os sujeitos entrevistados profissionais e coordenadores (as) possuem sobre esse fenômeno, buscando-se, com isso, descrever o fenômeno e possibilitar a apreensão de suas particularidades no movimento dialético da realidade social.

A segunda parte do 5º capítulo tem a intencionalidade de refletir sobre a interdisciplinaridade nas ações dos CREAS para identificação, análise, planejamento

e atendimento às crianças e adolescentes tendo como elo mediador a atenção à família. Nesse momento, são analisadas as falas dos sujeitos acerca dos principais desafios postos a garantia de um atendimento que concretize a integralidade e a humanização na atenção prestada às situações de violência sexual. Análise das entrevistas e dos prontuários toma como ponto de partida a 2ª tese de Marx (2009) sobre Feuerbach, que afirma ser a prática o critério de verdade, e por isso, a realidade dos (as) profissionais e das famílias é concebida como essencial para reconstruir a violência sexual como concreto-pensado.

A última parte deste capítulo versa sobre a intersectorialidade entre as políticas sociais como estratégia efetiva para a não revitimização das crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Discorre-se sobre a importância e fundamentalmente sobre os limites e dificuldades que os CREAS no Tocantins vêm enfrentando para garantir a concretização da intersectorialidade no seu *modus operandi*.

Na sequência, são tecidas as conclusões com as reflexões e as proposições originadas no seio desta tese. São apresentadas neste item as principais contribuições teórico-reflexivas para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil a partir do estudo da realidade dos CREAS tocantinenses. Por fim, traz-se as referências bibliográficas e os apêndices que compõem o corpus desta tese.

2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

“[...] *Caminante, son tus huellas,
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar*⁸ [...]”

Antonio Machado

Na busca pelo conhecimento não há um caminho pronto, com regras fixas e absolutas, mas sim “*um caminho que se faz caminhando*”. É com as palavras do poeta espanhol Antonio Machado que este capítulo realiza a descrição do caminho percorrido pela pesquisa na sua incessante jornada pela apreensão das particularidades e das dimensões que a violência sexual contra crianças e adolescentes assume no Estado do Tocantins.

O mote dessa tese fora capturar as nuances desse fenômeno desvendando as estratégias que o Estado, por meio da ação dos CREAS, vem traçando para o rompimento do padrão hegemônico de revitimização das crianças, adolescentes e famílias que são atendidas pelos serviços sociais públicos, destacando-se a atuação do CREAS.

A metodologia científica, escopo deste capítulo, nas palavras de Goldenberg (2009), é muito mais do que regras de como fazer uma pesquisa, ela possibilita ao/a pesquisador/a refletir sobre quais são as formas mais perspicazes para a apreensão do objeto de estudo. Portanto, a metodologia, propicia um novo olhar sobre a realidade, sobre o ser humano, sobre a produção e reprodução das suas relações (familiares, interpessoais e sociais), sobre sua visão de mundo, suas vivências e anseios. E esse novo olhar é, portanto, *científico, questionador, curioso e criativo*.

Será a metodologia da pesquisa que irá iluminar na escolha do melhor caminho para a investigação, logo, é ela que direciona o/a pesquisador/a escolher quais as técnicas, instrumentos e métodos que irão auxiliá-lo/a na captura da

⁸ [...] Caminhante, são tuas pegadas, o caminho e nada mais. Caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar. Ao andar se faz caminho e ao voltar à vista atrás se vê a senda que nunca se há de voltar a pisar [...]. (MACHADO, 2014, tradução nossa).

essência do fenômeno. Dito de outra forma, será a metodologia guiada por uma teoria, essencialmente crítica, que permitirá o aprofundamento acerca de como se espalham as necessidades sociais do ser humano, e principalmente, como estas podem ser atendidas de forma a possibilitar o desenvolvimento de uma sociabilidade emancipatória diante do atual contexto de degradação da vida humana e barbárie capitalista.

A pesquisa produz uma constante tensão entre o *conhecimento* e a *ignorância*, entre o *científico* e o *senso comum*, entre o *que é possível* e o *que é impossível*, ou seja, entre aquilo que ela tem alcance e aquilo que lhe é inatingível, tal como, o conhecimento da realidade em sua totalidade. O conhecimento gerado sempre será parcial, aproximativo. A realidade é muito mais rica em determinações, pois encontra-se em constante movimento, não possibilitando que a teoria, fruto do conhecimento gerado pelo processo investigativo seja acabada e totalizante.

Essa incessante tensão entre a *realidade* e o *conhecimento* que possuímos dela é o motor que impulsiona os/as pesquisadores/as a buscarem romper com a ignorância e, assim desvendar novas formas de descobrir os nexos internos e externos que se interconectam em cada objeto de estudo. Por isso, é importante salientar que:

A realidade também carrega elementos novos e velhos. O passado convive com o presente e aponta tendência para o futuro. Cabe ao pesquisador perceber quais os elementos que pesam mais na realidade estudada, o que predomina naquele momento histórico analisado: se as tendências do novo ou do velho. Nesta luta dialética entre os opostos, a síntese final expressa uma subsunção de um sobre o outro. Mas esta síntese é sempre provisória, histórica, daí que o conhecimento é aproximativo e historicamente situado. (GUERRA, 2009, p.12).

A abordagem dialética materialista, que orienta a presente tese, tem como hipótese central a de que nada é eterno, nada é fixo ou absoluto, mas ao contrário, conceber o real como algo estático petrificado seria asseverar que:

[...] la realidad está muerta, paralisada, sin modificaciones, y sucede todo lo contrario: se encuentra en permanente desarrollo y transformación, y adopta múltiples aspectos y relaciones en un devenir histórico que no tiene punto final, em donde las contradicciones entre los elementos esenciales de los fenómenos impulsan los cambios cualitativos de la realidad (dialéctica materialista)⁹. (SORIANO, 2012, p.10).

⁹ [...] a realidade está morta, paralisada, sem modificações, e acontece o contrário: se encontra em permanente desenvolvimento e transformação e adota múltiplos aspectos e relações em um devir

O movimento e transformação permanente de todos os fenômenos que se encontram dialeticamente num constante vir a ser, acarreta na não petrificação ou naturalização das coisas, que passam a ser apreendidas a partir de uma perspectiva desmistificadora da pretenciosa verdade absoluta. A busca pelo conhecimento das coisas inspirada na dialética materialista prima pela raiz dos fenômenos e processos sociais, uma vez que “ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem” (MARX, 2005, p.151).

A pesquisa constitui-se como um importante instrumento de intervenção no real, pois propicia a apreensão da dinâmica da realidade social na qual se manifesta de forma imediata as refrações da questão social¹⁰ (objeto de intervenção dos/as assistentes sociais), uma vez que o amadurecimento da pesquisa no interior do Serviço Social garantiu a essa profissão o estatuto de maioria intelectual¹¹ para a profissão.

A apreensão do movimento da realidade numa perspectiva de totalidade considerando a historicidade, a contradição e as mediações que se manifestam nesse complexo, contribui impreterivelmente para o desvendamento da raiz dos fenômenos sociais. Entende-se essa raiz, como a essência (estrutura e dinâmica) e busca-se nas mediações um esforço crítico-reflexivo de elevação do abstrato, da superficialidade dos fenômenos para o concreto-pensado.

O presente capítulo descreve os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, sendo que a organização das etapas metodológicas requer a apresentação de alguns aspectos que permearam a execução da pesquisa, que são eles: problema de pesquisa, método para análise da realidade, categorias explicativas da realidade, tipo de pesquisa, sujeitos da pesquisa, instrumentos e técnicas de pesquisa, análise dos dados e pressupostos éticos.

2.1 O MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO

O método é uma construção orientada por teorias, não é processo estático e absoluto, requer constantemente procedimentos de reavaliação com o intuito de

histórico que não tem ponto final, e onde as contradições são elementos essenciais dos fenômenos, impulsionam as trocas qualitativas da realidade (dialética materialista). (SORIANO, 2012, tradução nossa).

¹⁰ O aprofundamento acerca da questão social encontra-se no capítulo 3 desta tese.

¹¹ Sobre a pesquisa em Serviço Social, ver mais em: SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: Utopia e Realidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

proporcionar a obtenção dos resultados desejados. Portanto, “os métodos são assim os caminhos facilitadores, em geral, complementares e raramente excludentes” (SANTOS, 2007, p. 15). Por isso, não se pode equiparar o método a um modelo padronizado ou, mesmo ainda, a uma receita que, uma vez aplicada, coleta sem possibilidade de algum eventual erro, os resultados previstos ou desejados.

O método científico torna-se “o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos” (KOSIK, 1976, p. 54). Será ele - o método - que delineará os passos pelos quais o/a pesquisador/a deverá seguir para além, da obtenção de dados, realizar também a análise dos resultados de modo a não implicar posturas pragmáticas e acríticas.

O método, portanto, é o caminho no qual a investigação irá percorrer na busca pela construção do conhecimento. Nesta tese, o caminho escolhido para o percurso de análise da realidade deu-se por meio do **Método Dialético-Crítico**, que busca mais do que fatos isolados, a sua busca consiste na conexão entre os múltiplos fatores que condicionam uma realidade. O desvendamento da realidade acontece por meio de suas contradições, reconhecendo a historicidade e buscando a totalidade, uma vez que leva em conta o contexto social, cultural, econômico e histórico dos sujeitos envolvidos na investigação.

O Método Dialético-Crítico, que fundamentou este estudo, possui, como característica essencial, o espírito crítico e autocrítico, incitando, desta forma, a rever o passado à luz do que está acontecendo no presente, por isso o Método Dialético-Crítico questiona o presente em nome do futuro (KONDER, 2008). A perspectiva de análise da realidade disposta pela dialética marxiana considera o processo de investigação não como um fato isolado, mas sim uma busca constante pela totalidade concreta (KOSIK, 1976).

A dialética materialista busca além do questionamento dos fenômenos e do contexto, a sua transformação em um processo histórico, que envolve categorias analíticas, nas quais foram escolhidas para este estudo quatro categorias - historicidade, contradição, mediação e totalidade -.

Tais categorias do método dialético-crítico permitem apreender a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da complexidade que envolve o seu acometimento na sociedade, desvendando as relações contraditórias que permeiam este fenômeno, levando em consideração os diferentes e dinâmicos contextos econômicos, sociais, culturais e históricos nos quais esta expressão da violência revela-se.

O processo investigativo, a partir da perspectiva marxiana, objetiva de acordo com Netto (2004, p.58), realizar a análise dos fenômenos a partir do seu movimento dinâmico e contraditório dentro da realidade:

O procedimento metodológico próprio a essa teoria consiste em partir do empírico (os fatos), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo.

Neste sentido, Gadotti (1983, p.19), defende a concepção de que a “dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo”. A dialética marxiana procura, portanto, reconhecer a historicidade dos fenômenos que são foco da ação investigativa, engendrando-os a partir de suas contradições, buscando sua totalidade concreta na realidade.

Por isso, a dialética marxiana foi concebida de acordo com Hobsbawm (1984), como uma *filosofia da ação*, ao buscar por meio da investigação aprofundada e crítica a transformação das situações opressoras advindas das condições predatórias impostas pela lógica perversa do capital.

As quatro categorias escolhidas – historicidade, contradição, mediação e totalidade -, objetivam apreender a realidade dos sujeitos de forma a não reconhecê-los como uma unidade estática e sim em constante movimento, visando compreendê-los em seu contexto, desvendando o seu modo e condições de vida (KONDER, 2008).

A *historicidade* está diretamente imbricada na vida dos sujeitos, pois envolve, além da sua cotidianidade, outros aspectos que determinam os seus modos e condições de vida dentro de um dado contexto, esta categoria nunca está isolada, ou seja, ela “refere-se ao geral” (TRIVIÑOS, 2008, p.80). A historicidade implica o movimento e as transformações da realidade dos sujeitos, as suas atitudes e comportamentos que não são concebidos de forma isolada ou neutra, são determinados por questões e contextos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

A *contradição* busca, por meio da análise crítica da realidade e dos fenômenos, descobrir elementos que agreguem a superação do que está posto, imbricando assim uma constante procura pela essência do fenômeno e, nas

palavras de Kosik (1976), pela destruição da pseudoconcreticidade. Neste sentido, é na categoria contradição que se expressam os espaços de resistência dos sujeitos nas situações degradantes e miseráveis que o sistema capitalista impõe.

Por isso a contradição é “reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem” (KONDER, 2008, p.47), assim como, a possibilidade de superação dos fenômenos que impedem o desenvolvimento social, cultural, político e econômico dos homens.

A *mediação*, na teoria marxiana, é essencial para a apreensão da realidade, embora não explicitada, esta categoria é substância da própria realidade, uma vez que busca capturar o real na totalidade das determinações que envolve os fatos sócio-históricos. No campo das mediações, também chamado por Lukács (1979), como dialética da particularidade, as singularidades (imediatas e desistoricizadas, portanto, acrílicas e fragmentadas) vitalizam-se com as leis universais dialeticamente interligadas.

A ruptura com a facticidade da singularidade possibilita o desvendamento dos complexos sociais, negando o imediato, a pseudoconcreticidade e desvendando as forças e processos implicados na gênese do fenômeno.

Na esfera da universalidade se encontram as grandes determinações e leis tendenciais de um dado complexo social. Leis e determinações estas que na esfera da singularidade ficam ocultas pela dinâmica dos fatos (imediatividade/facticidade). Na esfera da singularidade cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo uma causalidade caótica. (PONTES, 2007, p.41).

A mediação, logo, é portadora de *dinamismo* e articulação (PONTES, 2007), pois é ela que movimenta o real, movimentando também o método para que esse não se engesse no processo de apreensão da realidade dos complexos sociais. O campo das mediações possibilita o caminho metodológico para a apreensão dos fenômenos no plano da mediaticidade.

Tal caminho realiza-se por meio de sucessivas aproximações com as determinações histórico-concreto-estrutural dos fenômenos, o conhecimento dialético da realidade, rompe, portanto, com a aparência fenomênica na qual as coisas apresentam-se de forma acabada.

Lukács (1979, p.84) afirma “que toda aparência ou fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo, nenhuma das duas pode estar

presente nesta relação dinâmica, contraditória”. A busca pela essência do fenômeno será mediatizada pela sua aparência, ou seja, uma não prescinde da outra, estão dialeticamente interligadas. A busca pela apreensão da violência sexual em suas múltiplas manifestações, na perspectiva de totalidade, também requer sucessivas aproximações com suas aparências imediatas, pois é nelas que a essência irá manifestar-se.

As categorias que constituem o método crítico-dialético, dentre elas a mediação, são expressões do movimento da realidade, portanto, não podem ser isoladas ou fragmentadas. A apreensão destas exige um movimento dialético que busque a totalidade concreta dos fatos. A categoria da *totalidade* implica “um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido [...]” (KOSIK, 1976, p. 44).

A partir disso, a totalidade empregada como categoria para análise da realidade permite ao (a) pesquisador (a) compreender a realidade do sujeito dentro do todo. Entende-se que o enfoque Dialético-Crítico, em relação à pesquisa, busca desvendar a realidade concreta a partir dos aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que envolvem a dinâmica de sua prática, trazendo a luz das quatro categorias - sinteticamente explicitadas nesse capítulo - aspectos que primem pelo desvendamento da realidade, procurando não fragmentá-la e priorizando a busca da essência do fenômeno.

O método, na investigação científico-social, possibilita ao (a) pesquisador (a) desnudar a realidade ocultada na sua aparência fenomênica, desvendando as contradições na busca da apreensão da totalidade de cada fenômeno. Nesse sentido, Soriano (2012, p.17) ao referir-se ao método problematiza que:

El método¹² – apuntan diversos autores – es el camino que se sigue en la investigación. Pero, ¿ cuál es ese camino?, ¿ está trazado de una vez y para siempre y basta seguirlo para alcanzar la verdad científica? Tal señalamiento sólo permite mostrar que el método es un hilo conductor que orienta el trabajo científico y que debe adecuarse a la complejidad del objeto

¹² O método – apontam diversos autores – é o caminho que se segue na investigação. Mas, qual é esse caminho? Está traçado de uma vez e para sempre e basta segui-lo para alcançar a verdade científica? Tal sinalização somente permite mostrar que o método é um fio condutor que orienta o trabalho científico e que deve adequar-se a complexidade do objeto de estudo, assim como as exigências particulares da investigação e do contexto histórico-social em que ele se realiza. (SORIANO, 2012, p.17, tradução nossa).

de estudio, así como a las exigencias particulares de la investigación y del contexto histórico-social en el que se realiza.

Por ser um caminho, o método não pode ser tratado sob o prisma da rigidez, o engessando em uma verdade plena e totalizadora de forma unilateral e autoritária. Ao contrário, o método possibilita ao (a) pesquisador (a) uma lente para que este (a) possa investigar a realidade sob determinada visão de mundo. O método na abordagem marxiana, segundo Löwy (1985, p.15), aplica-se a todos “os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia, ou da sociedade, são produtos da ação humana, e, portanto, podem ser transformados por essa ação”.

Tanto o método quanto suas categorias, na dialética materialista, não são considerados como leis estáticas e eternas ou ainda naturais. As categorias analíticas são resultados do processo de ação e interação, de produção e reprodução do ser humano nas suas relações entre si e com a sociedade, e doravante, podem ser transformadas e superadas.

Tendo como embasamento esta apreensão metodológica da realidade social, percebe-se que o estudo da violência e suas diversas implicações é um desafio permanente, imposto aos (as) pesquisadores (as). Quando crianças e adolescentes são as vítimas deste fenômeno, a complexidade torna-se um elemento intransponível para uma análise mais aprofundada. O enfrentamento à violência sexual está diretamente relacionado à apreensão deste fenômeno a partir da multiplicidade das determinações que o engendram na dinâmica da sociedade.

Partindo deste pressuposto, elaborou-se a seguinte tese: *A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno multideterminado, multifacetado e complexo que envolve diversos aspectos como relações desiguais de gênero, de classe, étnico-raciais, intergeracionais, intrafamiliares e interpessoais bem como sua produção e reprodução está diretamente implicada na disseminação de padrões socioculturais calcados no machismo, patriarcado e sexismo*¹³.

*A resposta para o seu enfrentamento no âmbito das ações de atendimento da proteção social especial de média complexidade da Política de Assistência Social deve superar a espontaneidade*¹⁴ do cotidiano, buscando apreender a totalidade que

¹³ As categorias machismo, patriarcado e sexismo serão aprofundadas no capítulo 4 desta tese.

¹⁴ A espontaneidade é apreendida segundo Heller (1982) como uma característica dominante da vida cotidiana. Juntamente com o imediatismo corrobora para a naturalização dos modos de ser da sociedade capitalista, incidindo em processos interventivos imediatistas com ações quase irrefletidas, restritos ao cumprimento de tarefas rotineiras, abstraindo das respostas dadas ao enfrentamento das

engendra cada situação de violência sexual. Assim, fatores como a interdisciplinaridade e a intersetorialidade tornam-se imprescindíveis para garantir um atendimento que seja integralizador, acolhedor e humanizado, rompendo com o padrão hegemônico revitimizador das respostas dadas pelo Estado frente a essa expressão da violência na cena contemporânea.

A pesquisa embasou-se no método dialético-crítico que busca apreender a realidade social a partir da “lógica da coisa” (MARX, 2005, p.39), como reconstrução do movimento do real e, portanto, como concreto-pensado. A pesquisadora entende que a construção de um serviço qualificado e comprometido com a construção de uma cultura de proteção aos direitos da infância e da adolescência, no âmbito das ações do CREAS, deve acontecer por meio da materialização da interdisciplinaridade e da intersetorialidade que se assentam enquanto um constante desafio aos profissionais e as políticas sociais que buscam a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes a viver uma vida sem violência.

2.2 AS CATEGORIAS EXPLICATIVAS DA REALIDADE

Para embasar os objetivos propostos pela pesquisa, foram elencadas quatro categorias explicativas da realidade. Segundo Minayo (2007), essas categorias são construções teóricas, que buscam agrupar informações, sendo definidas a partir do objeto de estudo o qual o/a pesquisador/a pretende desvendar.

Assim as categorias servem para indicar “conceitos relevantes e carregados de sentido que permitem expressar os aspectos fundamentais das relações dos seres humanos entre si e com a natureza” (MINAYO, 2007, p.178). As categorias de análise desta pesquisa foram as seguintes: ***Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Intersetorialidade, Política de Assistência Social e Interdisciplinaridade.***

A ***violência sexual contra crianças e adolescentes***, especialmente quando estas são mulheres é um produto histórico da constituição das relações sociais. No entanto, não significa conceber esta como inerente às relações interpessoais, a violência seja ela sexual ou não, desenvolve-se sob relações específicas, em contextos e espaços determinados historicamente. Em sua dinâmica de produção e

expressões da questão social as mediações capazes de apreender o movimento do real na sua complexidade e totalidade.

reprodução, revelam-se as suas múltiplas faces e formas de aparecimento na sociedade. A vitimização¹⁵ de crianças e adolescentes é um fenômeno transversal, abrangendo a todos os indivíduos. Tal violência é parte constitutiva das relações capitalistas, que se estabelecem na sociedade contemporânea, sendo indissociável às condições de exploração a que as classes sociais dominadas são expostas.

A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica entre a economia por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Claro que isso não significa ressaltar uma dominação mecânica entre a economia e a superestrutura ideológica (a política, a cultura, entre outras). Significa, sim, que para viver os homens necessitam, em primeiro lugar, satisfazer suas necessidades básicas (comer, beber, vestir, etc.) [...]. Assim sendo, a economia não pode ser desconsiderada nesse contexto, o que não significa atribuir-lhe papel único e mecânico ao influir na vida do ser social. (SILVA, 2012, p.03).

A violência sexual contra crianças e adolescentes revela o perverso cenário da sociedade brasileira, em que a violência estrutural aparece como característica basilar e precursora para o aparecimento da violência. A violência estrutural é prevacente em sociedades em que existe a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas, a dominação de classes e profundas desigualdades sociais e econômicas.

São diversos os fatores condicionantes do fenômeno da violência, estando dialeticamente imbricados na composição da estrutura social, sendo “uma forma de relação social que está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência” (ADORNO, 1988, p. 31).

A violência sexual não acomete apenas o contexto brasileiro, é um fenômeno mundial, presente em todas as classes sociais, considerado por isso como transversal, apresentando múltiplas dimensões que complexificam o seu enfrentamento, bem como a compreensão acerca do seu cometimento. A violência sexual é um fenômeno fruto de relações de poder, manifestando-se como:

¹⁵ Segundo Azevedo e Guerra (2007, p.35), a vitimização é uma violência interpessoal que “pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação ou omissão de um adulto, capaz de criar dano físico ou psicológico à criança [...] Enquanto violência interpessoal, a vitimização é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões”.

[...] produto de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta “num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro”. (LEAL; CÉSAR, 1998, p. 15).

A violência sexual, conforme Vivarta (2003), associa-se impreterivelmente a fatores históricos, como as relações assimétricas de trabalho, entre as classes sociais e de gênero, bem como o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Porém, a violência sexual é um fenômeno transversal, não acomete somente as classes empobrecidas, transpassa toda a sociedade.

Os casos que chegam ao conhecimento das autoridades competentes em realizar o atendimento ainda são muito poucos, sendo dificultados, quando as crianças e adolescentes pertencem às famílias ricas, revestidas pelo manto da “sagrada família”¹⁶, em que a detecção das situações de violação de direitos torna-se ainda mais difícil.

A multidimensionalidade da violência sexual não admite, segundo Azambuja (2004), que as instituições atuem de forma isolada, sem estar interligadas à rede de atendimento do município, ou seja, a atuação destes espaços não pode estar restrita a sua política sem apreender a totalidade dos fenômenos e as contradições expressas na realidade. A articulação entre as políticas públicas e a estruturação das ações em rede configuram-se, no contexto atual, em um dos maiores desafios postos para o fortalecimento da atenção à infância e juventude.

O expressivo crescimento¹⁷ de situações de violência sexual, envolvendo crianças e adolescentes, exige dos mecanismos protetivos, dentre eles o Estado e a sociedade, um novo direcionamento de suas ações, na perspectiva de integrar as políticas públicas e desenvolver metodologias adequadas, diante à multidimensionalidade da violência.

No Brasil, a elevada frequência de diversas formas de violência contra crianças e adolescentes vem provocando uma reação na rede de serviços de atendimento destinada a essa faixa etária. O fato já é visível em alguns modelos de ação em rede que vêm se destacando em promover: integração

¹⁶ No reverso do mito da sagrada família encontra-se o mito da família desestruturada, apreendendo, principalmente as famílias mais empobrecidas que são percebidas por meio de um viés moralizatório e de culpabilização como sendo incapazes de prover os cuidados essenciais para a socialização de seus membros, em especial, das crianças e adolescentes. Para aprofundar essa discussão ver mais em: KALOUSTIAN, S. M (org). **Família Brasileira: A base de tudo**. São Paulo: Cortez/UNICEF, 2006.

¹⁷ Afirmação baseada na quantificação realizada pelo Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente – nos anos de 2011 e 2012, vide introdução da presente tese.

de diferentes atores/instituições; maior capilaridade das ações de atenção e prevenção; atenção integral dos casos, evitando a duplicidade de ações; e o aprimoramento do diagnóstico de cada realidade local. (MOTTI; SANTOS, 2009, p.250).

Estas ações devem pautar-se não somente ao atendimento às crianças e adolescentes vítimas, mas balizar a prevenção à reincidência, permeando estudos aprofundados dos fatores sociais, culturais e econômicos que contribuem para o acometimento desta violência na sociedade brasileira.

A construção de uma política pública para o enfrentamento à violência sexual requer ações contínuas e não temporárias, capacitação profissional dos sujeitos que atuam na linha de frente da política pública, repasse de recursos financeiros, na perspectiva de atender às demandas¹⁸ implícitas que se evidenciam no atendimento às vítimas e suas famílias.

Diante da complexidade do fenômeno da violência sexual, torna-se imprescindível um trabalho articulado e integralizado, Phebo (2007, p.153), ao analisar sobre as estratégias para a proteção social de crianças e adolescentes, refere que “a rede é estrutura favorável para promover, facilitar e aumentar o acesso de indivíduos e instituições a recursos escassos”.

Diante disso, Campos (2000), afirma que a **intersectorialidade** e o trabalho em rede consistem em um processo organizado e coletivo, portanto, não é espontânea. Nesse sentido, diz respeito a uma ação deliberada que demanda o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve, assim, espaços comunicativos, capacidade de negociação e intermediação de conflitos para a resolução das situações demandadas às políticas públicas.

Para Bourguignon (2001), a intersectorialidade é apreendida como a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção, inclusão e promoção da família vitimizada pelo processo de exclusão social. A intersectorialidade, para a autora, visa, portanto, romper com a fragmentação e focalização das ações das políticas públicas, uma vez que:

¹⁸ A violência sexual, na grande maioria dos casos é o fator resultante de várias outras violações de direitos a que as crianças, adolescentes e suas famílias são vítimas, sendo notória a presença de processos excludentes que incidem na pobreza, desigualdade, uso abusivo de substâncias psicoativas, violência de gênero, valores patriarcais e conservadores, falta de informação, desemprego, etc.

Tradicionalmente as políticas públicas básicas (educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho, etc.) são setoriais e desarticuladas, respondendo a uma gestão com características centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram a promoção humana. Além disto, percebe-se que cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou serviços sociais. Exemplo disto é a Assistência Social que possui um conjunto de entidades estatais e filantrópicas que prestam serviços na área de forma paralela as demais políticas e muitas vezes atendendo aos mesmos usuários. Esta forma de gestão da política pública gera fragmentação da atenção às necessidades sociais; paralelismo de ações; centralização das decisões, informações e recursos; rigidez quanto às normas, regras, critérios e desenvolvimento dos programas sociais; divergências quanto aos objetivos e papel de cada área, unidade, instituição ou serviço participante da rede; fortalecimento de hierarquias e poderes políticos/decisórios e fragilização do usuário – sujeito do conjunto das atenções na área social. (BOURGUIGNON, 2001, p.03-04).

A fragmentação das políticas públicas, além de fortalecer as hierarquias e os poderes políticos, acarreta na fragilização e, conseqüentemente, na revitimização das crianças e adolescentes. As políticas públicas, em seu *modus operandi*, privilegiam a centralização de ações e informações, não ampliando seu olhar para a complexidade da violência sexual na vida das crianças e adolescentes. A fragmentação da atenção obstaculiza o acesso aos direitos, pois focaliza-se em ações paliativas e pontuais, não conseguindo concretizar ações conjuntas para a construção de redes municipais.

A discussão no Brasil sobre a **Política de Assistência Social** historicamente vem sendo permeada por pré-conceitos e pré-concepções que possuem, como principal consequência, uma apreensão equivocada dessa política social. Pereira (2002) reflete que, embora a assistência social seja um fenômeno tão antigo quanto à humanidade e esteja presente nos diversos contextos sociais, culturais e econômicos, poucas ainda são as contribuições teóricas que auxiliem a torná-la precisa tanto do ponto de vista conceitual quanto político.

A autora infere que, na sociedade brasileira, a assistência social é usualmente identificada como um ato subjetivo, isto é, de motivação moral, ocasionado pela boa vontade e pelos sentimentos de pena e comiseração de alguns indivíduos da sociedade com os “*miseráveis*”. Além disso, quando exercida pelos governos, a assistência social é tida como medida emergencial, de caráter paliativo e descontínuo, atendendo somente os indivíduos identificados como mais “*necessitados*”.

Nessa direção, Yazbek (1993, p.41) apreende que:

A forma assistencialista como se apresenta a Assistência Social no Brasil pode ser analisada a partir da constatação de que: do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente, na Assistência Social, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais [...] Em outras palavras, tratamos aqui de uma espécie de 'cultura política' que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe; tratamos de uma forma de ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação.

A inclusão da Assistência Social, na Seguridade Social juntamente com as políticas sociais de Saúde e Previdência social, significa a ampliação no campo dos direitos humanos, tendo como principal avanço a introdução e garantia da assistência social como política pública brasileira. Sposati (2009) refere que sendo a assistência social uma política social, ela é um campo de forças entre concepções, interesses, tradições, em que o seu processo de efetivação, como política de direitos, não foge do movimento histórico entre as relações de forças sociais.

Nesse sentido, é impreterível desmistificar a concepção de que a proteção social não contributiva é necessária e destinatária somente porque as pessoas são pobres, e, portanto, a pobreza é a única geradora de desproteção. Sposati (2009) sinaliza que a pobreza agrava as vulnerabilidades, os riscos e gera fragilidades, mas não significa que todas as vulnerabilidades, riscos e fragilidades existam por causa da pobreza.

Ressalta-se que a violência sexual, fenômeno abrangido pelas ações da proteção social da Política de Assistência Social, não é determinada somente pelos fatores econômicos, sendo uma violência multideterminada com caráter multifacetado que agrega diversas contradições, tanto na própria conceituação teórica quanto na apropriação das suas determinações.

Intervir sobre as expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes exige um movimento que rompa com a fragmentação e sobreposição dos saberes, buscando a **interdisciplinaridade** como estratégia para a materialização de um atendimento integralizado e com impacto social na vida dessas crianças e adolescentes.

Portanto, a interdisciplinaridade, como reflete Fazenda (1995), é um diálogo e principalmente uma interação entre as áreas do saber, que possibilitará uma perspectiva de totalidade sobre os fenômenos sociais, uma vez que concebe-se a incompletude das áreas quando apreendidas de forma isolada. Saliencia-se que a interdisciplinaridade está prevista na própria Política de Assistência Social ao

conceber como base para constituição do *corpus* profissional dos CREAS “*equipes interdisciplinares*”.

A *perfectibilidade* da interdisciplinaridade acontece no cotidiano nas quais as relações entre os profissionais atuantes no enfrentamento à violência sexual materializam-se, isto é, na prática, nas experiências concretas de trabalho em equipe (reuniões, elaboração dos planos de atendimento, nos processos de monitoramento e avaliação das ações e intervenções).

A interdisciplinaridade, conforme Santomé (1998, p. 66), materializa-se na concretude do cotidiano profissional no qual “exercitam-se suas potencialidades, problemas e limitações”. Portanto, o grande desafio para a superação da violência sexual e fortalecimento das crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, requer a adoção de estratégias que contemplem as suas múltiplas determinações e faces desse fenômeno, não esvaziando o seu enfrentamento e debate ao reducionismo de teorias que ignoram o movimento dialético da realidade e a totalidade para apreensão e intervenção às expressões da violência sexual infanto-juvenil.

2.3 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa teve enfoque qualitativo, assim buscou mais do que descrever objetos, mas também conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos nela envolvidos. Por isso, a pesquisa qualitativa privilegia os instrumentos que objetivam superar o questionário no qual não existe contato direto com o sujeito, substituindo-o pelo formulário e pela entrevista nos quais se realizam um contato face a face com o sujeito a ser pesquisado (BOURGUIGNON, 2008).

Assim, a pesquisa qualitativa procura vislumbrar e conhecer o modo de vida dos sujeitos e não reduzi-los a quantificações (MARTINELLI, 1999). Esse tipo de pesquisa preocupa-se em desvendar uma realidade que não pode ser quantificada, levando em consideração crenças, valores morais, éticos e religiosos, relações e processos sociais que não podem ser reduzidos à quantificação numérica (MINAYO, 2003). A abordagem da pesquisa qualitativa aprofunda-se em questões objetivas e subjetivas da realidade dos sujeitos, assim pode-se afirmar que:

[...] na pesquisa qualitativa o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, devendo captar o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes no seu contexto. (MARTINELLI, 1999, p. 56).

Minayo (2007) pontua a pesquisa qualitativa como capaz de compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores, no que tange aos valores culturais - representações sobre a sua história -, bem como as relações entre os indivíduos, instituições e movimentos sociais e dos processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas.

Por isso, a pesquisa com enfoque qualitativo para a autora preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando, portanto, com o universo de significados, que engendram valores, concepções e percepções. Objetiva, portanto, aprofundar o desvendamento de processos e relações dos fenômenos sociais estudados. Goldenberg (2009, p.53), ao refletir sobre as contribuições da pesquisa qualitativa para as ciências sociais, refere que:

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador.

Contudo, a assertiva de que não há modelos rígidos para as pesquisas qualitativas não pressupõem que estas aconteçam no mero acaso. Tais pesquisas seguem os critérios de cientificidade¹⁹ e possuem um vasto arsenal de métodos, teorias, técnicas e instrumentos para o desenvolvimento de seus estudos. O que se quer enfatizar é que a preocupação da abordagem qualitativa não é com a representatividade numérica dos sujeitos pesquisados, mas sim com o aprofundamento das questões referentes ao grupo social em estudo.

Goldenberg (2009) ressalta que os (as) pesquisadores (as) que optam pela pesquisa qualitativa contrapõem-se ao pressuposto que defende um único modelo de pesquisa para todas as ciências sociais, baseado no modelo de estudo das

¹⁹ Segundo Demo (2009), os critérios internos de cientificidade são: Coerência, Consistência, Originalidade e Objetivação e os critérios externos são classificados de acordo com a intersubjetividade, ou seja, diz respeito à opinião dominante da comunidade científica em determinado período histórico. Ver mais em: DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ciências da natureza. Afirma-se que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria, tendo na abordagem qualitativa solo fértil para o desenvolvimento de estudos e produção de conhecimento.

2.4 O PROCESSO DA PESQUISA

O presente estudo possui como tema central analisar “as estratégias da Política de Assistência Social a partir das ações dos CREAS para a garantia e promoção dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual”, tendo como delimitação geográfica o estado do Tocantins. Fora delimitada para esta pesquisa o Tocantins, devido ao fato da pesquisadora residir no referido Estado bem como desenvolver atividade docente (ensino, pesquisa e extensão) no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins.

O Tocantins é a mais nova unidade federativa do Brasil, emancipado de Goiás em 05 de outubro de 1988, tornando-se oficialmente um Estado brasileiro em 1º de janeiro de 1989. Transcorridos vinte e seis anos de sua emancipação, o Tocantins apresenta uma população urbana de 1.090.106 pessoas (78,79%) e uma população rural de 293.339 (21,21%), sendo que 49,22% são mulheres, 50,78% são homens (IBGE, 2012). Quanto à localização das crianças e adolescentes, 342.653 residem na zona urbana e, 118.923 representando 25,76% residem nas áreas rurais do Tocantins.

O Tocantins é um Estado brasileiro caracterizado pela diversidade cultural e étnica, formado por imigrantes de várias partes do Brasil, indígenas e quilombolas. Atualmente, apresenta uma população aproximada de 10.000 indígenas, distribuídos em oitenta e duas (82) aldeias nas seguintes comunidades: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô Canela, Apinajé e Pankararú.

Existem hoje no Estado cerca de vinte e sete (27) comunidades quilombolas distribuídas por todo o Tocantins, necessitando em sua maioria de estrutura básica (energia elétrica, saneamento básico, escolas, etc.). Não há um quantitativo oficial de quantas famílias e indivíduos vivem nas comunidades quilombolas, mas estima-se que existam cerca de 2.935 famílias/indivíduos atualmente no Estado (GOVERNO DO ESTADO, 2014).

O Censo 2012 revela que 163.588 indivíduos e famílias vivem em extrema pobreza, sendo que em 12,18% domicílios a renda mensal per capita é de até um

quarto de salário mínimo. No Tocantins, há 97.727 (24,53%) dos domicílios com renda entre R\$ 127,50 e R\$ 255,00 mensais. Aproximadamente, 15,56% das residências têm renda mensal per capita de R\$ 510,00 a R\$ 1.020,00. Na faixa de R\$1.020,00 a R\$1.530,00, estão 4,94% dos domicílios e, com rendimento per capita de R\$1.530,00 a R\$ 2.550,00, existem 3,79%. Ainda, 3,18% das residências sobrevivem com renda per capita mensal maior que R\$ 2.250,00 (IBGE, 2012).

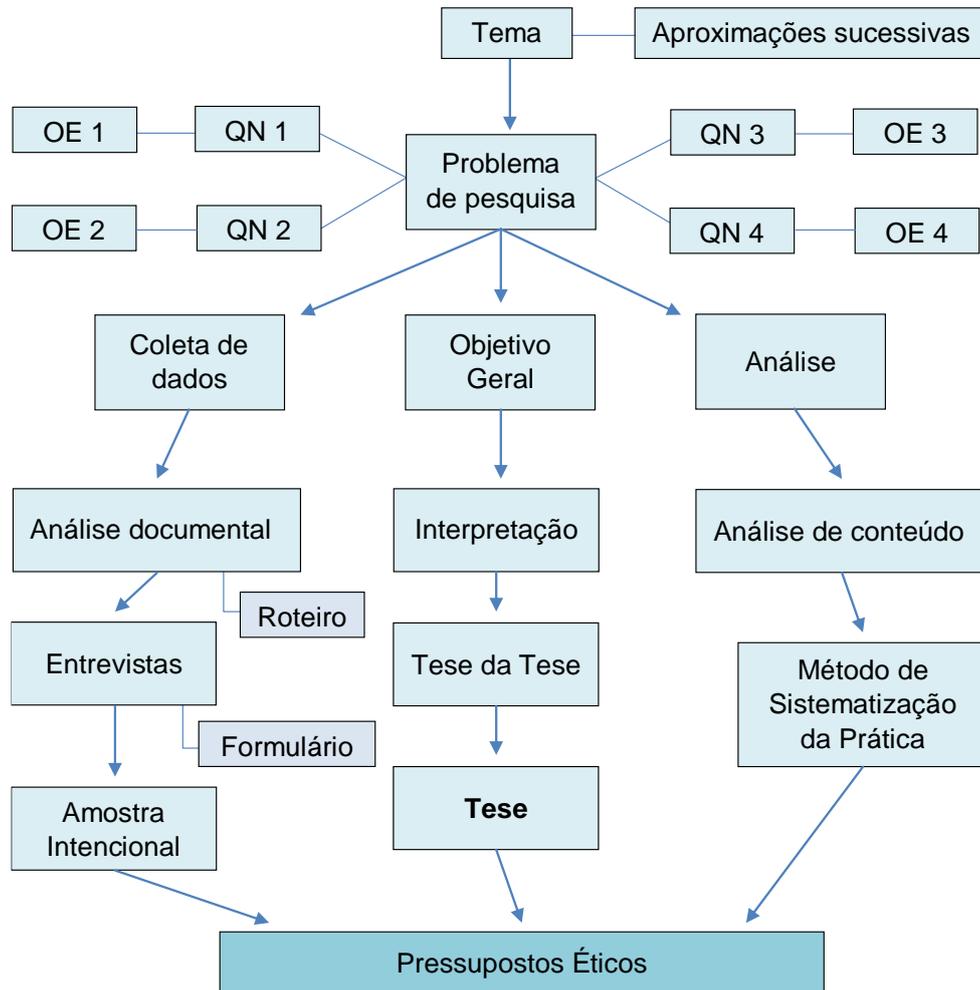
No que se refere, as necessidades humanas de educação, saneamento básico, energia elétrica e educação, o Estado apresenta os seguintes indicadores:

Com relação à faixa etária, das 399.506 pessoas responsáveis pelos domicílios, uma parcela significativa (50.767 pessoas) estão entre 30 e 34 anos. E 32.624 tocantinenses, com 70 anos ou mais, são responsáveis por um domicílio. Quanto à higiene, o levantamento identificou que, dos 398.367 domicílios, 7,95% não têm banheiro. E dos 366.680 domicílios com banheiro, 62.033 utilizam fossa séptica, 53.610 têm rede geral de esgoto ou pluvial e 251.036 utilizam outra forma de esgotamento sanitário não informado na tabela do IBGE 2010. Em relação à energia e água, o Tocantins tem 21.845 (5,48%) residências sem energia elétrica. O Censo ainda mostrou que, dos 398.367 domicílios do Estado, 62.717 têm forma de abastecimento de água através de poço ou nascente dentro da propriedade e 22.373 são abastecidos de outra forma não informada. 313.277 domicílios têm como forma de abastecimento a rede de distribuição geral. E, em relação à educação, há 129.069 não-alfabetizados no universo de 985.473 tocantinenses. (ALBIERO et al., 2013, p.08).

Diante do cenário tocantinense, evidencia-se a necessidade e a importância de estudos e pesquisas que possam, não somente conhecer a realidade destes sujeitos e famílias, mas que busquem atuar como instrumentos que subsidiem a construção de políticas públicas para o enfrentamento às múltiplas formas de violações aos direitos humanos nas quais estes segmentos sociais vivenciam cotidianamente na conjuntura atual do Tocantins.

Buscando apreender a realidade social, cultural, econômica e política na qual o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes expressa-se no Tocantins por meio das ações do CREAS, a figura 1 apresenta o caminho metodológico percorrido para a construção da presente tese de doutorado.

Figura 1 – O caminho metodológico da tese



Fonte: Sistematização da pesquisadora, 2015.

Tomando como base as inquietações oriundas do sistema exposto na figura 1, o problema formulado para responder aos questionamentos que permearam a pesquisa consistiu em desvendar “como a Política de Assistência Social, por meio das ações dos CREAS, está sendo configurada no estado do Tocantins para a promoção dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual?”.

De forma a complementar o problema de pesquisa e clarificar o caminho percorrido para a investigação, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: Quais são as particularidades assumidas pela violência sexual contra crianças e adolescentes? De que forma as equipes dos CREAS vêm atuando interdisciplinarmente seja na identificação, análise, execução e planejamento

coletivo das ações de promoção dos direitos desse segmento social? De que forma a Política de Assistência Social vem buscando materializar a intersetorialidade entre as políticas sociais para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes nos serviços de proteção social especial de média complexidade? Como vem sendo garantido à promoção dos direitos e o acesso aos serviços da média complexidade das crianças, adolescentes e famílias residentes nas áreas rurais ou de difícil acesso dos municípios?

A partir da problematização exposta anteriormente, acompanhada pelas questões norteadoras, foram estabelecidos alguns objetivos da pesquisa, sendo eles: **objetivo geral** que consistiu em *“Analisar como a Política de Assistência Social, por meio das ações dos CREAS, vem se configurando para a promoção dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual, com vistas a contribuir para a ampliação do acesso dessa população aos serviços de proteção social especial bem como subsidiar a construção de estratégias para a melhoria das ações ofertadas ao segmento infanto-juvenil”*.

De forma a alcançar o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Identificar as particularidades assumidas pela violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Tocantins; Desvendar como as equipes dos CREAS vêm atuando no âmbito interdisciplinar para a identificação, análise, execução e planejamento coletivo das ações de garantia dos direitos das crianças e adolescentes e suas famílias.

Outros dois objetivos específicos também foram formulados visando apreender de forma mais ampla o objeto de estudo, que consistiram em: Analisar como a Política de Assistência Social vem buscando materializar a intersetorialidade entre as outras políticas sociais para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes nos serviços da proteção social especial de média complexidade; Investigar de que forma vem sendo garantida a proteção aos direitos e o acesso aos serviços da média complexidade às crianças, adolescentes e famílias residentes nas áreas rurais ou de difícil acesso dos municípios.

2.5 OS SUJEITOS DA PESQUISA

O tipo de amostra utilizada para a escolha dos sujeitos que participaram da pesquisa consistiu na não-probabilística, que de acordo com Marconi (2002, p.52)

versa em “não fazer uso de formas aleatórias de seleção”, assim não fora utilizada a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo dos sujeitos compreendidos pela amostra. O tipo de amostra não probabilística utilizada foi a intencional, que segundo Gil (2007, p.145) é uma amostra em que os “indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa”.

Atualmente, o Estado do Tocantins possui vinte e dois (22) CREAS, distribuídos nas (oito) 08²⁰ regiões que compõem o estado. Para amostra foram escolhidas cinco regiões: Dianópolis, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Rio Formoso, fora escolhido um (01) CREAS por região²¹, sendo que em cada instituição foram entrevistados 01 coordenador e 02 profissionais²². Também participaram do estudo 02 famílias que estavam em atendimento no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), totalizando dezessete (17) sujeitos.

Para escolha dos cinco CREAS que compuseram a amostra, fora considerado a classificação do porte dos municípios de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004, p.19) “Pequeno I: (até 20.000 hab.); Pequeno II: (de 20.001 a 50.000 hab.); Médio: (de 50.001 a 100.000 hab.); Grande: (de 100.001 a 900.000 hab.); Metrópole: (mais de 900.000 hab.). Além disso, para a escolha dos municípios considerou-se também os seguintes aspectos: possuir o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e realizar atendimentos à crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência sexual. O quadro 1 demonstra a distribuição dos municípios que participaram da amostragem da pesquisa.

²⁰ Regiões que compõem o estado do Tocantins: Araguaína, Bico do Papagaio, Dianópolis, Gurupi, Jalapão, Miracema, Porto Nacional e Rio Formoso.

²¹ A região do Jalapão fora excluída da amostragem, por não possuir CREAS. O município de Araguatins da Região Bico do Papagaio, após contatos telefônicos no ano de 2014 com a Secretaria Municipal de Assistência Social fora informado que o município não possui CREAS. O município de Araguaína não aceitou participar da pesquisa, alegando não haver interesse em contribuir com o estudo.

²² Os/as profissionais que compuseram a amostra tiveram como critério de escolha ser de áreas distintas do saber, visando assim apreender de que forma a interdisciplinaridade está constituída nos CREAS.

Quadro 1: Municípios que participaram da pesquisa

REGIÃO	MUNICÍPIO	PORTE
Dianópolis	Dianópolis	Pequeno I
Gurupi	Gurupi	Médio
Miracema	Miranorte	Pequeno I
Porto Nacional	Palmas	Grande
Rio Formoso	Paraíso do Tocantins	Pequeno II

Fonte: Sistematização da pesquisadora, 2015.

Para a escolha dos sujeitos que participaram da pesquisa, levou-se em consideração o seguinte aspecto: os sujeitos deveriam ser coordenadores e profissionais vinculados aos CREAS e ao PAEFI dos 05 municípios, na perspectiva de trazer à luz os desafios presentes nas ações destinadas às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual.

Também compuseram a amostra, famílias atendidas pelo PAEFI (situações de violência sexual) com a finalidade de desvendar a realidade em que as crianças e adolescentes e seus familiares vivenciam diante das expressões da violência (as percepções, as dificuldades, o acesso à rede de proteção, etc.). A seguir, quadro que demonstra a distribuição dos sujeitos que participaram da pesquisa.

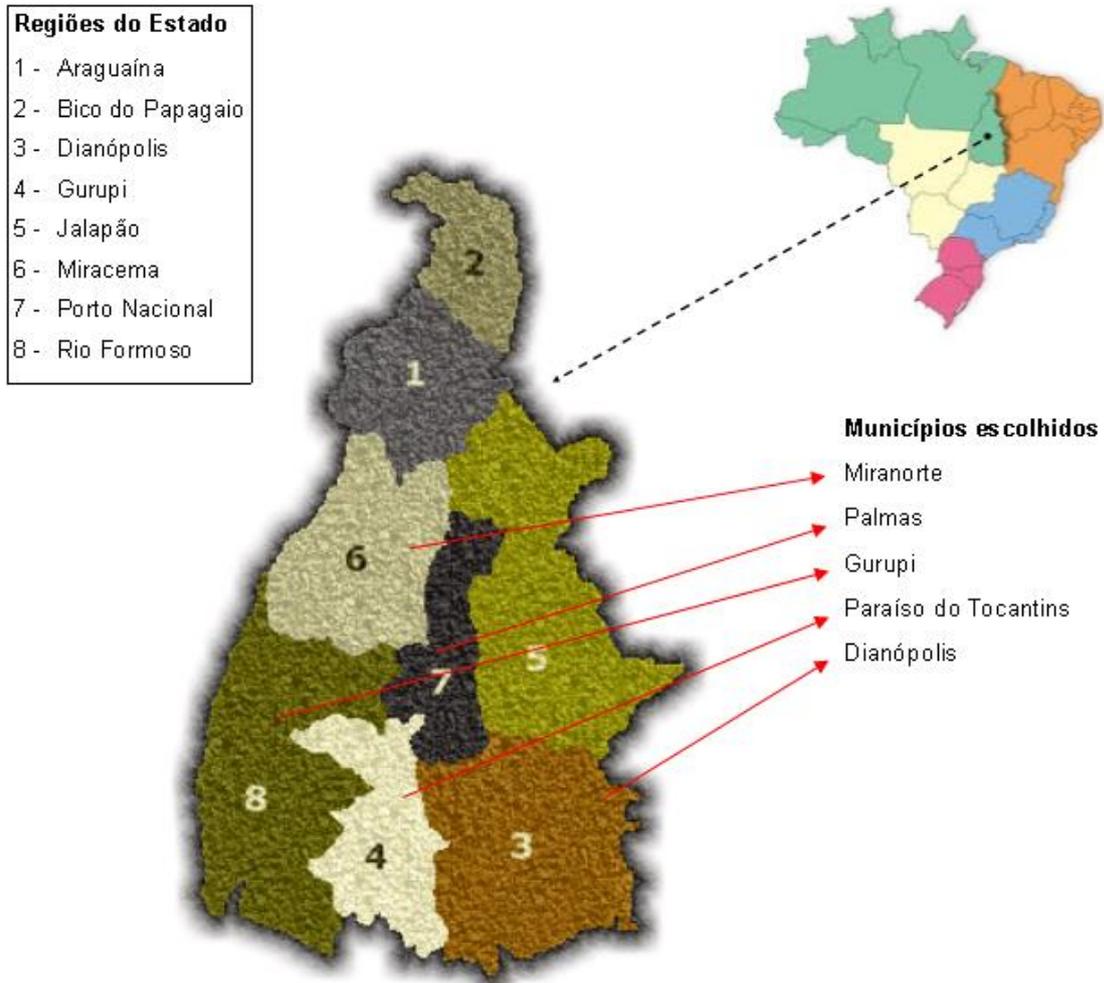
Quadro 2: Sujeitos que participaram da pesquisa

Região	Sujeitos da Pesquisa		
	Profissionais	Coordenadores	Famílias
Dianópolis	02	01	02
Gurupi	02	01	
Miracema	02	01	
Porto Nacional	02	01	
Rio Formoso	02	01	
Total	10	05	
Total: 17 sujeitos			

Fonte: Sistematização da pesquisadora, 2015.

A escolha das microrregiões e dos municípios esteve calcada no objetivo de oferecer subsídios teóricos para a construção de uma política pública para o enfrentamento à violência sexual, uma vez que estes sujeitos atuam diretamente na formulação, gestão, execução das ações da média complexidade. A figura 2, apresenta um mapa com a localização geográfica do estado do Tocantins no Brasil, as regiões e os municípios escolhidos pela amostra.

Figura 2 – Mapa do Tocantins (Localização no Brasil, regiões e municípios da amostra)



Fonte: Sistematização da pesquisadora, 2015.

Conforme a ilustração no mapa da figura 2, os CREAS dos municípios pesquisados localizam-se em uma distância bastante significativa, possibilitando ao estudo apreender as particularidades do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil nesses municípios. Assim, para clarificar a realidade dos municípios, fez-se uma breve síntese dos principais indicadores sociais levantados pela Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Tocantins (SEPLAN) no ano de 2012.

O município Dianópolis encontra-se entre mais antigos do Tocantins, está situado na região sudeste do Estado, distante 420 km de Palmas (capital) e 650 km de Brasília (Distrito Federal), o início de sua história data do ano 1750, com a fundação de um povoado na aldeia indígena dos Acroás. O Censo de 2012, estimou a população de Dianópolis em 19.112 habitantes, sendo que 9.679 são homens e 9.433 são mulheres.

A população infanto-juvenil corresponde a 8.068 habitantes, sendo 21,55% do sexo masculino e 20,66 % do sexo feminino (SEPLAN a, 2012). No que se refere à mortalidade infantil de 0 a 5 anos, os indicadores apontam 16,55% crianças não ultrapassam os 5 anos de idade, outro indicador bastante significativo diz respeito ao percentual de famílias em situação de pobreza extrema com 17,81% sobre a população total.

O município de Gurupi, localizado a 230 km da capital, fora um antigo povoado da comunidade indígena Xerente, emancipou-se em 1951, tendo na construção da BR 153 sua principal forma de crescimento econômico. O município está entre os mais populosos do Tocantins com uma população de aproximadamente 76.755 habitantes, sendo que 75.000 residem na área urbana e somente 1.755 na zona rural.

A população de crianças e adolescentes do sexo feminino corresponde a 17,17% e a população masculina a 17,04% do total de habitantes. A economia de Gurupi advém do cultivo agrícola de soja e da criação de bovinos, estando entre as principais economias do Estado. Contudo, a distribuição desigual de renda faz com que 59,60% da população viva em condição de pobreza e 7,13% em extrema pobreza, tendo um índice de mortalidade infantil de 13,71% dos nascidos com até 05 anos de idade (SEPLAN b, 2012).

Outro município que compôs a amostra é Miranorte, povoado na década de 1960 em consequência da construção da rodovia Belém-Brasília, distante a 99 km da capital. Atualmente, o município possui uma população de 12.633 habitantes, sendo que 10.702 residem na zona urbana e 1.100 na área rural. No que tange a população de crianças e adolescentes, 18,07% são do sexo masculino e 17,75% do sexo feminino, comportando uma população infanto-juvenil bastante significativa para um município de pequeno porte.

A economia de Miranorte gira em torno das produções agrícolas de abacaxi (principal produto), arroz e da criação de bovinos. O levantamento realizado pela Secretaria de Planejamento do Tocantins em 2012 (SEPLAN c) revelou que 79,60% da população vivem em condição de pobreza e 17,20% em pobreza extrema.

Palmas é a capital do Estado do Tocantins, criada em 1989, após a divisão do Estado de Goiás em 1988. Conforme a Seplan (2012) a capital possui uma população de 228.332 habitantes, sendo que 221.742 vivem na área urbana e 6.590 na área rural do município. No que se refere à população de crianças e

adolescentes, 18,37% são do sexo masculino e 18,56% do sexo feminino. Além disso, Palmas possui o maior Produto Interno Bruto do Tocantins representando 22,8% do PIB estadual.

Palmas foi idealizada para ser o centro administrativo e econômico do Tocantins, devido a isso, o setor de serviços é o principal setor da economia palmense. No município em 2010, o setor de serviços fora responsável por 71,6% do valor adicionado, indústria por 27,7% e a agropecuária 0,7%. A capital apresenta expressiva desigualdade socioeconômica uma vez que 48,89% da população encontra-se em condição de pobreza.

O município de Paraíso do Tocantins localiza-se às margens da BR-153, distante aproximadamente a 63 km de Palmas, fundado em 1940, elevou-se à categoria de município em 1964. Com uma população de 44.417 habitantes, que divide-se em 42.473 vivendo na cidade e cerca 1.944 residindo na área rural do município. A população infanto-juvenil é bastante expressiva, cerca de 17,93% são do sexo masculino e 17,59% são do sexo feminino.

A economia é basicamente composta pelo setor de serviços que foi responsável em 2012 por 59,4% do valor adicionado total do município, pelo setor industrial por 36,5% e o setor agropecuário por 4,1%. Apesar do município estar entre os PIB (Produto Interno Bruto) mais elevados do Tocantins, apresenta expressiva desigualdade socioeconômica, cerca de 65,08% da população paraisense vive em condição de pobreza e 7,73% em extrema pobreza.

O apontamento de alguns indicadores sociais dos cinco municípios que participaram da pesquisa buscou elucidar, ainda que sinteticamente, o contexto no qual os CREAS vêm realizando suas ações. Constata-se que em todos os municípios há índices expressivos de famílias em situação de pobreza, mortalidade infantil e indivíduos/famílias residentes na zona rural.

Chama atenção que, com exceção de Palmas e Dianópolis, os demais municípios localizam-se às margens da BR 153, que liga o Brasil de sul (Rio Grande do Sul) a norte (Pará), tendo sido essa rodovia mapeada em 2002 pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial como rota do tráfico interno²³ de mulheres, crianças e adolescentes.

²³ Reflexões mais aprofundadas sobre as particularidades dos municípios encontram-se no capítulo 5 da presente tese.

2.6 AS PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TOCANTINS: Aproximações com o Objeto de Estudo

“A maior e menos conhecida região do Brasil, a Região Norte, possui um perfil desafiador tanto naquilo que oculta, quanto naquilo que revela sobre a situação de suas 2,3 milhões de crianças”.

Fundo das Nações Unidas para a Infância

O Brasil é um dos países com maior extensão territorial do mundo, ocupando o 5º lugar no ranking mundial, segundo o IBGE (2012), o Brasil é o país mais extenso do Hemisfério Sul e da América Latina, com uma área total de 8 515 767,049 km². Entremeadado por profundas desigualdades sociais, econômicas, políticas e regionais que expressam a configuração histórica do país e evidenciam os atuais e prospectivos desafios para a universalização dos direitos à população brasileira. Esta tese sinaliza uma importante contribuição para a produção de conhecimento científico sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na região Norte²⁴, especialmente, para o Estado do Tocantins.

A parca produção teórica advinda de pesquisas científicas e estudos acadêmicos é fruto da histórica invisibilidade da região Norte do país, conhecida apenas pelas suas riquezas naturais, que despertaram a ambição, ocasionando na dominação e exploração dos colonizadores capitalistas sobre a população nativa. São notórios os indicadores que evidenciam as cidades da região Norte juntamente com o Nordeste com os piores resultados sociais.

De acordo com Silva & Silva (2005), a região Norte possui uma imensa extensão territorial com 3 853 676,948 km², cobrindo 45,25% do território nacional, mas uma pequena densidade populacional com 15, 8 milhões de habitantes, o equivalente a 7,6% da população nacional. No que se refere ao processo histórico da região Norte brasileira, é imprescindível ressaltar que:

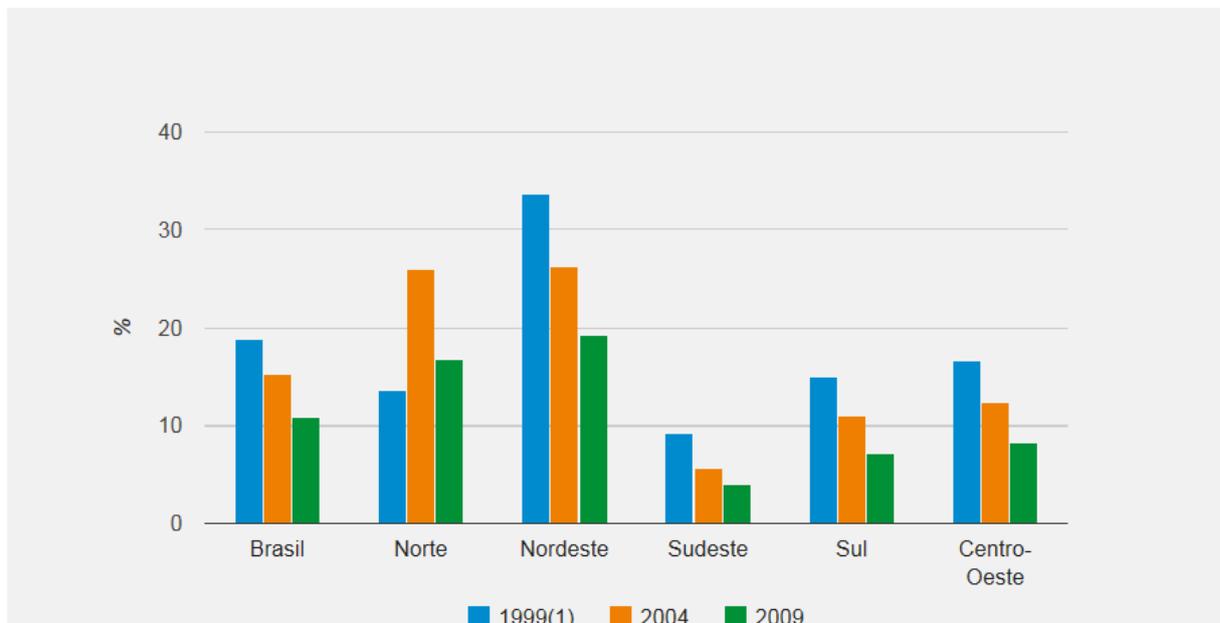
Na Região Amazônica Brasileira, a história, além de não ser diferente, é um pouco mais agravada, pois vista como vazia humano. Para se ter uma ideia, pode-se destacar que a Região Norte do país (território que concentra a maior parte da região), apesar de ser responsável por quase 50% da área total da federação, possui uma densidade demográfica que não chega

²⁴ A região Norte do Brasil é composta por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins.

a cinco habitantes por km., sofrendo, ainda hoje, com a histórica e irregular política de estímulo à ocupação, implantada por governos autoritários que dirigiram o país, concebida como a terra da riqueza, que deve servir a todos, mas pouco pensada em suas populações tradicionais, que hoje colhem o descaso das políticas públicas e sofrem com o extermínio de suas tradições. Essas populações vivem na incerteza do que esperar de gestões que não conseguem perceber que nenhuma política desenvolvimentista deve ser concebida sem considerar as especificidades e as condições de vida na região. (DAMASCENO, 2012, p.20).

Entre os diversos desafios presentes para a construção de políticas sociais, que materializem os direitos da população da região Norte, encontram-se as extensas dimensões geográficas com peculiaridades territoriais que se configuram pela dificuldade de acesso do Estado e seus equipamentos. No que se refere às condições de vida das 2,3 milhões de crianças e adolescentes, de acordo com a Unicef (2005), 16,8% vivem em habitações sem as mínimas condições de saneamento básico, em um espaço demográfico que é além de precarizado também é desconhecido pelas políticas sociais.

Figura 3 – Crianças de 0 a 14 anos de idade vivendo em domicílios sem abastecimento de água, por rede geral, sem esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões – Brasil – 1999/2009



Fonte: IBGE, 2009

Para Oesselmann (2000, p.18) “numa região rica em todo o tipo de recursos naturais como a Amazônia, existe, pelo menos, mais de um terço da população abaixo do limite oficial da pobreza, considerando apenas os centros urbanos”. A cidadania das crianças e adolescentes é balizada por quatro grandes eixos; que segundo Damasceno (2012) dizem respeito ao *acesso à educação de qualidade, enfrentamento à letalidade, rompimento de um ciclo de violência* que culpabiliza adolescentes e *garantia de condições dignas para vida* em sociedade. Desse modo, não há como garantir o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes sem lhes assegurar o atendimento de suas necessidades básicas: educação, saúde, saneamento, habitação e segurança.

Importante peculiaridade das famílias que compõem a região Norte do país, são apresentadas pelo estudo da Unicef (2004, p.11):

As vicissitudes enfrentadas pelas famílias migrantes na região são por demais conhecidas. Trata-se, em sua grande maioria, de famílias pobres, de raízes culturais distintas das que predominam nas áreas de destino que, sem contar com o apoio de relações de parentesco e de amizade, confrontam-se com enormes dificuldades em suas tentativas de consolidação de uma base de vida sustentável. A situação é especialmente difícil para aquelas que se deslocaram em direção às áreas de colonização, situadas em regiões inóspitas marcadas por sucessivos insucessos no desenvolvimento da agricultura. Mas as demais, que se deslocam para as cidades, também enfrentam problemas graves, como a falta de habitação e de emprego, a precariedade dos transportes (nas cidades maiores), a carência de água potável e de saneamento, a violência urbana, além de dificuldades de adaptação de toda sorte.

Característica que perpassa todos os sete Estados que compõem a região Norte, diz respeito à política de colonização desses territórios. Oesselmann (2000) e Damasceno (2012) são peremptórios ao afirmarem que não houve, no passado bem como não há na atualidade, uma preocupação na construção de projetos econômicos que tenham como prioridade o desenvolvimento humano da população, buscando atendê-la nas suas necessidades mais elementares e garantir condições dignas de vida.

Fernandez (2012) assevera que a população nortista vem sofrendo historicamente os diversos impactos sociais, econômicos e culturais resultantes dos processos de “ocupação” da Amazônia, em que predominam os interesses de exploração, utilização ou de preservação de recursos naturais, sendo poucas as

iniciativas que buscam garantir os direitos sociais dessa população como ponto de partida para o desenvolvimento da região.

A violação dos direitos dos humanos não é uma realidade estrita à região Norte do país, constata-se isso em todo o território brasileiro e mundial, mas quanto mais afastados dos grandes centros urbanos, quanto mais precárias são as políticas sociais e as instituições de defesa dos direitos, mais constantes e invisibilizadas são as violações, que se perpetuam na esteira do esquecimento público. A análise do cenário das condições socioeconômicas da população nortista possibilita apreendermos a dimensão do desafio que é atuar na garantia e promoção dos direitos da infância e adolescência diante das imensas adversidades e fraturas sociais que se estruturam nessa região do Brasil.

Yazbek (2001, p.34), ao refletir que é a ausência do protagonismo de poder que contribui para subalternidade das classes sociais, infere que este elemento é negado à população empobrecida que cotidianamente é espoliada de seus direitos, em um intenso processo de dominação (objetiva e subjetiva):

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social.

A violência estrutural expressa nas diversas faces da desigualdade social, econômica, política e regional e consubstanciada pelos impactos deletérios do capitalismo no seu atual estágio, incide não somente para o agravamento da pobreza e alvitamento das condições básicas de vida (materiais e espirituais), influi, sobre a configuração das políticas sociais. Cada vez mais precarizadas e focalizadas, reforçam a incompatibilidade entre os direitos e sua materialização na vida dos usuários (as).

A atenção às crianças e adolescentes nortistas deve levar em consideração as particularidades desse território, sua diversidade social, cultural e familiar que são bastante diversas da população infanto-juvenil dos grandes centros urbanos do país.

Atualmente o Brasil possui um total de 896,9 mil indígenas, sendo que a região Norte comporta a maior população indígena do país com aproximadamente 342,8 mil habitantes, que vivem em terras demarcadas pelo Estado (IBGE, 2010). O Censo 2010, mostra que há mais jovens índios do que idosos, entre os anos de 2000 a 2010, a proporção de indígenas entre 0 a 14 anos de idade passou de 32,6% para 36,2%, enquanto o grupo etário de 15 a 64 anos de idade foi de 61,6% para 58,2%. Em 2010, metade da população indígena tinha até 22,1 anos de idade. Nas terras indígenas, o índice foi de 17,4 anos e, fora delas, 29,2 anos (IBGE, 2010).

Segundo Fernandez (2012), atualmente, na região Norte, 56,9% das crianças e adolescentes vivem em situação de pobreza, sendo as indígenas e negras as mais afetadas pela pobreza. Essa população vive em localidades isoladas, em que o acesso se faz apenas por longas viagens de barcos, impossibilitadas no período das chuvas devido às cheias dos rios.

A disponibilização de serviços sociais públicos nessas localidades é um desafio a ser superado pelo Estado e suas políticas públicas. Segundo relatório da Unicef (2011), a região Amazônica concentra também os maiores indicadores de meninos e meninas entre 12 e 17 anos em situação de extrema pobreza.

Em 2009, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 22,1% dos adolescentes da região Norte viviam em famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, chegando esse número a 25,5% no Estado do Pará. Outro desafio presente na região Norte, diz respeito à produção de dados e informações sobre as condições e modos de vida das crianças e adolescentes que vivem nas zonas rurais, consideradas de difícil acesso.

As desigualdades sociais, econômicas e regionais e ausência de políticas sociais constituem-se como elementos intrínsecos para a perpetuação da violência, em especial a exploração sexual. Em 2002, o relatório nacional da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, apontou que a região Norte do país possui o maior número de rotas de tráfico para fins de exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, como mostra o quadro 3.

Quadro 3 – Pobreza e Desigualdades Regionais / Geografia de Rotas²⁵

Regiões	Nº de Pobres (X Mil)	Proporção de Pobres (%)	Rotas de Tráfico (Nacional e Internacional)
Região Norte	2.220	43,2	76
Região Nordeste	18.894	45,8	69
Região Sudeste	13.988	23,0	35
Região Sul	4.349	20,01	28
Região Centro-Oeste	2.469	24,8	33
BRASIL	41.919	30,2	241

Fonte: PESTRAF – Banco de Matérias Jornalísticas / 2002; Relatórios Regionais da PESTRAF; Departamento de Polícia Federal – DPF – SAIP/ CGMAF/DPJ/DPF – MJ – Brasília/DF – 1999-2002.

O quadro 3 evidencia que a região Norte do Brasil é a que mais possui rotas de tráficos para fins sexuais de crianças, adolescentes e mulheres. Ainda que a pobreza não seja o único fator determinante da violência sexual, não pode-se desconsiderar que a mesma tem grande incidência na exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o Brasil. O estudo apontou ainda que o Tocantins encontra-se nas rotas do tráfico por meio das rodovias 316, 226 e 222 e principalmente pela BR 153, também conhecida por Belém-Brasília ou Transbrasiliana, que liga o Brasil do Sul (Rio Grande do Sul) ao Norte (Pará).

De acordo com Leal (2002, p.71) “as rotas são estrategicamente construídas a partir de cidades que estão próximas às rodovias, portos e aeroportos, oficiais ou clandestinos, que são pontos de fácil mobilidade”. Entre os municípios que tiveram seus CREAS pesquisados, destacam-se três: *Gurupi, Miranorte e Paraíso do Tocantins*, em todos eles a BR 153 atravessa seu território.

O mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual comercial realizado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) vem se constituindo como uma ferramenta de fundamental importância para o planejamento de ações de defesa dos direitos da infância e adolescente, mas também para a repressão desse crime. Conforme o 5º Documento de Mapeamento dos Pontos Vulneráveis (2012, p.10), “qualquer trabalho de levantamento de informações em um país continental requer

²⁵ O mapeamento realizado pelo Pestráf em 2002 até o presente momento é o único estudo que sistematiza a realidade das regiões do Brasil com a rota de tráfico para fins sexuais de crianças e adolescentes.

um eficiente e eficaz planejamento e execução”. O quadro 4, apresenta as rodovias federais com maior índice de pontos vulneráveis à exploração sexual, revelando que a BR 153 é a segunda na região Norte com maior número pontos mapeados.

Quadro 4 – Rodovias Federais com maior número de pontos mapeados

BR	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total por BR
230	---	37	130	---	---	167
116	---	56	---	85	25	166
101	---	37	---	36	70	143
364	85	---	28	---	1	114
153	53	---	49	6	4	112
163	70	---	25	---	10	105
TOTAL	208	130	232	127	110	807

Fonte: 5º Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras, 2012, p. 42.

Esse cenário esconde ainda um assustador percentual das crianças e adolescentes que não recebem nenhum tipo de atenção do poder público, enredadas na perversidade da violência cotidiana. Entre maio de 2003 a março de 2011, 156 mil denúncias foram registradas pelo Disque Denúncia Nacional (Disque 100), 32% são de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país. No ano de 2012, foram registradas no Disque 100, 1.169 denúncias de violência contra crianças e adolescentes no Estado do Tocantins, sendo que 190 destas notificações eram de violência sexual.

Apesar do alto índice de pontos vulneráveis nas rodovias federais no Brasil, a subnotificação dos casos de exploração sexual é uma realidade inconteste. A ausência de um sistema de informações integrado que possibilite o acesso e análise dos dados que chegam até as entidades públicas, juntamente com a falta de instrumentalização da própria sociedade civil para encaminhar tais situações, configura-se como um desafio a ser superado para o enfrentamento à violência sexual em todo o Brasil.

2.7 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

As técnicas de pesquisa consistem em: “[...] um conjunto de preceitos ou

processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 176). Dentre as técnicas que foram utilizadas, para a coleta de dados, esteve à entrevista, que permite ao/ pesquisador/a conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa por meio do diálogo. O tipo de entrevista utilizada fora a entrevista do tipo dirigida, que segundo Chizzoti (2001, p.57) é compreendida como:

[...] um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emití-las. As informações colhidas sobre fatos e opiniões devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar. É, pois, um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho.

Além disso, foi imprescindível a aplicação de formulário, para facilitar e viabilizar o registro. O formulário é compreendido como “um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.214). O formulário possui como característica fundamental evitar possíveis equívocos e obtenções errôneas da realidade que se investiga, uma vez que é realizado diretamente com o sujeito envolvido na pesquisa.

A aplicação do formulário para a coleta dos dados teve como propósito construir um direcionamento para o/a entrevistado/a e o/a entrevistador/a, evitando assim a perda dos objetivos da pesquisa durante a entrevista. Além disso, o formulário foi um instrumento que facilitou e viabilizou o registro que se deu por meio da gravação das entrevistas e posteriormente a transcrição como forma de facilitar a análise dos dados coletados.

No formulário, constaram perguntas abertas com a finalidade de obter uma maior apreensão acerca da configuração da violência sexual bem como a percepção que os sujeitos possuem desse fenômeno e como vem sendo desenvolvida as ações para a proteção das crianças e adolescentes e para a prevenção às situações de violência sexual.

Optou-se, no formulário, por questões abertas, pois estas diferentemente das perguntas fechadas que possibilitam apenas um conhecimento superficial da realidade, as questões abertas permitem um nível de profundidade durante o diálogo. Nesse sentido, as perguntas abertas contribuíram para uma apreensão

mais ampla da vivência dos sujeitos entrevistados no enfrentamento à violência sexual, proporcionando-lhes maior liberdade de resposta e interação no momento da entrevista.

A realização das entrevistas aconteceu durante os meses de setembro a novembro do ano de 2014 e entre os meses de fevereiro a março de 2015, por meio de contatos telefônicos com os/as entrevistados/as, para o estabelecimento das datas em que iria ocorrer a coleta e programação das viagens, uma vez que os municípios que compuseram a amostragem localizam-se significativamente distantes do município em que a pesquisadora reside.

As entrevistas com as famílias aconteceram mediante a articulação com as equipes técnicas que indicaram as famílias que iriam participar do estudo. Salienta-se que foram encontradas diversas dificuldades nesse processo, pois de acordo com os (as) profissionais as famílias não demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa. Dessa forma, não houve um contato prévio da pesquisadora com as famílias para esclarecimentos sobre as entrevistas, o que foi considerado um elemento obstaculizador. Nesse sentido, respeitou-se o posicionamento desses sujeitos, entrevistando-se assim apenas 02 mães.

A análise documental também foi utilizada, pois se percebeu ser imprescindível realizar uma pesquisa na documentação que delinea a configuração da violência sexual, propiciando, assim, um desvendamento das determinações, características, modos e condições de vida das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A coleta de dados para a análise documental “está restrita a documentos ou não, constituindo o que se pode denominar como primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.176).

A coleta de dados para análise documental aconteceu entre os meses de setembro de 2014 a fevereiro de 2015, em que foram analisados cerca de 40 prontuários ou relatórios mensais e/ou os formulários de acolhimento que continham dados que permitiram desvendar as particularidades da violência sexual infanto-juvenil no Tocantins.

No que se refere à escolha dos documentos, os relatórios foram selecionados aleatoriamente, sendo que o recorte histórico foi do ano de 2005 (período de implantação dos CREAS em Tocantins) até o ano 2013. Contudo, salienta-se que, devido à falta de registros dos atendimentos referentes aos anos anteriores a 2010,

os documentos analisados contemplaram o período entre os anos de 2013 a 2014.

Nesse sentido, a escolha desta técnica teve o intuito de capturar o fenômeno desvendando os múltiplos fatores que se engendram não somente na análise macroscópica, mas essencialmente, expressam-se na singularidade presente no cotidiano dos sujeitos.

2.8 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para analisar os dados coletados, na pesquisa, fez-se uso da técnica de análise de conteúdo que busca contextualizar as informações obtidas de modo a garantir a relevância dos resultados a serem socializados. Minayo (2003), aponta que a análise de conteúdo objetiva averiguar hipóteses ou ainda desvendar o que está por detrás de cada conteúdo, assim infere que “o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto seja ele explícito e/ou latente” (MINAYO, 2003, p. 74). Entende-se que análise de conteúdo é uma técnica que visa identificar o que está sendo expresso ou dito a respeito de um determinado tema ou assunto.

O processo de análise parcial dos dados obtidos pela pesquisa ocorreu durante os meses de janeiro a março do ano de 2015, fazendo uso das sete fases metodológicas indicadas pelo Método de Sistematização da Prática proposto pela autora María Mercedes Gagneten. Este método sugere a realização de um processo que envolve sete fases metodológicas para a análise dos dados obtidos pela pesquisa, que são eles: 1º Reconstrução, 2º Análise, 3º Interpretação, 4º Conceituação, 5º Generalização, 6º Conclusões e 7º Propostas.

O Método de Sistematização da Prática (MSP), busca a articulação do conhecimento com a ação, possuindo, conforme Gagneten (1987), como razão essencial de ser, a sua volta permanente para prática, redirecionado-a em profundidade com ela mesma. Busca dialeticamente compreender as relações do ser humano consigo mesmo, com a sociedade e com seu contexto social, cultural e econômico. Assim para melhor compreensão das fases metodológicas que nortearam a análise dos dados obtidos pela presente pesquisa apresenta-se uma breve síntese acerca de cada fase metodológica proposta e discutida pela autora.

A fase da *reconstrução* “permite unir as dimensões de tempo e espaço da realidade de uma dimensão única: a situação vivida” (GAGNETEN, 1987, p. 70). Diante disso, a reconstrução da realidade visa possibilitar deslocar um segmento da realidade a um contexto posterior para a interpretação científica dentro do MSP, assim essa fase é considerada o ponto de partida para o conhecimento de uma realidade.

A *análise* é entendida como uma fase que busca um esforço de compreender o todo por meio do conhecimento e da compreensão das partes. Implica, portanto, em “desagregar elementos constitutivos de um todo” (GAGNETEN, 1987, p.78). A análise permite, em um primeiro momento, uma reflexão metodológica da prática social. Desta forma, proporciona a superação dos modos tradicionalmente utilizados em uma investigação social como os questionários, censos e demais formas de quantificar os resultados.

A *interpretação* é compreendida como um esforço de síntese, de composição de um todo por meio da reunião de suas partes, deste modo, uma vez interpretados os resultados, com o auxílio de determinado marco teórico, viabiliza o reordenamento dos dados, permitindo uma nova compreensão sobre eles. A interpretação proposta pela autora, também, significa reduzir termos emergentes a seus núcleos significativos, ou seja, clarificar seus determinantes, o seu contexto e o seu real significado.

A *conceituação* consiste em unir as mais diversas interpretações que vão surgindo na prática, dispondo-as dentro de um todo coerente. Assim esta fase permite uma reconstrução teórica dos diferentes elementos percebidos, tematizados e interpretados a partir da prática. Pode-se então afirmar que a conceituação tem por finalidade de sua aplicação, no processo de sistematização da prática, a superação dialética das aparências que compõem e envolvem a prática, bem como da realidade social, em que se está inserido (GAGNETEN, 1987).

A *generalização* possibilita extrair o universal (o todo) das particularidades, ou seja, das fragmentações da prática em diferentes espaços, e em tempo que permita a sua confrontação. Entende-se que a generalização tem como objetivo fundamental a explicação de determinadas essências oriundas da realidade que assim permitam prever ações necessárias para a prática (GAGNETEN, 1987).

As *conclusões* dizem respeito ao estabelecimento de uma relação objetiva entre a prática de uma dada realidade e a sociedade global da qual procedem e

fundamentem-se ações desejáveis, para realizar-se no futuro, levando-se em conta a direção dos acontecimentos atuais (GAGNETEN, 1987). As *propostas* implicam a construção de alternativas durante o desenvolvimento da prática, podem sinalizar contrapropostas às alternativas já existentes, ou seja, é a criação de novas formas para o enfrentamento das desigualdades sociais.

O método de Sistematização da Prática implica uma interação entre teoria e prática, funcionando como “abrangente sistemático movimento incessante dos processos sociais desencadeados durante todo o processo prático” (GAGNETEN, 1987, p. 33). Assim infere-se que as fases metodológicas do MSP estão dialeticamente relacionadas, não podendo desarticulá-las ou até mesmo fragmentá-las de modo a obstaculizar o processo, para sistematizar e analisar de forma coerente e integradora os dados obtidos por meio da realização da pesquisa.

Este procedimento buscou, juntamente com a técnica de triangulação de dados, apreender a amplitude dos elementos encontrados nas falas dos sujeitos pesquisados e nos documentos analisados. Nesse sentido, tais técnicas objetivaram uma leitura de totalidade das ações que os CREAS do estado do Tocantins vêm desenvolvendo para enfrentar as múltiplas faces da violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.9 PRESSUPOSTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Em primeiro lugar é de suma importância ressaltar que a pesquisa buscou atender a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre os procedimentos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos. Nesse sentido, fora respeitada a vontade dos sujeitos em participarem ou não do estudo. Quando houve adesão, fora realizada primeiramente a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e após a assinatura do documento por ambos/as os/as envolvidos/as (pesquisadora e pesquisado/a), sendo entregue uma cópia para cada um deles/as.

No TCLE constava a autorização para a divulgação das entrevistas para fins da pesquisa (elaboração da tese, artigos e socialização dos resultados). Fora esclarecido junto aos/as pesquisados/as a preservação do anonimato, não contendo nenhuma forma identificatória dos sujeitos envolvidos no estudo durante a constituição da presente tese de doutorado. Assim, fez-se uso de códigos, tais como:

P1A, P2A, P3A, P1B, P2B, P3B, P1C, P2C, P3C, P1D, P2D, P3D, P1E, P2E E P3E; Família A e B), para a apresentação das falas dos entrevistados neste trabalho.

Além disso, no TCLE constava, de forma precisa e clara, os objetivos da pesquisa, a identificação dos responsáveis pela sua execução (doutoranda e orientadora) com seus respectivos contatos, bem como a identificação da universidade. De acordo com Silvermann (2009, p.289), são muitos os objetivos que se deseja alcançar com a garantia de procedimentos éticos nas pesquisas, nos quais se destaca:

Garantir que as pessoas participem voluntariamente; tornar comentários e o comportamento das pessoas confidenciais; proteger as pessoas de danos; garantir a confiança mútua entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas. Serão consideradas duas maneiras de se alcançar esses objetivos éticos: diretrizes éticas, prática de pesquisa criteriosa e eticamente respeitável.

Também fora respeitada a desistência dos sujeitos que após assinarem o termo não desejassem mais participar da pesquisa, salienta-se que nenhum dos sujeitos participantes expressou interesse em desistir da pesquisa. Além disso, fora entregue a cada Secretaria Municipal de Assistência Social uma Carta de Conhecimento para a autorização da instituição para a coleta de dados, contendo no documento o título e os objetivos da pesquisa. Fora enviada também a cada Centro de Referência Especializado de Assistência Social uma Carta de Apresentação, em que constou de forma precisa e clara os objetivos da pesquisa, a identificação dos responsáveis pela sua execução (doutoranda e orientadora) com seus respectivos contatos, bem como a identificação da universidade.

O estudo também responsabilizou-se pela utilização dos dados coletados nos prontuários de cada CREAS, assinando o Termo de Compromisso para Utilização de Dados e comprometendo-se que os dados coletados serão utilizados exclusivamente com finalidade científica, preservando integralmente o anonimato dos usuários.

A devolução dos dados obtidos pela pesquisa aos sujeitos participantes, além de implicar um posicionamento ético por parte do/a pesquisador/a, favorece, segundo Bourguignon (2008), na centralidade do sujeito implicando uma maior visibilidade deste em relação a sua própria experiência e conhecimento da realidade. A devolução dos resultados obtidos pela pesquisa aos sujeitos participantes dar-se-á em três encontros que serão organizados por meio do critério de proximidade

geográfica entre os CREAS:

- 1º Encontro: CREAS de Miranorte e Palmas;
- 2º Encontro: CREAS de Paraíso do Tocantins e Gurupi;
- 3º Encontro: CREAS de Dianópolis.

A devolução dos dados acontecerá impreterivelmente após a defesa final da tese de doutorado, no qual participarão os sujeitos envolvidos na pesquisa: coordenadores/as, profissionais (assistentes sociais e psicólogos/as) e as famílias.

Para a realização deste estudo fez-se necessário primeiramente a sua aprovação na Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e posteriormente o seu encaminhamento e aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa²⁶ da respectiva Universidade, para que então pudessem ser realizadas a coleta, análise e interpretação dos dados.

O próximo capítulo desta tese busca reconstruir a categoria violência como concreto-pensando apreendendo-a como um complexo social gerido nas relações que expressam a atual sociabilidade capitalista. A investigação social sobre a violência, enquanto fenômeno que se produz e se reproduz no movimento contraditório do capital, implica não somente entendê-la nas suas expressões mais imediatas, mas sim voltar-se para buscar a sua multiplicidade e as raízes sócio-históricas e ideopolíticas que estão por detrás de sua materialização.

²⁶ O referido projeto de pesquisa possui o Certificado de Apresentação e Apreciação Ética emitido pelo CEP/PUCRS, constando com o número: 31121214.2.0000.5336

3 A CATEGORIA VIOLÊNCIA: Uma análise crítico-conceitual

“Em toda a ciência o difícil é o começo.”

Karl Marx

A busca por uma apreensão da violência que contemple a totalidade de suas expressões e manifestações na cena contemporânea emerge como um desafio proeminente aos (as) pesquisadores (as), em especial, nas últimas décadas, em que se evidencia uma maior produção científica de pesquisas e estudos para o desvendamento desse fenômeno em âmbito internacional. Assim, a violência encontra-se, atualmente, entre os assuntos de maior relevância social, acendendo na academia as discussões e, principalmente, às reflexões capazes de apreendê-la na multiplicidade de suas aparências e manifestações nas relações sociais.

Peremptoriamente, o estudo da violência consubstanciou-se, a partir do século XIX, no âmago das *Ciências Sociais* e das *Ciências Humanas* (antropologia, história, geografia, psicologia, etc.). Não obstante, desde a década de 1980 a *Saúde Pública* tem intensiva e expressivamente contribuído para a análise da violência, uma vez que um grande número de pesquisadores (as) dessa área de conhecimento vem dedicando-se ao compromisso de compreender as raízes da violência e a sua prevenção (DAHLBERG; KRUG, 2006).

As principais contribuições da *Saúde Pública*²⁷ para a análise da violência encontram-se na sua abordagem interdisciplinar para a apreensão do fenômeno, baseando a produção de conhecimentos científicos em diversas áreas, tais como: medicina, psicologia, epidemiologia, sociologia, criminologia, educação e economia.

Na presente tese de doutorado, a violência é apreendida como um fenômeno multideterminado e multifacetado, requerendo, logo, uma abordagem conceitual a partir da sua totalidade (expressões, manifestações, contexto, etc.). Tal perspectiva consiste em apreender o fenômeno, considerando as múltiplas e complexas mediações que o engendram na realidade concreta. Destarte, no presente capítulo, a violência será abordada em um processo crítico-analítico, analisando-se as

²⁷ Para Merhey (2002, p.03-04) a saúde pública consiste em “uma prática social de saúde, que visa intervir nos problemas de saúde considerados como legítimos por uma certa sociedade e época, e efetivada através da presença do estado nacional, sob a forma de uma prática técnica comprometida com uma certa forma de produzir o cuidado em saúde, tendo como objeto a dimensão coletiva do processo saúde e doença, enquanto uma questão social”.

múltiplas possibilidades de definição do fenômeno, a partir da perspectiva marxiana, buscando-se, assim, construir uma abordagem de totalidade e abandonando concepções fechadas e fragmentárias na apreensão e explicação desse fenômeno.

Chesnais (1981, p.11) em sua obra sobre o percurso histórico da violência nas sociedades europeias nos últimos duzentos anos, adverte que:

O leitor deste livro terá a impressão de entrar num universo fragmentado, disparatado e sem grande unidade. Mas, a própria violência é que se apresenta como um fenômeno pulverizado, atingindo a vida privada e a vida pública em todos os seus aspectos, os mais visíveis e os mais secretos.

A complexificação da violência diante da atual crise do capital e as investidas neoconservadoras reveste a realidade sob o manto da fragmentação e da pulverização dos fenômenos sociais, concebidos a partir de uma ótica em que tudo é caótico, desorganizado, efêmero e desconexo. As expressões ideoculturais da crise capitalista refletem intensamente na produção do conhecimento das ciências sociais, conforme Tonet (2009, p.118):

[...] a cientificidade atual (no âmbito social) tem assumido um caráter cada vez mais manipulatório. Vale dizer, ela tem se manifestado cada vez mais incapaz de compreender a realidade como uma totalidade articulada em processo e de ir até as raízes dos fenômenos sociais. Tendo nascido sob o signo da fragmentação e da empiricidade, viu essas características se tornarem cada vez mais intensificadas.

A efemeridade e a superficialidade, na compreensão da realidade social, contribuem para que o fenômeno da violência seja apreendido a partir de uma perspectiva singular, sem as mediações necessárias para capturá-lo como produto das relações capitalistas e não como um fenômeno imediato, individual, desvinculado dos processos sociais e com fórmulas mágicas para sua “solução” na sociedade contemporânea.

A violência não é um conceito determinado pela lógica racional do ser humano, mas uma categoria ontológica intrinsecamente conexa à produção e reprodução das relações sociais e interpessoais. A violência, segundo as reflexões de Silva & Carmo (2013, p.87), “não se apresenta evidentemente como categoria central, primeira, fundante desse ser de sua sociabilidade, mas imbricada, vinculada a categorias centrais para sua sociabilidade”.

Portanto, a violência em suas múltiplas expressões sob a ordem do capital, irá incidir diametralmente na vida dos seres sociais, condicionando suas condições e modos de vida, num processo de desumanização.

Minayo (2005) considera que encerrar a noção de violência numa definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a não apreender o percurso construído por esse fenômeno no âmago das sociedades. A perquirição da violência nesta tese não consiste em especular sobre uma tipologia da violência ou mesmo de generalizações de conceituações, mas sim reconstruir o fenômeno histórica e criticamente, o capturando como elemento que constitui as relações sociais e, inscrito na realidade concreta. Como salienta Silva (2006, p.34),

O problema não está em reconhecer a existência de diversas formas de objetivação e particularização da violência (aliás, reais e em nada desprezíveis), mas na incapacidade de lidar com esta categoria em sua totalidade, ou, seja como fenômeno universal que se particulariza sob dadas condições e se expressa inteiramente nas singularidades (ainda que não se revele, jamais, na sua complexidade, imediatamente).

Ao apreender a violência como um fenômeno multideterminado, sua incidência não se dá ao acaso e sua reprodução não concede apenas por um fator e, portanto, desvendar os meandros impingidos neste fenômeno requer apreender a sua totalidade e não a fragmentação ou mesmo a generalização das suas faces (VIEIRA, 2013).

A abordagem da violência, a partir da dialética marxiana, considera que a realidade dos fenômenos encontra-se em constante transformação que é resultante dos movimentos que modificam suas bases, pois a realidade não é uma petrificação de movimentos, pelo contrário, como aponta Marx (1996, p.50) é “a síntese de múltiplas determinações”, estando, portanto, em movimento e expansão. Assim, não somente a realidade está em constante transformação, os conceitos, muitas vezes considerados como verdades absolutas, como determinavam os positivistas também sofrem significativas modificações.

A violência manifesta-se numa dinâmica complexa, diversificada, concreta e material, possui uma lógica que segundo Silva (2012) não é criada abstratamente pela razão humana, ainda que possa e deva ser compreendida, descrita e analisada com o apoio do pensamento humano. Exige, portanto, uma postura investigativa que transcenda e abandone abordagens focais ou demasiadamente generalistas, é

preciso “reconhecer que a violência - como qualquer complexo social – se manifesta imediatamente nos indivíduos (seja naqueles que violentam seja, nos que são violentados), individualidades estas que sentem concretamente inúmeras carências e necessidades humanas” (SILVA, 2006, p.36).

Por isso, a violência é uma ação que atinge sujeitos inseridos em processos sociais reconstruídos sob dadas condições históricas que irão ou não potencializar ações de violência.

O mote da presente tese é a violência sexual contra crianças e adolescentes em suas múltiplas expressões, contudo, torna-se imprescindível, para sua captura, reconstruir primeiramente a categoria violência como concreto-pensado, antes de percorrer o caminho para apreensão crítica de suas manifestações contra o segmento infanto-juvenil.

Assim, a reconstrução da violência como uma categoria histórica produzida e reproduzida em suas múltiplas formas e inscrita nas relações sociais contemporâneas é essencial, possibilitando apresar as condições objetivas e subjetivas nas quais esse fenômeno se apresenta no contexto atual da sociedade de classes.

Buscando reconstruir a violência como concreto-pensado, considera-se que:

[...] o concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de concentração, como resultado, não como ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminha a representação volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento [...]. (MARX, 1996, p.410).

O objeto concreto na teoria marxiana é distinto do objeto empírico (do positivismo), uma vez que o concreto é produto de uma construção teórica, não é a coisa dada imediatamente aos sentidos. Kosik (1976, p.40) refere que “o conhecimento consiste do reflexo subjetivo da realidade objetiva”, desse modo, versa em refletir subjetivamente a realidade objetiva (construção teórica, pelo processo de abstração).

Por isso, o concreto-pensado não é o imediato, não é o aparente, mas sim a apreensão da realidade concreta em seus nexos e mediações, enquanto parte de uma totalidade de dinâmicas relações.

O presente capítulo realiza uma discussão, buscando analisar o fenômeno da violência em suas múltiplas faces, não excluindo as dinâmicas dimensões dos diferentes contextos, tempos e espaços nos quais ela se manifesta. A sua busca delimita-se em desnaturalizar e conhecer o que atualmente denomina-se violência, percorrendo, assim, conceituações clássicas e contemporâneas.

Todavia, como ressalta Marx (1996, p.129) “em toda a ciência o difícil é o começo” e quando se discute sobre violência caminha-se por um terreno árido, em que não há consensualidade ou incontroversas, mas sim uma categoria que assume na contemporaneidade múltiplos significados.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiramente o percurso reflexivo acontece com as discussões sobre o significado etimológico da violência. Em um segundo momento, realiza-se uma breve reflexão acerca do fenômeno da violência na sociedade capitalista brasileira trazendo à luz aspectos sócio-históricos e econômicos que conformam o caldo cultural brasileiro sob a influência do dito “*espírito da cordialidade do brasileiro*”, que contribuiu historicamente para ocultar a opressão não permitindo que a violência se revelasse no tecido social.

3.1 ETIMOLOGIA DA VIOLÊNCIA: Conceitos e Significados

Discutir o fenômeno da violência em suas múltiplas determinações e dimensões requer uma abordagem interdisciplinar para apreensão em sua complexidade, considerando-se a diversidade de suas dinâmicas – contextos, tempos, espaços e sujeitos. Os meios de comunicação vêm contribuindo para que, nas últimas décadas, houvesse uma intensificação de estudos e pesquisas que tenham a violência como objeto de investigação científica.

Entretanto, a mídia massivamente apresenta a violência de forma sensacionalista e descontextualizada, ou seja, transmite a violência como um fenômeno isolado, unicausal, não trazendo a magnitude dos impactos da violência estrutural, institucional, familiar e interpessoal para a sociabilidade humana.

Importante salientar que a mídia assume uma função ideológica ao influenciar comportamentos e opiniões dos indivíduos, não raro contribuindo como fomentadora de práticas violentas e reprodutoras de valores conservadores que no imaginário social impactam diametralmente para a produção de preconceitos, discriminações e subalternizações.

Njaine e Minayo (2004, p.202) referem que os meios de comunicação “contribuem concretamente para a construção de políticas públicas, na medida em que agenda debates na sociedade e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais”, contudo, ainda são poucos os exemplos que evidenciem a função social dos meios de comunicação sobre o fenômeno.

A violência, em seu significado etimológico, revela uma imensa dificuldade teórica em defini-la por meio de um conceito fechado, único e pontual e, isto se deve pelo seu caráter *polifônico, plural e multifacetado* (COSTA; PIMENTA, 2006). Michaud (1989) recorre ao latim para explicar o significado de violência, no seu entendimento violência deriva da palavra latina *violentia* que significa força ou violência. Segundo Michaud (1989), a palavra *violentia* é extraída do verbo *violare* que abrange ações de transgressão.

Deste modo, as derivações que a palavra violência na sua origem possui são apreendidas por Michaud (1989) como formas de tratar algo ou alguém com violência. O núcleo da palavra - *vis* – corresponde à compreensão por um lado de força, vigor, potência, violência, emprego de força e por outro lado quantidade, abundância, essência de alguma coisa.

Diante das apreensões apresentadas, evidencia-se que a própria etimologia da palavra violência concebe múltiplas formas de apreensão e, portanto, a materialização deste fenômeno na realidade concreta necessitará de uma apreensão a partir de uma perspectiva de totalidade, considerando a violência como uma categoria histórica e objetiva que se manifesta (produz e reproduz) sob dadas condições sócio-históricas.

Questiona-se, se seria possível impetrar um conceito que contemple todas as expressões e manifestações empíricas da violência, sem que haja para tanto uma absolutização? Ianni (2004), ao refletir sobre a violência na cena contemporânea, considera que a violência está intrinsecamente interligada à destruição do outro, daquilo que é diferente e estranho, como um processo que busca a purificação da sociedade, a sublimação do absurdo introduzido na sociabilidade e nos jogos em que as forças sociais encontram-se submergidas.

Nesse sentido, o mesmo autor refere que:

Não se trata de simplificar a problemática da violência, como se ela coubesse no conceito, ideia ou interpretação, vista em toda a sua complexidade, em suas múltiplas manifestações coletivas e individuais,

históricas e psicológicas, objetivas e subjetivas, é evidente que a violência é um acontecimento excepcional que transborda através das várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas. (IANNI, 2004, p.168).

A violência, em um sentido genérico e amplo, permeia a humanidade desde os seus primórdios, estando presente em diversos momentos que balizam o seu processo civilizatório, contudo, ao estar presente não significa que a mesma seja natural e intrínseca à natureza humana.

Sendo uma construção social e cultural, a raiz da violência não se situa apenas na projeção do comportamento humano por meio do instinto de agressividade, devido à sua complexidade, outros fatores e circunstâncias engendram o seu acometimento. Notoriamente, no senso comum há uma ligação mecânica entre violência e agressividade, sendo esta última constituinte do instinto de sobrevivência e reprodução dos animais.

Nessa apreensão errônea, do senso comum, influenciada, principalmente, pela etologia moderna²⁸, fundada em 1935, representada pelo zoólogo Konrad Lorenz, postulava-se que:

[...] a agressividade ocupa um papel importante como um estimulante vital entre os animais. Para ele, a sociedade humana é uma continuidade da dos animais e, portanto, o comportamento humano também é uma continuidade do comportamento dos animais. E entre os homens, segundo seus estudos, encontramos o instinto de agressividade direcionado para a sua própria espécie, levando à violência. (COSTA; PIMENTA, 2006, p.12).

Para Lorenz (1979), as funções básicas do comportamento agressivo animal são geridas pelos instintos de *hierarquia*, *territorialidade* e *defesa da prole*. Assim, os instintos irão se manifestar ou não de acordo com a situação em que o animal se encontra. Michaud (1989) realiza uma crítica veemente à concepção de Lorenz (1979) em relacionar o comportamento humano com os dos animais. Para Michaud (1989), dentre os principais riscos desta concepção, está a naturalização da violência, em que se abriria diversas possibilidades de se justificar atos de violência

²⁸ A Etologia vem do grego *ethos* (costume) e, *logus*, (tratado) ou a ciência que estuda o comportamento animal comparado. Conforme Zuanon (2007) os fundadores da Etologia foram os cientistas Konrad Lorenz, Níkolás Tinbergen e Karl Von Frish. O marco da fundamentação teórica da Etologia foi em 1935, com a publicação da obra de Lorenz intitulada "O companheiro como fator no ambiente da ave". No entanto, somente no ano de 1973 que Lorenz, Tinbergen e Von Frish foram considerados como os fundadores da Etologia, e tiveram reconhecimento da comunidade científica, tendo sido agraciados com o Prêmio Nobel.

tais como guerras, extermínios e assassinatos sob a alegação que são frutos do instinto de agressividade que é nato ao ser humano.

Assim, Michaud (1989) defende que a noção de instinto remete a um modelo que é nato, geneticamente determinado, rígido e sem referência a um sistema social e cultural de aprendizagem. Logo, a relação entre violência e o instinto de agressividade não possibilita apreender a violência em sua complexidade, tampouco, na sua mutabilidade, pois ela é concebida como algo estanque, de natureza única.

Além disso, a teoria de Lorenz (1979) apreende a violência como algo que decorre do instinto de agressividade do ser humano e, portanto, é natural, ou seja, a violência não é *intencional*, mas sim *instintiva*.

A violência assevera Muller (1998, p.33), “não pode deixar de ser obra do homem” e, por conseguinte, “[...] a violência apenas existe e age através do homem; é sempre o homem que é responsável pela violência” (MULLER, 1998, p.30). Tal acepção envolve dois elementos: *intencionalidade* e *desejo*. Em estudo psicanalítico²⁹, realizado por Costa (1986) sobre a díade desejo e violência, alude-se que dentre as principais diferenças entre *agressividade animal* e *violência humana* é que a última traz o desejo.

Assim, substitui-se o *instinto* pelo *desejo*, algo segundo o autor característico do ser humano e não do animal:

[...] a violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência desses predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência, pois o animal não deseja, o animal necessita. E é porque o animal não deseja que seu objeto é fixo, biologicamente determinado, assim como o é a presa para a fera [...] É porque o sujeito violentado (ou o observador externo a situação) percebe no sujeito violentador o desejo de destruição (desejo de morte, desejo de fazer sofrer) que a ação agressiva ganha significado de ação violenta. (COSTA, 1986, p.30).

Fernandes (1994) ao recorrer à psicanálise de Sigmund Freud reverbera que o psicanalista dizia que a agressividade faz parte de toda a pulsão, desse modo, em toda a pulsão, seja de vida ou de morte, há um *quantum* de agressividade. Isso significa, de acordo com Fernandes (1994), que determinadas circunstâncias sejam

²⁹ Para apreender e explicar a violência em uma complexidade a partir da totalidade de suas determinações e manifestações é imprescindível recorrer a outras áreas do saber, a fim de não fragmentá-la e situá-la como categoria isolada e unicausal.

elas sociais ou mesmo psíquicas, podem desencadear agressividade podendo ser canalizada em um ato destrutivo (violência), mas também para outras faculdades que orientam a formação da aprendizagem em cada sujeito.

Dentro de uma perspectiva que apreende a violência como um fenômeno multideterminado e multidimensionado, corrobora-se com a afirmação de Costa (1986) ao relacionar desejo e violência, distinguindo-os da agressividade natural. Ao considerar que a violência não engendra somente o dano físico, mas abarca também outras expressões como psicológicas (humilhações, ameaças e chantagens), torturas e guerras, a concepção de Lorenz (1979) que a violência decorre meramente do instinto de agressividade natural dos animais apresenta uma imensa limitação.

Lorenz (1979) entende a violência como um fenômeno natural e justificável, que emana somente dos aspectos biológicos, não considerando outros elementos da sociabilidade humana – culturais, sociais, éticos, morais, religiosos, econômicos, etc. -.

Além disso, salienta-se que, embora a violência esteja presente no processo histórico das relações sociais, a sociedade sempre buscou estratégias para seu enfrentamento seja por sistemas religiosos, filosóficos, legais e comunitários, a fim de preveni-la e ou mesmo limitá-la (DAHLBERG; KRUG, 2007). Nesse sentido, a compreensão da violência irá variar, conforme cada cultura na qual ela se manifesta.

Chauí (2008) argumenta que as distintas sociedades e culturas não definem ou, mesmo, não definiram a violência da mesma maneira, por isso o conteúdo que a engendra é diversificado, de acordo com o tempo e o lugar na qual ela se manifesta.

Deste modo, determinada cultura ou sociedade julga como um ato violento o que para outra não é avaliado como sendo violento, por isso:

A violência não é una, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis* que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes naturalizados ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas. (MINAYO, 2005, p.15).

Diante da causalidade complexa que envolve o fenômeno infere-se que a violência é socialmente construída, ou seja, não existem indivíduos naturalmente ou biologicamente violentos, mas sim fatores que atuam para que as situações de violência se materializem no cotidiano das relações sociais.

Os próprios valores de uma sociedade influenciam o acometimento da violência, a predominância de uma cultura que alimenta práticas cotidianas violentas contra mulheres, crianças, negros, indígenas, idosos, gays, lésbicas, etc. A produção desses modos de pensar e agir estão cravados na exploração e opressão, construindo subjetividades brutalizadas e reprodutoras de ideologias que conduzem ao estranhamento em relação ao outro, a banalização da vida humana e a repetição mecânica e bestial de comportamentos e posturas do pragmatismo e da não reflexão crítica dos atos centrados no pré-julgamento e no senso comum.

O *ethos* conservador na sua função de garantir a ordem social e as bases para a reprodução do capital trava, no cotidiano reificado por valores moralistas, verdadeiras “lutas” contra as “disfunções” e, principalmente, na construção de estratégias de enfraquecimento das lutas políticas e sociais da classe trabalhadora.

Em sua vinculação ideológica de valores através da cotidianidade, o conservadorismo moral contribui para a reprodução do preconceito, importante veículo de transformação da moral em moralismo. Nesse sentido, uma ideologia que defende o irracionalismo e a conservação de modos de comportamento e valores assimilados espontaneamente e pela tradição tem grandes possibilidades de se fortalecer no âmbito das relações sociais reificadas. (BARROCO, 2008, p.175).

A moral advinda com o pensamento conservador pressupõe a padronização de comportamentos, a criação de estereótipos e de estigmas, reforçando uma gama extensa de preconceitos e discriminações proferidos aos indivíduos que não se “modelam” a seu ideal de perfectibilidade humana.

Heller (1982, p.189) já trazia em suas reflexões que a construção de uma nova sociabilidade não seria possível se os homens continuassem sendo escravos do hábito. Assim, o cotidiano em sua singularidade é uma armadilha para a dependência do ser humano a hábitos que não permitem o seu rompimento e a superação na busca pela autonomia e a liberdade do ser humano.

Análogo à manipulação e a pseudo-concreticidade do cotidiano, no que tange as relações incluindo as expressões de violência, Chauí (2008) analisa a concepção

deste fenômeno na cultura ocidental como sendo uma violação da integridade física e psíquica de alguma pessoa – violação da sua dignidade humana -.

Por isso o que caracteriza a violência são ações de discriminação social e política de indivíduos ou grupos por suas condições étnicas, suas crenças religiosas, convicções políticas ou preferências sexuais, com isso:

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário a sua natureza e ao seu ser contra sua própria vontade. Por meio da força e da coação psíquica, obriga-se alguém a fazer algo contrário a si, aos seus interesses e desejos, ao seu corpo e a sua consciência, causando-lhe danos profundos irreparáveis, como morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros. (CHAUI, 2008, p.308).

A *intencionalidade* é outro aspecto que contribui para o distanciamento da relação mecânica entre violência e agressividade. Diferentemente dos demais animais presentes na natureza, o ser humano, o *homo sapiens*, é dotado da capacidade de idealizar, denominada *teleologia*³⁰. Assim, essa capacidade de idealização (planejar e depois executar) para Marx³¹ (2002) é a principal diferença entre uma ação executada por um ser humano e de um animal.

Inicialmente a consciência - individual e imediata - (*qualidade do ser humano e não do animal*), conforme Iasi (1999, p.14), “seria o processo de representação mental (subjativa) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”.

Nesse sentido, espolia-se a consciência como um epifenômeno na perspectiva marxiana, sobrevivendo por leis sócio-históricas. Segundo Marx & Engels (2009), a realidade do ser social é que determina a consciência, as determinações de classe condicionam, logo, em primeira instância, a consciência dos indivíduos,

³⁰ Para Marx (2002, p.211-212) “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”. Conforme Marx (2002) existe diferença entre o trabalho realizado pelo homem e o ato praticado pelo animal, pois o ser humano traz consigo a capacidade de projetar em sua consciência algo que almeja materializar, já o animal não possui essa capacidade, sendo suas ações guiadas pelo seu instinto animal, agindo de forma espontânea e irracional, ou seja, suas ações/atividades não lhe exigem nenhum tipo de aprendizado precedente ou de reflexão.

³¹ Marx (2002) não se refere à violência quando traz que o ser humano possui a capacidade de idealizar em sua consciência antes de pôr em prática algo, mas sim a categoria trabalho. A aproximação entre violência e a capacidade de idealizar, traz a apreensão da violência como algo ideado na consciência do sujeito, ou seja, perpassa primeiramente a consciência para depois materializar-se na realidade concreta. Fundamentando-se em Marx é possível apreender que o ser humano quando pratica um ato de violência traz consigo a capacidade de projetá-lo em sua consciência antes de materializá-lo ainda que não planeje os resultados posteriores da violência.

primeiramente, na formação de percepção, de vivência individual e subjetiva. Portanto, por mais focalizado que um ato de violência possa se expressar, ele sempre será ideado, desta forma, é balizado conforme Silva (2008), sob determinadas condições que são sociais e históricas. Além disso, o ato de violência não ficará restrito a esfera meramente individual-subjetiva, uma vez que o ser social é ao mesmo tempo subjetividade-objetividade.

Assim a consciência:

[...] é determinada pela realidade social, e ela é condição para a sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. A mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade(s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.98).

Assim sendo, a consciência é construída em um processo de fora para dentro, ou seja, é a realidade externa que se interioriza. Uma importante reflexão sobre a consciência encontra-se em Iasi (1999, p.14), que a entende como “um movimento e não como algo dado [...] só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação [...] no processo pelo qual ela se tornou o que é, assim é também com a consciência, ela não ‘é’, ‘se torna’”.

Os valores éticos, morais, a política, os modos de ser e viver e as condições sócio-históricas de cada época são elementos cruciais para o processo de consciência, contudo, esse processo não envolve somente a vivência imediata, mas conforme Iasi (1999) engendra também as informações já sistematizadas na forma de conhecimento.

Ao contrário do processo de consciência, o instinto é uma resposta que não varia em seu desenvolvimento, ou seja, é imutável, age mimeticamente, por meio dos mesmos estímulos. Não se desconsidera que o ser humano traga consigo a agressividade natural, pois é ela que desenvolve a função de defesa diante dos perigos enfrentados bem como é condição necessária para a auto-conservação e conservação da espécie, contudo, não pode ser considerada como elemento propulsor da violência em sua totalidade.

Logo, de acordo com Fraga (2002, p.45):

A agressividade é, assim, condição absolutamente necessária para a atividade humana. Um ser sem agressividade, sem qualquer possibilidade de iniciativa ou de defesa – no máximo, um autômato, um ser programado, que age segundo a vontade de outrem.

Existe um imenso risco em confundir violência com agressividade, Fraga (2002, p.45) faz a seguinte afirmação: “toda a violência pressupõe agressividade, mas nem toda a agressividade pressupõe violência, assim como toda atividade humana pressupõe agressividade, porém não violência”. Nessa passagem, o autor traz a agressividade como um elemento que atua como motriz da vida humana.

Assim é a agressividade que faz o indivíduo se movimentar, para que não fique na inércia e no imobilismo, mas que desenvolva a sua capacidade de sobrevivência, aprendizagem e socialização.

Mas como poderemos rejeitar por completo a violência se a luta e agressão fazem parte da vida? A solução fácil é uma distinção terminológica entre a ‘agressão’ que corresponde efetivamente a uma ‘força de vida’, e a ‘violência’, que é uma ‘força de morte’: a violência aqui não é agressão enquanto tal, mas o seu excesso que perturba o andamento normal das coisas devido a um desejo que quer sempre cada vez mais. (ZIZEK, 2014, p.60).

Tomando como ponto de partida a diferença entre agressão e violência, a consciência, diferentemente do instinto, é construída a partir da realidade social, na qual os indivíduos interagem consigo e com os outros, não é imutável, ao contrário, está em permanente mudança e sofre diversas influências no decorrer de sua formação. Muller (1998) infere que acima do critério da *intencionalidade* na violência outro deve ser retido, que é o de *responsabilidade*.

Para o autor, a responsabilidade humana, nos atos de violência, encontra-se inteiramente comprometida “nessas situações de injustiça que não se devem a fatores imponderáveis, não só todos somos responsáveis, como não há opressão sem opressores, exploração sem exploradores, nem ditaduras sem ditadores” (MULLER, 1998, p.33).

A violência expressa-se nas relações sociais, nas formas de sociabilidade entre os sujeitos, implica, sobretudo, em relações desiguais e assimétricas entre os sujeitos, de abuso de poder, assim:

[...] por si mesma, é um abuso; o próprio uso da violência é um abuso. Abusar de alguém é violá-lo. Toda a violência que se exerce contra o

homem é uma violação: a violação do seu corpo, da sua identidade, da sua personalidade, da sua humanidade. Toda a violência é brutalidade, ofensa, destruição e crueldade. A violência atinge sempre o rosto que deforma pelo efeito do sofrimento; toda a violência é des-figuração. A violência fere e magoa a humanidade daquele que a sofre. (MULLER, 1998, p.32).

Estabelecendo o caráter social e um conceito mais moderno de violência Chauí (1998, p.33) recorre também à palavra latina *vis*, buscando compreender a violência como sendo “tudo o que abrange a força para ir contra a natureza de algum ser”. Para a autora, a violência é uma ação que abrange diversas manifestações, sejam elas de coação e constrangimentos ou ainda de abusos físicos e psíquicos, tortura, violações nos quais são proferidos a alguém produzindo opressão, medo, terror ou mesmo intimidação “de um contra todos, de um contra um e de todos contra todos” (CHAUÍ, 1998, p.34).

Corroborando a conceituação de Chauí, o filósofo Muller (1998, p.30) apreende a violência como um ato de “*fazer calar, e privar o homem da sua palavra é já privá-lo da sua vida*”. A anulação do ser humano e o *fazer calar* nas relações em que a violência manifesta-se, retiram do sujeito a sua dignidade e o reduz a *coisa*³². Portanto, o ato de destruição do outro, seja física ou moral, determina os limites da sociabilidade nos quais se integra a violência em suas mais diversas manifestações.

O reconhecimento da violência e de suas manifestações está fundamentalmente interligado aos valores éticos e morais que conduzem certa sociabilidade. Além disso, salienta-se, segundo Odália (2003, p.22), que “a violência nem sempre apresenta-se como um ato, como uma relação, como um fator, que possua uma estrutura facilmente identificada”.

Nem todo o ato de violência será desvendado na sua totalidade e, assim por não ser desvendado, tal é manipulado como uma prática cotidiana para a regulação e ordenação das relações. No capitalismo, por exemplo, essas relações encontram-se pautadas na dominação e exploração do ser humano, na expropriação dos meios de produção, na distribuição desigual da riqueza que é socialmente produzida, enfim na degradação da vida humana por meio de valores individualistas, de consumo e opressão.

³² O próximo item deste capítulo apresenta a violência nas relações sociais capitalistas, aprofundando-se a discussão sobre a categoria marxiana da alienação e coisificação do ser humano.

A violência, desse modo, não pode ser analisada como algo exterior da sociedade que a produz e reproduz, torna-se imprescindível buscar a apreensão do fenômeno a partir das mediações que são construídas na dinâmica da realidade e, sobretudo, considerando a particularidade histórica de cada sociedade.

É possível, afirmar que não há uma explicação unívoca para a violência e suas formas de manifestação, mas sim aproximações que são sucessivas e, portanto, provisórias e condizentes com a realidade que se apresenta, assim:

Nem a filosofia popular nem os filósofos eruditos têm uma última palavra sobre o significado da violência. Muita gente defende um pensamento pragmático sobre o tema: a violência é boa ou má, positiva ou negativa, segundo as forças históricas que a sustentam. Exemplos estão aí, em pleno início do século XXI, quando vários chefes de estado continuam a justificar conflitos políticos e guerras no mundo em nome da civilização e da paz e quando pais e mães continuam abusando física e emocionalmente dos filhos por tradicionais e seculares razões ditas pedagógicas. (MINAYO, 2005, p.18).

Diante da assertiva de Minayo (2005) e tomando-se das reflexões de Domenach (1981) infere-se, logo, que a violência publicizada, anunciada, principalmente, no senso midiático mascara e oculta outras expressões, tidas como menos atroz e menos condenáveis perante o Estado e a sociedade. Essas outras expressões da violência não midiáticas e ocultadas, forjam-se no manto da proteção das ideologias e do próprio processo histórico da sociedade que irá estabelecer o que é ou não socialmente aceitável e quais as formas de coerção a serem utilizadas.

A espetacularização da violência na contemporaneidade reforça o imaginário social que:

A violência nunca se apresentou de forma tão disseminada e como uma realidade tão presente como nas sociedades contemporâneas. Passou a ser um **conceito** central para o entendimento das relações sociopolíticas, da vida social e cultural, das políticas públicas e das relações internacionais. Passou a ser determinante nos debates políticos e acadêmicos, marcando as atividades profissionais e a prática das ciências sociais. A violência passou a ser uma realidade que se generalizou sem os balizamentos conhecidos anteriormente. Uma violência que se expressa de diferentes formas, que se expande por diferentes espaços da sociedade, **muitas vezes sem causa aparente**. [...] Violência que cria um ambiente de medo e insegurança, em que as suas diferentes expressões são encontradas nos diferentes espaços sociais. Estamos falando, portanto, de um **processo de banalização da violência** [...]. (DORNELLES, 2013, p.136)³³.

³³ Grifos nossos.

Resignar a violência a um conceito é fechá-la diante a complexidade da legalidade social³⁴ e restringi-la ao campo de determinações da racionalidade formal-abstrata³⁵ que endossa a visão de sociedade do capitalismo. Outro ponto a considerar, diz respeito a díade causa/efeito, em que a simplificação, na busca pela apreensão somente do que acarreta a violência e quais são seus principais efeitos na vida dos indivíduos, não somente nega a importância do campo das mediações, como categoria ontológica e central na captura da totalidade dos fenômenos.

Nesse movimento, ou melhor, na sua ausência, a violência aparece como algo fragmentado, superficial e “*muitas vezes sem causa aparente*”, deleitando de uma constante banalização, ou seja, é reproduzida pelo discurso cotidiano como uma coisa rotineira, sem razão de ser e inerente às relações interpessoais. A banalização da violência não é neutra, ao contrário, é produzida pela lógica do capital em que “tende-se a considerar a violência como um defeito da sociedade que resultaria, em última análise, de uma natureza humana potencialmente violenta” (TONET, 2009, p.115).

Portanto, esquece-se das diversas mediações que implicam o *corpus* da violência, ou seja, a violência não é inerente à condição humana tampouco é originária do modo de produção capitalista e de suas estratégias para enfrentar as constantes crises. No entanto, encontra na sociedade capitalista terreno fértil para sua reprodução e produção de novas expressões, uma vez que a atual sociabilidade está estruturada em valores e modos que comportam relações de opressão, dominação e exploração.

³⁴ Legalidade social “são as forças tendenciais que historicamente se impõem à sociedade e por ela também é construída demarcando certos condicionamentos do ser social” (PONTES, 1999, p.40).

³⁵ A racionalidade formal-abstrata é a racionalidade hegemônica do Estado burguês, a análise dos fenômenos sociais é concebida no nível do imediato, da epiderme do real como afirma Guerra (2009). Assim os fenômenos não são analisados como processos, mas sim como fatos ou coisas “semelhantes aos fenômenos naturais, por isso, independente da vontade dos sujeitos e desarticulados da estrutura mais ampla e de outros fenômenos” (MONTAÑO, 2000, p. 13).

3.2 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: “A Fábrica de Violência³⁶”

As marcas históricas do capitalismo brasileiro de base oligárquica e formas de sociabilidade erigidas sob a escravidão, paternalismo e clientelismo presidem o processo histórico do desenvolvimento do país, conseqüentemente das expressões de violência. O “moderno se constrói por meio do arcaico” afirma Iamamoto (2009, p.128), reinventando e metamorfoseando relações e práticas sociais do período colonial para a moderna sociedade do capitalismo financeiro.

O descompasso entre desenvolvimento social e crescimento econômico que gera a ampliação, concentração e centralização do capital, na sua face perversa, gesta em seu ventre múltiplas formas de degradação da vida humana.

A atonia da democracia brasileira no conjunto das relações sociais embruteceu o enfrentamento à questão social³⁷, sobrepujando, a participação democrática das classes populares nos processos de tomada de decisão e territorializando a pobreza e a violência. Além disso, Ianni (1984) lembra que o uso extensivo de instrumentos coercitivos pelo poder estatal contribui significativamente para a construção de relações autoritárias pautadas no medo, no mando e na obediência.

A edificação de tais relações tende a resultar na despolitização e desmobilização da sociedade, que enfraquecida no seu direito à voz e participação política acaba por ser devorada pela perversidade do capitalismo e vivencia no seu cotidiano “o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos [...]” (IAMAMOTO, 2009, p.147).

A *violência estrutural*, fenômeno fruto do capitalismo, na atual conjuntura, toma corpo e face de uma imensa avalanche social, resultante da espoliação das classes trabalhadoras de seus direitos, em especial, dos direitos sociais. O

³⁶ “A Fábrica de Violência” termo originalmente retirado da obra “Capitalismo, violência e terrorismo” de autoria de Octavio Ianni, em que o autor realiza uma análise sobre os processos de produção e reprodução da violência na atual conjuntura da sociedade brasileira e os rebatimentos do capitalismo contemporâneo no modo de vida dos sujeitos.

³⁷ Segundo Iamamoto (2008, p.27) a questão social é apreendida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Ver mais em: IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

obscurantismo, no entorno da violência estrutural, revela a dinâmica perversa que é suavizada pela naturalização e banalização das suas expressões na cena contemporânea:

A violência expressa-se em múltiplas faces, envolvendo também as relações sociais e econômicas da sociedade, com isso é possível compreender a violência como um fenômeno macro, ou seja, não acontece somente em contextos internos como relações familiares ou de proximidade entre os indivíduos. A violência, em um contexto macro, também é conhecida como violência estrutural, fenômeno característico das sociedades capitalistas 'marcadas pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social'. (GUERRA, 2008, p.28).

A violência estrutural prevalece em sociedades em que existe a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas, a dominação de classes e profundas desigualdades sociais e econômicas. São diversos os fatores condicionantes do fenômeno da violência, estando dialeticamente imbricados na composição da estrutura social, sendo “uma forma de relação social que está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência” (ADORNO, 1988, p. 31).

A violência, diz Chauí (1985), aspira à sujeição permitida ou a eliminação mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença. Por isso “a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a domina” (CHAUÍ, 1985, p.37).

Elementos como *alienação* e *sujeição permitida*, são vislumbrados nas relações sociais capitalistas - entre a venda e compra da força de trabalho - e suas querelas entre as classes sociais. A violência estrutural, portanto, parte constitutiva das relações capitalistas que se estabelecem na sociedade contemporânea é indissociável às condições de exploração a que as classes sociais dominadas são expostas.

A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica entre a economia por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Claro que isso não significa ressaltar uma dominação mecânica entre a economia e a superestrutura ideológica (a política, a cultura, entre outras). Significa, sim, que para viver os homens necessitam, em primeiro lugar, satisfazer suas necessidades básicas (comer, beber, vestir, etc.) [...]. Assim sendo, a economia não pode ser desconsiderada nesse contexto, o que não significa

atribuir-lhe papel único e mecânico ao influir na vida do ser social. (SILVA, 2012, p.03).

Nessa direção é possível considerar, conforme Silva (2012, p.04), que a violência estrutural é constituída “por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem, na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são consideradas violentas”. O modelo societário e a influência das estruturas normativas e da própria *ideologia dominante* conduzem a apreensão do que é violência, como enfrentá-la e também quem são as “*vítimas e os algozes*”.

A partir disso, a ideologia imbricada nos modos de pensar e agir dos indivíduos atuará no sentido de cooptar e induzir toda a sociedade a enxergar e interagir com a realidade social concreta por meio das *lentes* da ideologia da classe dominante.

Chauí (2008, p.175) refere que a principal função da ideologia é “ocultar e dissimular a divisão social e de diferenças entre os homens”, por isso, é possível afirmar, a partir das reflexões da autora, que a finalidade no sentido *lato* da ideologia consiste em fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, aquilatando-as sob a ótica da naturalidade, normatividade e justiça, e, sobretudo, sem questionar e, portanto, sem a pretensão de transformá-las ou mesmo conhecê-las profundamente na sua radicalidade.

Desse modo, a apreensão sobre as manifestações da violência também perpassa pelo labirinto da ideologia dominante, em que não se considera as contradições existentes que alimentam a produção e reprodução da violência, assim como das condições concretas em que ela se materializa.

Embora possa parecer que exista aqui uma contradição entre o modo como o discurso constitui o próprio núcleo da identidade do sujeito e a ideia desse núcleo como abismo insondável para além da “barreira da linguagem”, há uma solução simples para o aparente paradoxo. A “barreira da linguagem” que me separa para sempre do abismo de outro sujeito é simultaneamente aquilo que abre e que mantém esse abismo – o próprio obstáculo que me separa do Além é aquilo que cria a sua imagem. (ZIZEK, 2014, p.67).

A “*barreira da linguagem que me separa do abismo do outro sujeito*” para Zizek (2014) diz respeito ao discurso ideológico da violência, reproduzido não somente pelo senso comum conservador, mas como estratégia de apassivamento dos indivíduos na busca pelo consenso e legitimação do Estado. A *violência*

simbólica é invisível, mas é a base para violência objetiva, estando entremeada nos discursos e nas ações.

Essa violência é internalizada pelos sujeitos, naquilo que Chauí (1985) denominou como “*sujeição permitida*”, ou seja, os indivíduos internalizam que são minorias, excluídos e inferiores e passam a legitimar essa posição. Iasi (2014, p.185), nos comentários pós-fácio do livro de Zizek, traz um exemplo emblemático do processo de internalização provocado pela violência simbólica nos indivíduos:

Quando um negro é agredido por ser negro, trata-se de uma violência. Mas um negro que procura se “embranquecer” para ser aceito em uma sociedade branca e racista é uma violência ainda maior, porque é a demonstração de que o racismo e a exploração ganharam raízes na subjetividade, que a dominação externa se internalizou e dirige a ação desse ser humano no sentido de seu apassivamento diante de tal dominação.

O autor chama a atenção para duas formas de violência: a **violência visível**, ou seja, aquela que podemos ver, que causa comoção e/ou revolta e, portanto, tem repercussão midiática sendo contabilizada estaticamente pelo Estado “*na luta contra a violação dos direitos humanos*” e, a **violência invisível**, que opera na subjetividade do ser humano, atuando na sua identidade, nos valores de pertencimento a uma determinada sociedade ou grupo social.

Os valores de uma sociedade machista, classista, racista e homofóbica asseguram não somente as condições materiais para os atos de violência contra as consideradas “minorias”, mas as estigmatizam e fazem com que tais valores sejam por elas internalizados e reproduzidos cotidianamente.

A construção ideológica da violência para Zizek (2014) é a própria violência, a sociedade burguesa utiliza aquilo que Marx (2004) denominou como consciência cínica, ou seja, *eu sei, mais finjo que não sei, logo tolero atos de violência, por não saber ou por não ter “consciência” de que aquilo é uma violência*. Uma questão importante a considerar, diz respeito a apartação entre “vítimas ou inocentes” e os (as) autores (as) da violência, denominados pelo senso comum conservador de “criminosos (as), bandidos (as)” e pela força policial como “elementos”.

Os indivíduos pertencentes ao segundo grupo, por meio da violência simbólica e da consciência cínica não são vistos como seres humanos, mas como coisas, desprovidos da condição humana, por isso o uso indiscriminado da violência por meio do aparelho estatal é legitimado, pois este encontra-se autorizado a utilizar

a violência como forma de garantir o bem comum e proteger a sociedade da ação dos “elementos”.

Uma pessoa negra presa a um poste pelo pescoço é inadmissível. Algo que era comum na época da escravidão torna-se impensável em um Estado de direito – a menos que seja um ladrão, um criminoso. Não se deve fazer isso com uma pessoa, mas a condição de criminoso suspende a condição de pessoa: ele é uma coisa. (IASI, 2014, p.180).

Desse modo, a violência simbólica não é menos real, ela cumpre sua função de tornar possível a violência real (ZIZEK, 2014) e, ainda, conduz a naturalização da violência. Em Marx & Engels (2009), é possível apreender como a hegemonia da ideologia burguesa (classe dominante) tece a visão de ser humano e de mundo de toda uma sociedade, conformando-se em elo entre a dominação de classes e a dominação de ideias. A ideologia atua como principal mecanismo que incide para que os dominados consintam com a normatividade imposta pela ideologia dominante, de tal modo que se adaptem ao *status quo*.

Marx & Engels, (2009, p.72), refletem sobre o percurso da dominação ideológica da classe burguesa em diversas esferas da vida social - mercado, produção, política, cotidiano, etc.-, considerando que:

[...] as ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção materiais tem ao mesmo tempo os meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles a que faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isto, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2009, p.72).

A ideologia, ao invadir todas as esferas da vida social, manipula a realidade concreta, não possibilitando que os indivíduos rompam com valores impostos que subalternizam e oprimem determinados segmentos sociais, bem como se utiliza da *inversão*, que segundo Chauí (2008, p.175) consiste em “colocar os efeitos no lugar

das causas e transforma estas últimas em efeitos”. Ao atuar pela inversão, a ideologia mascara as reais condições nas quais os fenômenos sociais se manifestam, obstaculiza a busca pelas raízes históricas e fortalece a naturalização de preconceitos e injustiças.

Esse processo de naturalização também atinge a violência, pois ao concebê-la como algo natural, a sociedade não busca transformar as situações que favorecem o seu aparecimento nas relações, sua busca consiste apenas em minimizar seus efeitos sem atuar nas raízes que assentam esse fenômeno na sociedade de classes. Diante desse cenário, torna-se imprescindível, retirar a *venda*, ou seja, *desvendar*, a profundidade da violência, uma vez que ao naturalizar, toma-la como coisa natural ou por natureza significa:

[...] dizer que essa coisa existe necessariamente (ou seja, não pode deixar de existir nem pode ser diferente do que é) e universalmente (em todos os tempos e lugares) porque ela é efeito de uma causa necessária e universal. Essa causa é a natureza, que é sempre a mesma em toda parte. Significa dizer, portanto que tal coisa, por ser natural não depende da ação e intenção dos seres humanos e sim das operações necessárias e universais realizadas pela natureza. (CHAUÍ, 2008, p.243).

A violência, em suas múltiplas faces e determinações, não pode ser apreendida como natural, que independe da ação e intenção do ser humano. Vazquez (2011) considera que a violência é uma construção social que se desenvolve a partir das relações interpessoais dos homens em sociedade, *não é natural*, não é da condição humana, mas sim fruto do movimento da realidade e das condições sociais, culturais, éticas, econômicas de um dado contexto histórico.

Na sociedade contemporânea, com as feições assumidas pelo sistema econômico do capitalismo, a desigualdade assume não somente as relações sociais e econômicas, mas também as relações interpessoais.

Iamamoto (2009) refere que o predomínio do capital financeiro conduz à *banalização do humano* e à *descartabilidade e indiferença perante o outro*. O aumento exacerbado das desigualdades, na sociedade contemporânea, não atinge apenas o acesso a bens e serviços, mas, sobretudo, os modos de vida, desumanizando as relações sociais e reiterando valores individualistas.

O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população.

O crescimento econômico, não alinhado ao social, nas palavras de Yamamoto (2009, p.123), acarreta na *radicalização da questão social*, sendo que:

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade”.

A materialização das relações sociais, no capitalismo, encontra-se intrincada na díade exploração/dominação, assim, substantivamente expressões concretas de relações assimétricas, hierárquicas e desiguais, que são os jugos que atravessam a cotidianidade do fluxo da produção e da distribuição da riqueza produzida no âmbito social. O capital atua como base para a perpetuação das relações desiguais, produzindo, no interior da dinâmica societária a conformação diante às opressões, o esvaziamento das relações sociais e a personificação das coisas que tomam corpo no atual movimento do capital.

A violência também se manifesta nas relações entre capitalistas e trabalhadores (as), se materializando nas relações desiguais de poder (exploração e opressão), expropriação dos meios de produção e acumulação privada das riquezas oriundas do trabalho, que acarreta nos processos de alienação e negação do trabalho como atividade ontocriativa. Importante ressaltar que a ineficácia da atuação do Estado ou a sua omissão para garantir os direitos sociais e impor barreiras diante às condições predatórias do capital no processo de acumulação contribui para a geração da desumanização nas relações sociais e a personificação das mercadorias.

A invisibilidade das contradições e o esfacelamento de uma perspectiva igualitária nas relações sociais contribuem fortemente para o mascaramento das situações de violência no próprio trabalho. Segundo Silva (2006), na própria formação social brasileira, as relações econômicas fundamentais se construíram e se constroem a partir da exploração da força de trabalho, uma vez que, no sistema capitalista, os sujeitos expropriados dos meios de produção, encontram na venda de sua força de trabalho (resistência física e habilidades) a principal estratégia para sua sobrevivência ao trocá-la por meios financeiros em forma de salários.

Para Marx (2002) são tendências que caracterizam o capitalismo: a separação do trabalho em relação aos meios de produção, a concentração³⁸ e centralização³⁹ do capital, a transformação do trabalho em trabalho assalariado e dos meios de produção em capital, sendo que as classes sociais se determinam na esfera produtiva e não na esfera do mercado, do consumo, mas na função que cada uma exerce na produção. Riqueza, capacidade de consumo, entre outros, são elementos segundo Marx (2002) determinados pelas classes, portanto, o papel e a função são elementos determinantes das classes.

Nesse sentido, aspectos como o tipo de propriedade, as relações de produção e as formas para garantir seus interesses é que irão estabelecer qual seu papel e função na esfera produtiva. Diferentemente de outros modos de produção no capitalismo, a constituição das classes não é estanque, como por exemplo, nas castas (hereditário) ou nos estamentos (honra). Na ordem do capital existe uma relativa possibilidade de mobilidade, que segundo Montaño e Duriguetto (2011) é de *ascensão e/ou descenso social*.

Contudo, a mobilidade social que o capitalismo possibilita encontra na realidade concreta condições adversas para sua realização. Notoriamente, o acesso à educação e qualificação profissional às classes mais favorecidas são mais facilitados do que aos filhos da classe de trabalhadores. Os primeiros, conseqüentemente irão ocupar peremptoriamente melhores cargos e funções no mercado. Ainda que isso não seja uma regra fixa é uma realidade perversa no processo de mobilidade social, sendo preciso observar que:

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem, permanentemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes) como se a ordem social competitiva não se

³⁸ Por concentração entende-se: “empreendimentos que envolvem uma elevada composição orgânica do capital tornam-se cada vez mais excludentes para o conjunto dos capitalistas: apenas aqueles que possuem grandes massas de capital podem implementá-los. Eis por que a tendência do capital, em seu movimento, é de concentrar-se: cada vez mais capital é necessário para produzir mais valia. Essa **tendência de concentração** do capital faz com que os grandes capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior” (NETTO; BRAZ, 2012, p.143). (*grifos do autor*).

³⁹ No que se refere à centralização é possível apreender que ela acontece “ao lado da concentração de capital, a dinâmica da acumulação capitalista revela outra tendência do movimento do capital, o **processo de centralização**. Este, à diferença do anterior, não implica um aumento de capital em função de uma nova acumulação, mas tão-somente o aumento de capital pela fusão de vários outros. A centralização realiza-se pela união (mediante cartéis, trustes e a formação de holdings) de capitais já existentes” (NETTO; BRAZ, 2012, p.143). (*grifos do autor*).

expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência [...]. (SAFFIOTI, 1985, p.96).

A limitação das potencialidades humanas citadas por Saffioti (1985) no capitalismo remete a articulação entre o binômio exploração/opressão no espaço da produção, que implica objetiva e subjetivamente dimensões no âmbito individual e coletivo. Diante desse cenário social e econômico, que envolve os sujeitos, é imprescindível atentar para o acometimento da violência, e suas particularidades assumidas no atual momento do capitalismo brasileiro.

A violência precede ao capitalismo, mas encontra nesse modo de produção terreno fértil para sua reprodução bem como para a produção de novas expressões e aprofundamento das já existentes, envolvendo as mais diversas esferas da sociabilidade humana, conforme refere Barroco (2011, p.206).

As transformações operadas no capitalismo mundial pela ofensiva do capital, a partir da década de 1970 [...], resultaram no agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana e da natureza. Aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, entre outros, esse processo intervém na vida dos indivíduos, criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana. As formas de (re) produção social imprimem uma nova dinâmica ao conjunto das relações sociais.

O aprofundamento da exploração do trabalho remete às relações desiguais entre capitalista e trabalhador (a), este (a) último (a) destituído (a) dos meios de produção é subjugado a vender sua força por um equivalente que lhe possibilite sobreviver, ainda que de forma muito aquém para o atendimento de suas necessidades sociais básicas bem como de sua família. Sendo assim, é possível apreender que a violência encontrada nas relações de trabalho entre capitalista/trabalhador (a), fundamenta-se em relações de poder e subalternização que ultrapassam o âmbito da produção, atingindo a vida privada dos (as) trabalhadores (as) como evidencia Barroco (2011, p.209), em seu artigo sobre barbárie e neoconservadorismo:

Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do ethos burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da

felicidade, de liberdade, de realização pessoal. É claro que os valores vão adquirindo significações de acordo com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Como vimos, no neoliberalismo pós-moderno o consumismo adquire contornos exacerbados, o individualismo se expressa de modo privatista, voltado para o intimismo.

Tais valores referidos por Barroco (2011) encontram-se nas raízes culturais conservadoras e autoritárias da sociedade brasileira, modernizados e revestidos pelo ideário social e econômico que justifica a sua presença como necessários a reprodução do capital. Para Chauí (2000) a ideologia sob a influência do neoliberalismo tende a despolitizar e individualizar a violência e suas expressões, tornando-a natural.

Além disso, no que tange a utilização pela ideologia neoliberal dos meios midiáticos para cooptação da sociedade, Barroco (2011, p.208), considera que a mídia “falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a ‘questão social’, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia”.

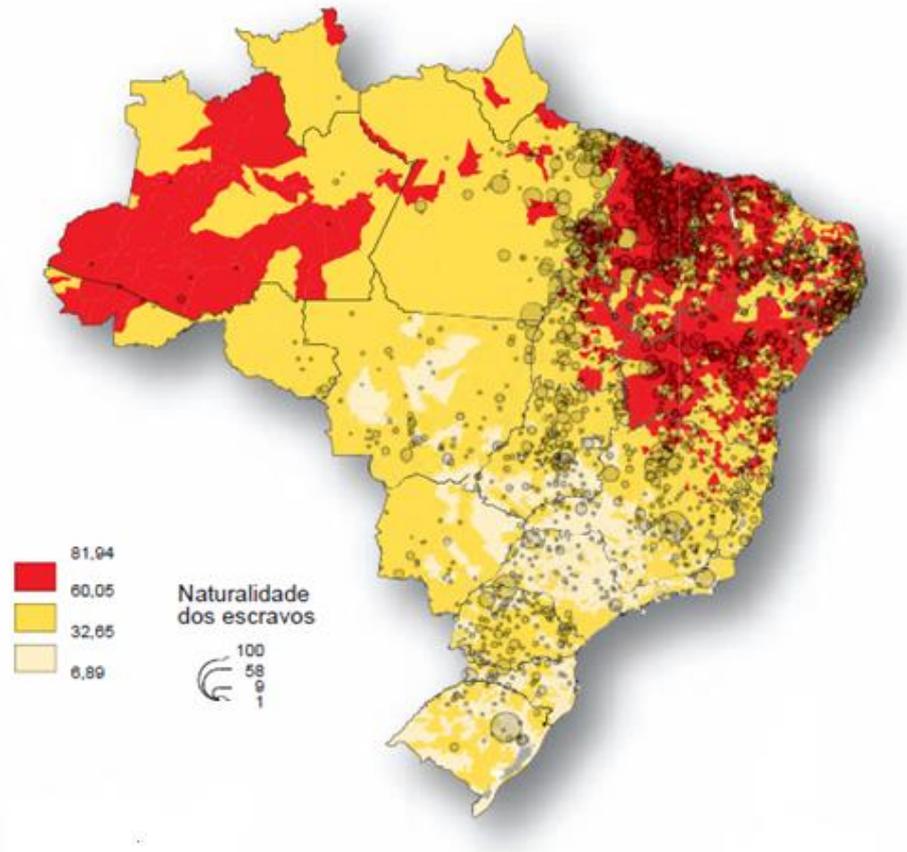
No interior da dinâmica complexa e contraditória da sociedade capitalista é que se constitui o seu modo de ser, onde se processa também a luta entre projetos antagônicos (capitalistas X trabalhadores/as), em que historicamente os (as) trabalhadores (as) sofrem com a criminalização e despolitização de suas lutas. A relação entre capital e trabalho no interior da sociedade brasileira na atual conjuntura se configura pela reatualização da escravidão, uma vez que o Brasil encontra-se no 94º lugar entre os 162 países avaliados proporcionalmente em relação à população. O país, de acordo com o relatório, tem de 170 mil a 217 mil pessoas em situação análoga à escravidão (OIT, 2014), além disso, no *ranking* das Américas, o Brasil está em 13º lugar.

Partindo para a realidade concreta do estado do Tocantins, *foco da presente tese de doutorado*, de acordo com dados da Secretaria de Defesa Social do Tocantins (SEDES, 2012) a maior parte dos casos de escravidão é encontrada na zona rural das regiões norte e sudeste do Estado. Conforme, dados do órgão deliberativo ligado a Sedes entre os anos de 2003 a 2012, em sessenta e três municípios do Tocantins identificou-se trabalhadores em situação de escravidão

moderna⁴⁰, nesse mesmo período, cerca de 2,5 mil pessoas foram resgatadas de situações análogas à escravidão no Estado.

A figura 4 elucida a situação atual dos Estados brasileiros no que tange a vulnerabilidade à escravidão em todo o território nacional.

Figura 4 – Mapa do Índice de Vulnerabilidade à Escravidão.



Fonte: Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2009.

O Mapa da figura 4 apresenta o índice de vulnerabilidade de cada Estado no que tange a escravidão, nota-se que o Tocantins encontra-se em vermelho evidenciando alto índice nessa forma de violação de direitos. Segundo informações do Atlas do Trabalho Escravo (2009), a forma de aliciamento mais comum são as promessas de grandes salários para os (as) trabalhadores (as) que se encontram em condições de desemprego, subemprego e trabalho precarizado das regiões brasileiras com maiores índices de pobreza e vulnerabilidade, em que o Atlas cita os estados pertencentes às regiões Norte e Nordeste do país.

⁴⁰ A definição de escravidão moderna ou o trabalho forçado insere-se na Convenção N.º 29 (1930) da OIT sobre Trabalho forçado (1930). De acordo com o Artigo 2º, trabalho forçado é definido como: “todo o trabalho ou serviço que é exigido a qualquer indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual o referido indivíduo não se tenha oferecido de livre vontade”.

No processo de aliciamento, os (as) trabalhadores (as) são dirigidos até locais longínquos e contraem dívidas referentes ao transporte, quando chegam ao destino - plantações, carvoarias, garimpos, etc. -, passam a receber quantias ínfimas por mês e sua única opção para se alimentarem são os armazéns de seus empregadores.

Apesar da intensa inserção de tecnologias computadorizadas nos processos de produção e da existência de leis trabalhistas nacionais e internacionais, o trabalho forçado persiste nas regiões mais remotas do Brasil e de outros países, evidenciando que a modernização da produção e a constituição de leis e organismos (nacionais e internacionais) não são suficientes para inibir as práticas de escravidão no capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, é possível observar que a degradação da vida humana se naturaliza e encontra nas relações desiguais e autoritárias condições para sua disseminação.

O ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam a saciedade o que a grande maioria é negado, é uma violência. São os hábitos, os costumes, as leis, que a mascaram, que nos levam a suportá-la como uma condição inerente as relações humanas e uma condição a ser paga pelo homem, por viver em sociedade. (ODALIA, 2003, p.23).

Outro fator elencado anteriormente que materializa a violência nas relações de trabalho diz respeito a expropriação dos meios de produção e acumulação privada das riquezas oriundas do trabalho. A violência sob o ponto de vista da anulação, alienação e coisificação do outro, como propõe as reflexões de Chauí (1985), encontra nas relações de trabalho no capitalismo uma seara para sua reprodução, uma vez que a base dessas relações encontra-se pautada, segundo Marx & Engels (1988), *na exploração do homem pelo homem*:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2004, p.80).

A violência no âmbito das relações entre capitalista e trabalhador, implica na apropriação dos frutos de seu trabalho pelo capitalista, por isso o paradoxo referido por Marx (2004) que *quanto mais o trabalhador produz mais pobre ele fica*, uma vez que a distribuição dos bens produzidos é desigual e, ao (a) trabalhador (a) resta somente a sobrecarga e as condições precárias no ambiente de trabalho.

A violência nas relações capitalistas tem sua gênese nas desigualdades sociais e no seu agravamento na cena contemporânea, a espoliação do (a) trabalhador (a) da riqueza socialmente produzida irá atingir também as esferas da vida privada o despojando do acesso a uma educação de qualidade, a cultura, a alimentação e habitação digna.

É óbvio que a violência tem suas raízes também ou principalmente nas desigualdades sociais. A distribuição desigual da riqueza social, desde a mais estritamente econômica à cultural, constitui uma das bases das inquietações e reivindicações, dos movimentos sociais e protestos, do desespero e da violência. A mesma fábrica em que se desenvolve a cooperação, a divisão do trabalho social e a integração fabrica a desigualdade, a carência e a alienação. (IANNI, 2004, p.202).

Implícito nessas relações, mas hodiernamente ocultado nos contextos laborais, estão às opressões vivenciadas pelos trabalhadores que conduzem a *reificação* destes sujeitos transformando-os em coisa. Toma-se como exemplo os altos índices de trabalho forçado no Brasil (já demonstrados anteriormente) que imprimem por meio da escravidão a *coisificação do ser humano*. Assim, afirma-se que:

[...] nas sociedades em que esse modo de produção impera, as *relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas*. Por isso mesmo, o fenômeno da *reificação* (em latim, *res = coisa*; reificação, pois, é sinônimo de *coisificação*) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica de alienação (mas não a única) engendrada no modo de produção capitalista. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 92-93). (grifos dos autores).

Sob a ordem do capital, a cotidianidade manifesta-se como alienação, “alienação que, primeiramente, desapropria o produtor dos seus produtos (exploração), em segundo lugar, afasta o trabalhador do controle do conhecimento do processo de trabalho” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.102). A principal resultante desse processo de alienação é o impedimento de um conhecimento crítico do ser humano sobre sua própria vida, uma vez que a alienação é elemento

que caracteriza a vida cotidiana, em que persiste o mimetismo e o pragmatismo, não superando a pseudoconcreticidade. Do trabalhador lhe é roubado à possibilidade de desenvolver suas habilidades, o tempo para interação social (lazer), pois suas forças vitais estão destinadas às intensas horas de trabalho, ou pior, à busca por uma ocupação, ainda que de forma precarizada e insuficiente para sua própria sobrevivência.

Antunes (2011), ao refletir sobre o estranhamento do (a) trabalhador (a) em relação ao que produz, refere que o estranhamento efetiva-se pela dimensão de negatividade, sentimento de perda e *desefetivação*, presente no processo de produção capitalista, uma vez que o produto gerado pelo trabalho não pertence ao seu criador. A desvalorização do sujeito, no capitalismo ultrapassa, as relações internas do trabalho e acomete as relações sociais em sua totalidade, a crítica radical realizada por Marx (1996) consistiu sob a perversão do trabalho, que o transforma em algo forçado, alienado e sem sentido para o (a) trabalhador (a).

Assim, o trabalho para o trabalhador passa a ser visto como um fardo e não como algo prazeroso para sua auto-realização, não existe prazer ou realização, apenas a venda de sua força de trabalho por um salário que lhe garanta, ainda que minimamente, a sua sobrevivência e/ou de sua família.

A ineficácia da atuação do Estado e/ou a sua omissão para garantir os direitos sociais e impor barreiras diante às condições predatórias do capital no processo de acumulação, corrobora para que as expressões de violência manifestem-se constantemente na vida dos sujeitos. A ausência do Estado para a proteção dos (as) trabalhadores (as), por meio de políticas sociais públicas e mecanismos de fiscalização, favorece que diversas violações aos direitos fundamentais materializem-se nas relações laborais.

Historicamente, a conquista de direitos pela classe trabalhadora acontece por meio das lutas sociais pela ampliação e legitimidade dos direitos bem como por melhores condições de trabalho e de vida. Quando o Estado é ausente, o capitalismo voraz submerge as esferas da vida cotidiana e seus efeitos são deletérios para a proteção dos (as) trabalhadores (as). Nas relações instituídas no capitalismo, é presente o favorecimento das classes privilegiadas no acesso aos bens e serviços, deixando as classes subalternas vulneráveis às intempéries do capitalismo.

Diante disso, Gohn (2008, p.15), ao refletir sobre a conjuntura atual do país, apresenta o seguinte cenário social:

[...] a questão social no Brasil atual localiza-se em um tripé de problemas – violência urbana, consumo/comercialização de drogas, existência de poderes paralelos ao Estado, disciplinando a ordem e a organização social. Esses problemas estão presentes na sociedade de diferentes formas: violência expressa em inúmeras modalidades de crimes e atos contra os cidadãos e contra o patrimônio público e particular; insegurança e disseminação do uso (consumo ou venda) de diferentes tipos de drogas entre adolescentes e jovens, provenientes de diferentes classes sociais; crescimento das redes de narcotraficantes e outros contraventores em todo o país. A violência urbana alterou o padrão de relacionamento dos cidadãos entre si, sua forma de viver em termos de hábitos e comportamentos, transformou e comprometeu o ato da participação em atividades coletivas (desorganizando, pelo medo, as redes que já existiam, mas ao mesmo tempo, fornecendo subsídios para outras ações emergirem como reação à violência a que estão expostos); desorganização de estruturas familiares a partir da existência, real, ou da ameaça e perigo, do consumo de drogas entre os jovens. As escolhas e prioridades feitas pelos dirigentes políticos se fazem num cenário onde há condicionantes econômicos mais amplos, externos ao país, demarcados pela globalização econômica e suas exigências.

As refrações assumidas, na conjuntura atual pela questão social (em que a violência é concebida como uma das suas expressões), no Brasil, de acordo com lamamoto (2009), ultrapassam a perspectiva apresentada por Gohn (2008), uma vez que há uma predominância do capital fetiche nas relações sociais que conduz ao agravamento dos processos que incidem na degradação da vida humana. Estes processos geram um movimento de coisificação das relações e personificação das coisas (mercadorias), tal movimento, para lamamoto (2009), potencializa as necessidades sociais dos indivíduos.

Além disso, outro ponto diz respeito às respostas do Estado, em que predomina a perspectiva neoliberal com a fragmentação das políticas públicas, tendo como consequência a redução do investimento público nas políticas sociais e o apelo à seletividade das ações sociais. Yazbek (2012, p.303), ao analisar o atual contexto das políticas sociais, refere que:

[...] a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora.

As mudanças sofridas pelo movimento da realidade (crises econômicas do capital, transformações nas relações sociais, avanço tecnológico, etc.), também repercutem profundamente nos valores e concepções dos indivíduos. Yazbek (2012), ao discutir os impactos destrutivos das transformações atuais do capitalismo, traz a inviabilidade do enfrentamento à pobreza sem mudanças estruturais no modelo econômico concentrador.

A guetificação das famílias pobres a bairros distanciados da cidade, com a precarização dos serviços públicos, busca mascarar as desigualdades socioeconômicas, características proeminentes nesse modelo econômico. Por isso, as condições estruturais do capitalismo global financeirizado e o desenvolvimento tecnológico e informacional promovem intensas mudanças no mundo do trabalho, gerando a terceirização, a subcontratação, o trabalho temporário e diferentes formas de precarização e informalização das relações de trabalho (RAICHELIS, 2009).

Nessa direção, assevera-se que a concretização dos direitos acontece por meio das políticas sociais públicas, erigidas sob os princípios constitucionais para a garantia da gama de direitos historicamente conquistados nas lutas sociais. As políticas de governo, no entanto, retiram o protagonismo dos sujeitos, uma vez que dependem meramente da orientação ideológica e dos interesses políticos e econômicos dos governos, não representando avanço ou reconhecimento dos direitos da população.

A violência no capitalismo contemporâneo necessita ser apreendida a partir de uma perspectiva de totalidade, considerando as suas múltiplas faces, determinações e a sua incidência não se dá ao acaso, portanto, desvendar os meandros impingidos nas diversas manifestações de violência requer apreendê-la e problematizá-la não somente nos seus efeitos, mas buscando as raízes históricas desse fenômeno na sociedade.

As reflexões do próximo capítulo têm a intencionalidade de percorrer os caminhos da construção dos conceitos e do entendimento acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes na literatura especializada brasileira. Ao adentrar no labirinto dos conceitos, as discussões levam a percepção de que a riqueza da captura do fenômeno encontra-se na multiplicidade de determinações, conexões e contradições que recobrem essa face da violência na cena contemporânea.

4 A VITIMIZAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: As múltiplas Faces de uma Violência Perversa

“[...] sexta-feira recebi uma ligação do Conselho Tutelar, meio dia, para fazer um atendimento de urgência em caso de violência sexual, abuso sexual pelo próprio genitor. A criança de 9 anos estava em casa só com o pai. O pai chamou ela no quarto e pediu para fazer massagem nas costas dele e, ela estava fazendo massagem, quando ele virou ela tirou a roupa dela e começou a beijar o corpo inteiro da menina, passou a mão nela [...]”.

Profissional do CREAS

A violência é um fenômeno complexo e encerra múltiplas determinações e expressões, requerendo para sua análise um acurado olhar para entendê-la em sua totalidade e não de forma superficial e/ou fragmentada, mas a partir de suas mediações que são históricas, sociais, culturais, éticas, políticas e econômicas. O movimento histórico vem evidenciando que a população infanto-juvenil tem sido constantemente vitimizada, contradizendo os deveres e obrigações assumidos pelos Estados para a proteção e promoção das crianças e adolescentes a uma vida sem violência.

O cenário contemporâneo é um enredo de grave desrespeito e violação aos direitos humanos desse segmento social. Índices expressivos demonstram o quão vulnerável as crianças e adolescentes ainda estão ao acometimento da violência. O relatório da Unicef (2014) estima que 5,5 milhões de crianças na Síria são afetadas pela a guerra civil que já perdura há três anos no país. Além do recrutamento de crianças com menos de 10 anos para servirem como soldados para o Estado Islâmico, estima-se que, em 2014, setecentas crianças teriam sido executadas por essa organização terrorista no Iraque.

Esses são alguns dados em âmbito de Oriente Médio, mas a violação aos direitos da infância e adolescência acontece em toda a sociedade mundial. A PNAD em 2006 estimou que 29,6 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de pobreza no Brasil. Outro dado importante é que 66% são negras, representando um total de 7,5 milhões de crianças com até seis anos de idade vivendo em famílias com a renda mensal abaixo de ½ salário mínimo.

O agravamento das desigualdades sociais vem acarretando não somente no empobrecimento material dos indivíduos, mas também espiritual, quando lhe são alvitadas as possibilidades de desenvolver suas habilidades físicas e espirituais. As

desigualdades não se encerram apenas no âmbito socioeconômico, mas dizem respeito às disparidades de gênero e étnico-racial que desenham as relações na sociedade brasileira.

A invisibilidade dessas contradições (desigualdade de classe, de gênero e étnico-racial) que são centrais na formação social brasileira vem contribuindo para que a violência contra as **mulheres, negras e pobres**, seja cada vez mais naturalizada e escamoteada pela máscara de uma “sociedade sem preconceitos” e que respeita as diversidades.

Em pleno século XXI e mesmo diante as grandes transformações e avanços tecnológicos e informacionais, a sociedade em geral e não somente a brasileira, ainda assenta-se em padrões socioculturais disseminadores do machismo, do patriarcado e do racismo, que, conforme Saffioti (2008), atuam como forças propulsoras para a propagação de uma série de preconceitos e práticas violentas.

Outra desigualdade que vem perdurando no decorrer da trajetória das sociedades diz respeito a geracional. A educação adultocêntrica, centrada no adulto e não nas necessidades de desenvolvimento das crianças legitima o uso indiscriminado de práticas violentas como formas de educação de crianças e adolescentes. Os estereótipos como “meios cidadãos”, “sujeitos inferiores”, “menores” ainda persistem na cena contemporânea, por mais que as legislações internacionais e nacionais e, o ECA é um exemplo, venham intervindo para uma mudança cultural e política dessa concepção, mas o caminho para transformação desses valores é longo.

Quando a vitimização é sexual, uma muralha se edifica, trazendo à tela mitos, tabus e preconceitos. O mito da sagrada família, dos pais enquanto seres místicos dotados de plenos sentimentos de amor e bondade inestimáveis para com os (as) filhos (as) e, portanto, incapazes de lhes praticarem algum ato violento. Ou mesmo o tabu do abuso incestuoso, submerso no segredo familiar mascarado pela culpabilização da criança e do adolescente, pela descredibilidade de seus relatos, pela recusa dos adultos em escutar aos apelos e ler aos sinais.

Entender a dinâmica da violência sexual contra crianças e adolescentes na sua complexidade e multiplicidade significa abandonar teorias e apreensões lineares, exige um caminhar que percorra os artifícios desenhados pelo fenômeno. A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como um fenômeno multidimensional de extrema violação de direitos contra a pessoa humana. Por ser

uma violência historicamente construída, no interior das relações interpessoais, sua apreensão não pode limitar-se a determinismos e, impreterivelmente, a teorias explicativas unidimensionais.

Os processos de (re) vitimização e culpabilização das vítimas advêm da predominância da cultura machista e do senso comum conservador, mas, sobretudo, de apreensões reducionistas implicadas em transformar a violência sexual em um conceito absoluto e fechado. Importante, entender que:

[...] a violência sexual como todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à crianças/adolescentes vitimizados. Esta abordagem nos permite entender que a violência sexual é uma violação aos direitos humanos de crianças/adolescentes; que crianças e adolescentes têm direito ao desenvolvimento harmonioso de sua sexualidade; que a violência sexual pode ser realizada por atos complexos e de distintas expressões (físicas e ou psicológicas); e que a violência sexual é praticada por alguém numa situação de poder e desenvolvimento sexual desigual em relação à criança/adolescente, valendo-se (autor) desta relação desigual para a realização da violência, razão pela qual a violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser considerada como conduta ilegal, cujo autores diretos e indiretos devem ser responsabilizados. (LUZ; PAIVA; ROSENO, 2012, p.09).

Embora existam inúmeras divergências sobre a base conceitual da violência sexual na literatura brasileira, um ponto é conexo: *expressa uma grave violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes ao envolver relações assimétricas de desenvolvimento psíquico, físico e sexual entre o adulto e a criança/adolescente*. Faleiros (2000) ressalta que o uso de diferentes termos que correspondem a um mesmo conceito, não sinaliza apenas uma questão de terminologia, mas uma questão epistemológica.

Acrescenta-se nas reflexões de Faleiros (2000) não somente a questão epistemológica na construção dos conceitos, mas também ética, política e ideológica, uma vez que os conceitos também expressam as visões de mundo, o embate de ideias e os posicionamentos dos sujeitos acerca dos fenômenos sociais e suas manifestações na realidade concreta.

A incipiência do entendimento sobre a violência sexual na literatura brasileira é fruto da tardia inserção do país na luta contra essa forma de violação aos direitos humanos da população infanto-juvenil, datada da década de 1990. Os debates, reflexões e a construção de estratégias, em âmbito nacional, entraram na agenda

pública somente nos anos 90, após intenso movimento na cena internacional com a promulgação de normativas para enfrentar essa questão.

Partindo desse pressuposto, o presente capítulo tem a intencionalidade de percorrer a base conceitual da violência sexual contra crianças e adolescentes na literatura especializada brasileira, trazendo ao debate as suas principais expressões: o abuso e a exploração sexual comercial e, atrevendo-se, a introduzir a discussões sobre as novas expressões que se materializam diante o avanço da tecnologia informacional.

4.1 O ABUSO SEXUAL: Uma Violência Velada

Percorrer a realidade das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual exige uma compreensão crítica dos aspectos que permeiam o seu acometimento, seja no âmbito da família ou nas relações externas ao núcleo familiar. Torna-se imprescindível desvendar as diversas configurações que esta expressão da violência vem assumindo na sociedade contemporânea, uma vez que a multiplicidade das faces, que recobrem o abuso sexual, oculta a totalidade do fenômeno.

Willians (2011, p.10) faz uma importante consideração ao refletir que o abuso sexual, por ser pouco relatado ou notificado, pode dar a impressão que o fenômeno “[...] seja raro; tal impressão é rapidamente desfeita quando trabalhamos ou pesquisamos na área”. A realidade apresentada pelos dados estatísticos publicizados pelos órgãos de recebimento de denúncia (suspeita ou confirmação) não contemplam a universalidade das situações de vitimização sexual. Inúmeras crianças e adolescentes não são contabilizados nesses números.

Os dados representam somente uma parcela restrita da realidade, uma vez que somente chega ao conhecimento público às situações em que a própria família revela o segredo ou quando indivíduos externos ao núcleo familiar denunciam o abuso sexual.

A falta de dados confiáveis prejudica não apenas a formulação de políticas públicas que atendam às reais necessidades das diferentes regiões do país, mas também seu acompanhamento e avaliação, dificultando a identificação de pontos de estrangulamento e definição de alterações nos planos de ação que venham a ser necessárias. As organizações da sociedade civil também tentam suprir esta lacuna, produzindo pesquisas e traçando o diagnóstico da situação. Tais esforços são essenciais não apenas para fornecer informações relevantes para embasar decisões e ações governamentais,

mas também para evitar que sua inexistência constitua uma desculpa para a não ação dos governos, como forma de legitimar sua omissão. (KAWATA, 2004, p.70).

A ausência de um banco de dados que expresse, na concretude, a dimensão que o abuso sexual assume na realidade, impossibilita a construção de um panorama estatístico dessa violência na sociedade brasileira. Outro ponto, a considerar, diz respeito à apreensão conceitual do abuso sexual. É significativo o esforço dos autores (as) brasileiros (as) em buscar formas de capturar conceitualmente esse fenômeno, mas devido a sua complexidade a divergência teórica é uma premissa constante nas produções sobre o tema.

Uma parcela significativa dos (as) autores (as) brasileiros (as) que produzem conhecimento sobre o abuso sexual infanto-juvenil tais como, Azevedo (2007), Guerra (2009), Azambuja (2004, 2011), Faleiros & Campos (2000), Leal & César (1998) e Furniss (2000), convergem ao sinalizar alguns elementos que são intrínsecos à reprodução desse fenômeno nas relações interpessoais, especialmente, as que permeiam o núcleo familiar, são eles:

- Relações desiguais entre adulto e criança (desenvolvimento físico, psíquico, social e sexual);
- Não há um discernimento ou liberdade de escolha das crianças e adolescentes em consentir ou não a prática sexual;
- O abuso sexual envolve outras expressões da violência como: física (agressões oriundas do próprio abuso ou como forma de intimidação para que a criança e/ou adolescente conceda a prática sexual), psicológica (agressões verbais, chantagem, coerção, ameaça);
- O machismo, a educação adultocêntrica e o patriarcado são elementos presentes na organização familiar;

O abuso sexual é uma construção social que se manifesta nas relações interpessoais, não é um fenômeno natural, ao contrário, centra suas bases em relações que expressam dominação, uma postura adultocêntrica de anulação do outro enquanto sujeito. Saffioti (2007, p.17), ao analisar a violência proferida contra a população infanto-juvenil, em especial a negligência e a exploração sexual, traz um elemento de suma importância para apreensão do acometimento deste fenômeno nas relações familiares que é a **vitimização sexual**:

A vitimização sexual constitui fenômeno extremamente disseminado exatamente porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, sem deixar de aspirar o grande poder. Em não se contentando com sua pequena fatia de poder e sentindo necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja, apresenta a *síndrome do pequeno poder*.

A síndrome do *pequeno poder*, para Saffioti (2007), tem nas relações interpessoais e cotidianas lôcus privilegiado para sua materialização. Contudo, a autora ressalta o cuidado de não vincular esse fenômeno estritamente à singularidade dos indivíduos, ou seja, conceber a síndrome do *pequeno poder* como meros atributos pessoais negativos.

Nesse sentido, adverte-se que sua natureza não é individual, ainda que se desenvolva majoritariamente nas relações cotidianas, sua natureza é societal e, portanto, é a estrutura socioeconômica que fornece os elementos para sua ocorrência. A influência de padrões societários conservadores contribui, de forma bastante significativa, para o acometimento da *síndrome do pequeno poder* e em decorrência dela o abuso sexual nas relações familiares.

Quando buscamos apreender o abuso sexual a partir da etimologia da palavra, iremos descobrir que o prefixo “a” sinaliza um afastamento do uso “us”-, que significa habitual. O abuso, portanto, remete a ultrapassar os limites, transgredir; voltando à significação do uso, o abuso seria então o mau uso ou o uso excessivo.

Faleiros & Campos (2000), ao buscarem o estado da arte do conceito de *abuso sexual*, informam que a literatura vem apreendendo esse fenômeno como sendo uma situação de *desrespeito aos direitos humanos, ao nível de desenvolvimento da criança e do adolescente* (psíquico, físico e sexual) e *do uso exacerbado de poder e da definição rígida de papéis nas relações sociais e familiares*.

Ravazzola (1997, p.87) assevera que busca entender o abuso sexual a partir de uma concepção mais ampla e que:

[...] não se esgota na ideia de adição de substâncias químicas, nem na referência à agressão sexual. Podemos abusar de substâncias e também de outras pessoas, e não apenas sexualmente; o que o abuso implica sempre é um abuso anti-social de algum poder a mais na relação afetada, de tal modo que coloca o abusado ou abusada na condição de objeto e não de sujeito. O abuso refere-se a um estilo, a um padrão, a uma forma de tratamento que uma pessoa exerce sobre outra, sobre si mesma ou sobre objetos, com a característica de que não percebe que produz danos [...]

Quem exerce o abuso não aprende a regular, a medir, a dizer, a escutar e respeitar mensagens de si mesmo e do outro.

As considerações de Ravazzola (1997) ampliam o olhar para o entendimento do abuso, ao situá-lo como um processo que incide também nas relações interpessoais e que transforma o indivíduo que sofre a ação em objeto, ou seja, por meio de um processo de anulação do outro enquanto ser humano. Ao se refletir sobre o abuso sexual, é possível apreender que este fenômeno se erige a partir de relações de dominação, de desigualdade e de uso exacerbado do poder.

[...] por ser uma experiência que está além dos limites da compreensão da criança e para aquela não está fisicamente nem psicologicamente preparada, e por ser uma situação imposta numa atmosfera de coerção o abuso de poder, rompe o curso de seu desenvolvimento psicosssexual e, como consequência, diferentes tipos de sintomas podem surgir. (JUNG, 2006, p.19).

Consoante a isso, o abuso sexual traz, em seu âmago, a educação **adultocêntrica**, entendida por Azevedo (2001) como sendo as relações nas quais existe um poder do adulto sobre a criança, concebendo-a como um indivíduo fraco e inferior e não digno de atenção, atribuindo-lhe pouco respeito no que tange a sua própria sobrevivência.

Outro elemento imprescindível para a captura do fenômeno diz respeito à perspectiva **falocrática** que, segundo Azevedo (2001), compreende as relações desiguais de gênero dentro da família. Para Saffioti e Almeida (1995), o conceito de violência de gênero assinala um tipo particular de violência que aponta à preservação da organização social de gênero, constituída na hierarquia e na desigualdade de espaços sociais sexuais.

A violência de gênero, portanto, possui duas faces: é produzida no interior das relações de poder, visando ao controle e domínio do outro, exercendo uma relação de poder e de exploração-dominância por meio do não-consentimento do outro sujeito que sofre a violência.

O abuso sexual infantil envolve *poder, coação e sedução*, por isso pode ser designado como uma violência que envolve duas desigualdades: de gênero e geração. Neste sentido, o abuso sexual insere-se em um contexto social delineado pelas relações familiares no parâmetro patriarcal e sexista, no qual o poder é exercido estritamente pelos adultos-homens (FAIMAN, 2004). Azevedo (2007)

entende que a violência sexista está baseada na assimetria das relações de gênero que foram sendo historicamente construídas e socialmente prevalecentes nas famílias.

Sexismo é a atitude de discriminação em relação às mulheres. Mas é importante lembrar que se trata de uma posição, que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente intragêneros tanto quanto entre gêneros. Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social. (V. SMIGAY, 2002, p.34).

O sexismo não é algo abstrato, ao contrário, expressa-se de forma concreta nas relações interpessoais que se estabelecem na sociedade e reforça a reprodução da desigualdade de gênero e conseqüentemente da violência desencadeada na diferença de gênero, étnica, social. O sexismo, portanto, impulsiona que as relações aconteçam sob um contexto de dominação e desigualdade entre homens e mulheres e entre adultos e crianças.

Estudos vêm apontando que a grande maioria dos indivíduos que cometem abuso sexual são familiares e/ou conhecidos das crianças e adolescentes, constituídos pelo pai ou por algum adulto que exerce tal função, pode ser representado pelo padrasto, avô, tio (AZAMBUJA, 2004).

Os abusos nem sempre são violentos alguns podem iniciar com carícias por meio de uma coerção sutil da criança que devido ao seu estado de desenvolvimento, não compreende como algo proibido o que acaba sendo transpassado pela falsa concepção de consentimento da vítima. Quando há violência física o reconhecimento do abuso sexual é mais rápido devido à objetividade dos fatos (ferimentos e machucados nas crianças).

Entretanto, existem outras expressões do abuso sexual como a sensorial ou por estimulação que não deixem marcas visíveis no corpo na criança.

Violência sexual sensorial: exibição de performance sexualizada de forma a constranger ou ofender a criança ou o adolescente, tais como: pornografia, linguagem ou imagem sexualizada e assédio. **Violência Sexual por estimulação:** carícias inapropriadas em partes do corpo consideradas íntimas, masturbação e contatos genitais incompletos. **Violência sexual por realização:** tentativas de violação ou penetração oral, anal e genital. (VIVARTA, 2003, p. 128).

Muitas vezes os abusos sexuais não deixam marcas físicas e isso contribuiu para que essa violência continue velada e os direitos das crianças e adolescentes sejam constantemente violados. Estudos referem que devido à complexidade e aos danos psíquicos que o abuso sexual causa na vida das vítimas, estas podem levar muito tempo (até mesmo anos) para revelarem a violência.

A revelação do abuso sexual é um processo muito delicado para a criança, pois implica compartilhar com outros indivíduos suas dores e, principalmente, em relatar a terceiros, suas experiências. Para que esse momento não se torne uma revitimização da criança é imprescindível que a escuta⁴¹ seja realizada por profissionais qualificados (as)⁴² e sensíveis a essa violência:

Essa escuta deve constituir-se, portanto, em uma atitude ontológica de reconhecimento da criança e do adolescente na condição de pessoas em si mesmas, na sua igualdade e na sua diferença em relação aos adultos. Apenas ao considerarmos a criança e o adolescente na condição de igual-diferente dos adultos, produziremos as condições sociais para uma verdadeira escuta desses novos sujeitos da história. (SANTOS et.al, 2014, p.18).

Diante da complexidade e da multiplicidade de fatores como medo, constrangimento e vergonha, que envolvem o abuso sexual, a escuta deve se caracterizar por uma postura ética, política e pedagógica do (a) profissional que deve estar comprometido (a) com a promoção dos direitos da criança e do adolescente e não em produzir provas para a responsabilização do (a) autor (a) da violência.

Arpini et al. (2012, p.95), ao abordar o trauma psíquico em crianças e adolescente que sofreram abusos sexuais, refere-se à dificuldade que elas possuem em relatar o que aconteceu, assim, “pode-se pensar que a criança, tomada por um misto de sentimentos entre certo/errado, permitido/proibido, não encontrará as palavras certas para revelar algo ao qual não é possível atribuir um sentido”.

⁴¹ A escuta abordada nesse capítulo diz respeito àquela que é realizada pelos (as) profissionais responsáveis pelo atendimento da criança, adolescente e sua família, em especial do CREAS. Para aprofundar as discussões sobre os embates da realização do Depoimento Especial com crianças em situação de violência sexual ver mais em: NASCIMENTO et.al. **Violência Sexual e Escuta Judicial de crianças e adolescentes**: a proteção de direitos segundo especialistas. São Paulo: AASPTJ: CRESS-SP, 2012.

⁴² Os processos interventivos dos (as) profissionais do CREAS são problematizados no capítulo 5 da presente tese.

Além do trauma e do sofrimento acarretados pelo abuso sexual é preciso considerar que as crianças e adolescentes encontram-se em uma condição peculiar de desenvolvimento, ou seja, é preciso observar que os processos cognitivos, biológicos, sociais e psicoafetivos ainda não se desenvolveram plenamente e requerem condições para que isto aconteça de forma saudável.

O abuso sexual é um fenômeno que se expressa na realidade concreta dos indivíduos e, por isso, não é estático ou petrificado, mas revela-se na dinamicidade com a qual a realidade constantemente modifica-se e movimenta-se, assumindo particularidades em cada contexto sócio-histórico.

Nesse sentido, o abuso sexual manifesta-se por meio de novas formas ao compasso que as relações interpessoais modificam-se na sociedade capitalista. Dentre as faces contemporâneas assumidas pela violência sexual, pode-se sinalizar as seguintes:

Sexting é uma expressão de abuso sexual recente, em adolescentes, jovens ou adultos, acontece por meio do uso de celulares, e-mail, salas de bate-papo, comunicadores instantâneos e sites de relacionamento, para enviar fotos sensuais, mensagens de textos ou convites com fins sexuais. Algumas vezes essa prática, ao cair na rede, pode configurar abuso ou exploração sexual. **Sextosión** se configura a partir do sexting. É a prática de chantagens com fotografias ou vídeos da criança ou adolescente sem roupa ou em relações íntimas que foram compartilhados por “sexting” com fins de exploração sexual. **Grooming** caracterizado pela ação de um adulto ao se aproximar de crianças ou adolescentes via internet, por meio de chats ou redes sociais, com o objetivo de praticar abuso ou exploração sexual. (SILVA, 2012, p.52).

O uso da internet, nas últimas décadas, intensificou-se trazendo diversos avanços tecnológicos e possibilidades de interação entre os indivíduos. No entanto, os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, no ambiente informacional, também vêm vertiginosamente aumentando. A utilização da internet para a prática de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes sinaliza o imenso desafio aos mecanismos de proteção dos direitos dessa população em todo o mundo.

Em 2008, o Brasil sediou o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Entre os objetivos do congresso, estava discutir e deliberar ações, devido ao aumento expressivo do abuso e exploração sexual e a proliferação de imagens de crianças e adolescentes sendo abusados, e crimes relacionados à internet. Nessa ocasião, foi sancionada a Lei 11.829/08, que altera o Estatuto da Criança e

do Adolescente (Lei 8.069/1990) no sentido de intensificar o combate à produção, venda, distribuição e reprodução da pornografia infantil bem como criminalizar a posse e guarda desses materiais. Os artigos 240 e 241 ganham nova redação:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. (BRASIL, 2008, s/p).

Muitos são os avanços conquistados pelos mecanismos jurídico-políticos no Brasil para a proteção e promoção dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Os últimos anos vêm sendo balizados por diversas revisões e alterações nos textos das normativas e legislações no que tange aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Dentre as principais alterações está a nova tipificação dos crimes sexuais da Lei 12.015/09 que alterou, não somente artigos do Código Penal, mas contribuiu para a mudança de concepção do Código Penal em relação ao abuso e exploração sexual, desconstruindo com a perspectiva machista e conservadora que predominava nessa normativa.

O abuso sexual é uma face perversa da violência que assola cotidianamente milhares de crianças, a sua complexidade requer não apenas o amparo da legislação, ainda que esta seja de fundamental importância, é necessário também ampliar o olhar da sociedade sobre esse fenômeno. A construção de uma base conceitual sobre o abuso sexual requer uma busca que apreende esse fenômeno a partir de uma perspectiva de totalidade, capturando as nuances e interfaces que se engendram no acometimento dessa violência.

A apreensão do abuso sexual deve estar imbuída num campo de mediações que possibilite a ultrapassagem das apreensões que consideram apenas a singularidades das situações e não mediam com o conjunto dos fatores e aspectos que conformam esse fenômeno. Nesse sentido, é imperativo capturar o fenômeno na sua essencialidade (aspectos e fatores que são de ordem social, cultural, ética, política, econômica e psicológica) e que incidem para a produção e reprodução do abuso sexual nas relações interpessoais.

O entendimento do abuso sexual, a partir da multiplicidade de fatores e aspectos que interagem entre si e com a universalidade dos fenômenos sociais e que assim conformam a sua complexidade, possibilita a ultrapassagem das práticas conservadoras de moralização e culpabilização dos sujeitos, sejam eles as crianças, adolescentes, as famílias ou mesmos os (as) autores (as) da violência.

4.2 EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL: A Coisificação do Corpo

A exploração sexual comercial é uma das expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes e manifesta-se de forma complexa tendo diversas interfaces. É um fenômeno espreado mundialmente e seu aparecimento não está estrito unicamente às situações de pobreza, ainda que haja uma prevalência de seu acometimento entre as classes mais empobrecidas.

Por ser uma violência que assume múltiplas faces e determinações, sua reprodução está interligada a fatores que são sociais e culturais tais como: as relações desiguais de gênero, entre adulto e criança, brancos e negros e ricos e pobres, configurando-se assim como um fenômeno multidimensionado.

Entende-se por exploração sexual:

Ato ou jogo sexual em que o adulto utiliza a criança ou o adolescente para fins comerciais, por meio de relação sexual, manipulação, indução a participação em shows eróticos, casas de massagem, fotografias e filmes pornográficos, são atividades que dificultam o exercício da afetividade e podem deixar sequelas físicas, psicológicas e relacionais. (VIVARTA, 2003, p. 126).

A invisibilidade da exploração sexual comercial contribui para sua perpetuação, pois são múltiplos os fatores que engendram o acometimento dessa violência. Vivarta (2003) analisa que o enfrentamento à exploração sexual deve envolver, além dos sujeitos sociais, a quebra de tabus e resistências, reconhecendo nesse movimento, que é preciso combater também outras redes criminosas como o tráfico de drogas e o crime organizado - cujos alvos são crianças e adolescentes desprotegidos ou até mesmo ignorados pela sociedade e pelo Estado brasileiro -.

Vieira (2013), em pesquisa realizada sobre a rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Porto Alegre/RS, identificou que a exploração sexual comercial encontra-se interligada a um *comércio*

de troca de favores, entre o aliciador e o traficante. Ou seja, o explorador sexual de crianças e adolescentes, em muitas situações, beneficia-se do domínio do tráfico de drogas na comunidade, que o possibilita a continuar praticando os crimes sexuais.

Essa relação “*cumplicidade*” entre o aliciador e o narcotraficante incide para a diminuição das chances da vítima de se proteger, ou mesmo de receber proteção, uma vez que agora também é alvo da atenção do tráfico de drogas. A exploração comercial de crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e um “negócio altamente lucrativo”.

São diversos os segmentos que compõem as redes de exploração sexual, que vão desde a própria família, a motoristas de táxi, donos (as) e funcionários (as) de hotéis e motéis, agências de turismo, policiais e políticos corruptos, traficantes e exploradores (donos/as de bordéis e prostíbulos).

As redes de exploração são estruturas altamente organizadas e autoritárias em que prevalecem relações de poder, de coerção, ameaça e chantagem, como estratégia de intimidar as vítimas e desmotivá-las a romperem com a violência denunciando os (as) exploradores (as). Faleiros (2000, p.04) refere que a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes:

[...] está centrada no lucro comercial que se possa obter com o trabalho do corpo da criança ou adolescente na sua transformação e submissão em mercadoria humana para benefício sexual do cliente e benefício comercial dos proprietários do comércio e aliciadores [...]. Vale salientar que a exploração sexual de crianças e adolescentes se distingue da prostituição adulta, principalmente daquela opcional. A exploração sexual viola o direito ao desenvolvimento autônomo do ser humano da criança, à dignidade de seu corpo, a sua própria humanidade. A criança é mantida à força nessa situação. As pesquisas em bordéis ou prostíbulos mostram que não têm, sequer, a liberdade de ir e vir, com violação de seus direitos civis, políticos, sociais e dos inerentes à sua condição de pessoa em desenvolvimento, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante desse cenário, a criança e o adolescente transformam-se em mercadoria no balcão da exploração sexual, ressalta-se, ainda, que essa expressão da violência ultrapassa “os serviços sexuais” os quais as crianças/adolescentes estão expostas. Na exploração sexual, outras formas de violência também se manifestam na violação de sua dignidade, dos seus direitos sexuais, da sua liberdade.

A saúde física das crianças e adolescentes explorados sexualmente encontra-se em constante risco, já que, as doenças sexualmente transmissíveis

aparecem com grande incidência⁴³. Salienta-se que a exploração sexual comercial é um fenômeno de múltiplas faces, entre elas destaca-se:

Prostituição infantil: é o uso de crianças em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração.

Tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais: consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares a escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com uso de extrema crueldade.

Pornografia: é qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impudica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ou uso de tal material.

Turismo sexual: é a exploração sexual comercial por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças. (LIBÓRIO, 2004, p.24).

As quatro formas de exploração sexual encontram-se interconexas, formando um enredo perverso na vida das crianças e adolescentes. Leal (2001) em pesquisa realizada sobre esse fenômeno constatou que as quatro formas de exploração acima citadas são encontradas nas cinco regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte e, em todos os Estados que as compõem.

A autora observa que a exploração sexual, em cada região do país, apresenta particularidades que as diferenciam das demais, isto devido a dimensão que a violência assume na região ou no Estado e da diversidade cultural e social de cada território brasileiro.

A mudança conceitual de *prostituição infantil* para *exploração sexual comercial* fora uma conquista dos movimentos de defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes. O termo prostituição é controverso, pois implica maturidade para escolha de comercializar ou não seu próprio corpo, por isso crianças e adolescentes, não se prostituem, mas sim são envolvidas na exploração sexual por um adulto, que tanto pode atuar como o intermediário da exploração quanto ser o “cliente” que compra os serviços sexuais.

⁴³ De acordo com a UNICEF (2009), as doenças sexualmente transmissíveis são sinais indicativos de abuso sexual, que incorporam a esse quadro o comportamento agressivo, o medo, tendências suicidas, comportamento sexual inadequado para a idade, além de dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas genitais ou anais, baixo controle dos esfíncteres, erupções na pele, vômitos, dores de cabeça sem explicação médica, ato infracional, dentre tantos outros.

Crianças e adolescentes, sendo pessoas em desenvolvimento não têm possibilidade de discernir o que é melhor. Logo não podem consentir com a prostituição e com o abuso sexual [...] A criança é frágil, imatura, ingênua e está muito mais vulnerável a exploração sexual. (FERNANDEZ, 2012, p.58-59).

Schaefer et.al (2012) pondera que a criança e ou adolescente não possui condições psicológicas em consentir e escolher sobre esse ato. Outro fator que a autora refere é a desigualdade existente entre a criança e o adulto, este último sendo “alguém em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais avançado” (SCHAEFER, 2012, p.228), que usa a criança e ou o adolescente como objeto para satisfação de seus desejos sexuais, ou nas situações de exploração, para fins lucrativos.

Nesse sentido, tanto crianças quanto adolescentes não possuem maturidade psíquica suficiente para consentir ou escolher sobre a venda de seu corpo. Além disso:

Uma criança que trabalha no mercado do sexo encontra-se numa situação de extrema vulnerabilidade, indefesa frente ao poder dos adultos exploradores. Como toda criança seu desenvolvimento físico, sua maturidade emocional, sua sexualidade, suas aspirações e seus sonhos são pueris: é imatura, ingênua, inconsequente, fantasiosa, autocentrada, imediatista, sem preocupações nem planos para sua vida adulta; não tem desenvolvida a consciência social e política da sua situação. As crianças que trabalham no mercado do sexo, são, em geral, muito pobres, vivenciaram situações de abandono e violência sexual familiar. (FALEIROS, 2004, p.88).

Conforme Swain (2000, p.70) “a prostituição, expressão paroxística da violência social, torna-se o lócus naturalizado de expressão livre do desejo: a liberação sexual é tomada como justificativa da objetificação e alvitamento humano”. A autora toma tanto a prostituição de adultos quanto a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma face perversa de um sistema sustentado por valores ideológicos de coisificação da mulher, da criança e da adolescente.

Nessa perspectiva, as relações são de dominação, exploração e poder, portanto, não há uma simetria entre os sujeitos, pois sempre haverá um “cliente” que determinará sobre a relação, podendo influir em humilhações, inferiorização e violação do direito à dignidade. A existência da exploração sexual está intrinsecamente conexa à existência de um “mercado consumidor desses serviços”, ou seja:

Na lógica comercial, para que uma relação comercial seja efetivada, são necessários tanto o produto a ser vendido quanto o comprador interessado. Nesse sentido, mesmo que uma criança/adolescente esteja disposta a oferecer-se sexualmente em troca de dinheiro ou outros favores (alimento, roupa, carona, etc.), se não houvesse quem estivesse disposto a comprar tal serviço, a situação de exploração sexual não se estabeleceria. (MORAIS et.al, 2007, p.64).

O corpo é transformado em mercadoria, ou seja, a comercialização do sexo implica, de acordo com Faleiros (2000), uma relação complexa e entrelaçada, de produção do corpo como objeto, de violência de gênero e de discriminação, de circulação de dinheiro e aquisição de lucro por meio da mercadorização do corpo da criança e adolescente. Para Faleiros (2000, p.72) a exploração sexual contra crianças e adolescentes pode ser entendida:

[...] como uma violência contra crianças e adolescentes que se contextualiza em função da cultura (uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração comercial de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais coercitivas ou persuasivas, o que configura uma transgressão legal e a violação dos direitos a liberdade individual da população infanto-juvenil.

Outro ponto importante de referir situa-se nas múltiplas determinações desse fenômeno, são diversos os fatores que culminam para a reprodução da violência, dentre eles: os fatores econômicos, sociais, culturais e psicológicos. Por isso, essa forma de violência traz, em seu âmago, a transversalidade, pois “trata-se de um fenômeno que não é caudatário do sistema de estratificação social e do regime político vigente numa sociedade [...] não pode ser dito que é um fenômeno característico da pobreza” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p.43).

Entretanto, a exploração sexual comercial atinge profundamente as crianças e adolescentes, pertencentes às classes e aos estratos sociais menos favorecidos, são mais suscetíveis à exploração sexual infanto-juvenil. As condições de pobreza influenciam e, principalmente, potencializam o acometimento deste crime tão cruel.

Diversas pesquisas⁴⁴ e estudos apontam a pobreza e a exclusão social como os principais fatores que influenciam a exploração sexual infanto-juvenil (VIVARTA,

⁴⁴ A dependência química é apontada por Vivarta (2003), como um dos fatores que contribuem para que crianças e adolescentes sejam vítimas de exploração sexual, uma vez que, buscam na exploração de seus corpos um modo de obterem meios para a compra e consumo da droga.

2003). O Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA - (2009) afirma que esta violência gera um polo de degradação na vida das crianças e adolescentes, considera que o criminoso não é somente o (a) explorador (a)⁴⁵, mas também e, principalmente, quem pratica sexo com estas crianças.

Considerada uma das situações mais graves dos tempos atuais, a violência sexual contra crianças e adolescentes, em suas variadas manifestações, é uma das violações dos direitos humanos que, como todas outras, deixa marcas profundas e severas na vida das pessoas por ela afetadas, comprometendo significativamente a condição cidadã de direitos [...] Tal violação nega-lhes direitos fundamentais, como o direito à vida, à dignidade, à liberdade e ao respeito, direitos que asseguram o amadurecimento da sexualidade em harmonia com sua condição peculiar de desenvolvimento. (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p.75).

Diferentemente das situações de exploração no abuso sexual - intra ou extrafamiliar - os determinantes econômicos assumem função secundária. Por ser um fenômeno transversal, os condicionantes de pobreza e miséria não aparecem como preponderantes. A exploração sexual é evidenciada de forma quase que totalitária nas classes empobrecidas, que buscam, na exploração comercial - corpo/sexo das crianças e adolescentes -, formas de subsistência -.

Assim a articulação entre este fenômeno e as classes dominadas evidencia também o grau de desenvolvimento econômico e social dos contextos em que se constata este tipo de violência sexual.

A realidade do processo de aliciamento das crianças e adolescentes para a exploração sexual é perversa, os dados da pesquisa realizada por Sousa (2004) a partir dos discursos dos depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no ano de 1993 que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes nas cinco regiões do Brasil revelam que:

Muitas vezes a criança/adolescente é levada para os bordéis sem saber para onde está indo, atraída por falsas promessas. Ao chegar, é obrigada a pagar as despesas feitas em seu nome e sem o seu controle, sendo conduzida para a prostituição imediatamente. Essa prática faz com que as crianças/adolescentes, tendo de pagar seus gastos com bebidas alcoólicas e com o aluguel dos quartos para os serviços sexuais, fiquem permanentemente endividadas, pois o que ganham nunca é suficiente para quitar o débito; além do mais, elas repassam 30% do que ganham aos donos de boates. (SOUSA, 2004, p.208).

⁴⁵ Explorador/a segundo Vivarta (2003, p.27) “trata-se de alguém que visa lucro financeiro, vendendo o sexo ou a imagem das vítimas. O explorador, além de comerciante ilegal, pode ser também um abusador sexual – circunstancial ou pedófilo”.

Não é raro, o cárcere privado de crianças e adolescentes é uma prática hordiena na exploração sexual comercial, elas têm seu direito de ir e vir cerceado como estratégia dos (as) aliciadores (as) para que não consigam fugir ou mesmo denunciar às entidades responsáveis a rede de exploração. São mantidas reféns sobre constantes ameaças e chantagens. A exploração sexual revela a presença de relações assimétricas de gênero, faixa etária e socioeconômica.

Libório (2004) ao analisar essa expressão da violência sexual contra crianças e adolescentes elegeu as seguintes categorias explicativas: violência estrutural, violência social e violência interpessoal.

Mesmo considerando que tais categorias são imprescindíveis para a apreensão da exploração sexual, pois dizem respeito não somente as relações interpessoais, mas a organização do modo de produção capitalista que gera riqueza ao passo que as desigualdades agravam-se, outras categorias precisam ser elencadas.

Na presente tese, a perspectiva defendida é que a violência sexual (abuso e exploração sexual comercial) é um fenômeno multidimensional e multideterminado, ou seja, são múltiplos os fatores e aspectos que incidem para sua materialização na vida dos sujeitos.

Reconhecendo essa complexidade e multiplicidade de determinações é de suma importância considerar que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes comporta também outras categorias que são: patriarcado, machismo e o racismo. Tais categorias são frutos da herança conservadora da formação sócio-histórica do país e encontram-se arraigadas no seio da atual sociedade capitalista brasileira.

Nesse sentido, Marcondes (2001) chama a atenção para o que denomina de “violência fundadora”, segundo o autor a sociedade brasileira é marcada historicamente por relações de violência, desde a chegada dos portugueses ao país, tornando a violência em uma linguagem organizada das relações de poder, instituindo um paradigma para as relações sociais. Outra questão diz respeito:

A sociedade em seu contexto histórico constantemente impõe uma série de responsabilidades alheias e contra a vontade das pessoas, que incorporam modelos e comportamentos mutuamente excludentes, no sentido de que um destes se sobrepõe ao outro, adotando arquétipos, estereótipos os quais devem ser seguidos rigidamente em função do sexismo, que implica em divisão de tarefas, e conseqüentemente engessam masculino e feminino,

padronizando-os: o primeiro na esfera da vida pública e o segundo na vida privada. (SOUSA, 2012, p.02).

Saffioti (2004) ressalta ainda que a sociedade legítima não somente o *adultocentrismo*, mas o *androcentrismo* (supervalorização do homem), conferindo, portanto, aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres, crianças e adolescentes, sendo que estas duas características (*adultocentrismo* e *androcentrismo*) interconectam-se, caminhando juntas na esfera privada e alimentando-se do patriarcado para sua plena reprodução.

A hierarquia entre homens e mulheres, adultos e crianças expressa-se na sociedade em geral, mas, sobretudo nas relações familiares, num enredo em que “o homem domina a mulher, que por sua vez, domina a criança no dia-a-dia” (SAFIOTTI, 2007, p.51). Em conta disso, o homem possui na família um duplo poder: sob a criança e sob a mulher, logo, além de ser homem (o que lhe confere poder sobre a mulher) é também adulto, tornando-o ainda mais poderoso.

Não reduzir o fenômeno somente ao âmbito do econômico é imprescindível, uma vez que, nas relações de vitimização sexual, a díade dominação-exploração transcende as determinações econômicas, estando presente em todas as classes sociais.

Tal díade é o elo fundador desta violência, em que as relações de poder incidem diretamente na submissão da criança ao adulto. Tais relações são explicitamente desiguais, de acordo com Saffioti (2007), desenham uma hierarquia entre as categorias de gênero e faixa etária.

A ideologia machista é o principal instrumento para a perpetuação das situações de dominação-exploração, conferindo legitimidade às “relações sociais de gênero altamente assimétricas, consagrando-se a subordinação da mulher ao homem, em que há, no processo de socialização do macho, um certo culto à violência” (SAFFIOTI, 2007, p.56).

A desigualdade de gênero é o núcleo para o acometimento dessa expressão da violência, o machismo ainda predominante na sociedade contemporânea retroalimenta-se da forma discriminatória em que é percebida e reproduzida as relações entre homens e mulheres e também sobre as relações entre adultos e crianças, por isso:

[...] pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista⁴⁶. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente no campo político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico [...] na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menos salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica potente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. (SAFFIOTI, 1987, p.51).

A violência de gênero é considerada como sendo uma determinação de suma importância para se apreender a complexidade da violência sexual. Para Saffioti e Almeida (1995), esta violência assinala um tipo particular de violência que aponta à preservação da organização social de gênero, constituída na hierarquia e na desigualdade de espaços sociais sexuais.

A maior dificuldade em analisar o fenômeno da violência de gênero, segundo Saffioti (2007, p.16) refere-se à constituição da tríade patriarcado/racismo/capitalismo, apontada pela autora, não como eixos paralelos, mas sim entrecruzados, em que:

Rigorosamente, a dominação-exploração de muitos por poucos, das classes subalternas pelas classes dominantes, não constitui o único princípio estruturador das relações sociais, na sociedade ocidental, em geral, e na brasileira, em especial, estão presentes mais dois sistemas de dominação-exploração, a saber: o patriarcado, que legitima a assimetria das relações de gênero, a subordinação da mulher ao homem; e o racismo, que permite ao branco determinar o lugar do negro na estrutura social.

O capital atua como base para a perpetuação das relações desiguais, produzindo, no interior de sua dinâmica nas palavras de Yamamoto (2008), a *banalização do humano*. A invisibilidade das contradições e o esfacelamento de uma perspectiva igualitária, nas relações sociais, contribuem fortemente para o mascaramento das situações de violência sexual. Historicamente, a questão da violência de caráter sexual tem sido resignada às classes sociais empobrecidas, ou seja, atribui-se o aparecimento de tal violência à pobreza, ao desemprego, à vulnerabilidade social e econômica dos sujeitos.

⁴⁶ O machismo caracteriza-se como “um sistema de interrelações sociais entre indivíduos de diferentes sexos, o qual exagera diferenças entre homens e mulheres com base nas chamadas qualidades naturais e determina que tipo de comportamento é aceitável por parte dos dois sexos. O machismo defende a superioridade masculina em relação à feminina, valorizando o comportamento viril, forte e agressivo em homens e estimulando um comportamento dependente, submissivo, emocional e de auto-sacrifício em mulheres”. (SOARES, 2001, p.284).

Em pesquisa realizada no ano de 2007 sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes a partir da concepção dos caminhoneiros nas diversas regiões do Brasil, revelou que:

O critério de necessidade financeira foi o principal motivo citado pelos caminhoneiros para que crianças e adolescentes se “prostituíam”. Nesse sentido, eles destacaram as regiões Nordeste e Norte (tradicionalmente regiões mais pobres do país) e os estados da Bahia, Maranhão e Pará como sendo os locais onde mais verificam a existência da exploração sexual comercial infantil. Os caminhoneiros destacaram que quanto mais pobre a região do país, mais barato se cobra e se paga às crianças e adolescentes exploradas. (MORAIS et.al, 2007, p.267).

Entretanto, é imprescindível considerar que não é somente a pobreza, em sua carência de recursos materiais, que contribui para a exposição de crianças e adolescentes à exploração sexual, é todo um complexo de ausências que transcendem o âmbito material, diz respeito a uma série de privações (sociais, culturais e espirituais) que incidem para inserção criminosa de crianças e adolescentes na exploração sexual de seus corpos.

A violência sexual é um fenômeno transversal, o paradoxo da relação violência/pobreza é uma construção fetichizada, de interesse das classes dominantes, para desviar a atenção do Estado para as classes subalternizadas, e assim perpetuar essa violência nas suas relações. O obscurecimento das múltiplas determinações, que incidem sob a violência sexual e as suas manifestações, é parte de um processo, engendrado em um contexto macro da sociedade capitalista em que:

Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições sociais entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais. É necessário, portanto, um esforço de apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da questão social e suas múltiplas expressões [...]. (IAMAMOTO, 2008, p.34).

A exploração sexual contra crianças e adolescentes, especialmente, quando estas são mulheres é um produto histórico da constituição das relações sociais. No entanto, não significa conceber esta como inerente às relações interpessoais, a violência seja ela sexual ou não, desenvolve-se sob relações específicas, em contextos e espaços determinados historicamente. Em sua dinâmica de produção e

reprodução, revelam-se as suas múltiplas faces e formas de aparecimento na sociedade.

A construção de estratégias para o enfrentamento da violência sexual (abuso e exploração sexual comercial) impõe apreender as relações históricas de opressão que se estabeleceram no decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira: do branco sob o negro, do homem sob a mulher, do rico sob o pobre, do adulto sob a criança. Essas relações atuam como eixo estruturador da díade dominação-exploração, não se situando apenas no âmbito econômico, mas principalmente, no âmbito cultural e social.

Saffioti (2002, p.133) já advertia “se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar à violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias”. Apreender a violência intrafamiliar que acomete crianças e adolescentes como uma expressão da violência de gênero possibilita não somente o seu desvendamento a partir da conexão dos múltiplos fatores que engendram o acometimento de ambas as expressões de violência, mas vislumbra um caminho para o enfrentamento e rompimento da produção e reprodução das relações de dominação e opressão.

É de suma importância refletir e ressignificar as relações interpessoais indicando um novo horizonte e superando a assimetria de gênero e a educação sexista que reforça estereótipos e padrões hierárquicos nas relações homem/mulher e adulto/criança e que atuam como principais propulsores para o acometimento da violência.

O próximo capítulo desta tese tem a intencionalidade de realizar uma profunda reflexão acerca das particularidades que a violência sexual contra crianças e adolescentes assume no Estado do Tocantins. As discussões do respectivo capítulo trazem à tona um cenário de invisibilidade e desconhecimento sobre as interfaces e complexidade que engendram esse fenômeno por parte dos/as profissionais que compõem a equipe multiprofissional do CREAS. Desse modo, é lançado o desafio de buscar, por meio de mediações teórico-práticas, subsídios que possam contribuir para a construção de uma concepção sobre a violência sexual a partir de sua totalidade.

5 A REALIDADE DOS CREAS TOCANTINENSES PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEXUALMENTE VITIMIZADOS

*Everyday violence may be pervasive, but it is not inevitable. The first step in curbing all forms of violence against children is bringing the issue to light – in all its complexity.*⁴⁷

United Nations Children's Fund

A violência sexual contra crianças e adolescentes e suas múltiplas faces configura-se na sociedade contemporânea como uma grave violação aos direitos humanos. No entanto, o enfrentamento a esse fenômeno não pode ser permeado por condutas e valores moralistas ou de punição. Na atualidade, um dos grandes desafios prementes está em construir respostas efetivas e com impactos na vida dos sujeitos que sofreram a violência sexual (crianças e adolescentes), mas também para aqueles/as que cometeram a violência.

As ações governamentais e não-governamentais devem pautar-se pela promoção da dignidade humana, buscando romper com o padrão hegemônico de revitimização às crianças e adolescentes em situação de violência sexual que historicamente vem delineando as respostas tanto do Poder Público quanto da Sociedade Civil. A busca pela integralidade no atendimento requer ações planejadas, executadas e avaliadas de forma participativa entre todos os sujeitos sociais que compõem a rede de proteção.

Portanto, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e seus eixos: promoção, defesa e controle devem atuar de forma articulada e ultrapassar a fragmentação que recorrentemente influi somente para a revitimização das crianças e adolescentes, moralização e estigma dos (as) autores (as) da violência. Integralidade é apreender esses sujeitos (vítimas e autores/as) na sua totalidade, enquanto seres sociais, apreendendo aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, éticos e psicológicos, visando assim o rompimento e a superação da violência sexual dentro das relações interpessoais.

⁴⁷ “A violência cotidiana pode ser generalizada, mas não é inevitável. A primeira etapa no combate a todas as formas de violência contra crianças é trazendo a questão para luz, em toda a sua complexidade”. (tradução nossa).

A promoção e a garantia dos direitos humanos da população infanto-juvenil requerem um esforço contínuo, não somente do Estado, mas de toda a sociedade, visando extrapolar o modelo repressivo-punitivo. Desse modo, enfrentar a violência sexual exige um movimento que transite pela multiplicidade e complexidade desse fenômeno, apreendendo sua dinamicidade e, essencialmente, identificando suas singularidades (como se expressa no cotidiano), mediatizando com suas expressões mais universais no sentido de romper com perspectivas unidimensionais.

Nesse sentido, a acepção multidimensional do fenômeno contribui para a ruptura da reprodução de estigmas e preconceitos, promovendo novas bases para a sociedade brasileira entender a violência sexual, desenvolver estratégias e ampliar as possibilidades para as crianças e adolescentes viverem sua vida longe das múltiplas expressões da violência.

Os direitos sexuais e reprodutivos⁴⁸ são direitos humanos, destarte, crianças e adolescentes são sujeitos titulares desses direitos, devendo o Estado e a sociedade promoverem a sua proteção. O desrespeito ao direito de crianças e adolescentes exercerem sua sexualidade vem configurando diversas expressões da violência sexual. Conforme o conceito usado pelo documento “Proteger e Responsabilizar”, publicado em 2012, pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a sexualidade:

[...] é própria e inerente às pessoas, sendo impossível dissociá-la da existência humana, vinculada a processos biológicos, psicológicos e sociais intrínsecos aos seres humanos. Nesse sentido, os direitos sexuais, enquanto direitos humanos, dizem respeito exatamente ao direito da pessoa desenvolver e exercer de maneira sadia e segura a sua sexualidade, livre de qualquer discriminação, coação ou violência. (BRASIL, 2012, p.10).

Emblematicamente a conquista desses direitos vem gerando diversas polêmicas, principalmente, pela titularidade da população infanto-juvenil. A Doutrina

⁴⁸ O debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos é recente na agenda pública, data da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Teerã no ano de 1968. Contudo, somente em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), que aconteceu no Cairo, que a reprodução recebeu uma significativa atenção, ao ser reconhecida como direito de toda pessoa de exercer sua capacidade reprodutiva. No Brasil, os direitos reprodutivos receberam atenção na Constituição Federal de 1988, que fundamentou outras normativas entre elas a Lei 9.263/96 (Lei do Planejamento Familiar). Diversas declarações têm sido elaboradas com o objetivo de promover e esclarecer sobre a existência e a importância dos direitos sexuais. Salienta-se a de Valência (Espanha) de 1997, que preconiza a sexualidade como parte integral da personalidade de todo ser humano. Ver mais em: LOPES, Ana Maria D’Avila. **Os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Crianças e dos Adolescentes no Âmbito da Educação Sexual**. Disponível em: < www.univali.br/periodicos >.

de Proteção Integral, advinda em 1989 com a Convenção sobre os Direitos da Criança e promulgada em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente, radica que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, sendo dever da família, da sociedade e do Estado zelar pela promoção e defesa de seus direitos por meio de políticas públicas. A titularidade diz respeito a todos os direitos humanos, ressalva-se a *condição especial de desenvolvimento* a que essa população encontra-se, assentando nessa questão a polêmica em relação aos direitos sexuais.

Lopes (2011) observa que a Doutrina de Proteção Integral tem deflagrado vários questionamentos a respeito da titularidade e do exercício de alguns direitos. Dentre eles estão se crianças e os adolescentes podem ser titulares de direitos sexuais e reprodutivos e quais seriam os impactos e alcances das políticas públicas direcionadas para a educação sexual. Importante salientar que os direitos sexuais são os direitos que permitem as crianças e adolescentes desenvolverem sua sexualidade de forma segura, livre de violência e em conformidade com sua condição peculiar de desenvolvimento. Nesse sentido, é preciso considerar que:

[...] devem, pela Doutrina da Proteção Integral ser **considerados titulares de direitos sexuais e reprodutivos, mas não de todos nem de forma irrestrita. O reconhecimento de quais desses direitos e o âmbito do seu exercício dependerão da sua idade e do seu grau de maturidade.** Entendimento contrário significaria ignorar o princípio da proteção especial e do interesse superior da criança e do adolescente, nos quais essa Doutrina se sustenta. Esses princípios propugnam tratar as crianças e os adolescentes de forma especial devido à situação de vulnerabilidade na qual se encontram, demandando não apenas o estabelecimento de direitos especiais para melhor protegê-los, **mas também o estabelecimento de limitações ao exercício desses direitos, no intuito de preservar o seu melhor interesse.** Deve-se, nesse sentido, **rejeitar a doutrina que, ao identificar o aspecto biológico da sexualidade e da reprodução com o amadurecimento emocional para seu exercício, vem reivindicando a autonomia sexual como um direito absoluto de crianças e de adolescentes.** (LOPES, 2011, p.113). (grifos nossos).

Desse modo, a titularidade dos direitos sexuais para as crianças e adolescentes deve considerar a sua condição peculiar de desenvolvimento, respeitando suas limitações biológicas e psicológicas de maturidade pessoal e social no exercício desses direitos.

Educar para Sexualidade e Direitos Humanos é, sobretudo, uma aposta na educação como meio principal de promover profundas mudanças culturais necessárias ao desenvolvimento da sexualidade responsável, segura, saudável e protegida. É também uma forma de educar para o enfrentamento da exploração sexual. (QUEIROZ, 2006, p.19).

Quando se aborda a titularidade dos direitos sexuais, diz-se respeito ao direito “a serem educadas sobre sua vida sexual e reprodutiva, ainda que no momento oportuno e na forma adequada à sua faixa etária e ao seu grau de maturidade, como corresponde todo processo educativo” (LOPES, 2011, p.113). O objetivo da educação sexual é empoderar as crianças e adolescentes no sentido que lhes possibilite não apenas conhecer sobre a sexualidade, mas identificar situações abusivas e de risco.

Nessa direção, a Unicef (2005, p.24) considera que:

If children are unaware of their right to be free from abuse, or are not warned of dangers such as trafficking, they are more vulnerable to exploitation. Children need to be equipped with the information and knowledge necessary to protect themselves. They also require safe channels for participation and self-expression. When children have few opportunities for participation, they are more likely to become involved in crime or other dangerous or harmful activities.⁴⁹

A violência sexual nega a condição de sujeito de direitos às crianças e adolescentes, em síntese é negação da própria condição humana. Nessa expressão da violência, as relações estão imbuídas de assimetria (gênero, raça/etnia, classe social, faixa etária), nas quais as crianças e adolescentes são transformados em objetos e seus corpos em mercadorias para satisfazerem os desejos e fantasias dos adultos bem como para obtenção de benefícios financeiros.

Considerando a complexidade desse fenômeno, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes (PNVS), aprovado no ano de 2000, tornou-se a referência metodológica para a construção de políticas, programas e serviços de enfrentamento à violência sexual em todo o Brasil. A principal diretriz do PNVS é a construção de ações articuladas de forma a materializar a integralidade do atendimento e assim evitar a fragmentação e fragilização da atenção à população. O PNVS ainda prevê a responsabilização das três esferas federativas e o fortalecimento das redes locais, descrevendo seus eixos estratégicos da seguinte forma:

⁴⁹ “Se as crianças não têm conhecimento do seu direito de ser livre de abuso, ou não são avisadas dos perigos, como o tráfico, elas são mais vulneráveis à exploração. As crianças precisam ser equipadas com as informações e os conhecimentos necessários para se proteger. Elas também exigem canais seguros de participação e auto-expressão. Quando as crianças têm poucas oportunidades de participação, elas estão mais propensas a se envolver em crimes ou outras atividades perigosas e nocivas”. (tradução nossa).

Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições e garantia de financiamento do Plano, o monitoramento e a avaliação do Plano e a divulgação de todos os dados e informações à sociedade civil brasileira.

Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao sexo turismo e ao tráfico para fins sexuais e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização.

Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-policial; implantar e implementar os Conselhos Tutelares, o SIPIA e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes.

Atendimento - efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, profissionais especializados e capacitados.

Prevenção - assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua autodefesa; atuar junto à Frente Parlamentar no sentido da legislação referente à INTERNET.

Protagonismo Infanto-Juvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional. (BRASIL, 2012, p.12).

As discussões do presente capítulo têm o intuito de percorrer o atual desenho que o **eixo atendimento** consubstanciado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) desenvolvido pelo CREAS vem se delineando no Estado do Tocantins. Nesse sentido, busca-se não apenas descrever a configuração atual dos CREAS pesquisados, mas sim empreender um esforço crítico-analítico dos fatores e particularidades que delineiam o processo interventivo nas situações de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes.

Os desafios em construir uma reflexão acerca do atendimento que é ofertado à população infanto-juvenil que sofre vitimização sexual são muitos, dentre eles destaca-se: a não generalização das singularidades; o estabelecimento de mediações teórico-práticas que possibilitem não somente a apreensão no nível teórico, mas que se transmutem em possibilidades de reflexão mediata sobre os processos interventivos, a interpretação ética das informações de modo a comportar uma aproximação com a realidade dos (as) entrevistados (as) e, principalmente, contribuir para construção de estratégias metodológicas a partir da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, visando à integralidade no atendimento.

Metodologicamente, dividido em três eixos de discussão, o presente capítulo buscou não somente confirmar a tese de que a violência sexual contra crianças e

adolescentes ao ser um fenômeno *multideterminado, multifacetado e complexo* as respostas para o seu enfrentamento não podem ser imediatistas e sob o prisma da espontaneidade, mas ao contrário, devem buscar apreender a totalidade que engendra cada situação de violência sexual.

Nessa direção, a *interdisciplinaridade e a intersetorialidade tornam-se imprescindíveis para garantir um atendimento que seja integralizador, acolhedor e humanizado*, por isso, os eixos de discussão deste capítulo, assumem um compromisso ético-político ao refletir sobre a realidade dos CREAS no Estado do Tocantins e produzir conhecimentos que contribuam para o fortalecimento desse serviço.

Nesse sentido, o primeiro eixo de discussão, deste capítulo, versa sobre as particularidades da violência sexual infanto-juvenil no Tocantins, discorrendo acerca da percepção que os (as) entrevistados (as) - coordenadores (as) e profissionais e famílias - possuem sobre essa violência que acomete as relações interpessoais.

O segundo eixo de discussão, diz respeito aos processos interventivos do Serviço Social e da Psicologia no CREAS para o atendimento das situações da violência sexual contra criança e adolescente. Ao refletir sobre a interdisciplinaridade nesse espaço institucional, tem-se a intencionalidade de apreender os principais desafios postos à garantia de um atendimento que concretize a integralidade e a humanização na atenção prestada as situações de violência sexual.

Enfim, o terceiro e último eixo de discussão busca refletir sobre a intersetorialidade entre as políticas sociais e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) como estratégia efetiva para a não revitimização das crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Discorre-se sobre a importância e, fundamentalmente, sobre os limites e dificuldades que os CREAS, no Estado do Tocantins vêm enfrentando para garantir a concretização da intersetorialidade no seu *modus operandi*.

5.1 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS ADOLESCENTES NO ESTADO DO TOCANTINS

O processo de coleta de dados aconteceu no ano de 2014 por meio de visitas aos CREAS de Dianópolis, Gurupi, Miranorte, Palmas e Paraíso do Tocantins, a fim de realizar as entrevistas, análise dos prontuários, mas, essencialmente,

conhecer *in loco* a realidade dos (as) profissionais e das famílias⁵⁰ que possuem crianças e/ou adolescentes em situação de violência sexual. Nesse primeiro momento, considerou-se a imprescindibilidade de conhecer qual a percepção dos (as) coordenadores (as) e profissionais, acerca da violência sexual infanto-juvenil e como estes sujeitos apreendem não somente a base conceitual, mas também a dimensão que esse fenômeno assume no seu município.

As respostas foram bastante diversificadas no que se refere ao entendimento sobre o que é a violência sexual e como ela se manifesta nas demandas que chegam até o CREAS, constatando-se, por meio da análise das falas⁵¹ dos (as) entrevistados (as), as seguintes categorias: *não materialidade da violência sexual, invisibilidade e naturalização da violência*:

*Eu posso perceber que é **muito velado**, é **uma violência muito velada**, **as pessoas não gostam de falar muito**, é muito, é muito difícil [...], aqui por ser uma cidade de 12 mil habitantes a gente tem enfrentado muito esse problema. [...] **a gente sabe que existe, mas às vezes é difícil a gente provar que ela existiu, entendeu**, a gente sabe que tá acontecendo. A dificuldade que nós temos é essa no CREAS, a gente denuncia e tudo, mas na hora que chega mais lá na frente **não se consegue provar, e acaba ficando às vezes impune**, a impunidade é o que me constrange bastante aqui, e me deixa um pouco, como é que eu posso dizer, sem saber o que fazer **porque as pessoas esperam alguma coisa de nós, e a gente não consegue, não consegue chegar mesmo na pessoa e provar⁵² que realmente aconteceu aquilo**. (P2D).*

*Eu tenho pra mim que **tem muitas pessoas que estão caladas e não tem coragem de falar**. Igual teve 2 semanas de campanha contra abuso sexual e trabalho infantil, dentro dessa campanha teve palestras com as crianças nas escolas a gente foi para zona rural apresentar, **só que teve denúncias não de abuso, sabe ainda não chegou essa parte**, teve denúncias de trabalho infantil, de negligência familiar que o que mais a gente atende no CREAS, de negligência familiar, o abandono, às vezes mãe usuária de droga, filho usuária de droga, que o mais atende aqui, **mas em questão de abuso sexual não teve nenhum a partir do dia que eu entrei não teve nenhuma denúncia**. (P1D).*

⁵⁰ Para preservar a identidade dos (as) participantes da pesquisa foram utilizadas as seguintes nomenclaturas: P1A, P2A, P3A, P1B, P2B, P3B, P1C, P2C, P3C, P1D, P2D, P3D, P1E, P2E E P3E e para as famílias (Família A e B).

⁵¹ Alguns trechos das falas dos (as) entrevistados (as) foram metodologicamente grifados para possibilitar a identificação das categorias nos relatos.

⁵² Destaca-se que a construção de provas não é uma atribuição do Serviço de Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), mas sim do Sistema de Justiça. No segundo eixo de discussão do presente capítulo são abordados os processos interventivos no CREAS bem como as atribuições dos/as profissionais do PAEFI no atendimento as crianças e adolescentes.

Evidencia-se, na fala do/a P2D, que a violência sexual contra crianças e adolescentes encontra-se recoberta por mitos e tabus que obstaculiza o seu desvendamento e conseqüentemente a realização da denúncia e o rompimento da violência. Ressalta-se que a violência familiar revela o uso exacerbado do poder, seu monopólio e domínio que impedem aos demais membros o gozo da autonomia e liberdade, resultando em relações assimétricas.

Por isso, o *silêncio* nas situações de abuso sexual é um fator que a literatura especializada vem referindo como proeminente para a perpetuação da violência sexual intrafamiliar, em que se destacam os estudos de: Azevedo & Guerra, (2007, 2009), Arpini, (2012); Azambuja (2004, 2011), Gabel (1997); Ferrari & Vecina (2002), Furniss (1993), Sanderson (2008). A separação histórica entre público e privado incide para que a violência em suas mais diversas expressões não ultrapasse as paredes domésticas num *continuum* de vitimizações cotidianas. Watarai e Resende (2009, p. 60) refletem que:

A dificuldade de uma família, para reconhecer a existência do problema, deixa-a predisposta a negar. Esse contexto gera as condições que criam, sustentam e reproduzem situações de abuso, uma vez que a vítima geralmente desacreditada é silenciada diante as ameaças do agressor. Assim, o incesto permanece velado dentro do pacto de silêncio, durante anos, sem que seja identificado ou denunciado.

O silêncio em torno da violência sexual, conhecido também como *Complô do Silêncio* ou *Pacto do Silêncio*, incide impreterivelmente para o não desvelamento da dimensão que o fenômeno assume na realidade. Para Magalhães (2005, p. 45) o silêncio que encobre a violência contribui para que a família permaneça como uma instituição intocável, dessa forma “no âmbito privado tudo pode acontecer, não devendo os órgãos públicos e a sociedade combater ou vigiar os fatos ocorridos dentro do lar”.

Sabe-se que a dimensão do fenômeno é imensamente maior e mais grave do que as situações que chegam à luz pública. Sanderson (2008, p.14) ao analisar a dimensão do abuso sexual refere que:

O abuso sexual da criança (ASC) está sem dúvida, mais difundido do que as pessoas percebem. Ainda que as estimativas variem, dependendo do tipo de pesquisa que está sendo realizada, acredita-se que o ASC ocorre em geral com uma entre quatro garotas e com um entre seis garotos. Muitos pesquisadores acreditam que esses números representam a ponta do iceberg, visto que muito o ASC é ocultado, pois algumas crianças nunca

revelam o abuso ou ele jamais chega ao conhecimento dos serviços sociais, da polícia ou do sistema judiciário criminal.

Azevedo e Guerra (2005) denominam as situações que não ganham visibilidade pública e ou transpõem as barreiras domésticas como “cifra oculta”, uma vez que, segundo as autoras, não é possível confirmar se a alta incidência deve-se ao aumento do número dos casos ou de notificações que chegam às entidades responsáveis.

A análise das falas possibilitou apreender que o abuso sexual é uma *violência enevoada*, ou seja, um fenômeno não oculto, mas sim ocultado no interior das relações interpessoais, em especial, as familiares. A *invisibilidade* da violência sexual contra crianças e adolescentes, assinalada pelos (as) entrevistados (as) em suas falas, revela três aspectos: a presença de uma cultura conservadora que escamoteia a violência sexual no interior da família, a não materialidade da violência, pois, conforme os sujeitos, “*não deixa marcas visíveis*”, impondo diversas dificuldades para sua comprovação e a ausência de informação da população para identificação e denúncia do fenômeno.

É interessante observar, em relação à presença de uma cultura conservadora, que a racionalidade formal-abstrata típica da sociabilidade burguesa, conforme Guerra (2009) e Tonet (2009) aparece como ápice de um conservadorismo que obscurece a realidade, manipulando-a em benefício do capital e das classes dominantes. Importante salientar que, no atual estágio do capitalismo, a investida neoconservadora utiliza-se de múltiplas estratégias para ocultar e deturpar a realidade, passando a influir nas diversas esferas da vida social.

Os valores, sob a ótica conservadora, incutem nas relações interpessoais a indiferença perante o sofrimento do outro, o individualismo, a naturalização e banalização da violência, a moralização da questão social, a mercantilização das relações sociais e a personificação das coisas, o abandono da essencialidade do ser humano e das formas de sociabilidade que conduzam a emancipação humana. Por isso, Ianni (2004) refere que “a sociedade é uma fábrica de violências, mutilando ou destruindo coisas, gentes e ideias, subjetividades e formas de sociabilidade, modos de ser e estilos de vida”. Em processo análogo, ao se destruir a subjetividade, destrói-se também as possibilidades de rupturas com esse *continuum* de barbárie, efemeridade e desumanização.

No que se tange a categoria “*não materialidade da violência sexual*”, diversos estudos internacionais e nacionais vêm evidenciando que nem todos os abusos sexuais deixam marcas explícitas no corpo da criança e/ou adolescente, pois nem todo o abuso sexual implica em agressões físicas. Devido a manipulação psicológica por meio de jogos de sedução, chantagens e ameaças, existe a concepção de um “*falso consentimento da vítima*” uma vez que não se constata marcas físicas, dificultando ainda mais a perceptibilidade da violência.

A violência sexual é um fenômeno multifacetado, desse modo, não diz respeito somente ao ato de penetração vaginal ou anal, mas envolve outros atos que não deixam marcas físicas como as carícias e masturbação, ou não são de contato sexual como exibicionismo, voyeurismo, pornografia, verbalizações obscenas, entre outros. Os sujeitos pesquisados conseguiram identificar a violência sexual como um fenômeno de múltiplas faces:

A violência sexual no sentido de ato sexual nem sempre acontece, o que acontece mais são os gestos, são questões assim de um beijo, de sentar no colo, um abraço alguma coisa assim mais libidinosa que acontece [...] eu acho que está no conceito de violência é o que chama de atentado ao pudor, quando você mexe com a criança, adolescente, bulinar, a masturbação. (P2E).

Eu entendo que violência, é um ato é, onde qualquer pessoa, aplique algo severo em relação ao outro, independente de ser físico, psicológico ou verbal, pra mim é um tipo de violência. Em relação a violência sexual, é aquela que, que não se permite que seja tocado ou que venha a ter uma relação sexual, realmente com outra pessoa, porque eu entendo também que a partir do momento que você toca uma pessoa, que a gente chama de molestamento, que a pessoa não permite ou não quer isso também é uma violência, ela tá equiparada com a violência mesmo, do ato sexual de penetração, enfim para mim está tudo no mesmo patamar, é violência. Não tem uma maior ou menor, pra mim é violência. (P2B).

[...] é que a pessoa não precisa nem tocar na criança e no adolescente. Só de ela aliciar aquela criança já uma violência sexual, é uma violência sexual, violência psicológica, física, e com certeza vai vir afetar essa criança. No ponto físico, no ponto psicológico, e, então assim, eu entendo sobre violência sexual isso. (P1C).

As falas demonstram que os (as) profissionais entendem que a violência sexual envolve também os aspectos psicológicos, as carícias e os comportamentos sexualizados como “*sentar no colo, passar a mão, tocar e beijar a criança*” que, não raro, passam despercebidos no cotidiano familiar como uma forma de violência.

As múltiplas expressões da violência sexual, seja ela na modalidade de abuso sexual (com ou sem contato físico) ou exploração sexual (pornografia, turismo

sexual, tráfico e exploração sexual comercial), imprimem nas vítimas marcas e traumas que irão incidir diretamente no desenvolvimento social, psíquico e físico. O/a P1D trouxe em seu relato a importância da família e da equipe técnica estar **atenta aos sinais** que as crianças e adolescentes, em situação de violência sexual, emitem ainda que implicitamente, tais sinais são indícios que elas podem estar sofrendo alguma forma de vitimização sexual.

Dentre os sinais emitidos pela criança em situação de violência sexual, destaca-se: comportamento agressivo, mau desempenho nas tarefas escolares e fuga da escola, perturbações no sono, medo do escuro. Outros sinais indicativos que as crianças/adolescentes emitem são: regressão ao estado de desenvolvimento anterior como na fala e comportamento, práticas de delito - roubo, furto -, tendência suicida, uso de álcool e drogas, prostituição - ou sexualidade aflorada por meio da reprodução de gestos realizados durante os abusos – (UNICEF, 2009).

Quando deixa marcas visíveis, a violência sexual pode ser identificada por meio de dores, inchaços, lesões ou sangramentos nas áreas genitais ou anais, infecções urinárias, secreção vaginal ou peniana, podendo apresentar Doenças Sexualmente Transmissíveis, assim como frequentes dores de cabeça, vômitos e erupções na pele (UNICEF, 2009). O (a) profissional entrevistado (a) traz em sua fala a importância da **leitura desses sinais**, não apenas físicos, mas também comportamentais na criança:

*Então a gente vê assim, a criança ela por medo de falar, às vezes ela age de uma forma que ela não pode falar para você verbalmente o que está acontecendo, mas de acordo com a atitude se você for percebendo, observando e falando com a criança um dia ela chega falando [...] **porque muda atitude, muda na escola, muda em casa, fica agressiva, ela não gosta de ser tocada.** (P1D).*

Desse modo, a criança/adolescente, sem compreender plenamente da própria sexualidade, não possui maturidade para identificar o limite entre o carinho e uma violência e, não raro, demora muito tempo a revelar as situações de vitimização sexual. A identificação, nesse sentido, fica restrita ao olhar atencioso da família e dos (as) profissionais, buscando compreender os sinais, mas também dando credibilidade ou relatos das vítimas.

Nas falas dos sujeitos fica bastante explícito que esse fenômeno é multifacetado e, que por isso, comporta uma complexidade que desafia

cotidianamente o seu enfrentamento. Apesar de alguns equívocos evidenciados nos relatos como, por exemplo, do (a) P2B que refere a existência de uma diferenciação entre atentado violento ao pudor⁵³ e violência sexual, os sujeitos conseguiram identificar que *a violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno multideterminado, multifacetado e complexo:*

*[...] o cenário que a violência sexual contra crianças e adolescentes vem assumindo aqui no município, **revela uma realidade em que a infância e a juventude cotidianamente encontram-se expostas e vulneráveis à violação dos seus direitos fundamentais.** Para enfrentar essa violência, é de suma importância entender o **conjunto de suas múltiplas determinações**, bem como incitar um movimento de mudança para o desenvolvimento de ações capazes tanto de atuar no atendimento, mas também na construção de uma nova cultura. (P3C).*

Nessa direção, as respostas dos (as) profissionais inferem que a violência sexual nega às crianças e adolescentes a condição de sujeitos de direitos, ao violar seus direitos fundamentais à vida, à liberdade e à dignidade. Conforme Luz et al. (2012) essa expressão da violência é uma negação da própria humanidade ao se configurar como uma violação de todos os direitos que são essenciais a esse segmento social.

A fala do/a entrevistado/a P3C traz uma significativa consideração que diz respeito a *“incitar um movimento de mudança para o desenvolvimento de ações capazes tanto de atuar no atendimento, mas também na construção de uma nova cultura”*. Desse modo, o/a profissional traz a importância do CREAS construir ações e estratégias que ultrapassem a perspectiva do atendimento, ou seja, quando a criança ou adolescente já sofrera a violência sexual, mas estimular a construção de uma nova cultura.

Múltiplos são os desafios e limitações que necessitam ser superados, para que as ações tenham o impacto esperado de não somente enfrentar à violência sexual, no sentido do atendimento, mas imprescindivelmente de materializar ações de prevenção e de construção de uma nova cultura - a cultura da não-violência, da participação e da valorização da condição humana -.

A prevenção é um importante fator para coibir o acometimento da vitimização sexual de crianças e adolescentes, atuando, de acordo com Wolfe (1998), por meio

⁵³ De acordo com a Lei 12.015/09 que altera significativamente os artigos sobre os crimes sexuais no Código Penal, o atentado violento ao pudor passa a ser caracterizado como violência sexual.

de três níveis: *Prevenção Primária*: é realizada quando a violência sexual ainda não aconteceu, ou seja, é o nível de prevenção que visa proteger a criança e adolescente reduzindo os fatores de riscos e fortalecendo a família na sua função protetiva.

O segundo nível diz respeito à *Prevenção Secundária*: atua quando a violência já aconteceu e tem a intencionalidade de reduzir a reincidência e as situações de risco, impedindo que a criança e adolescente sofram revitimizações. Nesse nível de prevenção, estão presentes as ações de capacitação de profissionais, dos serviços e políticas sociais que compõem a rede de proteção. O último nível de prevenção, proposto por Wolfe (1998) é a *Prevenção Terciária*: compreende o acompanhamento integral da criança/adolescente e do autor da violência por meio da oferta de serviços de caráter social, psicológico, médico e jurídico, visando assim agir para a amenização dos traumas e sequelas que são em longo prazo.

A prevenção, portanto, rompe com a lógica do atendimento nos efeitos da violência, evitando-se assim a vitimização sexual. Nesse sentido, a prevenção atua como uma possibilidade para a construção de “uma nova cultura” conforme refere o/ entrevistado/a P3C. Diante disso, outras sugestões são elencadas para a construção de uma cultura não violadora dos direitos das crianças e adolescentes:

- Romper com o padrão normativo de inferioridade e subalternidade da criança perante o adulto;
- Sensibilizar e mobilizar a sociedade e o Estado para o reconhecimento e proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes, dentre eles os direitos sexuais;
- Incitar a ruptura com a cultura retributiva/punitiva da sociedade e do Estado;
- Romper com a inviolabilidade e o ideário da “sagrada família”, mas entendendo essa instituição como contraditória e permeada por conflitos;
- Ampliar a rede de serviços psicossociais aos/as autores/as de violência sexual;

- Fortalecer e qualificar a atuação dos meios midiáticos para que possam atuar como mecanismos multiplicadores de informações e protagonistas em ações educativas;
- Construir ações no âmbito das políticas de Saúde, Assistência Social e Educação que rompam com valores conservadores que incidem para a produção e reprodução da violência sexual.

No atual contexto societário, é impossível tratar de ações de enfrentamento à violência sexual sem mencionar a importância do enfoque da participação ativa da sociedade civil. Desse modo, o tema da violência sexual, tanto no cenário político de discussão sobre as formas de enfrentamento por meio das políticas públicas, quanto no processo de desenvolvimento de tais, necessita, impreterivelmente, da mobilização social em torno da questão, para a sensibilização da sociedade sobre a importância da proteção dos direitos da criança e do/a adolescente e o rompimento com concepções que reforçam o caráter desigual e opressor das relações adulto-criança.

Outra categoria identificada nas falas diz respeito à ausência de informação da população para identificação e denúncia do fenômeno. O (a) P2E confirma isso ao relatar a lacuna existente entre as crianças e adolescentes vitimizados e o atendimento no CREAS, “*existe muita desinformação, das pessoas sobre a violência sexual*”. Outros trechos também evidenciam que a falta de informação vem se conformando como um significativo obstáculo para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes e rompimento com a violência sexual.

*[...] vamos tirando delas informação, ou às vezes quando a gente vê a adolescente ou a criança em questão, a gente já tem outro olhar, já começa a perceber que aquela criança na verdade, **ela está sendo abusada sexualmente e a família não percebeu ainda**, então muitas vezes eles vem com falta, vem a queixa maior de conflito familiar, de problema na escola, de não querer estudar, e **por trás disso tá a exploração sexual, mas elas não veem, eles veem os questionamentos delas por um motivo e no final acaba descobrindo [...]**. (P2A).*

*A exploração mesmo a gente não tem muito caso não, **porque também pelo mesmo motivo do que vem a ser a exploração, chegou aqui uma usuária reclamando de uma coisa e a medida que eu fui conversando com ela a filha dela estava sendo explorada sexualmente e ela não tinha percebido**, quando eu falei para ela o que estava acontecendo ela quase morreu, porque ela veio aqui questionar e **a medida que ela foi falando, foi falando, foi dando todos os traços de uma exploração sexual e ela não tinha percebido isso**. (P2E).*

A falta de informações sobre: *O que é abuso ou exploração sexual? Como identificar? Como prevenir? e, Onde denunciar,* são relatadas pelos (as) profissionais como fatores que contribuem para a perpetuação da violência. Considera-se que o significativo índice de analfabetismo da população tocantinense, cerca de 67,4%, segundo o Censo do IBGE de 2013, estaria entre os fatores implicados para ausência de informações, visto que os mesmos encontrar-se-iam impossibilitados de apreender as informações dispostas em cartilhas, panfletos, folders, etc. Além disso, apenas 27,3% da população do Estado tem acesso à internet, o que poderia atuar como um facilitador para a obtenção de informações.

Importante estratégia para viabilizar o acesso às informações referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes situa-se na ampliação de espaços participativos à comunidade. O fortalecimento desses espaços irá propiciar não somente o acesso à informação, mas também a discussão e a reflexão sobre os múltiplos fatores que envolvem a violência sexual (*O que é? Como acontece? Onde acontece? Como identificar? Como denunciar? etc.*), sendo esse movimento de fundamental importância para o rompimento do silêncio que envolve as situações de violência sexual.

A publicização de informações, por meio da realização de campanhas, passeatas, seminários em escolas, postos de saúde e associações, a construção de guias com linguagem acessível ao entendimento de toda a comunidade são sugestões que podem ter um impacto significativo para a transformação nas relações interpessoais e de enfrentamento à violência sexual.

O CREAS, juntamente com os serviços ofertados pelas políticas de Saúde e Educação, é lócus propício para a estruturação de um espaço coletivo, primando por práticas que incitem a sensibilização e a mobilização da comunidade acerca da violência sexual. A busca por uma atenção integral à criança e ao/a adolescente requer ultrapassar as barreiras institucionais e o “atendimento de gabinete” e buscar, na riqueza do cotidiano, as estratégias que visem atingir o fenômeno em sua complexidade.

Nessa perspectiva, Padilha (2007) refere que os comportamentos que crianças e adolescentes precisam aprender para prevenir a violência sexual são demasiadamente simples tais como: 1) reconhecer a aproximação inapropriada do adulto; 2) discriminar o risco, resistir a induções, ou seja, dizer “não”; 3) reagir rapidamente para deixar a situação; e 4) contar para alguém sobre o incidente. A

prevenção primária é a medida mais efetiva e eficaz para enfrentar a violência sexual, contudo, torna-se imprescindível, além da sensibilização dos adultos, a sua instrumentalização para que possam identificá-la e preveni-la.

A *naturalização da violência e coisificação da criança e do adolescente* encontram-se presentes nas falas dos (as) entrevistados (as), evidenciando a face perversa dessa violência, que, não raro, torna-se parte do cotidiano das vítimas, agravando os traumas e as sequelas cada vez mais. A *naturalização da violência sexual* é observada nas falas dos (as) profissionais, destacando-se a seguir:

A maioria sim, consegue identificar que foi violência sexual, mas existem casos que não, acha que aquilo é normal. [...] a maioria das vezes por denúncia são casos que acontecem dentro da família e algum vizinho, algum parente que fica sabendo daquilo, e as vezes não é nem a família que nos procura, são pessoas tentando ajudar aquela criança, porque está vendo o que está acontecendo dentro daquela casa. E com isso eu trabalho com a família dessa forma, conscientizando mesmo, é conversando, é levando conhecimento das coisas, mas as pessoas às vezes não têm aquela malícia, de que forma aquilo pode acontecer, confia muito nas pessoas [...] deixa mesmo os filhos com os outros quando sai para trabalhar, deixa com outras pessoas que até então são confiáveis, de confiança, e a maioria dos casos são pessoas mesmo de dentro da família. (P1E).

No seguinte trecho da fala “*mas existem casos que não, acha que aquilo é normal*”, é possível apreender que a violência sexual é concebida como algo natural, rotineiro e inerente às relações interpessoais e familiares. Quando a violência é naturalizada, somente resta aprender a conviver com ela, não se tornando necessário o seu enfrentamento, uma vez que faz parte das relações e dos comportamentos entre os indivíduos.

Ao se naturalizar qualquer que seja a expressão da violência, à sua produção e reprodução no cotidiano incidirá para a desumanização das relações interpessoais uma vez que os indivíduos passam a serem concebidos como coisas, em especial, as crianças e adolescentes, pelo estereótipo e estigma histórico de inferioridade.

Outra questão identificada nas entrevistas diz respeito à *reprodução da violência na família*, evidenciada no seguinte trecho:

[...] esses adolescentes também, que são “menores infratores”, aí, destes adolescentes você percebe também que quando você puxa o caso de vida! A história de vida, ali eles já foram abusados quando criança, e agora que já estão adolescentes, então assim, você percebe que isso, claro que nem todos, mas assim, tem um número de adolescentes que também já

foram abusados na infância, ou são abusados pelo padrasto normalmente.
(P1E).

No trecho extraído da fala do (a) P1E revela-se a reprodução da violência na família, o (a) entrevistado (a) não clarificou se o ato infracional cometido pelos adolescentes era de caráter sexual. Estudos realizados por Schneider & Pacheco (2010) acerca dos eventos estressores em adolescentes, que cumprem medida socioeducativa, evidenciam que experimentar ou testemunhar uma situação de violência no ambiente familiar, durante a infância, tem sido associado com o acometimento de ato infracional na adolescência.

Desse modo, as autoras supracitadas concluíram, nesse estudo, que a fragilidade nos vínculos familiares e na função protetiva da família incidem diretamente para o desenvolvimento de eventos estressores que atuam como facilitadores para o acometimento do ato infracional. Sendo possível inferir que:

Isso acontece por várias razões: a aprendizagem por meio da observação de modelos agressivos, a inibição no desenvolvimento de condutas adequadas e não-violentas e a escalada em interações coercitivas entre os membros de um mesmo grupo; por exemplo, a família. (SCHENEIDER; PACHECO, 2010, p.31).

O/a entrevistado/a identificou ainda que o acometimento da violência, nas relações familiares reflete na subjetividade das crianças e adolescentes, uma vez que esta passa a servir como modelo e forma de sociabilidade, podendo ser apreendida como um comportamento natural entre os indivíduos. Giraldi e Hashimoto (2012, p.14) ao refletirem sobre adolescência, violência intrafamiliar e transmissão psíquica, consideram que:

[...] há diferentes formas de transmissão psíquica que se dividem em: intergeracional, que ocorre quando um material psíquico é transmitido de uma geração para a outra, sendo estas próximas; transgeracional, que se dá quando um material psíquico, de herança genealógica, não é transformado ou elaborado o suficiente para ser introjetado, havendo, então, lacunas na transmissão, o que significa saltar de uma ou mais gerações e se expressar adiante.

Azambuja (2004) aponta o risco do determinismo da inter e transgeracionalidade para a tentativa de estabelecer padrões de normalidade para os comportamentos humanos. A gama de fatores que influenciam no acometimento

das expressões da violência é diversificada, portanto, transcende aos fatores psicológicos, incluindo-se neste rol fatores sociais, econômicos e culturais.

A perpetuação do ciclo da violência, nas relações que se estabelecem no âmbito familiar, transcende as teorias “vítima a vitimizador”. Esta abordagem possui um caráter determinista, não considerando as contradições contidas nessa expressão da violência, uma vez que se direciona somente para fatores psicológicos, ficando restrita ao universo familiar, limitando assim a apreensão multicausal da violência sexual.

A violência sexual, imposta às crianças e adolescentes, impõe profundas marcas⁵⁴ para o seu desenvolvimento psíquico, físico e emocional, no entanto, a complexidade do fenômeno não se reduz somente a este aspecto.

Outro ponto ressaltado nas falas considera a presença de vínculos entre os (as) autores (as) da violência com as crianças e adolescentes, sendo os primeiros caracterizados como pessoas próximas as vítimas.

Violência sexual é quando um pai ou padrasto, um vizinho ou um amigo da família utiliza da bondade da criança, da idade da criança iludindo, para ele para ter relação sexual ou só acariciamento ou ainda agride fisicamente. (P1D).

Dentro da família, geralmente a maioria dos casos são pessoas da família, mas são também, vizinhos, parentes, pessoas que já estão ali naquele ciclo da família mesmo, pessoas que a família confia! Vizinho, que a pessoa acha que esse vizinho é uma pessoa confiável, ele até demonstra ser confiável, ele até demonstra ser na maioria das vezes, demonstra ser essa pessoa e que por trás disso está violando o direito dessa criança. (P1E)

[...] casos de genitores biológicos, de genitoras, de avôs de avós, e até posso dar um exemplo, sexta-feira recebi uma ligação do Conselho Tutelar, meio dia, para fazer um atendimento de urgência em caso de violência sexual, abuso, agressão sexual pelo próprio genitor, a criança de 9 anos estava em casa só com o pai, o pai chamou ela no quarto e pediu para fazer massagem nas costas dele, e ela estava fazendo massagem e ele virou ela tirou a roupa dela começou a beijar o corpo inteiro dela, passou a mão nela [...]. (P1A).

De acordo com Mattos (2002), diversos estudos desde a década de 1960 vêm apontando que os pais encontram-se entre os principais autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Pesquisa realizada por Azevedo e Guerra, em 1988

⁵⁴ Segundo a Unicef (2009), estas crianças ficam traumatizadas e com imensas dificuldades em estabelecer vínculos de confiança e afetividade com outras pessoas, relações essenciais para o desenvolvimento em sociedade.

com 168 casos de abuso sexual infantil, constatou em todos os prontuários que o autor era do sexo masculino, 69,6% eram pais biológicos, 29,8% padrastos e 0,6% pais adotivos. Em publicação do The Nations Children's Fund da Unicef em 2005 constatou que os autores de violência sexual na família eram em 53,85 % os pais, seguidos padrastos e 2,8% de mães.

Nos quarenta (40) prontuários analisados nos CREAS correspondentes aos anos de 2013 a 2014, a realidade expressa nos níveis nacionais e internacionais, também é evidenciada, o vínculo do autor da violência sexual com a criança e adolescente é classificado da seguinte forma: 48% padrasto, 22% pai, 11% vizinho, 11% amigos da família, outros 8%.

Em realidade bastante diversa na qual se inserem os CREAS tocantinenses, Azambuja (2011) realizou uma pesquisa minuciosa em processo judiciais da região metropolitana de Porto Alegre/RS referentes a abuso sexual infanto-juvenil, entre os períodos de maio de 2007 a julho de 2009, revelando que:

No estudo do corpus em análise, dos 74,39% casos (61) em que o abusador mantinha grau de parentesco com a vítima, sua posição nas relações familiares pode ser assim classificada: o padrasto é o que figura em primeiro lugar, 39,34% (24), seguido do pai, 27,87% (17), do tio, 16,39% (10), do primo, 8,20% (5), do cunhado, 3,28% (2), da mãe, 1,64% (1), índice que se repercutiu com relação ao avô e ao ex-companheiro da mãe. (AZAMBUJA, 2011, p.141).

Ainda que as realidades locais entre o Estado do Tocantins e a Região Metropolitana de Porto Alegre/RS sejam bastante diversificadas, os dados de ambos os levantamentos estatísticos convergem para a mesma direção: os autores de violência sexual são pessoas próximas às crianças e adolescentes e mantêm com elas relações consanguíneas ou socioafetivas.

O debate sobre a violência, no atual contexto societário, requer apreender suas manifestações no âmbito privado, ou seja, no seio da família, em que historicamente reforçam-se estereótipos que tendem a naturalizar as relações de opressão e assimetria, entre homens e mulheres e entre adultos e crianças, atribuindo às mulheres e crianças, conforme Strey (1998), a submissão, a fragilidade e a dependência.

Portanto, é *mister* considerar que entre os grandes desafios contemporâneos para o enfrentamento às expressões da violência está em concebê-la como fenômeno que perpassa todas as relações sociais – sem distinção de classes,

credos, etnias, etc. – e que a família é lócus privilegiado para o seu acometimento e perpetuação quando suas expressões atingem mulheres e crianças. Para tanto é imprescindível considerar que:

[...] a violência se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres, pois, enquanto o homem, sofre a violência nas ruas, nos espaços públicos, via de regra praticada por outro homem, a mulher, na maioria absoluta dos casos, torna-se vítima da violência masculina, primeiramente dentro de casa, no espaço privado, e seus agressores, geralmente, são (ou foram) seus namorados, maridos, filhos, companheiros, amantes ou indivíduos outros de alguma forma seus conhecidos. Ocorre com mulheres, independentemente, de suas idades, graus de instrução, classe sociais, raça e orientação sexual [...]. (OSTERNE, 2007, p.170).

Reafirma-se que a produção e reprodução da violência sexual está atrelada a padrões machistas, patriarcais e sexistas de segregação e discriminação de mulheres e crianças. Tais padrões normativos ditam comportamentos e valores na sociedade, condicionando o acometimento da violência de gênero e sexual nas relações interpessoais. O caldo cultural machista da sociedade brasileira faz com que valores e posturas conservadoras interajam e interpenetrem-se no cotidiano das relações, incidindo para a reprodução da violência e construindo diferenciações assimétricas de gênero e geração.

O estudo da violência sexual e suas diversas implicações é um do desafio permanente, a complexidade engendrada no desvendamento das conexões e da multiplicidade dos fatores imbricados na constituição desse fenômeno requer uma análise aprofundada do processo de produção e reprodução dessa violência. A história da violência sexual contra crianças e adolescentes encontra nas relações desiguais de gênero e faixa etária condições necessárias para o seu desenvolvimento e perpetuação até os dias atuais. A violência sexual por seu caráter íntimo reveste no seu âmago relações desiguais de poder, presentes tanto nos aspectos biológicos – possibilidade de defesa da criança/adolescente em relação ao adulto – quanto nos aspectos culturais - papel social tradicionalmente instituído pela cultura machista e patriarcal dos “homens adultos” exercendo uma postura de dominação. (VIEIRA, 2012, p.208).

A ultrapassagem das práticas sexuais, envolvendo crianças e adolescentes demanda não naturalizar a violência sexual, mas sim derrubar as barreiras impostas pelo medo, vergonha e preconceito. Portanto, é imprescindível destruir com ideologias que legitimam a desigualdade nas relações interpessoais, em que a assimetria acontece por meio da concentração do poder nos homens e adultos.

Arpini et al. (2012), em um estudo sobre percepção dos/as adolescentes em relação ao abuso sexual, revela a existência de uma ideia compartilhada acerca da *inocência da criança*, ainda que muitas vezes o relato da criança sobre a violência não receba a devida credibilidade por “estar vivendo uma fase de fantasia”. Mesmo diante da não credibilidade dos relatos é contundente o reconhecimento desta enquanto vítima, devido a sua ingenuidade. Contudo, as autoras reportam uma posição diferente aos (as) adolescentes que sofrem abuso sexual, inferindo que o mesmo/a não é reconhecido (a) como vítima dessa violência.

Uma vez que há o pressuposto, que “tendo abandonado a fase infantil, já conheceria as ‘regras do jogo’ e possuiria condições de avaliar as consequências de uma aproximação sedutora” (ARPINI et al., 2012, p. 28). As considerações apresentadas pelas autoras foram identificadas nas falas de dois entrevistados (as) em que há uma *desresponsabilização dos/as autores/as* e uma *culpabilização das adolescentes pela violência*.

[...] meninas um pouco maiores, que acabam se envolvendo com homens mais velhos, no caso, consentidas, existe bastante também. É o que nós temos descoberto são esses. Além dos relacionados ao uso de drogas, crianças, adolescentes, são homens mais velhos e que têm relacionamentos com crianças menores de 14 anos, nós temos aqui em nosso município sim. (P2D).

*[...] o adolescente está num momento descoberta e aí essas descobertas, termina sendo nessa área também da sexualidade, está se descobrindo [...] O adolescente ô, ô [...] ainda mais nos dias de hoje que o trem já está tão moderno, eu acho que assim, não é tanto, **porque vem só se você permitir, mas a criança [...]. (P3A).***

Em ambos os relatos, são identificados que há um processo que se poderia denominar de *des-vitimização*, ou seja, as adolescentes não são reconhecidas na situação de vítimas da violência, ao contrário, o abuso ou a exploração sexual somente acontecera devido a sua fase “*de descoberta da sexualidade*” e pelo seu consentimento, não havendo, portanto, uma relação entre autor e vítima da violência. Nessa perspectiva, é possível inferir que:

Tal visão da sexualidade, presente em nossa cultura, além de poder ser considerada uma motivação para a ocorrência dos abusos, também acaba por servir de justificativa e/ou acobertamento às agressões sexuais que transformam crianças e adolescente em objetos de posse, uso e desejo por parte de adultos que abusam sexualmente. (FERRARI; VECINA, 2002, p.119).

A discussão sobre o falso consentimento das crianças e dos adolescentes tem ampla produção e discussão, entretanto, há de se perceber que a violência sexual é um fenômeno caracterizado por relações desiguais de poder e de desenvolvimento físico, mental e sexual engendrando relações de dominação, coerção e sofrimento.

Não obstante as diversas mudanças no contexto cultural que transpassaram os séculos, a imagem socialmente construída sobre a mulher, contribui para a objetualização da mesma, em que há uma legitimação da dupla moral sexual entre homens e mulheres. A percepção acerca da vitimização sexual sofrida por crianças e adolescentes pelos/as profissionais requer considerar que estes sujeitos são coagidos fisicamente ou psicologicamente pelos adultos a participarem das práticas sexuais e, portanto, a responsabilidade pelo abuso ou exploração sexual será sempre do adulto.

No processo dialético da história das relações sociais e interpessoais, é possível visualizar um processo de rupturas e continuidades, mudanças e permanências. Vavassori (2006, p.559) refere que “entre as permanências, aparece a dupla moral sexual que incentiva a multiplicidade de parceiros para os homens e restringe os parceiros sexuais para as mulheres”. As *relações desiguais de poder e de geração* aparecem nas falas dos/as entrevistados/as como fatores que contribuem para o acometimento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

*Na minha concepção, a violência sexual contra crianças e adolescentes é o envolvimento destes em atividades sexuais com um adulto, **ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, nas quais haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos do adulto**, sendo ela incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder ou de qualquer incapacidade mental ou física. (P3C).*

A fala do (a) P3C traz elementos importantes para se refletir sobre a dinâmica da violência sexual nas relações interpessoais. O sujeito entrevistado, ao afirmar a existência de relações desiguais de poder e de geração, traz implicitamente a desigualdade de espaços sociais sexuais, entre homens e mulheres. A violência de gênero que é um elemento que consubstancia a violência sexual, para Saffioti e Almeida (1995) é produzida no interior das relações de poder, visando ao controle e

domínio do outro, exercendo uma relação de poder e de exploração-dominação, por meio do não-consentimento do outro sujeito que sofre a violência.

No tocante à violência de gênero, Grossi e Vincensi (2012, p.137) inferem que ela é “paralela a outras formas de violência, entre elas a violência intrafamiliar, que ocorre no contexto familiar e representa um problema de grandes dimensões”. Desse modo, essa violência é fruto da organização social edificada nas desigualdades e assimetrias de gênero e idade atingindo, sobretudo, mulheres, crianças e adolescentes (SAGOT, 2007).

A hierarquia entre homens e mulheres, adultos e crianças expressa-se na sociedade em geral, mas, sobretudo nas relações familiares, num enredo em que “o homem domina a mulher, que por sua vez, domina a criança no dia-a-dia”. (SAFIOTTI, 2007, p.51). Em conta disso, o homem possui na família um duplo poder: sob a criança e sob a mulher, logo, além de ser homem (o que lhe confere poder sobre a mulher) é também adulto, tornando-o ainda mais poderoso.

Portanto, as desigualdades presentes na violência sexual contra crianças e adolescentes não se restringem a apenas a geração (desenvolvimento físico, psíquico e sexual), mas também de gênero sendo alimentada pela cultura machista e patriarcal que reforça estereótipos de inferioridade da mulher perante o homem, que conseqüentemente agrava o fenômeno e contribui para que as crianças do sexo feminino sejam as vítimas contumazes dos crimes sexuais.

Uma questão bastante complexa, mas amplamente discutida pela literatura especializada, diz respeito à internalização pelas mulheres dos valores machistas e sexistas, que acarretam na reprodução da violência contra crianças e adolescentes. Não são raras as situações em que as mulheres (mães, avós, tias, etc.) negam ou se omitem diante dos abusos sexuais, desse modo, não acreditam nos relatos das crianças e adolescentes ou mesmo culpabilizam-as pelo acometimento da violência sexual. O trecho extraído da entrevista com o/a P1B revela que:

*[...] as mães não aceitam que aquela criança foi violentada, para elas virem para o atendimento aqui é difícil, você tem que está indo atrás, o que gera uma violação que eu acho assim da própria mãe, o próprio familiar se omite a trazer a criança aí já começa a criar desculpas é muito complicado. Então, para mim como profissional, isso já é uma violência, o próprio familiar ao invés de estar protegendo ele tá se omitindo, eles negam sempre tem uma desculpa, eles viajam ou a criança não está querendo vir. Outra coisa, a gente já percebeu de uma avó que não acreditou no abuso sexual, inclusive essa criança até parou de vir porque a mãe achava que não havia necessidade [...] **aí quando a criança falou que o tio tava***

brincando, o avô tava brincando de médico tal, a avó não acreditou chegou a colocar dentro do carro e falar você vai desmentir, você tá mentindo, lá na frente de todos são pouco os casos só foi esse relato que eu já escutei até assim desde quando estou aqui só foi um. (P1B).

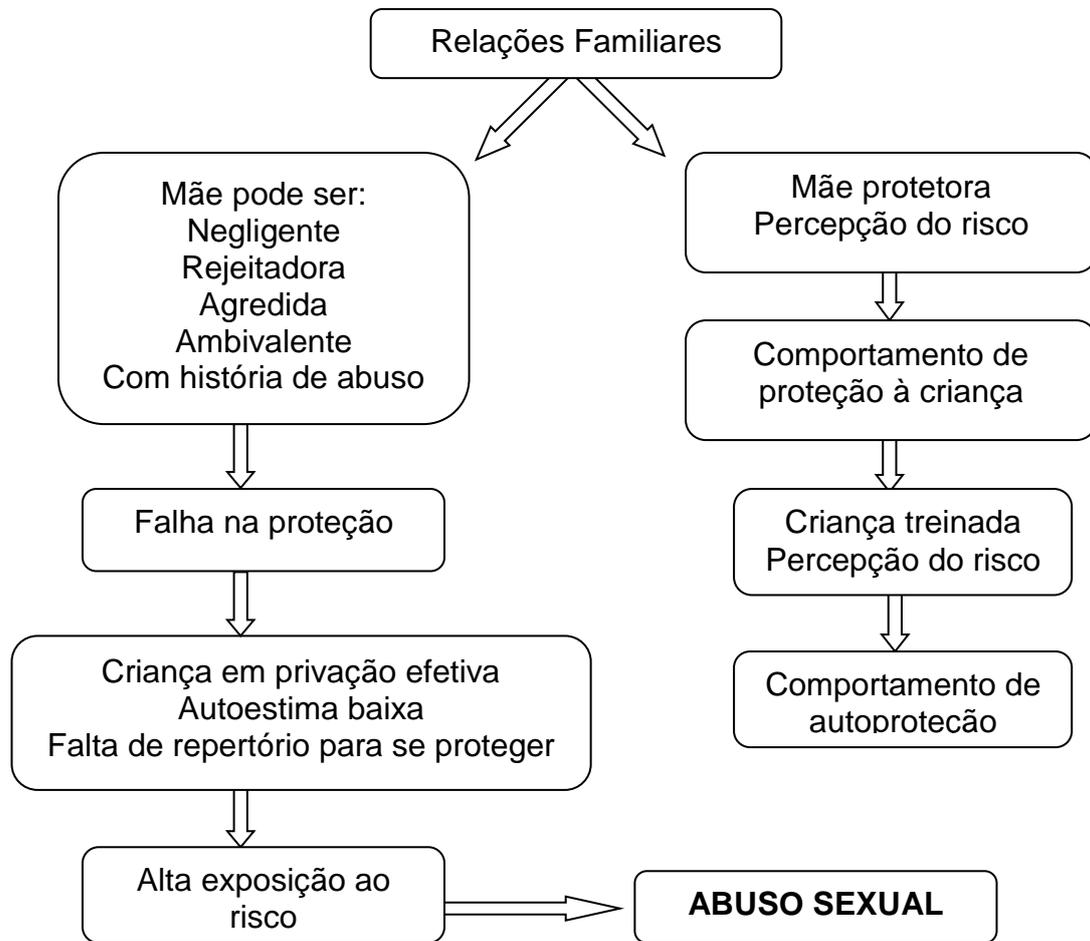
A fala do/a profissional evidencia que as mulheres, muitas vezes, não acreditam nos relatos das crianças e adolescentes sobre os abusos sexuais, existe nesse comportamento vários elementos de ordem social, cultural e psicológica que complexificam o processo de negação, omissão e culpabilização das vítimas. Ao negar a violência, as mulheres dificultam o acesso ao atendimento das crianças e adolescentes, propiciando, conforme o relato do/a P1B, na evasão e na obstaculização da superação do abuso sexual. Saffioti (2007, p.52) ao analisar a reprodução da violência sexual intrafamiliar infere que:

A educação que se dá à mulher não é menos machista que aquela oferecida ao homem [...] é difícil dizer quem é mais machista, pois homens e mulheres são frutos de uma mesma sociedade que ensina os primeiros a dominar e as mulheres a se sujeitarem, a obedecer às ordens do macho.

O trecho da fala revela que, a avó ao saber que tanto seu filho quanto seu marido – respectivamente tio e avô da criança – estavam abusando sexualmente da neta, não somente negou a situação como culpabilizou à menina obrigando-a “desmentir” o abuso sexual. Para Araújo (2002, p.07) “negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal”.

Nessa perspectiva, a criança e ou adolescente, na ótica da mãe, são vistas como rivais e uma ameaça à unidade conjugal. Desse modo, as mães não conseguem entender a existência de uma relação desigual de poder entre a criança e o adulto (pai, padrasto, avô, tio, etc.), mas visualizam uma relação que é de sedução e traição por parte da filha. Padilha (2007), ao analisar as relações entre pai, mãe e crianças/adolescentes em situação de abuso sexual intrafamiliar, sintetiza na figura 5 o seguinte processo.

Figura 5 – Organograma das relações familiares protetoras e não protetoras



Fonte: Padilha, 2007, p.30.

A figura 5 ilustra a função familiar em dois momentos: não protetora e protetora. Importante salientar, que a construção da função protetora da família e não somente da mãe requer um olhar ampliado e interdisciplinar no sentido de apreender as interfaces que interagem na conformação das relações familiares. A presença de relações assimétricas, o abuso do “pequeno poder” e de uma educação machista e sexista, são fatores que atuam como forças propulsoras para o acometimento do abuso sexual e também da sua negação, omissão e culpabilização das crianças e adolescentes.

Além disso, o processo de coisificação da criança consiste em torná-la um objeto de satisfação sexual e de exacerbação do pequeno poder que possui “consequências nefastas para as pessoas atingidas” (SAFFIOTI, 2007, p.19). Nesse sentido, a autora refere que a destruição do modelo patriarcal, machista e sexista

coibiria a coisificação da mulher e da criança, logo os abusos. Salienta-se que o modo de produção capitalista, fortalece as relações assimétricas e os abusos, uma vez que:

No mundo dominado pelos interesses do capital, os vínculos morais foram se deteriorando, pela substituição dos valores humanos pelos valores próprios da coisificação e mercantilização das relações: o individualismo, o egoísmo, a competição, a propriedade privada. Nessa lógica, o indivíduo tem valor pelo que tem. Assim, todo o sujeito é transformado em comerciante, uma vez que no contexto capitalista as relações sociais entre as pessoas têm como base o valor de troca – a força cega que as domina. (VINAGRE, 2013, p.110).

A tríade composta pela simbiose capitalismo-racismo-patriarcado forja historicamente os valores que regem as relações sociais. Desse modo, mulheres, negras e pobres são mais suscetíveis à violência, quando crianças e adolescentes, a suscetibilidade é ainda maior. Nas falas analisadas, percebe-se que o segmento infanto-juvenil pertencente às classes menos favorecidas são vitimizados sexualmente com maior incidência. Todavia, os relatos revelaram uma vinculação mecânica entre violência/pobreza, retomando a perspectiva de “classes perigosas” e reduzindo a violência sexual somente ao aspecto econômico.

*Principalmente assim nos setores mais afastados, naqueles setores onde assim, a população tem uma economia mais baixa, o poder aquisitivo, econômico mesmo ele é menor, não que, no centro não há e seja menor o índice de violência, a gente não tem isso constatado, mas assim, **lá na periferia é maior, porque são vulneráveis, não tem acesso muitas vezes às muitas coisas, nem oportunidade. Então assim são pessoas que não tem valores, e eu acho que é assim em todo lugar, mas lá é maior, lá é onde a causa começa.** [...] por não ter o que comer, por não ter como morar bem, então assim muita coisa, e isso também permite que as pessoas, **acabem de certa forma surtando em relação, assim, se tornam mais agressivas, porque aí tem outras séries de coisas, que entra aí, a questão da bebida, da droga, do acesso fácil a isso, porque é lá onde eles escondem mais, não que no centro, não tô dizendo que aqui no centro não tenha mais é que assim na periferia isso é mais visto.** (P2C).*

*Os casos de violência sexual que a gente atendeu são mais de **crianças de classes bem pobres mesmo, mais humildes mesmo, mais vulneráveis**, os casos que a gente acompanha também na instituição você percebe que são de famílias muito vulneráveis. (P1B).*

O trecho da entrevista do/a profissional P2C revela uma ambiguidade, ao passo que considera que a violência acomete de forma quase que majoritária as classes empobrecidas devido à falta de oportunidades e de condições básicas de vida, também atrela a essa classe a produção e reprodução da violência, “são

peças que não tem valores, e eu acho que é assim em todo lugar, mas lá, é maior sabe, lá é onde a causa começa". (P2C).

Ainda que a vitimização sexual seja um fenômeno multidimensional e transversal acometendo a todas as classes sociais, as situações de pobreza corroboram para que esse fenômeno expresse-se de forma mais intensa com crianças e adolescentes pertencentes às famílias empobrecidas. Nesse sentido, assevera-se que a:

[...] a família está inserida numa realidade político-sócio-econômica, enfim está mergulhada no caso brasileiro, numa sociedade capitalista extremamente excludente, espoliadora, que nunca se ocupou de forma lúcida, real, sem fetiches, da questão social. Não se trata de uma genérica erradicação da pobreza, mas de uma verdadeira política de pleno emprego, de saúde, moradia e principalmente de educação. (VERONESE, 1999, p.123).

As falas de ambos os/as profissionais trazem que as crianças e adolescentes que são atendidos/as pelo CREAS encontram-se em situação de pobreza e, portanto, estariam mais vulneráveis ao acometimento da violência sexual. A pobreza aparece em diversos estudos e pesquisas como fator determinante para a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Com relação à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes existem 1 milhão de crianças inseridas no comércio sexual e na pornografia, no mundo inteiro (OMT-Cairo/95). Os indicadores sociais levantados pelo referido Instituto, em 1996, revelam que 41,5% das pessoas estão na categoria de sem rendimentos mensais; 15,3% têm rendimentos de até 01 salário mínimo mensal e 12,9% têm rendimentos de 01 a 02 salários mínimos mensais. Estes dados são da média nacional, embora sejam bastante acentuadas as diferenças entre as 05 macro-regiões do país. O salário mínimo atual é de aproximadamente US\$75,00. (CECRIA, 1999, p.08).

No entanto, Vivarta (2003) considera ainda outros fatores que dificilmente são pontuados: as atitudes e comportamentos inerentes a esse crime, a fragilização da vítima, situações de violência (física e psicológica), negligência, o consumo de drogas pelas crianças e adolescentes, que veem, na possibilidade de venda do corpo, um meio para a obtenção da substância química, o apelo ao consumismo, como alguns aspectos que podem incidir no envolvimento de crianças e adolescentes de classes médias e altas.

É arriscado, por exemplo, citar a pobreza como principal causa de todas as situações de Abuso e Exploração Sexual praticadas contra crianças e adolescentes. Segundo os especialistas, ainda é muito pequena a parcela de casos que chegam ao conhecimento da polícia. (VIVARTA, 2003, p.46).

A pobreza não é o único fator que contribui para a vitimização sexual, mas incide para o seu acometimento. Além disso, é importante ressaltar que são diversas determinações que culminam para a produção e reprodução da violência sexual. Lidchi (2011, p.45), em palestra realizada no Brasil sobre a relação entre abuso sexual e condições socioeconômicas precárias, lembra que:

[...] em uma das primeiras palestras que fiz no Brasil, uma pessoa me perguntou “então você está dizendo que nas famílias pobres existe mais abuso e maus tratos?” Não é isso que estou afirmando, mas o que acontece é que existe maior vulnerabilidade nessas famílias porque elas têm mais problemas para enfrentar. Sabemos que o número de fatores de risco aumenta a vulnerabilidade de uma família no sentido de não poder cuidar bem de seus filhos.

Outro fator importante, de acordo com Ianni (2004) que corrobora para a tríade globalização/urbanização/violência urbana, compreende à segregação espacial e social de indivíduos, em territórios com altos índices de violência, pobreza, elevação do índice de desemprego, com baixo ou nenhum acesso às condições básicas de vida. Assis e Avanci (2009, p.80) consideram que a “pobreza afeta a população infanto-juvenil por meio do impacto no comportamento parental e na deterioração de infra-estrutura físicas e sociais da comunidade”.

Outro fator de risco, evidenciado nas falas dos/as entrevistados para o acometimento da vitimização sexual, diz respeito ao uso de álcool e drogas:

Tem aumentado porque, eu acredito que um dos fatores que tem contribuído é o uso de drogas, tem sido muito grande. Nós temos famílias aqui que as mães são usuárias de drogas, então elas deixam os filhos à mercê, [...] temos um caso de uma mãe que ela perdeu a guarda dos três filhos, [...] quando essas crianças saíram daqui e foram para o abrigo, lá a gente descobriu. O maior tem 5 anos de idade, são três meninos. A mãe é usuária de drogas, foram violentados e eles contaram mesmo com detalhes. [...] pelo padrasto! O padrasto e a mãe eram usuários, a mãe não via nada, dormia, ou então às vezes saía e deixava as crianças sós e o padrasto ficava abusando. E não é só esse caso, a maioria é relacionada ao uso de drogas mesmo, a família que tá sobre o uso de drogas, e acabam deixando seus filhos, vamos dizer assim: soltos? Vulneráveis. (P2D).

O uso de álcool e drogas, de acordo com a fala do/a P2D, é um fator que incide para a vulnerabilidade das crianças e adolescentes à vitimização sexual. O/a

entrevistado/a refere ainda que a incidência desse fator é bastante significativa, não sendo, portanto, um fator secundário para o acometimento dos abusos sexuais. Habigzang et al. (2006, 384) em estudo realizado para o mapeamento dos fatores de risco para a vitimização sexual de crianças, classifica-os em:

[...] a falta de fiscalização quanto à medida de afastamento do agressor, a falta de efetividade da rede de apoio, a negação da violência sexual pela família, o abuso de álcool e drogas, a dependência financeira do agressor e outras formas de violência (abuso físico, psicológico e negligência) associadas ao abuso sexual no contexto familiar e comunitário.

Além disso, as autoras apontaram como fatores de proteção: a saída da vítima do contexto abusivo, a revelação da violência sexual, o bom vínculo entre os familiares (família nuclear e/ou extensa), o bom vínculo entre a mãe e os filhos e a rede de apoio social. O apoio familiar à criança e ao/a adolescente é de suma importância para o rompimento e superação da violência sexual.

Outro ponto elencado nas falas diz respeito à moralização da violência sexual, expressa no seguinte trecho “*são pessoas que não tem valores, lá é onde a causa começa*” (P2C), ao relacionar de forma mecanicista e acrítica pobreza/violência. Ressalta-se ainda que as condições de miserabilidade a que estão expostas diversas famílias tocantinenses, frutos das condições degradantes a que a classe trabalhadora vem sofrendo desde a adoção na década de 1990 das medidas neoliberais que impactaram profundamente na reorganização do mundo do trabalho, do orçamento e financiamento das políticas sociais e na destruição dos direitos sociais.

A criminalização da pobreza não é um fenômeno recente, data do século XVII, com as Leis dos Pobres (Poor Law)⁵⁵ na Inglaterra, agravando-se a partir da década de 1970 com a crise orgânica do capital⁵⁶ que intensificou as formas de controle social. Wacquant (1999) ao analisar a emergência de um Estado Penal em substituição ao Estado de Providência ou Social, que atinge a todas as esferas da vida social, considera que a criminalização dos indivíduos e populações acontece apenas com aqueles que não são funcionais a ordem do capital.

⁵⁵ Sobre a Lei dos Pobres e as protoformas das políticas sociais, ler mais em: PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

⁵⁶ Importantes reflexões sobre a crise orgânica do capital se encontram em: Harvey, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

O atendimento das necessidades sociais básicas via Estado vem tornando-se um verdadeiro engodo, pois ao atender as demandas do capital por meio da utilização dos recursos do fundo público, conseqüentemente reduz os gastos sociais, acarretando, na formulação de políticas sociais seletivas, meritocráticas e focalizadas estritamente na pobreza, não concedendo os indivíduos em sua totalidade. Nessa perspectiva, conforme Brisola (2012, p.134) é possível apreender que:

O Estado social que se consolidou, sobretudo nos países centrais, pautou-se pelo princípio da universalidade e pela desmercadorização dos direitos sociais e pleno emprego, sobretudo após o segundo pós-guerra. Contudo, a partir dos anos 80/90 do século XX, assume a forma de Estado penal, preocupado agora em garantir a segurança das classes dominantes em relação às “classes perigosas”.

No atual contexto, a questão social, apreendida como a *contradição entre capital e trabalho*, adquire status de objeto de um intenso processo de criminalização, que atinge essencialmente as classes empobrecidas. Para lamamoto (2012) está presente, nesse violento processo, a reciclagem da concepção de “classes perigosas”, ou seja, não mais laboriosas, e, portanto, alvo da repressão, retomando-se a concepção de pobreza enquanto “caso de polícia”. Nesse retorno ao passado, às protoformas das políticas sociais, que se destinavam não a garantia de direitos, mas sim a garantir por via da repressão as condições plenas para a acumulação do capital, vislumbra-se na atualidade sua retomada, por meio da construção de respostas imediatas de caráter assistencialista e fiscalizatório para o atendimento das demandas sociais.

Ianni (1992) e lamamoto (2012, p.48) são contundentes ao inferir que hordienamente existe uma forte tendência a naturalizar as desigualdades sociais, que têm sido enfrentadas “seja por meio de programas focais de combate à pobreza, seja pela violência dirigida aos pobres, articulando repressão e assistência focalizada”. Assim, conforme lamamoto (2012) o enfrentamento da questão social e suas múltiplas expressões acontecem por meio do binômio *assistência focalizada/repressão*, com o reforço do braço coercitivo do Estado em prejuízo da constituição do consenso necessário ao regime democrático.

Nessa perspectiva, torna-se perceptível a presença de juízos de valores acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes nas falas analisadas.

Alguns/algumas (as) entrevistados (as) realizaram uma vinculação mecânica entre pobreza e violência o que acarreta na moralização da violência sexual, no reforço ao estigma à discriminação das classes subalternas. Considerando que essa expressão da violência que assola cotidianamente milhares de crianças e adolescente é um fenômeno complexo, o vínculo estrito com a pobreza reduz as possibilidades de apreender tal fenômeno em sua essência e totalidade.

A violência sexual é perpassada por uma multiplicidade de determinações que são de dimensão social (desigualdades, discriminação, preconceito), cultural (machismo, patriarcado e sexismo), econômica (violência estrutural, condições precárias de vida, desemprego, subemprego), ética (internalização de valores de consumo e de coisificação do corpo da criança que se transforma em mercadoria) e política (ausência e/ou ineficácia dos mecanismos de proteção, atendimento integralizado, responsabilização do Estado, etc.).

Ainda que a violência sexual contra crianças e adolescentes seja transversal em toda a sociedade, as classes mais empobrecidas apresentam uma vulnerabilidade maior para o seu acometimento. As falas dos/as profissionais revelam que a maioria das famílias atendidas pelo CREAS são pertencentes aos estratos socioeconômicos mais vulneráveis, expressando assim a população alvo das ações da Política de Assistência Social.

Os trechos das entrevistas corroboram com os dados obtidos na análise dos prontuários, onde 70% das famílias atendidas pelo CREAS possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 20% vivem com uma renda aproximada de até 1 salário mínimo e apenas 10% possuem uma renda superior a 2 salários mínimos mensais.

O quadro 5 apresenta uma breve síntese dos principais achados da pesquisa nessa análise parcial, categorizando as respostas dos (as) entrevistados (as) e buscando elucidar os elementos que compuseram a apreensão que coordenadores (as) e profissionais possuem acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Tocantins.

Quadro 5 – Síntese da percepção dos/as coordenadores (as) e profissionais do CREAS sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes

Violência Sexual contra crianças e adolescentes (Abuso e Exploração Sexual Comercial)	
Aspecto identificado	Trechos das entrevistas
Naturalização	<i>“mas existem casos que não, que é normal, de que aquilo é normal”. P1E</i>
Invisibilidade	<i>“muito velado, é uma violência muito velada, as pessoas não gostam de falar muito”. P2D “tem muitas pessoas que estão caladas e não tem coragem de falar”. P1D</i>
<i>Des-vitimização das adolescentes</i>	<i>“meninas um pouco maiores, que acabam se envolvendo com homens mais velhos, no caso, consentidas”. P2D</i>
Importância de ler os sinais emitidos pela criança	<i>“mas às vezes ela age de uma forma que ela não pode falar para você verbalmente o que está acontecendo, [...] mas a criança muda a atitude, muda na escola, muda em casa, fica agressiva, ela não gosta de ser tocada”. P1D</i>
Intencionalidade	<i>“[...] é qualquer situação em que a pessoa toque nessa criança com malícia, porque o tocar de uma mãe, de uma pessoa da família, alguém que tá ali é uma coisa, agora um tocar com malícia, isso já é uma violência sexual”. P1A</i>
Ausência de informação	<i>“A filha dela estava sendo explorada sexualmente e ela não tinha percebido, quando eu falei para ela o que estava acontecendo, ela quase morreu”. P2A</i>
Moralização	<i>“Então assim são pessoas que não tem valores e eu acho que é assim em todo lugar, mas assim lá é maior, lá é onde a causa começar”. P2E “[...] ainda mais nos dias de hoje que o trem já está tão moderno, eu acho que assim, não é tanto, porque vem só se você permitir [...]”. P3A</i>
Vínculo com a criança e adolescente	<i>“Dentro da família, geralmente a maioria dos casos são pessoas da família, mas são também, vizinhos, parentes, pessoas que já estão ali naquele ciclo da família mesmo, pessoas que a família confia”. P1E</i>
Intergeneracionalidade da violência sexual	<i>“[...] do irmãozinho que foi abusado por alguém, o mais velho que já começa sem querer, aí vira aquele ‘círculo vicioso’, um começa a abusar do outro e, dentro casa. Por que eu tô falando isso? Porque dentro do CREAS tem relatos de história dessa forma”. P3A</i>

Coisificação da criança e adolescente	<p><i>“[...] em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos do adulto”.</i></p> <p>P3E</p>
---------------------------------------	---

Fonte: Sistematização da pesquisadora, 2015.

Apesar de não existir um consenso sobre o entendimento da violência sexual contra crianças e adolescentes entre os sujeitos entrevistados, categorias importantes para análise desse fenômeno emergiram das falas analisada, como evidencia o quadro 5. A apreensão da realidade e dos fenômenos que se materializam no seu movimento não acontece recoberta pelo manto da neutralidade, ao contrário, são atravessadas por valorações que desencadeiam a forma de perceber as relações interpessoais na sociedade contemporânea.

Nos relatos trazidos pelos/as coordenadores/as e profissionais, fica evidente a impregnabilidade de valores conservadores que incutem uma perspectiva moralizatória e de criminalização da pobreza, reduzindo as possibilidades de capturar a violência sexual na sua totalidade. Embora identificadas algumas posturas conservadoras, a grande maioria conseguiu apreender a violência sexual como um fenômeno que nega a condição de sujeitos de direitos às crianças e adolescentes, e, portanto, caracteriza-se como uma grave violação aos direitos humanos.

Em alguns relatos, fora possível identificar que as dificuldades de apreensão são de ordem conceitual, mas também de juízo de valores, o que é um fator considerável para se analisar os processos interventivos e como tais posturas interferem para a garantia dos direitos. Importante reflexão, as falas trazem no sentido de buscarmos desconstruir com o estigma criado em torno das adolescentes vitimizadas sexualmente, que não raro passam a ser consideradas como as principais responsáveis pelo crime sexual.

A influência histórica da tríade machismo-patriarcado-sexismo que vem delineamento as relações sociais, interpessoais e familiares na sociedade brasileira, ainda em pleno século XXI, encontra solo fértil e evidencia nefastos frutos geradores da reprodução das desigualdades sociais, étnico-raciais, geracionais e de gênero. A ruptura de tais valores e posturas requer um movimento não somente de reflexão, mas principalmente de se buscar estratégias na materialidade do cotidiano para a

educação crítica, trazendo à tela, a discussão acerca das desigualdades e das suas consequências na vida dos sujeitos.

A construção de uma nova sociabilidade livre da opressão, dominação e exploração somente será possível quando os sujeitos, em especial, os que atuam na garantia e promoção de direitos conseguirem visualizar em seu cotidiano profissional que o enfrentamento da violência exige uma abordagem não reducionista ou repleta de juízo de valor, mas sim que abandone fundamentalismos e reconheça a humanidade de cada indivíduo seja ele autor ou vítima da violência sexual.

5.2 VIOLÊNCIA SEXUAL E INTERDISCIPLINARIDADE: Reflexões sobre os Processos Interventivos no âmbito do CREAS

O atendimento às crianças e adolescentes, em situação de violência sexual no âmbito da Política de Assistência Social, vem consubstanciando-se como um *imenso desafio* aos/as profissionais que compõem as equipes dos CREAS. A cada situação de violação aos direitos infanto-juvenil, os/as profissionais são instigados/as a romperem com respostas simplistas e reativas, o que torna o trabalho social no CREAS uma incessante busca para a construção de intervenções criativas, éticas, proativas e capazes de transformar os direitos garantidos nas legislações internacionais e nacionais em uma realidade concreta na vida das crianças, adolescentes bem como de suas famílias.

O CREAS assume centralidade no atendimento às situações de violência sexual, tornando-se, desse modo, o *lócus privilegiado* para a construção de processos interventivos junto às crianças e suas famílias. No entanto, ao ser considerado como principal serviço público para atender a essa demanda, não se sinaliza a onipotência deste equipamento, uma vez que a complexidade da violência sexual requer uma rede de proteção⁵⁷ articulada e altamente organizada para o seu enfrentamento.

A construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNVS), em 2000, sinalizou a preocupação do país e a compreensão deste fenômeno a partir de sua complexidade e das graves consequências que acarreta à população infanto-juvenil. Este documento é um marco nacional para o

⁵⁷ O item 5.3 comporta a discussão sobre a atuação do CREAS para o fortalecimento da intersetorialidade e da rede de proteção.

enfrentamento desta expressão da violência, permitindo a articulação entre Estado e sociedade civil no processo de formulação e execução de políticas públicas que busquem enfrentar a violência sexual no Brasil.

O eixo do atendimento⁵⁸ previsto no PNVS, foco da análise da presente tese, vem sendo operacionalizado por meio das ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que organiza a oferta de serviços, programas e projetos visando um atendimento especializado e a prevenção à institucionalização. Nesse sentido, o atendimento desenvolvido no âmbito do CREAS⁵⁹ é destinado às famílias e indivíduos que se encontram com seus direitos violados.

A atenção às crianças e adolescentes sexualmente vitimizados é ofertada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que tem a intencionalidade de contribuir para o fortalecimento da função protetiva da família bem como promover a inclusão desta no sistema de proteção social, restaurando e preservando a integridade e as condições de autonomia dos/as usuários/as (BRASIL, 2013).

Em síntese o PAEFI, desenvolve suas ações no sentido de romper com valores e posturas que incidem para o acometimento da violência no interior da família bem como atuar em processos de possibilitem às famílias a superação desta violação de direitos e prevenir a sua reincidência, atuando de forma a restaurar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Assim, a constituição das ações do CREAS pressupõe a *organização interdisciplinar das equipes* para a apreensão da complexidade das expressões da violência e, com isso, prover ações profissionais qualificadas. Nessa direção:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou,

⁵⁸ O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, antigo Serviço Sentinela, após a Resolução Nº 109 de 11/11/2009 é incorporado ao CREAS por meio da execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Para saber mais sobre o processo histórico de luta contra a violência sexual infanto-adolescente no Brasil, ver mais em: IN: MOTTI, Antônio Jose; FARIA, Thais (org). **PAIR:** Capacitação das redes locais - Caderno de textos. Programa de Conselhos. USAID e OIT, 2000. VIVARTA, Veet. **O Grito dos Inocentes:** Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

⁵⁹ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), os serviços que compõem a ação do CREAS, são: Serviço de Orientação e Apoio Sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviços de Habilitação e Reabilitação na comunidade de pessoas com deficiência e Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida) (BRASIL, 2004).

psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. (BRASIL, 2004, p.39).

As ações do PAEFI estão direcionadas no sentido de atuar de forma protetiva e preventiva às situações que possam contribuir para a violação dos direitos, em destaque, das crianças e adolescentes. Cabe salientar que as intervenções possuem a intencionalidade de ressignificar as vivências dos sujeitos diante às expressões da violência e assim criar subsídios para o rompimento da violação de direitos, fortalecendo os laços familiares e comunitários e prevenindo a reincidência da violência no âmbito familiar.

Não obstante, o CREAS ofereça o atendimento continuado nas áreas de Psicologia e Serviço Social⁶⁰ e algumas situações se sobressaíam pela necessidade de psicoterapia, a PNAS (2004) é contundente em assegurar que esta é uma atribuição da política de saúde e por isso tais situações deverão ser encaminhadas aos serviços de saúde mental.

Desse modo, o atendimento ofertado pelo CREAS não é de âmbito clínico, no entanto, não significa que as intervenções neguem a importância de trabalhar a subjetividade dos/as usuários/as, ao contrário, o enfrentamento à violência requer considerar a multiplicidade de fatores que contribuem para o seu acometimento, dentre eles os subjetivos (valores, crenças, história de vida, etc.).

A equipe técnica, ao identificar a necessidade de atendimento psicoterápico, deverá acionar a rede de serviços do município, encaminhando os/as usuários/as para o atendimento na política de saúde e assim garantir no âmbito do PAEFI um acompanhamento especializado, ético, comprometido em apreender o contexto social, econômico, político, histórico e cultural no qual se expressam as relações familiares das crianças e adolescentes sexualmente vitimizados.

Outro ponto que merece destaque e que vem ganhando visibilidade nas discussões éticas atingindo a academia e os espaços sócio-ocupacionais, diz respeito à construção de provas pelos/as profissionais do PAEFI para a responsabilização dos/as autores/as de violência, em especial, de abuso sexual. Em

⁶⁰ A Resolução Nº 569/ 2010 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) normatiza a vedação da realização de terapias no exercício profissional do/a assistente social.

2011, a Política de Assistência Social, publicou o documento “Orientações Técnicas para os CREAS” onde clarifica que **não compete** ao CREAS realizar escuta para subsidiar processos investigativos e/ou decisões de caráter judicial para responsabilização de autores/as de violação de direitos.

Nesse sentido, fica explícita que a construção de provas por meio da escuta e posterior elaboração de relatórios, pareceres, estudos sociais que visem à inquirição/responsabilização não compete ao CREAS. No entanto, os/as profissionais entrevistados/as, ainda que não tenham relatado a realização de procedimentos inquiritórios, demonstram preocupação com a produção de provas, sendo atrelada aos/as profissionais pela população a responsabilidade de produzir materiais que contribuam para a responsabilização dos/as autores/as da violência:

*A dificuldade que nós temos é essa no CREAS, a gente denuncia e tudo, mas na hora que chega mais lá na frente **não se consegue provar, e acaba ficando às vezes impune**, a impunidade é o que me constrange bastante aqui, e me deixa um pouco, como é que eu posso dizer, sem saber o que fazer **porque as pessoas esperam alguma coisa de nós, e a gente não consegue, não consegue chegar mesmo na pessoa e provar que realmente aconteceu aquilo.** (P2D).*

A atuação Política de Assistência Social e do Sistema de Justiça nas situações de violação de direitos acontece por meio do estabelecimento de vínculos entre as equipes para o atendimento das demandas, contudo, isso não implica que o CREAS desenvolva o trabalho que compete ao Judiciário. Silveira (2012, p.149) ao analisar as propostas de implantação de projetos para o *atendimento não revitimizante* assegura que “propor um fluxo rígido de atendimento com a finalidade de criminalização do agressor, pela extração da verdade, pode restringir a função do próprio CREAS”.

O atendimento do CREAS às crianças e adolescentes em situação de violência sexual tem a intencionalidade de promover e proteger os seus direitos fundamentais e não criminalizar os/as autores/as da violência. Por conseguinte, não cabe ao CREAS, como evidencia o Documento Orientações Técnicas sobre o CREAS (2011), ocupar lacunas oriundas da ausência de atendimento ou de serviços de outras políticas sociais e demais instituições que compõem a rede de proteção.

Com relação ao papel da equipe do Creas na produção de parecer, laudo, ou perícia técnica, compreende-se sua finalidade apenas na produção de informações técnicas que permitam a garantia dos direitos dos usuários em

atendimento, devendo exercer autonomia ética para buscar informações que subsidiem o acompanhamento do Creas. [...] Cabe, portanto, assinalar que ao sistema de justiça compete aplicar medidas protetivas, investigar e responsabilizar os agressores no caso de violência, destituir poder familiar, permitir o acesso gratuito a serviços advocatícios para a defesa de direitos, aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, etc. (SILVEIRA, 2012, p.160).

A atenção às situações de violência sexual infanto-juvenil no âmbito da proteção social especial de média complexidade tem como eixos norteadores do trabalho social: a atenção especializada, qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; trabalho em rede e interdisciplinaridade (BRASIL, 2011). O atendimento no âmbito do CREAS expressa sua funcionalidade no sentido de ofertar as crianças, adolescentes e suas famílias serviços continuados e de qualidade, buscando-se assim intervir no conjunto de fatores que atuam como desencadeantes das situações de violência e elaborar estratégias para o seu rompimento e prevenir a sua reincidência.

Importante salientar e principalmente clarificar à rede de proteção quais são os processos interventivos que o CREAS desenvolve no âmbito da atenção às crianças e adolescentes. A pesquisa realizada por Silva (2014), em um município do Tocantins, demonstra as repercussões do desconhecimento do trabalho social do CREAS nos processos interventivos com as famílias em situação de violência sexual.

Dentre os achados da pesquisa consideram-se como os mais relevantes as **implicações negativas a qualidade das ações**, sendo enumerados os seguintes pontos: demanda excessiva oriunda dos encaminhamentos de outras políticas sociais e serviços que não lhe compete, aumento do tempo na fila de espera para atendimento no CREAS e sobrecarga de trabalho que impossibilita ações interventivas planejadas e refletidas. Tais aspectos podem ser evidenciados no seguinte trecho:

Olha, eu fiz o levantamento ontem, [...], tinha que fazer um relatório pra justificar o carro aqui todos os dias, porque não temos o carro todos os dias, eu fiz o levantamento nós estamos com 49 RSP⁶¹ esperando a visita social, o atendimento social, então tem 49 casos parados, ali em cima do armário esperando a gente visitar ou telefonar, [...] então a gente tava até

⁶¹ A Requisição de Serviço Público (RSP) é um documento encaminhado pelo Conselho Tutelar ao CREAS solicitando o acolhimento de crianças e adolescentes no PAEFI.

terminando agora de fazer um projeto pra mandar lá pra secretaria pra mostrar para eles que a gente quer trabalhar e não consegue. (P2A).

A fala do/a profissional revela a existência de uma fila de espera, somente das situações que são encaminhadas pelo Conselho Tutelar (desconsiderando as outras demandas atendidas pelo CREAS). Em um dos trechos das falas dos/as profissionais da pesquisa de Silva (2014, p.94), ficam explícitas as repercussões advindas com as demandas que não são competências para a equipe técnica, *“tem uma demanda muito grande de outras áreas [...], sobrecarregam o CREAS com esses casos, fica abarrotado de casos e vai se deixando os próprios casos do CREAS”*.

As falas dos/as profissionais dos cinco CREAS pesquisados corroboram com a situação exposta pela pesquisa de Silva (2014), revelando que o desconhecimento do trabalho do CREAS pela própria rede de proteção obstaculiza os processos interventivos. De acordo com os/as entrevistados/as, o fluxo de encaminhamentos que não são de competência do CREAS reflete na qualidade dos atendimentos e no aumento de tempo das famílias nas listas de espera.

O Conselho não sabe para que lado atirar, descobriram o CREAS, agora é o CREAS, o CREAS, o CREAS, o CREAS, eles colocam toda e qualquer dificuldade da criança e do adolescente para o CREAS resolver, eles não fazem um filtro, isso aqui é para o CRAS, isso aqui é para o CREAS. (P2A).

[...] a gente recebe conflito familiar, conflito escolar, rebeldia de adolescente, déficit de atenção, depressão [...] porque chega no Conselho Tutelar, muitas vezes não tem para onde mandar, aí manda para o CREAS. Então assim a gente procura não deixar a família, porque assim, eu recebo um caso de depressão aqui, não é uma demanda do CREAS, não tem material para isso. Então assim, só que a gente procura não virar para pessoa e falar olha a gente não atende isso aqui tchau [...] eu particularmente costumo fazer 2 ou 3 atendimentos para poder dar uma equilibrada na situação, vejo aonde que atende e faço encaminhamento [...] não tem como bater a porta. Então a gente tem esse cuidado, mas acontece muito de vir casos que não tem nada a ver com a nossa demanda. (P1A).

O desconhecimento do trabalho do CREAS configura-se como uma miríade de reflexos tanto na qualidade dos serviços quanto na construção de uma imagem de inespecificidade do trabalho do CREAS diante a população. O excesso de encaminhamentos que se transformam em demandas para a equipe ocasiona na ausência de qualidade no atendimento das demandas de competência da instituição.

Esse processo é vislumbrado nas falas dos/as profissionais quando referem *“chega tanta demanda que os casos mesmos do CREAS a gente não consegue dar a devida atenção”* (P3A), ou ainda, *“esses encaminhamentos contribuem para uma sobrecarga da equipe, não se consegue atender com profundidade, fica uma intervenção às vezes superficial, não pelo profissional, mas pelo excesso de demanda”* (P2B).

Ainda em relação à fala do sujeito P1A é possível perceber a preocupação dos/as profissionais em disponibilizar a atenção a essas demandas e o compromisso para que estas situações não atuem como desencadeantes de violência na família. Nesse sentido, é notório o comprometimento dos/as profissionais com os/as usuários/as, mas paradoxalmente esse processo contribui para a (des) responsabilização das demais políticas sociais e do próprio Poder Público em prover o atendimento as demandas encaminhadas ao CREAS.

A tenacidade dos/as profissionais em oferecerem um atendimento que busque resultados concretos é uma amálgama repleta de contradições, possuindo duas faces antagônicas. De um lado, a Política de Assistência Social prevê diversos princípios⁶² orientadores para a execução dos serviços e das ações da média complexidade bem como as formas de financiamento e qualificação profissional (NOB RH/SUAS e Política Nacional de Capacitação do SUAS).

No entanto, do outro lado, a realidade que se evidencia hoje nos CREAS tocaninenses em especial, mas não unicamente, é de um movimento perverso de fragilidade da atenção pública para o atendimento das necessidades sociais dos/as usuários/as deste serviço.

A precarização das políticas sociais, principalmente, as destinadas à proteção social é consequência dos processos de reorganização do grande capital diante as suas crises estruturais, utilizando-se de diversas estratégias, sendo as mais perversas destacadas por Raichelis (2013): a captação do fundo público como financiador da acumulação capitalista, mundialização do capital, a retração dos

⁶² Os princípios que norteiam a Política Nacional de Assistência Social são: I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004).

direitos sociais e a intensificação da exploração e dominação sobre as classes trabalhadoras.

Esse movimento vem imprimindo uma nova racionalidade no enfrentamento às expressões da questão social, por meio do fortalecimento do familismo⁶³ nas políticas sociais (chamando à família para a responsabilidade pelo bem-estar dos seus membros), a criminalização da pobreza, a naturalização da violência e das desigualdades socioeconômicas e o atendimento aos mínimos sociais em detrimento as necessidades humanas. Nessa direção, a conjuntura atual expressa o acirramento das desigualdades sociais, mas paradoxalmente o enfraquecimento das políticas sociais em um processo contínuo de destruição dos direitos sociais historicamente conquistados por meio das lutas da classe trabalhadora.

Esse cenário promove, no cotidiano das relações sociais, processos de degradação da vida, ou nas palavras de Barroco (2011) de desumanização. As estratégias no âmbito das ações públicas devem voltar-se também para o resgate da humanidade de cada indivíduo, coisificado pela lógica destrutiva do grande capital. A retração dos direitos sociais⁶⁴ possui rebatimentos profundos na organização das políticas sociais e seus reflexos incidem diretamente na vida da população usuária, mas também nos processos interventivos dos/as profissionais, em destaque, os/as trabalhadores/as dos CREAS.

Quando a discussão em pauta é o atendimento, é mister considerar que os/as profissionais atuantes no CREAS, enquanto trabalhadores/as assalariados/as, vêm sofrendo com as inflexões do mundo do trabalho, no que tange, seus processos de trabalho e seus direitos sociais. Uma abordagem reflexiva, acerca dos processos interventivos, não pode desconsiderar as condições e relações de trabalho que repercutem diametralmente nas estratégias erigidas para o enfrentamento à violência sexual bem como na qualidade das ações ofertadas à população infanto-juvenil.

A análise das falas dos sujeitos entrevistados possibilitou apreender que o cotidiano institucional é repleto de desafios e limitações que interpelam os/as profissionais nas suas intervenções, em que se destacam os seguintes obstáculos

⁶³ Conforme Esping-Andersen (2000) o familismo é uma característica das políticas sociais que responsabiliza às famílias em grande parte pela provisão de bem-estar social, ao invés dessa provisão ser fruto do funcionamento das políticas públicas geridas pelo Estado.

⁶⁴ Para aprofundar as reflexões sobre o impacto das propostas neoliberais nas políticas sociais brasileiras ver mais em: BERHING, Elaine. **O Brasil em Contra-Reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

evidenciados nas falas: *ausência de equipe técnica, falta de recursos materiais e financeiros, ausência de uma política de qualificação profissional, insegurança no vínculo empregatício (terceirização e expressiva rotatividade de profissionais), demanda excessiva o que ocasiona na sobrecarga de trabalho e a falta de conhecimento da própria rede de proteção sobre o trabalho do CREAS*. Os obstáculos evidenciados pelos/as profissionais estão expressos nos seguintes trechos:

*Então assim, depois que eu cheguei eu não propus nenhuma reunião até porque está tendo muito evento com frequência e a gente não teve esse tempo ainda. A colega falou que ela já fez algumas reuniões para expor os casos para gente trabalhar, planejar coletivamente, mas particularmente eu ainda não tive tempo, porque teve a campanha⁶⁵ logo depois teve o balcão da cidadania, teve capacitação [...] Mas a colega disse assim: quando você tiver um tempo depois de passar esse tumulto, a gente senta e vê os casos. [...] **há mais uma comunicação individual, eu vou lá, elas perguntam e às vezes elas interagem entre si. Que existe, existe sim, essa comunicação para gente não ficar fragmentado, trabalhar em conjunto, mas a gente ainda não se reuniu não planejou ainda não.** (P3D).*

*O atendimento com a família em grupo não faz. **A gente está com uma demanda muito grande não estamos tendo tempo para planejar isso,** então a gente atende somente as vítimas, os responsáveis e a família que está envolvida. (P1A).*

*[...] a dificuldade que nós temos é com relação a equipe, **a gente precisa de uma equipe para poder fazer e,** essa é nossa dificuldade de conseguir mesmo estruturar a equipe mesmo para funcionar. (P2D).*

*A gente tá com um prédio muito bom, tem sala específica, você vem para cá, você atende, guarda todo o sigilo, tudo dentro do que tem que ser, então assim, o pessoal que trabalha aqui mais tempo, disse que isso aqui tá maravilhoso. Eu não estou reclamando, mas só que assim, **o carro não está aqui,** nós temos o carro segunda de manhã e de tarde, terça de manhã, e quinta de manhã e de tarde, dois dias e meio, aí na quarta-feira o carro atende o PETI, e na terça à tarde e sexta-feira atende a Medida Socioeducativa, quer dizer, **três programas que funcionam meia boca por causa que não tem um carro.** (P2A).*

Os relatos demonstram o quanto a ausência de recursos materiais, financeiros e humanos vem comprometendo a qualidade das ações interventivas. A *falta de tempo*, expressa nas falas, evidencia a sobrecarga de trabalho e a ausência de uma equipe mínima - composta por profissionais do Direito, Psicologia, Serviço Social, além de profissionais de nível médio como orientadores sociais e auxiliar administrativo – (BRASIL, 2011). Nos CREAS pesquisados, não há profissionais do

⁶⁵ O/a entrevistado/a referisse as campanhas que o município desenvolveu em alusão ao dia 18 de maio (dia nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes) e ao dia 12 de junho (dia internacional de combate ao trabalho infantil).

Direito, a estratégia encontrada pelas gestões municipais é disponibilizar o/a assessor jurídico do município para atender as demandas **consideradas como sendo as mais complexas pela equipe técnica.**

*[...] nós estamos emperrados com o tal do concurso público, então tão deixando de contratar, porque “vai vim o concurso público”, aí sempre [...] todo mês vai vim, vai vim e tal. Então a pedagoga, por exemplo, não foi contratada ainda por causa disso. Eles falam “não vamos contratar a pedagoga porque vai vim o concurso. Vai tirar, quando a pessoa já tiver capacitada, porque aí vem outra pessoa” [...] é uma conquista que parece que vai sair agora para o início de agosto, é o advogado⁶⁶, porque nós estávamos com muito problemas, a assessoria jurídica do município não estava conseguindo dar suporte em relação a essas crianças que vão para o abrigo. A gente estava com essa dificuldade, eu ia muito no fórum, mandava informação [...] **as questões do CREAS são muito difíceis em específico a área criminal é diferente da administrativo.** No caso, então, parece que vamos ter, já vai entrar com processo de admissão esse mês, em agosto vai vim, graças a Deus, vai nos ajuda bastante. (P2D).*

As falas dos/as entrevistados/as revelam o cenário no qual os processos interventivos de enfrentamento às expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes desenvolvem-se. Ressalta-se que a realidade exposta pelos/as profissionais não encerra uma realidade exclusiva do Estado do Tocantins, mas configura-se como o atual desenho das políticas sociais, em especial, as que compõem a Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência Social.

As transformações no mundo do trabalho, advindas especialmente com a crise estrutural do capital⁶⁷ e suas estratégias de enfrentamento, materializadas pela tríade neoliberalismo, reestruturação produtiva e mundialização do capital, têm implicado na redefinição do papel do Estado na constituição dos sistemas de proteção social.

A constituição de um Estado neoliberal que se consolida no contexto brasileiro a partir dos anos de 1990, o que nas palavras de Carcanholo e Baruco (2011) sinaliza um Estado comprometido com a valorização capitalista, logo, que requer a restauração do capital, vem exigindo nos termos de Sader (1999) um Estado “mini-max”, ou seja, mínimo para o trabalho e máximo para o capital. O atual desenho das políticas sociais possui reflexos contumazes dessa nova organização

⁶⁶ As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro a abril de 2014, informa-se que até o presente momento (junho de 2015) o/a profissional do Direito ainda não compõe a equipe técnica deste CREAS.

⁶⁷ Sobre a crise estrutural do capital, ler mais em: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

do papel do Estado, em que prevalecem as diretrizes da focalização, seletividade, descentralização em um nítido processo de regressão dos direitos sociais.

Os/as entrevistados/as trazem em seus relatos diversos elementos que obstaculizam a materialização dos princípios e diretrizes que orientam a Política de Assistência Social e que criam entraves à operacionalização do CREAS e ao desenvolvimento de ações interventivas que realmente impactem na vida dos/as usuários/as. Os/as profissionais trazem suas falas limites de cunho material (ausência de espaço físico, materiais educativos para as oficinas, telefone, móveis, carro para as visitas domiciliares, etc.), mas também limitações que são culturais e políticas, como a presença do assistencialismo e clientelismo nas ações da política de assistência social.

*[...] a dificuldade sempre é a mesma, é uma política, é um projeto lindo é ousado, mais também é utópico, eu falo porque eu já tive essa experiência em trabalhar em município pequeno e eles diziam a mesma coisa, e aqui eu trabalho em um município maior, é também a mesma coisa **nunca tem verba**, mais acho que ainda falta muito, o projeto é lindo como eu te disse, mais ele não é feito da maneira que é pra ser feito, **envolve muitas questões políticas ainda, o assistencialismo na cabeça de muitos políticos ainda perpetua e fica difícil em retirar isso, essa política atrasada de que hoje não se faz mais assistencialismo.** (P2B).*

O trecho da fala remete-nos a uma importante reflexão de Pereira (2009) de que a garantia para a inviolabilidade da política pública é o seu caráter público, ou seja, não é monopólio do Estado, mas sim um indicador da legitimidade democrática e normativa. O caráter público da política, para Pereira (2009, p.288), objetiva fortalecer a irredutibilidade da política diante o “poder discricionário dos governantes, dos jogos de interesses particulares e partidários, do clientelismo, dos cálculos contábeis utilitaristas e dos azares da economia de mercado”.

Nesse sentido, constata-se a importância de romper com posturas arcaicas que negam a proteção social enquanto um direito do/a cidadão/ã e reforçam um cariz que desqualifica as ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social. Reverbera-se assim a importância de que o enfrentamento à violência sexual ultrapasse a lógica da descontinuidade, da falta de orçamento próprio, da predominância de interesses particularistas e vontades partidárias.

Na verdade, os governos, reproduzindo a arraigada cultura política brasileira, querem uma sociedade civil bem-comportada, cordata, sob controle, que, ao invés de apresentar demandas sociais legítimas, contribua

para a governabilidade – essa terminologia desmobilizadora e conservadora, que hoje é uma armadilha para a própria esquerda. E fazem de tudo para isso: desde a cooptação por métodos clientelistas com maior ou menor sutileza, até regulamentações que não respeitam a legislação. Dependendo da concepção de democracia que orienta o poder governamental, este hostiliza diretamente os segmentos mais críticos da sociedade civil. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.183).

A precarização das políticas sociais, em especial da assistência social, tomando-se a particularidade do CREAS tocantinenses tem rebatimentos incisivos nas ações profissionais, pois os/as profissionais, à medida que intervêm nas expressões da questão social são afetados por elas no cotidiano de trabalho. Caetano (2013) afirma ser a terceirização, a flexibilização, a insegurança do vínculo empregatício, o assédio moral, a sobrecarga de trabalho, o duplo vínculo as principais expressões da precarização vivenciadas pelos/as trabalhadores/as.

Além da precarização dos vínculos de trabalho, da insegurança e desproteção dos trabalhadores, as consequências da terceirização do trabalho social são desastrosas, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, mas os contratos privados, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito. (RAICHELIS, 2013, p.628)

As condições e relações de trabalho das equipes técnicas são profundamente atingidas pela precarização do trabalho, refletindo na autonomia profissional e no direcionamento ético-político das intervenções. Ceolin (2014) refere que o modelo proposto pela sociabilidade burguesa, para o atendimento as necessidades sociais vem se constituindo em cortes orçamentários e com isso na formulação de políticas sociais cada vez mais residuais e incapazes de romper com as condições de miserabilidade dos/usuários/as e de vitimização pelas múltiplas expressões da violência, como se propõe a Política de Assistência Social.

Todo esse movimento situa-se na contramão da garantia de direitos e possui impactos profundos no atendimento das famílias, como revela a seguinte fala:

*Depois que aconteceu aquilo sabe veio a XXX **mas não disse o que esse CREAS fazia**, mas também **veio aqui em casa só uma vez depois não veio mais** [...] conversou comigo, me xingou, me chamou até de relaxada, mas expliquei que a casa tá assim porque sou pobre [...] não me explicaram porque minha filha tinha que ser atendida lá, eu nunca fui lá, mas a XXX disse que a minha menina teria que ir lá, mas até agora nada, **tô esperando esse atendimento, que não acontece nunca**. (FAMÍLIA A).*

A fala do/a responsável pela criança evidencia que o atendimento do CREAS não está consubstanciado com as diretrizes que orientam o serviço que é a oferta de um acompanhamento contínuo, sistemático e especializado. Como já referido anteriormente, os influxos da fragilização das políticas sociais contribuem para que as ações aconteçam de forma superficial e fragmentada e não apreendam a violência em sua totalidade.

Outra questão evidenciada na fala diz respeito à postura profissional quando o sujeito afirma “*me chamou de relaxada*”, demonstrando a presença de valores conservadores, mas, sobretudo da falta de qualificação profissional.

Ao nos depararmos com essas situações, como profissionais, devemos refletir sobre nossas concepções pessoais e evitar atitudes de julgamento ou preconceito, visto que são graves, devem ser abordadas de modo adequado a evitar a reincidência. Insistimos nessa questão por entender que as nossas formas de pensar determinam nossas formas de agir. (KOSHIMA; XAVIER; AMORIM, 2010, p.135).

As famílias que chegam para o atendimento no PAEFI “*chegam despedaçadas pela violência, ninguém vem ao CREAS porque tá bem*” (P3B), e assim, por se tratar de uma questão delicada, uma abordagem mal dirigida, poderá prejudicar o processo de atendimento, dificultando ainda mais a criação de vínculos de confiança entre o/a profissional e o/a usuário/a. Estes sujeitos precisam de um ambiente, no qual se sintam seguros e protegidos, para relatarmos as suas vivências, sentimentos e percepções acerca da violência. Por isso, a atuação da equipe técnica deve acontecer de forma mediata, ou seja, planejada e refletida prevenindo posturas conservadoras, autoritárias e práticas imediatistas.

Guerra (2000), ao refletir sobre a instrumentalidade no Serviço Social, pontua a importância dos processos interventivos romperem com a razão instrumental ou formal-abstrata que se limita às práticas manipuladoras, fragmentadas e descontextualizadas, sendo, portanto, funcional a reprodução social dos valores da sociabilidade burguesa (individualismo, dominação, opressão, exploração, relações desiguais de gênero, geração, etnia, social e econômica).

Importante considerar que uma abordagem profissional embasada na razão formal-abstrata, não raro, provoca danos secundários⁶⁸ às vítimas. De acordo com

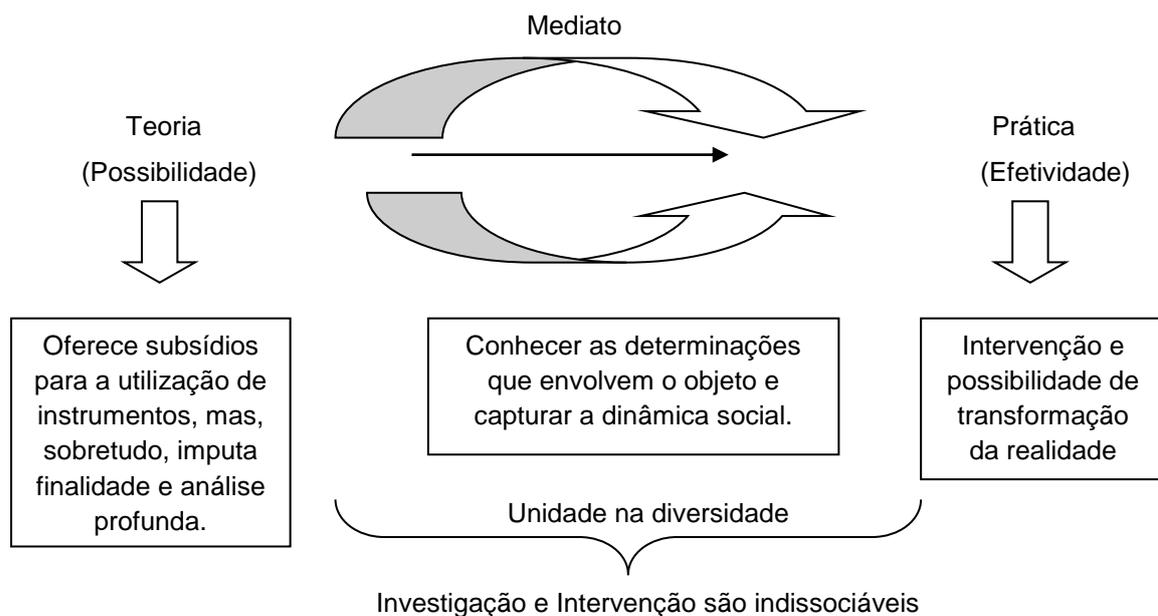
⁶⁸ Para Koshima, Xavier & Amorim (2010, p.135) os danos primários são aqueles que decorrem da própria situação de violência, tais como: “mudanças drásticas de comportamento, sentimentos de menos-valia, tendência a se sentirem desvalorizadas (principalmente pela culpa que sentem por

Koshima, Xavier & Amorim (2010) tais danos são decorrentes de intervenções profissionais inadequadas que revitimizam tanto as crianças e adolescentes bem como suas famílias. A fala da família A expressa a presença de danos secundários, por meio de uma postura profissional não acolhedora.

Assim é preciso romper com razão formal-abstrata e buscar, no cotidiano profissional conforme Guerra (2000), materializar a razão dialética que é crítica e emancipatória e incorpora categorias como a contradição, o movimento, as mediações e a totalidade, visando, desse modo, superar a aparência e alcançar a essência dos fenômenos. Nessa perspectiva, objetiva-se superar o imediatismo nas respostas e ações profissionais e garantir a autonomia técnico-profissional e ético-política.

A mediação entre teoria e prática, ou seja, entre o conhecimento construído a partir das sucessivas aproximações com as teorias sobre a violência e a realidade na qual as crianças e adolescentes vivenciam as diversas expressões da violência sexual é um importante potencializador e desencadeador de ações profissionais criativas, éticas e comprometidas com a superação da violência. A figura 6 expressa como se materializa a passagem da teoria para a prática profissional.

Figura 6: O processo de mediação teórico-prática nas ações interventivas do CREAS.



Fonte: Sistematização da autora, 2015.

estarem envolvidos na situação), são consequências muito comuns em crianças e adolescentes vítimas de violência”.

A figura 6 é bastante elucidativa uma vez que possibilita apreender que entre teoria e prática existe uma *unidade, ainda que não identidade*. Para Setubal (2013) a teoria não é construção, mas reconstrução do movimento do real, ou seja, perseguição e expressão teórica do seu movimento, revelando tensões contidas na dinâmica da realidade, vinculadas à produção e reprodução do ser. Para a autora, a mediação entre teoria e prática possibilita desvelar o real em suas particularidades expressas na totalidade da vida social que é rica em determinações e conexões explicativas.

Desvendar e propor estratégias de intervenção às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes requer ir além do aparente, ou seja, ler e interpretar o não dito, o não verbalizado pelas crianças e familiares. Nessa direção, os/as profissionais necessitam desenvolver uma sensibilidade para apreenderem as nuances escamoteadas na complexidade da violência e assim buscar sua essência na perspectiva da integralidade do atendimento.

Os profissionais do Creas devem problematizar sua prática permanentemente, precaver-se das cristalizações e se permitir reinventar, promover rupturas metodológicas, sem perder de vista a dialética entre teoria e prática. As situações de violência se dão no campo histórico-social, as demandas são mutáveis e o profissional tem o dever de atentar a essas variáveis. (ROMEU; ELIAS; SILVA, 2014, p.178).

Assevera-se que a construção de processos interventivos, capazes de ultrapassar a imediaticidade da violência sexual, exige que os/as profissionais estabeleçam conexões entre as expressões imediatas, o conhecimento teórico, as mediações da rede de proteção, mas também com o ato investigativo no sentido de identificar as múltiplas determinações e as singulares que se expressam no cotidiano.

Além disso, é intransponível assegurar o debate sobre a efetivação dos princípios da educação permanente e da interdisciplinaridade asseguradas na Política Nacional de Capacitação do SUAS (PNC, 2011), que tem como objetivo promover a capacitação dos gestores, trabalhadores da rede pública e privada, dirigentes da rede socioassistencial e conselheiros da assistência social. A PNC (2011) visa, desse modo, o aprimoramento da gestão do SUAS e a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais. Contudo, as falas dos sujeitos são reveladoras do descompasso da realidade com as premissas da política:

*Aqui? Faz tempo. Tem não, o que o município promoveu já tem mais de um ano. Nós fizemos um que o Ministério do Trabalho ofereceu a respeito do trabalho infantil e aprendizado legal. Fizemos esse agora da SETAS, que é para gente poder fazer a reorganização do PETI e da medida socioeducativa, reestruturação deles só. Agora não tem assim, ó a prefeitura tá disponibilizando profissional tal para capacitar nisso, nisso e nisso, vamos estudar isso assim, num vem não! E assim, quando a gente vai, igual nós fomos é o pessoal do estado que mexe com essa parte da proteção especial. A prefeitura tá perdendo dinheiro, tem sei quantos bloqueados porque vocês não usam, não sei o que, num sei o que [...] tem que gastar tanto, tem mais de 7 milhões e não é usado. **Porque não, nada é proposto, a secretaria, a prefeitura, aí agora eles foram chamados em Brasília e o pessoal do MDS lá descascou o prefeito**, mostrou lá pra ele que tem sete milhões que tá bloqueado e vão bloquear mais três, e aí para o ano que vem, vem pela metade, são dez milhões aí não foi usado, é porque não precisa e vai diminuindo, diminuindo, aí na hora que falaram isso pro prefeito lá o prefeito caiu matando em cima da secretária, e o que ela fez, caiu matando em cima da gente, sexta-feira ela encomendou um projeto pra hoje, façam um projeto assim, assim, assim. Como é que você faz? É não é fácil não. (P2A)*

O trecho extraído da fala de um/a profissional torna visível o descompromisso da gestão municipal com a educação permanente e capacitação profissional dos/as trabalhadores/as do SUAS. Nesse sentido, importa salientar que a Política Nacional de Assistência Social (2004) e posteriormente a Norma Operacional Básica do SUAS (2005) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (2007), sinalizam, em seu *corpus*, a necessidade e a importância do investimento na qualificação dos/as trabalhadores/as para a garantia da qualidade dos atendimentos prestados aos/as usuários/as desta política social.

A construção de um Plano de Formação Continuada, previsto pela Política Nacional de Capacitação (2011), possibilita aos/as trabalhadores/as do SUAS (gestores/as, conselheiros/as, profissionais da rede pública e privada) refletir sobre suas práticas profissionais, buscar estratégias no cotidiano institucional para ações que visem promover os direitos socioassistenciais, prevenindo e rompendo com posturas contrárias à luta pela consolidação da assistência social enquanto política pública e, portanto, direito da população.

A construção desse olhar cuidadoso da gestão municipal para com os/as profissionais não se restringe apenas à capacitação desses/as trabalhadores/as no sentido de construção e discussão de metodologias para o trabalho social com família, mas que possibilite a discussão sobre temas relevantes e que se transformam em demandas para o CREAS (machismo, patriarcado, violência estrutural e institucional, xenofobia, preconceitos contra a diversidade sexual, etc.).

Outro fator de suma importância e que deve reter a atenção dos recursos humanos diz respeito ao adoecimento físico e psíquico dos/as trabalhadores/as das políticas sociais, em destaque, do CREAS. Alves (2013, p. 128), traz algumas considerações sobre essa questão:

Uma das principais manifestações da precarização do trabalho no capitalismo global é o adoecimento da subjetividade do trabalho vivo sob as condições da ordem salarial. Muitas vezes quando se trata do tema da precarização do trabalho no capitalismo se faz referência ao salário e emprego ou ainda às condições de trabalho etc. Entretanto, considero que a manifestação candente da precarização do trabalho em nossos dias ocorre através das ocorrências de adoecimentos e doenças do trabalho, expressão candente do esmagamento da subjetividade humana pelo capital, a negação do sujeito humano-genérico pelos constrangimentos da ordem burguesa.

O cuidado com a saúde mental dos/as profissionais deve assumir centralidade nas ações das gestões municipais, construindo assim uma política de “cuidado ao/a cuidador/a”. Os/as entrevistados/as relataram que as demandas que chegam ao CREAS “*são muito pesadas*” “*é muita violência, muita tristeza*”. Sentimentos como impotência e frustração diante à morosidade da justiça para romper com o ciclo ou mesmo a não resolutividade de algumas situações de violação de direitos, trazem um imenso sofrimento para os/as profissionais.

Raichelis (2013), ao discutir sobre as relações entre trabalho e saúde, aponta como que o maior índice de adoecimento dos/as trabalhadores/as da proteção social no Brasil compreende o desgaste mental devido aos processos de precarização e intensificação a que estão submetidos/as no ambiente de trabalho. Por isso, salienta-se a importância da gestão de recursos humanos na esfera municipal possibilitar aos/as profissionais o cuidado com a saúde mental, uma vez que:

[...] no momento em que o cuidador puder refletir e significar o seu ser/viver, expandirá seu conhecimento pessoal, ético e estético, ampliando, assim, suas possibilidades para cuidar de forma autêntica sem esquecer-se de suas necessidades. É o ampliar de sua consciência que lhe permite estar com o outro e consigo de forma consciente direcionando o cuidado para as necessidades específicas dos sujeitos. (BECKER; CROSSETI, 2007, p. 07).

Nessa direção, reafirma-se a importância da qualificação profissional, sobretudo, do preparo psicológico da equipe técnica para a atuação nas situações de violência sexual como forma de prevenir revitimizações e, possibilitar aos/as profissionais desenvolverem suas potencialidades e reconhecerem suas limitações

diante a complexidade envolta na violência sexual. Koshima, Xavier & Amorim (2010, p.142) apontam os seguintes fatores que os/as profissionais devem possuir para o atendimento às crianças e adolescentes:

- a) Capacidade do (a) profissional lidar pessoalmente com as questões de violência sexual e de encontrar apoio pessoal e profissional;
- b) Habilidade em manejar a situação, em termos pessoais, de conhecimento profissional e de habilidades profissionais;
- c) Nenhuma capacidade pessoal de manejar a situação e nenhum conhecimento ou habilidade motivará os profissionais a ajudar as crianças que sofreram abuso sexual e suas famílias se não houver recursos, estruturas e ambientes para os serviços.

A construção de espaços de reflexão crítica entre os/as profissionais permite que estes exponham seus sentimentos e percepções, viabilizando que estes “descarreguem” suas dificuldades e possam reconhecer e reorientar suas emoções, para que fortalecidos/as atuem diante das múltiplas determinações da violência sexual. Oliva (2012, p.268) refere que a capacitação deve superar o tecnicismo e mergulhar na subjetividade dos/as profissionais, “suas crenças, valores, tabus, atitudes, medos, preconceitos para que, conhecendo seus limites e potencialidades possam traçar uma prática social viabilizadora de mudanças”.

Outro ponto identificado nas falas dos/as entrevistados/as diz respeito à garantia do acesso às crianças, adolescentes e famílias residentes na zona rural ao CREAS. O Estado do Tocantins, segundo o Censo (2010), possui uma população de aproximadamente 25,76% de crianças e adolescentes residentes na zona rural, fator esse que contribui para a invisibilidade da violência sexual.

Como referido anteriormente, o Tocantins é composto por 139 municípios e apenas 22 CREAS em funcionamento sendo que a região do Jalapão não possui nenhum CREAS e, desse modo, inúmeras crianças/adolescentes continuam em situação de risco. Em análise das entrevistas, os/as profissionais relataram o seguinte quanto ao atendimento dessa população:

*De um ano para cá não chegou, apesar da gente ter feito campanha na zona rural. Chega trabalho infantil, maus tratos, todo tipo de violência. A **sexual não**, chega casos de outro tipo de violência contra criança da zona rural, mas **a violência sexual ela é mais velada mesmo, ela é mais velada.** (P2D).*

Não, aqui é mais urbano mesmo, aí vem de assentamentos, tem casos esporádicos de crianças de assentamentos, mas assim, o que predomina mesmo é a área urbana, [...] tem alguns mais afastados, mas é

área urbana, mas são bairros bem afastados, e que a van busca, mas é considerado área urbana. (P1E).

Os/as profissionais relataram haver pouca demanda em relação à população rural sendo este um dos motivos nos quais não há uma intensificação de ações para alcançar esse público. Contudo, é notório que as crianças e adolescentes da zona rural encontram-se historicamente invisibilizados pelas políticas sociais, sendo que as ações destas, na maioria das vezes, não têm alcance efetivo a essa população, agravando ainda mais as situações de violência sexual intrafamiliar.

Assim, fora identificado nas falas que as ações desenvolvidas para esse público são incipientes e frágeis, não tendo continuidade e sistematicidade e, portanto, não possuem impactos significativos para o rompimento e superação da violência.

*É mais difícil, porque o acesso deles para pegar um ônibus é difícil às vezes não tem carro, não tem moto, não tem nada, o ônibus passa 1 vez por dia. Então a dificuldade maior é deles ter acesso a nós, o que a gente pode fazer a gente faz, igual eu falei, a gente vai lá se for preciso faz o atendimento lá, paga o ônibus, mas às vezes **eles mesmos desistem do atendimento pela dificuldade de vir de tão longe entendeu!** Até os casos que a gente tem de XXX **eu acho que a gente nunca conseguiu concluir um, a maioria são desligados e não voltam porque eles têm essa dificuldade de vir até aqui, a distância é muito grande, então assim eles trabalham, eles perdem 1 dia pra vir para cá passar 50 minutos, porque sai de lá, sei lá [...] acorda 4 ou 5 horas da manhã e chega aqui às 9 ou 10 horas estão liberados, mas o ônibus só passa às 2 horas da tarde. Para voltar chega às 5 horas da tarde de novo então assim é um dia de trabalho que eles perdem. (P1A).***

A dificuldade de acessar essas famílias tem incidindo para que a violência sexual, que acontece nas áreas não urbanas, continue envolta na obscuridade e perpetuando-se no cotidiano das relações interpessoais e familiares. As duas famílias entrevistadas, na pesquisa, eram residentes da zona urbana, não se teve acesso às famílias da área rural, pois além de serem um número bastante reduzido no CREAS, as questões de acesso as impossibilitam de receberem até mesmo o acompanhamento da equipe.

Nesse sentido, as famílias entrevistadas não relataram dificuldades de acesso, pois ambas residem em municípios bastante pequenos o que facilita o seu acesso ao CREAS. Os/as profissionais em seus relatos apontaram algumas estratégias que buscam efetivar no cotidiano institucional para a garantia do

atendimento a essa população, mas são bastante pontuais e incipientes, contudo indicam a preocupação dos/as profissionais com o atendimento dos/usuários/as:

*Chega e o Serviço Social vai até lá [...] tem o caso de XXX zona rural fazenda mesmo, **vai até lá, faz o atendimento se houver necessidade vão encaminhar para cá a gente marca, paga o ônibus para eles virem, se for o caso de ir busca ele vai buscar então essas famílias quando chega o caso até nós ele é atendido normalmente.** (P1A).*

***Acontecem as visitas domiciliares nas zonas rurais, trabalhamos em parceria com as escolas municipais e outros órgãos e sempre levando informações necessárias, executamos palestras informativas de acordo a realidade, nas escolas com as crianças, adolescentes e as famílias pela equipe multiprofissional do CREAS. Existem casos que acompanhamos no CREAS, psicológico e pedagógico, e vem ao acompanhamento no ônibus escolar do Município, que buscamos parceria a Secretaria da Educação e sempre nos apoiando.** (P3C).*

*[...] uma estratégia que eu vi que elas fizeram **foi estender essa campanha até os assentamentos, elas relataram que depois que elas fizeram muita gente de lá veio procurar os serviços.** Não havia conhecimento que tipo de serviços que eram ofertados [...] então assim eu acho que deveria haver mais isso, nós aqui do CREAS também expandir, divulgar mais na zona rural, por que tem muita vulnerabilidade, muita situação de pobreza, de pessoas que precisam de algum dos serviços. [...] talvez se houvesse uma mobilização, uma divulgação maior seria uma estratégia para que essas famílias, essas pessoas da zona rural tivessem acesso aos serviços". (P3D).*

É a mesma forma, a van busca, é da mesma forma, e a van busca e depois leva de volta, e acontece assim, de manhã a criança que estuda a tarde e é atendido pela manhã, e quem não é atendido pela manhã é atendido a tarde. Sim, aí tem a van, por exemplo, aí tem os bairros, por um lado tem tantas crianças, aí para não perder muito tempo, eles já deixam, já fazem uma estratégia de que, já deixa aquela turma aqui logo, enquanto eu vou atendendo aquela, ele já está indo buscar a outra, assim, a gente tenta para dar tempo de eu estar atendendo o maior número de crianças, que só tem aqui de psicóloga e a demanda é grande. (P1E).

*[...] a gente tá fazendo agora, até no distrito tem aqui próximo, a gente tá fazendo. [...] **A gente começou este trabalho este ano. [...] é zona rural e nessas fábricas que tem lá, fabrica não, cerâmica, que tem uma cerâmica. [...] gente poderia está alcançando, até por que aqui não tem mais o CRAS volante, quando eu cheguei já não tinha mais, porque o CRAS volante fazia todo esse processo, aí juntamente o CREAS ia abraçando juntamente com eles a causa, até para poder divulgar mais, mas agora a gente tá fazendo esse trabalho que abrange mais eles, a zona rural.** (P1B).*

A partir da análise das falas podemos identificar diversas alternativas construídas pela equipe para garantir a atenção às crianças e suas famílias, tais como: campanhas educativas, vale transporte, articulação com o CRAS Volante, articulação com a Política de Educação para uso do ônibus escolar, visitas domiciliares, etc.

Apesar dessas ações, os/as profissionais identificam que elas não são suficientes e que são descontínuas e, dessa forma, não conseguem que a atenção às famílias frutifique-se em resultados concretos para o rompimento e superação da violência sexual.

As campanhas realizadas pelos CREAS, de acordo com os/as profissionais, vêm buscando respeitar a diversidade cultural e social da população rural (linguagem clara e acessível, valorização da cultura local e da rede de apoio informal) e assim sensibilizá-los sobre como identificar a violência sexual, onde e como denunciar e quais os serviços que o município oferece para o atendimento.

Ressalta-se que a construção de uma cultura de proteção e respeito aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes implica um longo processo de aprendizagem e desconstrução com valores historicamente arraigados na sociedade brasileira que naturalizam a violência contra crianças e adolescentes.

A atenção às crianças, adolescentes e famílias, vinculadas ao PAEFI, tem a intencionalidade de promover e fortalecer o direito à convivência familiar e comunitária, disponibilizando, por meio de um atendimento especializado subsídios para que as famílias consigam romper e superar a violência sexual no interior de suas relações.

O atendimento especializado, previsto pela PNAS (2004) e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), diz respeito ao atendimento que busque apreender a complexidade da violência na multiplicidade de expressões e determinações, com competência teórico-metodológica, postura ética, compromisso político com a promoção dos direitos da infância e adolescência e busque, no cotidiano institucional, construir respostas profissionais concretas, criativas e pro-ativas.

No entanto, o atendimento integralizado não se restringe aos processos de trabalho da equipe do CREAS, a efetividade das ações do PAEFI depende profundamente das articulações com a rede de proteção. Ou seja, edificar respostas com impactos significativos na vida da população usuária requer uma rede de serviços socioassistenciais e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que acolha não a violência, mas sim os sujeitos que a vivenciam.

A integralidade do atendimento diz respeito à subjetividade dos/as usuários/as, seus sofrimentos, anseios e medos, seu modo de vida com seus valores e crenças e, a partir disso, realizar as mediações necessárias para a

construção de uma rede de proteção prevenindo a revitimização das crianças e adolescentes.

O trabalho social, desenvolvido no CREAS tem na interdisciplinaridade a sua base de atuação, nesse sentido, “requer a adoção de estratégias que possibilitem a participação e o compartilhamento de concepções por todos os componentes da equipe” (BRASIL, 2011, p.54). A construção de práticas interdisciplinares, no atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, tem sido a tônica para as proposições de garantia aos direitos dessa população.

A interdisciplinaridade para Fazenda (2006) não é categoria, mas sim ação, que se propõe a apreender os fenômenos em sua totalidade e construir possibilidades de intervenções e não modelos prontos, estáticos e unívocos. Salienta-se que a discussão sobre a interdisciplinaridade tem sido repleta de equívocos, principalmente no que tange sua materialização no cotidiano dos processos interventivos.

Não raro, os sujeitos entendem como interdisciplinar apenas uma reunião em que se expõem as situações atendidas no espaço sócio-ocupacional, mas onde cada um/a limita-se apenas a sua área do saber sem haver um momento de interação, troca e construção coletiva de estratégias.

*É que todos nós fazemos um trabalho em conjunto, um ajuda todos não tem assim dos serviços gerais a coordenadora a gente trabalha em conjunto de **igual para igual todo mundo faz o que precisa ser feito não interessa ser é da área do fulano ou do cicrano todo mundo procura ajudar da melhor forma possível e que a equipe seja coesa e que consiga atender os casos [...].** (P2E).*

O trecho da entrevista revela uma preocupação em que Mendes, Lewgoy e Silveira (2008, p.29) refletem acerca das distorções sobre a interdisciplinaridade “a fim de preservar o uso adequado do conceito de interdisciplinaridade, faz-se necessário manter certa vigilância, tendo vista a banalização e a forma indiscriminada no uso da expressão”.

Em nenhum momento a interdisciplinaridade dispõe-se a (des) especialização das áreas do saber, mas ao contrário esta propõe, conforme Japiassú (1976), ao reconhecimento das competências e das limitações de cada área, em que os desafios encontram-se em integrar a multiplicidade de perspectivas, respeitando a autonomia técnica e ética de cada profissão.

As abordagens das profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos (as) trabalhadores (as) no âmbito da política de Assistência Social, os (as) profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica. (CFESS, 2009, p.24-25).

A materialização de práticas profissionais interdisciplinares não é algo tão simples quanto possa parecer, mas envolve, além de aspectos subjetivos (vontade), também aspectos que são objetivos da realidade institucional. Quando começamos a discussão sobre os processos interventivos no CREAS a intencionalidade era chegar-se até a interdisciplinaridade como proposta concreta de ações profissionais diante à violência sexual, para isso percorremos primeiramente o cenário no qual tais intervenções desenvolvem-se, antes de defender tal preposição.

Desse modo, fica evidente que na realidade dos CREAS tocantinenses a efetivação da interdisciplinaridade, nas práticas cotidianas, sinaliza-se como um imenso desafio a ser superado pelas equipes. Tais desafios são interpelados por diversos obstáculos, tais como: a precarização dos processos de trabalho (ausência de recursos materiais, financeiros e principalmente humanos) e falta de uma política de qualificação profissional que propicie aos/as profissionais repensar e refletir sobre suas práticas, posturas, aguçar a criatividade e criticidade na proposição de novas alternativas ao atendimento.

Parte-se do pressuposto que a interdisciplinaridade é a pedra angular para a construção de intervenções capazes de apreender que a violência sexual é um fenômeno de múltiplas faces e sua complexidade está em tentar tornar visível o que é invisibilizado no interior das relações interpessoais.

Nessa direção, afirma-se a imprescindibilidade de identificar e analisar a dimensão que a interdisciplinaridade possui nos processos interventivos para a construção de respostas que busquem resgatar e efetivar a cidadania, considerando a subjetividade dos indivíduos, restaurando vínculos e possibilitando a construção de projetos de vida sem a presença da violência é um desafio para a equipe do CREAS e toda a rede de proteção.

Diante disso, fora questionado aos/as profissionais qual era a percepção que estes/as possuíam sobre a interdisciplinaridade e como ela se materializava nos processos interventivos. As respostas foram bastante diversas, enriquecendo ainda mais as análises desta tese e possibilitando apreender que a conceito de interdisciplinaridade é algo que deve ser melhor trabalhado no interior das equipes profissionais.

Não basta dizer que a prática é interdisciplinar a sua efetividade, na realidade concreta exige o entendimento de seu conceito, seus fundamentos, o conhecimento mínimo das outras áreas, a comunicação e, essencialmente, o planejamento, execução e avaliação coletiva e participativa das respostas construídas pela equipe.

*Aqui está bem estanque, praticamente não existe aqui, essa realidade nossa aqui praticamente não existe, eu pude perceber na semana passada que nos outros CREAS ela funciona bem melhor, ela existe realmente. **Aqui conosco não existe, porque tem os profissionais, a gente trabalha, que na verdade não é conjunto porque é um depois do outro, é um depois do outro.** Existe a psicologia e a pedagogia elas trabalham junto o tempo todo, elas estão juntas, porque a criança quando vem o adolescente quando vem ele passa um período no atendimento, o atendimento dividido no meio, uma parte com a psicóloga uma parte com os educadores, e eles tem um dia que eles reúnem para fazer estudo de caso. (P2A).*

[...] é um momento também de reunião de toda equipe, a gente tem uma reunião por mês, onde a gente está sentando, discutindo, colocando ali na roda toda discussão sobre o andamento do Creas, sobre as dificuldades [...] Tem toda segunda-feira é feito o estudo de caso, onde a equipe se junta, se reúne o assistente social, o psicólogo com o educador social e o pedagogo, e aí eles estão estudando cada caso em si. Toda segunda-feira é feito o estudo de caso. (P3A).

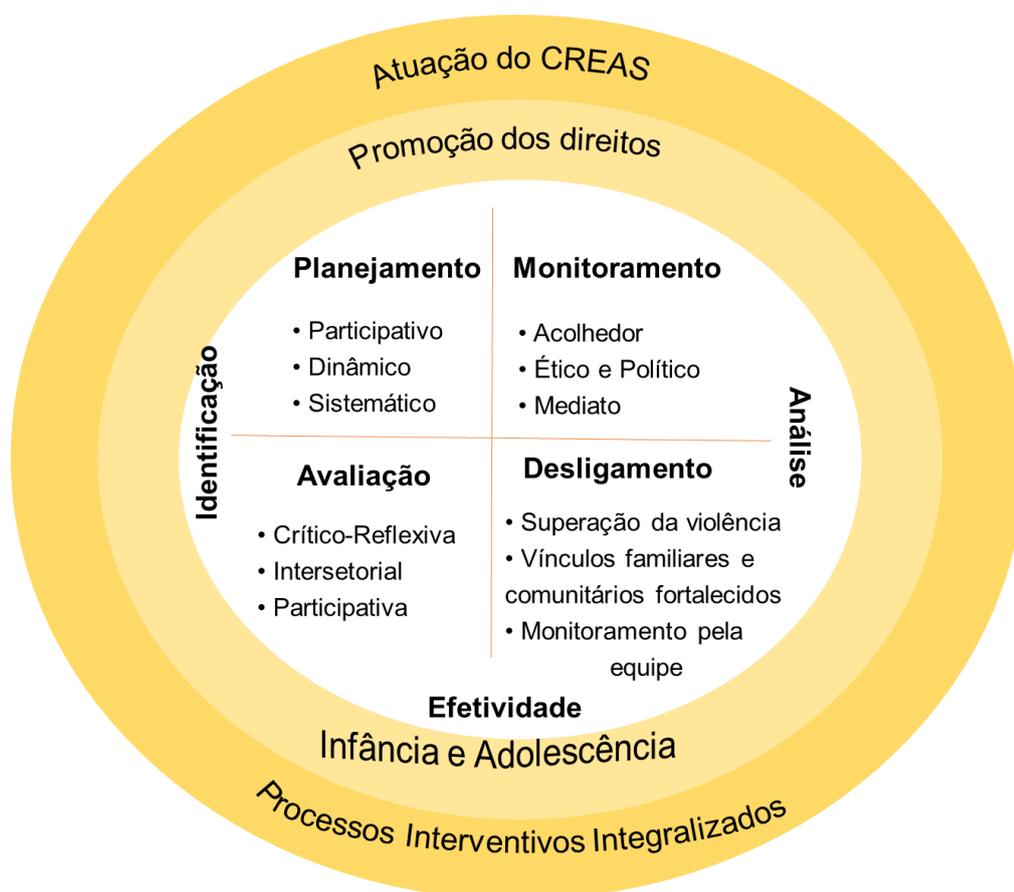
[...] é fundamental essa equipe funcionar, sabe eu acho que é uma parceria assim fundamental [...] ninguém segue sozinho cada um tem sua importância sabe tanto no estudo de um caso eu vejo tem coisas que o outro vê e que eu não vejo e, assim tem coisa que eu peço na hora de uma visita que ela não vê, então assim é de suma importância. (P1B).

As falas evidenciam que a efetivação da interdisciplinaridade, no cotidiano do CREAS, não é algo imediato, mas requer um conjunto amplo de mediações que possibilite a interlocução entre a multiplicidade de olhares e saberes sobre a violência sexual. Essa multiplicidade é o fator que enriquece os processos interventivos, pois possibilita apreender o movimento dialético do fenômeno suas contradições e totalidade, potencializando assim a capacidade da equipe técnica de criar respostas concretas diante a violência.

A interdisciplinaridade, ao ser posta e trabalhada como uma potencialidade de intervenção nas faces da violência sexual, permite apreender as crianças, adolescentes e famílias na sua integralidade, rompendo com a fragmentação e departamentalização do conhecimento e das intervenções.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade acontece não somente no processo de planejamento, mas deve assumir transversalidade em todo o caminho metodológico de atendimento às crianças e adolescentes, ou seja, a interdisciplinaridade deve estar presente no planejamento, monitoramento, avaliação e desligamento, conforme representado na figura 7.

Figura 7 – O enfrentamento à violência sexual no CREAS



Fonte: Sistematização da autora, 2015.

A figura 7 expressa a construção de processos interventivos integralizados no âmbito das ações do CREAS para a promoção dos direitos da infância e adolescência. Desse modo, comporta o planejamento, o monitoramento, a avaliação

e o desligamento como momentos articulados, nos quais não há uma sobreposição, mas sim momentos diferenciados na intervenção profissional. Além disso, a figura 7 traz a importância da participação das famílias no processo de elaboração das intervenções, concedendo-lhes não somente responsabilidades, mas protagonismo nos processos de superação da violência sexual.

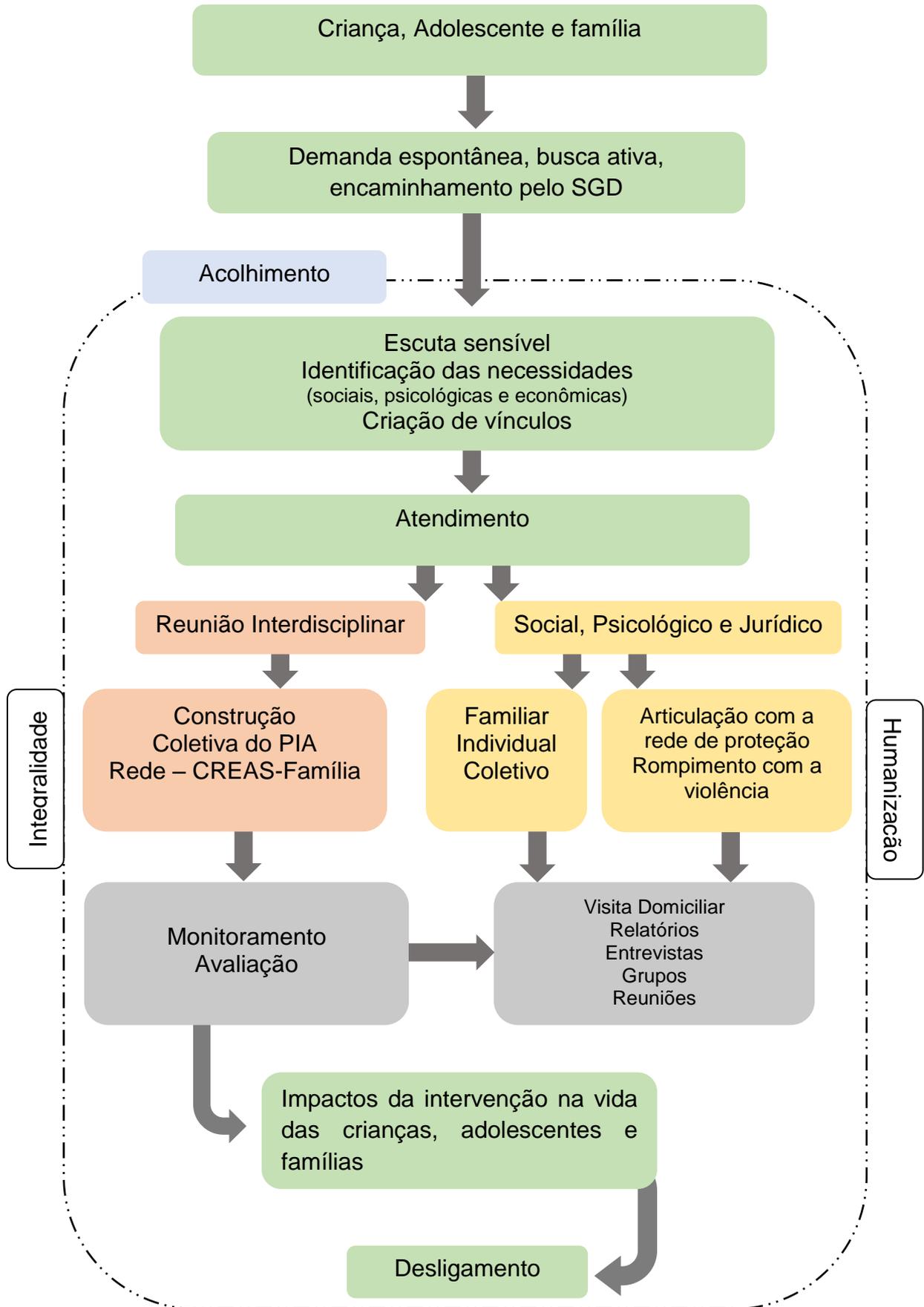
O PAEFI, de acordo com as Orientações Técnicas do CREAS (2011), possui três dimensões que orientam o trabalho social com famílias em situação de violação de direitos, são elas: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em rede. A partir dessas dimensões, as equipes são incumbidas de organizar e construir metodologias de intervenção entendidas “como opções realizadas pelos profissionais por determinadas formas de condução das ações profissionais em determinado momento tendo em vista a efetivação de determinados objetivos e finalidades” (MIOTO, 2010, p.174-175).

A construção de metodologias interventivas às situações de violência sexual requer dos/as profissionais, além da mediação teórico-prática, que os/as capacita a realizar a leitura sobre a realidade também sensibilidade e compromisso ético e político sobre essa demanda. A literatura especializada vem adotando para o atendimento às crianças e adolescentes sexualmente vitimizados conceitos e práticas sistematizadas pelas ciências da saúde, em especial, pela Saúde Coletiva de Atenção Primária, entre tais acepções temos três que se destacam: acolhimento, humanização e integralidade.

Na presente tese, defendemos que estes três conceitos, ou melhor, categorias, pois imprimem movimento à realidade, são de fundamental importância se articulados à perspectiva de atendimento da Política de Assistência Social, pois são vislumbrados como possibilidades no horizonte para a garantia da proteção integral prevista nas normativas internacionais e nacionais.

A sistematização da figura 8 traz ainda que idealmente, a importância da construção de um fluxo efetivo e acolhedor às crianças, adolescentes e famílias que encontram-se em situação de violência sexual e buscam atendimento no CREAS.

Figura 8 – Fluxo de Atendimento as crianças, adolescentes e famílias no PAEFI



Fonte: Sistematização da autora, 2015.

A figura 8 expressa o caminho dos processos interventivos no CREAS, tendo a interdisciplinaridade, intersetorialidade, planejamento e o acolhimento às premissas para a construção de respostas profissionais capazes de enfrentar a violência sexual na sua complexidade e totalidade. Nesse sentido, os processos interventivos integralizados, constituem-se como importantes estratégias para a garantia da oferta de um atendimento humanizado às famílias, possibilitando assim, impactos verdadeiros e duradouros, a fim de promover a superação da violência no interior das relações familiares.

O acolhimento, ou o ato de acolher, é gestado a partir das diretrizes do campo da Saúde Coletiva e diz respeito a uma dimensão da prática interventiva das equipes que, para Silva Junior et al. (2006), pressupõe uma forma de humanizar as relações entre usuários/as e profissionais. O acolhimento no PAEFI não se resigna a um processo inicial de chegada das crianças, adolescentes e famílias, mas pressupõe a construção de vínculos entre usuários/as e profissionais, a escuta qualificada de proteção e não de inquirição para a responsabilização dos/as autores/as e o rompimento com posturas policiaiscas.

O acolhimento amplia as possibilidades de construir intervenções democráticas, envolvendo de forma participativa o/a usuário/a na metodologia escolhida e na caminhada em busca do restabelecimento da sua cidadania e autonomia. Para Florentino (2014, p.63), acolher a criança e sua família significa “dar a ela o tempo necessário para refletir, elaborar e compartilhar suas experiências dolorosas”.

No momento do atendimento, pois entende-se que o acolhimento deverá acontecer durante toda a intervenção, os/as profissionais devem estar preparados/as técnica e emocionalmente para acolherem de forma ética os relatos das crianças e adolescentes, evitando percepções valorativas ainda que tais situações despertem perplexidade, inquietação e raiva é fundamental ultrapassar tais acepções que não contribuem para a superação da violência, mas reforça estigmas e estereótipos.

No que se refere ao acolhimento, os/as profissionais relataram o seguinte:

[...] esse acolhimento, geralmente sou eu e a assistente social, a parte dela é saber o social, número de irmãos, se mora em casa própria, quem mora nessa casa, como é o poder econômico dessa família e, quanto a mim a questão da psicologia, eu vou acolher e vou trabalhar essa violência, no

*meu trabalho geralmente eu não faço o trabalho com a violência em si, porque eu acho que já é uma terceira agressão. **Eu não vou revitimizar essa criança ou esse adolescente que veio aqui [...]** então assim eu trabalho a partir dali eu vou trabalhar a dor dele, as consequências daquilo que ficou e é assim que a gente trabalha [...]. (P2B).*

*[...] normalmente eu converso com a família, **às vezes quando a gente liga pra pessoa vir, ela pergunta se precisa trazer a criança ou adolescente naquele momento ali, aí muitas vezes dependendo do caso eu falo que não precisa, [...]** então assim, enquanto eu converso com a mãe, muitas vezes **a criança fica com o pessoal da pedagogia, os educadores sociais, que vão fazer jogos, tem um momento de intervenção com elas [...]** Depois disso, eu faço o relatório e passo pra psicologia, aí a psicologia que vai de acordo com o horário dela, que vai agendar com eles, que liga agendando o atendimento deles. (P2A).*

A partir dos trechos das entrevistas percebe-se que o acolhimento é uma prática em construção, ou seja, ainda não se encontra completamente efetivada nos CREAS, contudo, os/as profissionais consideram ser de suma importância a sua materialização para a promoção do atendimento humanizado. A postura acolhedora, definida nas Orientações Técnicas do CREAS (2011), pressupõe o respeito à dignidade e não discriminação, devendo estar presente em todo o trabalho social do CREAS.

A postura de acolher deve perpassar todos/as membros da equipe mesmo os que não se encontram diretamente nos processos interventivos (profissionais da recepção, segurança, limpeza, etc.). A fala do/a profissional revela a importância da capacitação dos/as educadores/as sociais, como estratégia para garantir um espaço acolhedor aos/as usuários/as.

[...] os educadores sociais na minha opinião deveriam ter uma formação melhor para educadores, porque existe toda uma ética de sigilo! É igual eu te falo, no CREAS não tem como ser tudo fechado, aquela psicologia clínica mesmo, não tem como, é um trabalho em equipe mesmo, é interdisciplinar mesmo, então acaba que os educadores têm que passar para eles entenderem que trabalhar com a criança no individual, porque cada caso é um caso, o que está acontecendo com essa criança não é a mesma coisa que acontece com a outra, eles passam muito tempo aqui com os educadores. Então assim, não entrando em detalhes daquele caso, até mesmo pela ética profissional, não tem como não passar nada para aqueles educadores, às vezes eles até participam também das reuniões, vai fazendo, porque eles trabalham diretamente com a criança. (P1E).

Essa fala reverbera que o acolhimento compreende a construção de um ambiente receptivo, respeitoso e ético por parte de toda a equipe, uma vez que as crianças, adolescentes e famílias, chegam fragilizadas e necessitam encontrar, no

CREAS e em sua equipe, um espaço de relações solidárias, de aproximação e de vínculos de confiança, afim de começar a construção de novas possibilidades de interação familiar e comunitária.

O acolhimento, o ato de acolher ou a postura acolhedora deve ser uma premissa a percorrer todo o atendimento, ou seja, desde a chegada da família até sua avaliação para o desligamento. Por isso, a construção de metodologias para Miotto (2010) não é algo estático, mas sim processual, ainda que cada situação apresente-se de forma singular no cotidiano do CREAS, cabe aos/as profissionais rever as metodologias e construí-las a partir de um processo de planejamento interdisciplinar acerca da intencionalidade e finalidade das ações profissionais.

Nesse sentido, o planejamento que significa desenhar, projetar, delinear a própria ação, para Lewgoy e Silveira (2007, p.236), diz respeito a possibilidade de direcionar de forma orgânica e intencional a partir da explicitação dos fundamentos a transformação da realidade, em debater as situações de violência sexual. Por isso, as autoras são contundentes ao afirmar a importância do planejamento na ação, sendo este sustentado “pelos eixos teórico, técnico e ético-político” e, portanto, o planejamento é uma mediação teórico-metodológica.

Os/as profissionais trazem em suas falas a importância do processo de planejamento para a edificação de respostas com impactos mais significativos na ruptura do ciclo da violência, contudo, revelam, a existência de um hiato entre a intencionalidade e sua materialidade na realidade concreta das intervenções.

*[...] às vezes não tem aquele momento de reunião, mas acontece casos que a gente fala assim o que vamos fazer em relação a esse caso, **não tem um planejamento**, mas quando está acontecendo um caso difícil a gente busca conversa. (P1D).*

*A gente não teve esse tempo ainda, a colega falou que ela já fez algumas reuniões para expor os casos para gente trabalhar, **planejar coletivamente, mas particularmente eu ainda não tive tempo.** (P3D).*

As falas expressam que não basta unicamente a vontade dos/as profissionais, mas também condições objetivas para o planejamento acontecer. Novamente, aparece enquanto uma categoria emergente a precarização do trabalho, que impossibilita que as intervenções sejam mediadas, refletidas e planejadas, corroborando assim para práticas imediatistas, fragmentadas e superficiais.

Não há como construir uma ação sem aliar a intervenção à investigação, pois ambas são dimensões que se relacionam dialeticamente e que transbordam de possibilidades uma apreensão aprofundada da realidade social, das suas contradições e as mediações que se estabelecem e contribuem para os processos interventivos.

Nesse sentido, torna-se impossível propor intervenções sem conhecer as faces que esse fenômeno assume na vida das famílias, ou ainda, garantir um atendimento especializado, pressuposto na PNAS, se os/as profissionais encontram-se espoliados/as das condições mínimas para poderem desenvolver um trabalho de qualidade em uma perspectiva de totalidade e, esse processo possui reflexos no atendimento prestado às famílias.

[...] é como eu já tinha te falado, ela veio aqui na minha casa e depois não voltou mais, sei que a minha menina precisa de atendimento, pelo acontecido, ela anda bem diferente depois daquilo, mas acho que o pessoal do CREAS tinha que me dizer o que pretendem fazer, porque eu também tô precisando, tô mal com tudo isso. (FAMÍLIA A).

O trecho da entrevista revela como a precarização do trabalho incide na atenção prestada às famílias. Fica evidenciado a descontinuidade do atendimento e a ausência de um planejamento, ocasionando assim, em ações irrefletidas e sem intencionalidade. As entrevistas com as famílias, diga-se com as mães das crianças e adolescentes atendidos pelo CREAS, foram extremamente raras, contudo, conseguiu-se somente entrevistar duas famílias.

Entre essas, duas famílias percebeu-se uma grande assimetria nas respostas, sendo que somente uma delas conseguiu identificar algumas limitações no trabalho do CREAS. Ressalva-se que a prática da pesquisa não é uma realidade próxima a esses sujeitos, por isso as respostas, na sua grande maioria, foram extremamente curtas, sendo que um número significativo de questões as famílias não conseguiram responder, por total desconhecimento do trabalho do CREAS.

Por meio da visita *in loco* e das entrevistas realizadas, não existe, nos CREAS pesquisados um protocolo de atendimento às famílias, em que se pode evidenciar metodologias de intervenção desconexas as propostas da Tipificação dos Serviços Sociais e das Orientações Técnicas dos CREAS.

Em duas instituições, não existe nenhum trabalho social com as famílias, o foco de atendimento é somente as crianças e adolescentes e, em outros CREAS, as

famílias recebem somente atendimento individualizado, não possibilitando, assim, momentos de interação e de troca de vivências com outras famílias que se encontram em situação de violência sexual.

Ressalta-se que cabe ao CREAS reconhecer as singularidades de cada família e definir a metodologia de trabalho social. A autonomia das equipes profissionais possibilita que a construção das metodologias de intervenção seja mais dinâmica e envolva a família durante todo o processo. Nessa perspectiva, o trabalho com as famílias não deve abranger somente a violência sexual, mesmo considerando sua centralidade, mas também estender a outros aspectos que engendram seu acometimento e superação: relações de gênero, geracionais, trabalho e geração de renda, cidadania, subjetividade social⁶⁹, etc. A construção de uma metodologia a partir de uma perspectiva:

[...] que se diria crítica em relação ao trabalho com as famílias, é preciso basicamente toma-las como um espaço a ser cuidado, sujeito de direitos, e não um objeto, um instrumento para diminuir conflitos resultantes das carências não-atendidas. Isso significa reconhecer que as transformações societárias levaram a construção, hoje, de uma família fragilizada e vulnerável, com menos capacidade de enfrentar as situações cotidianas. (MIOTO, 2004, p.16).

Cabe ao CREAS realizar uma escuta protetiva e apreender as relações familiares na sua totalidade e a partir disso traçar os objetivos e metas do Plano Individual de Atendimento (PIA). A construção do PIA deve contar não somente com a participação dos/as responsáveis, mas também da própria criança e adolescente, entendendo que a construção coletiva possibilitará que ambos os sujeitos tenham protagonismo e atuação ativa na discussão e estabelecimento dos objetivos e metas a serem alcançados.

O Plano pressupõe uma metodologia participativa que envolva a família, pactuando responsabilidades e compromissos, metas e objetivos. Em suma, deve ser construído gradualmente *com e pela* família. Visa contribuir para o aprimoramento do trabalho social no acompanhamento às famílias, orientando o trabalho dos técnicos na formulação de planos de intervenção e na proposição de monitoramento e avaliação contínuos. (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013, p.06-07).

⁶⁹ Para Kahhale (2004, p.100) “a introdução da categoria subjetividade social é uma forma de superar a dicotomia indivíduo e sociedade, além de romper com a visão de que a subjetividade seria um fenômeno apenas individual. É a oportunidade de entendê-la como um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e no individual”.

A elaboração do PIA propicia à equipe técnica, à criança e sua família construir coletivamente os objetivos que permearam os atendimentos bem como observar de que forma eles acontecerão: individual, grupal e/ou familiar. A definição da intervenção pela modalidade, segundo Romeu, Elias & Silva (2014, p.174) “dependerá do atendimento realizado pelos profissionais do Creas, respeitando a dinâmica da criança, do adolescente e da família”.

Como já fora apresentado anteriormente, os CREAS pesquisados possuem muita dificuldade em promover momentos e espaços para o planejamento das ações e conseqüentemente do PIA.

Salienta-se que a elaboração do PIA, além de dar intencionalidade às ações, caracteriza-se como um momento importante para o fortalecimento da interdisciplinaridade em que há a possibilidade de planejar, questionar e refletir sobre a intervenção que está sendo construída. Nesse sentido, é possível que a:

Interdisciplinaridade é condição também da prática social. Como efeito toda a ação social atravessada pela análise científica e pela reflexão filosófica é uma práxis e, portanto, coloca tanto as exigências da eficácia do agir quanto as de elucidação do pensar. (SEVERINO, 1995, p.173).

A interdisciplinaridade, no atendimento, promove um caminho metodológico que abrange um amplo campo de mediações a partir da multiplicidade de olhares, identificando e percebendo as famílias nas suas singularidades, mas também na totalidade engendrada na violência sexual. Os/as profissionais, em seus relatos, apontaram algumas estratégias do seu cotidiano institucional a fim de garantir, ainda que minimamente, processos interventivos interdisciplinares.

A gente procura fazer aqui o estudo de caso toda segunda-feira e uma reunião interdisciplinar, onde conta com a psicóloga, a pedagoga e 2 educadoras sociais. As educadoras sociais do CREAS têm a seguinte função: enquanto eu estou aqui com a vítima, com a criança, ela tá lá com o genitor, com o responsável, nem sempre são os pais, então elas acompanham esse atendimento nosso [...] porque quem chega no CREAS, já chega com um problemão, ninguém chega aqui por nada, pra pessoa ficar sentada lá fora esperando sozinha. Então existe esse acompanhamento com a família, então a criança veio com os responsáveis, pai, mãe, tio, tia, avô, avó, seja quem for, então assim o atendimento é individual, enquanto eu tô com a vítima as educadoras sociais acompanham a família e vice versa. Então o que acontece, a gente faz o planejamento semanal que a gente chama de estudo de caso onde a gente se reúne na segunda pela manhã e conversa sobre cada caso individualmente e planeja o que vamos fazer durante a semana com aquela família. (P1A).

[...] nós aqui no Creas, estamos um pouco em falha porque a gente tem que reunir e parar, e às vezes o tempo e a demanda é muito grande, ontem mesmo eu tive um caso, foram três idosos de uma vez, foi caso mesmo de polícia, veio com polícia, [...] veio aqui chorando aquela, agonia. Às vezes a gente marca naquela semana. A gente faz assim, reúne a equipe toda senta e vai discutir aquele caso, aqueles casos. Seria pra ser uma vez na semana, nós não temos conseguido fazer assim, não temos conseguido, mas nosso planejamento é que seja feito uma vez na semana, nós temos um questionário e tudo, aí a gente vai respondendo e planejando como que vai ser a ação com aquela família. (P2D).

Os trechos evidenciam a busca dos/as profissionais em materializar a interdisciplinaridade no cotidiano de intervenção. O atendimento às famílias, no CREAS, deve constituir-se como um conjunto de ações, não somente no âmbito do PAEFI, mas envolvendo os demais serviços da rede de proteção, visando assim o planejamento de ações pactuadas entre os/as profissionais do CREAS e da rede de proteção, criança/adolescente e famílias, com a intencionalidade de promover processos interventivos integralizados desde o planejamento, perpassando pelo monitoramento, avaliação até o desligamento das famílias.

A avaliação para o desligamento das crianças e famílias atendidas pelo PAEFI marca a complexidade envolta no atendimento a essa expressão da violência e a imensa fratura existente entre as orientações da Política de Assistência Social e a realidade vivenciada no cotidiano profissional. Retomando a fala dos sujeitos é possível apreender que:

[...] a orientação que política tem é que o desligamento ele aconteça depois de superada à situação, só que a gente dentro do cotidiano, uma situação de violência, que foi se instaurando no histórico da família, não é tão fácil fazer esse movimento e essa superação é um dos grandes dilemas do CREAS. Quem não trabalha com isso não tem noção de coisas que existem aqui, são casos assim absurdos que quem escuta, que lê uma pasta fica abismado com o que vê aqui. [...] Tem situação onde as famílias não tem noção do que é uma família, aquilo não é família então quando a gente vê que tem necessidade o caso fica mais tempo eu não delimito tempo para atendimento não, porque o que vai adiantar eu ficar desligando ela vai ficar a mesma coisa. (P1A).

[...] é uma recomendação que seja desligada aquela família com três meses, é um atendimento com três meses e se desliga. Só que aqui parece uma bola de neve sabe, as coisas vão acontecendo, não dar para desligar uma família nem com três nem com seis. Temos família aqui que tem mais de ano, tem família que quando eu cheguei, porque sempre acontece, tem alguma coisa, até dentro da família mesmo, hoje é com aquela pessoa amanhã é com outra, ou com parente mais próximo. É como se fosse uma rede em cadeia mesmo, eu acho e incrível, como um caso se relaciona com outro, então tem essa dificuldade de fazer esse desligamento por causa disso. (P2D).

A fala do/a profissional possibilita um movimento reflexivo para apreendermos que as intervenções às situações de violência sexual devem reconhecer sua totalidade, suas raízes e sua relação ontológica com as desigualdades de gênero, geração e de poder, servindo como luminárias para a construção de novas estratégias, direcionadas à garantia da proteção integral, tão propalada, mas ainda uma realidade distante a muitas crianças e adolescentes brasileiros.

Além disso, é possível identificar a preocupação dos/as profissionais em desligarem as famílias do serviço, afirmando haver um tempo máximo de permanência destas no CREAS, que seria de três meses. Contudo, a PNAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais não deixam explicitados o tempo de permanência das famílias, apenas que estes atendimentos deverão perdurar até o rompimento e superação da violência.

Cumprida as metas e os objetivos do plano de atendimento, os profissionais já podem ir planejando o desligamento da família do serviço. Não é estabelecido um tempo para o encerramento do atendimento. Este é definido durante o processo. Os usuários devem ser informados de que eles podem retornar a qualquer momento, caso necessitem. (ROMEU; ELIAS; SILVA, 2014, p.176).

Entre alguns dos anseios da equipe profissional, está o processo de superação da violência sexual, evidenciada na fala do/a entrevistado/a P1A “*não é tão fácil fazer esse movimento e essa superação é um dos grandes dilemas do CREAS*”. Nessa direção, os/as profissionais revelaram muitos desafios que obstaculizam a superação dessa violência no interior das relações familiares, entre os quais se destaca: *a ausência de serviços na rede de proteção, a morosidade para que as famílias ingressem nos atendimentos da rede, a presença de valores conservadores que reverberam para a naturalização da violência sexual e, conseqüentemente, para síndrome do silêncio, a ausência de serviços de atendimento psicossocial para os/as autores/as de violência sexual no Estado do Tocantins*.

A análise dos prontuários revelou que não há um planejamento sistemático envolvendo toda a equipe para o processo de desligamento das famílias, tampouco, conseguiu-se identificar quais são os principais encaminhamentos realizados para a rede de proteção no momento do desligamento.

Mesmo buscando-se não generalizar tal situação, a ausência de informações sobre a metodologia do trabalho social com as famílias e os desligamentos (motivos, quantitativos mensais/trimestrais e encaminhamentos) é uma realidade a ser refletida nos processos interventivos, pois a falta de dados sobre os atendimentos impossibilita uma apreensão mais aprofundada das faces da violência sexual na família.

Desse modo, reafirma-se a importância de manter atualizados os registros dos prontuários com informações sobre as “ações realizadas, situações atendidas, instrumentos, métodos e procedimentos adotados, encaminhamentos realizados e resultados atingidos” (BRASIL, 2011, p.68). Salienta-se que todos os CREAS visitados apresentaram um armário com chave que possibilita resguardar a privacidade, o sigilo e a inviolabilidade dos registros. Contudo, houve relatos que a guarda desses registros tem sido uma conquista dos/as profissionais, uma vez que já houve situações nos quais os prontuários foram retirados⁷⁰ do CREAS sem o conhecimento e autorização dos/as profissionais, impossibilitando assim, que a equipe técnica possuísse um conhecimento mais aprofundado da situação das famílias.

Além disso, nas entrevistas, identificou-se que o momento do desligamento das famílias encontra-se em construção, não havendo uma metodologia participativa para a tomada dessa decisão. Ressalta-se que o desligamento não é um ato isolado de apenas um/a profissional, mas prevê uma dinamicidade e participação de outros sujeitos tais como: os/as profissionais do PAEFI, profissionais de outros serviços das políticas sociais, do SGD e principalmente das famílias.

O desligamento é um momento posterior à avaliação⁷¹ que deve acontecer de forma crítico-reflexiva, ou seja, proporcionar aos sujeitos envolvidos repensarem sua trajetória no atendimento (dificuldades e avanços), o alcance das metas e objetivos dispostos no PIA, avaliando, essencialmente, o fortalecimento dos laços familiares e a construção de um ambiente familiar acolhedor e protetivo às crianças e adolescentes.

Por isso, reafirma-se a importância de que estejam presentes no processo avaliativo não somente os/as profissionais do CREAS e a família, mas também os

⁷⁰ Alguns/algumas profissionais relataram que este procedimento fora bastante comum durante a troca de gestões municipais, contudo, afirmam que está prática fora não acontece mais nos dias atuais.

⁷¹ Vide figura 7.

demais sujeitos constituintes da rede de proteção que também prestaram atendimento.

O desligamento não é um salvo-conduto dado ao CREAS a família, mas requer durante algum tempo, principalmente, nos primeiros meses o monitoramento dessa família, a fim de que a mesma não se sinta sozinha. De acordo com os relatos dos/as entrevistados/as, não raro, essas famílias voltam a se reintegrar aos serviços do CREAS alguns meses depois, devido ao acometimento de alguma expressão da violência no ambiente familiar.

Por isso o processo de avaliação-desligamento requer um olhar atencioso e interdisciplinar dos/as profissionais devido a sua complexidade. O rompimento e superação da violência sexual não é algo imediato, ao contrário, exige múltiplas mediações que possibilitem a destruição de uma cultura familiar permeada por práticas abusivas. Desse modo, é preciso considerar as singularidades de cada família e construir processos interventivos que não visem à culpabilização, mas sim a proteção e o resgate da função protetiva, pois somente com o fortalecimento da família é que será possível romper com a violência sexual no seu interior.

Refletir sobre os processos interventivos é uma possibilidade de romper com respostas revitimizantes e que não encontram eco na vida dos/as usuários/as que buscam, no CREAS, resultados concretos que subsidiem a superação da violência e possibilidades para um novo projeto de vida, livre das obscuridades envoltas no abuso e na exploração sexual comercial.

A discussão sobre as ações interventivas a partir de uma abordagem reflexiva sobre os padrões hegemônicos de resposta do Estado diante à violência sexual, proporciona aos/as profissionais repensarem suas intervenções, permeando centralidade à interdisciplinaridade como prática estratégica de ampliação e articulação dos diversos saberes sem que isso acarrete na diluição das particularidades de cada profissão.

Somente a atuação do CREAS não é suficiente para superar a violência sexual, outros mecanismos e serviços que constituem a rede de proteção deverão comprometer-se ética e politicamente com o enfrentamento a esse fenômeno. A conjuntura contemporânea desafia-nos a reinventarmos nossas práticas profissionais diante da barbárie e da desumanização do próprio ser humano.

A atual quadra histórica nos exige reflexão, mas também ousar, criar mediações que transcendam o praticismo e o imediatismo de intervenções

burocráticas e mecânicas. Nossa busca consiste na garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes e, portanto, é momento de acolher, humanizar e lutar.

5.3 A ATUAÇÃO DO CREAS PARA O FORTALECIMENTO DA INTERSETORIALIDADE: Diálogos entre as Políticas Sociais do SGD no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

O percurso teórico-metodológico de análise da atuação dos CREAS tocantinenses, às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, vem revelando um cenário de diversos desafios e obstáculos que precisam ser ultrapassados para a promoção da integralidade do atendimento. As falas dos sujeitos entrevistados evidenciam a existência de um longo e árduo caminho para a efetivação dos direitos humanos dessa população. Ações incipientes, imediatas e emergenciais têm sido a tônica da atenção prestada pelo PAEFI às vitimizações sexuais envolvendo crianças e adolescentes.

Em uma análise superficial e valorativa buscam-se somente os/as responsáveis pela inefetividade das ações, no entanto, em uma análise mais profunda e crítica da realidade, percebe-se que são diversos os obstáculos a serem superados, que envolvem aspectos que transcendem os processos interventivos dos/as profissionais do PAEFI.

As condições estruturais, econômicas e políticas são luminárias para se refletir sobre o enfrentamento à violência sexual no âmbito da Política de Assistência Social e, principalmente, dos seus rebatimentos nas relações e condições de trabalho dos/as profissionais do CREAS.

Tal relação é dialética: precarização das políticas sociais - exercício profissional - atendimento aos/as usuários/as e tem-se conformado como um desafio constante a ser enfrentado e a partir disso apontar para a construção de caminhos metodológicos que possibilitem a integralidade no atendimento às situações de violência sexual infanto-juvenil. A integração das políticas sociais do Sistema de Garantia de Direitos depende da elaboração de metodologias (fluxos e protocolos) capazes de fortalecer a articulação entre os serviços e possibilitar a efetivação de uma Política de Proteção aos direitos humanos das crianças e adolescentes, essencialmente, no âmbito dos municípios.

A consolidação dessa Política Municipal de Proteção requer não somente a disponibilidade de serviços, ainda que isso seja fundamental, mas também a garantia da qualidade de tais ações. O atendimento especializado numa perspectiva de integralidade, que apreenda os sujeitos na sua totalidade, requer a constituição de uma rede de atenção capaz de acolher, escutar e proteger, prevenindo revitimizações.

Faleiros et al. (2001, p.14), ao pesquisar o movimento da rede de proteção à criança e adolescente sexualmente vitimizados, identificou que dentro deste organismo existem fluxos que apreendem a questão operacional de cada instituição que compõe a rede, dividindo-os em três eixos que são:

Fluxo de defesa de direitos: É composto pelos Conselhos Tutelares, Varas da Infância e da Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública e Centros de Defesa. Suas funções são: defender e garantir os direitos de todos os implicados na situação de abuso sexual ⁷²notificada, protegendo-os de violações a seus direitos. Para tal tem poder de, com força da lei, determinar ações de atendimento e responsabilização.

Fluxo de atendimento: É composto pelas instituições executoras de políticas sociais (de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, profissionalização) e de serviços e programas de proteção especial bem como ONGs que atuam nestas áreas. Suas funções são: dar acesso a direitos e políticas sociais e de proteção, prestar serviços, cuidar e proteger. Deve dar cumprimento a determinações oriundas do fluxo de defesa de direitos e dos fluxos de responsabilização, bem como prestar-lhes informações.

Fluxo de responsabilização: É composto pelas Delegacias de Polícia, Delegacias Especializadas (de proteção a criança e ao adolescente e da mulher), Instituto Médico Legal, Varas Criminais, Varas de Crimes contra a Criança e Adolescente, Delegacia da Criança e Adolescente, Vara da Infância e Juventude (quando o abusador é menor de idade) e Ministério Público. Suas funções são: responsabilizar judicialmente os autores de violação de direitos, proteger a sociedade, fazer valer a lei. Pode determinar como pena o atendimento ao réu. (Grifos nossos).

A integralidade do atendimento, defendida nesta tese, requer a efetividade destes três eixos: Defesa de Direitos, Atendimento e Responsabilização, mas também do eixo **Controle Social** não referido pelo autor supracitado. A presença do Controle Social, na rede de proteção, possibilita a participação da sociedade na fiscalização e controle das ações de promoção e defesa dos direitos. São nos espaços dos Conselhos de Direitos e Setoriais, Conferências, Comitês de

⁷² Nas sistematizações apresentadas por Faleiros (2001) é importante uma visão mais ampla, não restringindo a rede de proteção somente às situações de abuso sexual, mas a estendendo aos casos de exploração sexual.

Enfrentamento à Violência Sexual, bem como nas articulações representativas como os Fóruns, que se adensa a luta pela democratização das práticas sociais, universalizando informações e efetivando as premissas instituídas pelas legislações sociais, principalmente as dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Nossa análise segue para o **eixo de atendimento**, mas considerando sua intrínseca conexão com os demais eixos. Entende-se que a interdisciplinaridade, entre as equipes técnica e a intersetorialidade entre as políticas sociais responsáveis pela execução dos serviços e programas de proteção especial, conformam uma díade que possibilita um atendimento não revitimizante na esteira da proteção integral dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Por isso:

A intersetorialidade vinculada primordialmente à interdisciplinaridade, a fim de efetivar a integralidade, tem sua base os fundamentos de um projeto de sociedade justa e igualitária, na medida em que prioriza as pessoas, as comunidades e suas necessidades e não as necessidades do mercado. (BELLINI et al., 2014, p.21-22).

Está explícita nessa assertiva que interdisciplinaridade e intersetorialidade são fundamentos para o atendimento integral dos sujeitos, atuam como potencialidades para a construção de uma rede de proteção democrática e integrada. Dessa forma, a articulação e materialização da interdisciplinaridade e da intersetorialidade contribuem para a transformação de práticas de viés tecnicistas em processos interventivos mediatos e humanizados, possibilitando às crianças e adolescentes o direito de serem protegidos. Nos relatos analisados, os/as profissionais concebem a importância dessa díade (interdisciplinaridade e intersetorialidade) nos processos interventivos, salientando sua imprescindibilidade diante à dimensão e complexidade da violência sexual.

Por seu fenômeno de múltiplas faces e recoberto por mitos e tabus, o enfrentamento à violência sexual para os/as profissionais entrevistados/as requer um trabalho articulado em que os sujeitos sociais ampliem os espaços para a discussão, reconhecendo as limitações de cada instituição, mas, principalmente, estabelecendo uma relação dialógica para identificar as possibilidades, organizando, desse modo, respostas efetivas no âmbito da atenção às crianças e adolescentes.

A materialização da integralidade do atendimento para os/as entrevistados/as requer um movimento mais amplo que abranja também os/as gestores/as da Política

de Assistência Social, desconstruindo com concepções arcaicas que ainda sondam a operacionalização da assistência social no Tocantins.

Diante disso, os/as profissionais percebem que a construção de uma rede de proteção deve balizar a mudança da cultura política tocantinense em que *“as famílias devem assumir a centralidade que a PNAS propõe, temos que chamar elas mais para perto do CREAS, sabe, envolver mesmo nos atendimentos, romper com a violência no seu interior”* (P3D). Os/as profissionais expõem a importância de transformar a persistente e atual cultura política do clientelismo em uma cultura política dos direitos e da cidadania, referendando uma maior visibilidade das ações do CREAS para a população.

Ao enfatizarem que os primeiros passos para a construção de uma política de proteção iniciam-se com o conhecimento e respeito do trabalho social do CREAS, pelas demais políticas sociais e instituições que compõem o SGD, os/as entrevistados/as reafirmam que a consolidação de uma atuação em rede para o enfrentamento à violência requer vontade coletiva que supere práticas subjetivistas e solidifique o compromisso ético e político com a transformação das condições opressoras e violadoras dos direitos das crianças e adolescentes.

Trabalhar em rede, buscando materializar a interdisciplinaridade e a intersetorialidade como premissas do trabalho social de enfrentamento à violência sexual exige *“reconhecer que todos os indivíduos e organizações são dotados de recursos, de capacidades, de possibilidades e que, também, são possuidoras de fragilidades, de carências e limitações”* (MOTTI; SANTOS, 2010, p.109).

Mas, afinal por que trabalhar em rede para enfrentar as vitimizações sexuais contra crianças e adolescentes? São múltiplas as respostas que elucidam a importância dessa forma de gestão e execução de ações, essencialmente, no que diz respeito à **prevenção da revitimização** das crianças, adolescentes e famílias. Trabalhar em rede possibilita aos sujeitos sociais ampliar o olhar sobre as situações de violência sexual, criar fluxos de atenção que tenham um alcance mais efetivo às famílias. Ou seja, a atuação em rede oferece uma organização sócio-institucional com maior dinamismo, mobilização e legitimidade rompendo com a burocratização das práticas institucionais.

As ações são elaboradas, executadas e avaliadas de forma conjunta e articulada e não isoladamente, evitando-se assim ações fragmentadas com pouca repercussão na vida das famílias. O trabalho em rede para a proteção dos direitos

das crianças e adolescentes está previsto no artigo 86 do ECA que estabelece um “[...] conjunto articulado de ações governamentais, não-governamentais, da União, dos Estados e dos Municípios”.

A rede de proteção é composta por agentes governamentais e não-governamentais e sua organização deve primar para potencializar o controle social por meio dos Conselhos, Conferências, Comitês e Fóruns, fomentando a participação da sociedade civil e da comunidade local. A importância dessa forma de trabalho social consiste na sua constante busca pela não revitimização, prevenindo estigmas e traumas que contribuem para a perpetuação do ciclo da violência.

Para Motti & Santos (2010, p.110), as redes organizam-se a partir de múltiplos níveis de operacionalização, atuando nas seguintes áreas:

Notificação: procedimento básico para a identificação do tipo de violência. Possibilita o planejamento das políticas de ação e intervenção.

Diagnóstico: caracteriza a natureza da violência, verificando a gravidade e o risco de quem está submetido a essa situação. Norteia as medidas mais adequadas de intervenção nos planos social, jurídico, psicológico e/ou médico.

Intervenção: deve ser planejada, tomando-se as medidas cabíveis de acordo com a gravidade de cada caso. Áreas de intervenção: saúde (física e mental), social e jurídica.

Formação: é muito importante para o aumento da qualidade do atendimento. A formação contínua pode ser feita por meio de cursos, seminários, supervisões, etc.

Pesquisa: é importante para construir estatísticas e teorias confiáveis, que vão subsidiar o planejamento das ações de intervenção (políticas públicas).

Prevenção: é a estratégia privilegiada para combater a (re) produção da violência contra crianças, adolescentes e mulheres. (grifos dos autores).

A pesquisa, que não raro assume lugar secundário na rede de proteção, é trazida pelos autores como um elemento importante para construção não somente de estatísticas, mas também para subsidiar o planejamento das ações interventivas. No Tocantins, é notória a ausência de pesquisas que visem desvendar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e isso se reflete na dificuldade de acesso a dados estatísticos que quantifiquem a situação da violência sexual no Estado e também pela incompletude de informações nos prontuários do CREAS, impossibilitando o desenho das situações atendidas pelo equipamento.

Ressalta-se que a produção de conhecimento deve assumir centralidade na rede de proteção uma vez que será por meio do desenvolvimento de pesquisas e

estudos que o fenômeno poderá ser desvendado e assim construir ações que realmente considerem as particularidades locais.

Salienta-se que no eixo *análise de situação*, disposto no PNVS (2000), encontra-se a capacitação dos profissionais, a institucionalização de um fluxo de informações, bem como o diagnóstico qualitativo e quantitativo da violência sexual em suas diversas manifestações. O conhecimento da realidade que envolve as situações de violência sexual deve ser constante, uma vez que a realidade encontra-se sempre em movimento e os fenômenos em transformação.

A articulação entre o município e as universidades, para o desenvolvimento de pesquisas e produção do conhecimento, é uma estratégia de suma importância, para qualificar as ações das políticas públicas, apropriando-se da multiplicidade de fatores que circundam a questão.

Os cinco níveis defendidos pelos autores somente possuem materialidade se articulados organicamente buscando, no cotidiano das intervenções, consubstanciar um trabalho integralizado apreendendo os meandros envoltos para a produção e reprodução da violência sexual nas diversas dimensões da vida social.

Nas falas dos/as entrevistados/as evidencia-se que somente o CREAS não consegue abranger a totalidade do fenômeno, necessitando assim da formação de parcerias e articulações institucionais para o rompimento da violência sexual e construção de uma cultura participativa tanto do Estado quanto da sociedade para o enfrentamento do fenômeno. Em diversos momentos das entrevistas, os/as profissionais afirmam que *“o CREAS não pode estar isolado das demais políticas da rede”* (P2A), suas ações devem estar em constante articulação e comunicação.

O documento sobre as Orientações Técnicas do CREAS (2011) dispõe que o CREAS deve atuar como articulador da rede de proteção, mesmo que não seja uma atribuição exclusiva deste equipamento, a sua operacionalidade está intrinsecamente conexa à capacidade dos serviços, programas e políticas sociais da rede em responder às situações e desfazer os nós presentes na garantia dos direitos à população infanto-juvenil.

Nessa direção, a efetividade das ações do CREAS encontra-se interligada a capacidade de as políticas sociais interagirem entre si, ou melhor, de concretizarem, nas suas práticas cotidianas, a intersetorialidade, entendida por Pereira (2011, p.01) como sendo:

[...] além de *princípio* ou *paradigma* norteador, a intersetorialidade tem sido considerada uma nova *lógica* de gestão, que transcende um único “setor” da política social, e *estratégia* política de articulação entre “setores” sociais diversos e especializados. Ademais, relacionada à sua condição de estratégia, ela também é entendida como: *instrumento* de otimização de saberes; *competências e relações sinérgicas*, em prol de um objetivo comum; e *prática social* compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas.

A defesa da intersetorialidade, como fundamento para a atuação em rede na presente tese, não remete em “transformar processos políticos, potencialmente conflituosos, em neutras prescrições administrativas” (PEREIRA, 2011, p.02). Ao contrário disso, a busca pela integralidade do atendimento remete a compreender que a sinergia entre as ações é potencialidade para que o trabalho em rede não seja vislumbrado pelos sujeitos sociais como algo abstrato, mas sim como uma nova forma de prática social que é concreta, democrática e que, mesmo em constante disputa de interesses, busca desenhar novos contornos para a atenção às crianças e adolescentes vitimizados pelo abuso e/ou exploração sexual.

Nas falas, identificaram-se três categorias que demonstram a concepção dos/as profissionais acerca da estruturação/organização da rede de proteção em seus municípios e a articulação com o CREAS, que são: *fragmentação, não efetividade, importância e ausência de ações integradas*.

Eu vejo que aqui talvez haja uma dificuldade com relação a isso, mas acho que a assistência social tem parceria um pouco com a educação, a gente desenvolveu essa campanha nas escolas às vezes com resistência, mas não há muito assim, mas é pouco, não há muito, inclusive pra elaboração desses planos. (P3D).

O CREAS não tem como trabalhar sozinho, sem essa parceria. Vem acontecendo através de reuniões com os parceiros, palestras nas escolas [...]. (P3C).

A educação é que a gente mais tem contato e consegue, mas com a saúde temos dificuldade. A saúde é mais complicada, eles não abrem essa brecha esse espaço, é bem fechado. A educação não, a educação é um pouco mais fácil. (P2D).

Os trechos revelam a existência de uma fragmentação da rede de proteção, expressando, assim, a ausência de ações integradas entre as principais políticas sociais de enfrentamento à violência sexual: Assistência Social, Saúde e Educação. Os sujeitos informaram que as “*parcerias*”, com a Política de Educação, acontecem prioritariamente nas campanhas de 18 de maio, em que a Assistência Social e a

Educação articulam-se para promover palestras nas escolas sobre abuso e exploração sexual.

Entretanto, o processo de articulação entre os serviços, políticas e instituições que compõe a rede não pode resignar-se a ações paliativas e focalizadas, essa mobilização, na perspectiva de produzir ações integradas, deve ser um movimento contínuo no enfrentamento à violência. A escola é um espaço privilegiado para identificação da violência bem como para a sensibilização da comunidade e fortalecimento da criança para a denúncia. No entanto, não se pode delegar à escola a tarefa exclusiva para o enfrentamento a esse fenômeno, isso requer a atuação em rede.

É no âmbito escolar que as crianças e adolescentes constroem novos vínculos afetivos fora do ambiente familiar, seja com os/as colegas, seja com os/as professores/as, sendo que estes/as últimos/as, em sua grande maioria, são percebidos pelas crianças como um/a adulto/a em quem ele/a pode confiar. O processo de identificação da violência sexual é extremamente complexo, requerendo dos/as profissionais da educação sensibilidade e qualificação técnica para reconhecer a violência e principalmente para saber como proceder.

A escola, ao ser uma das instituições que tem como responsabilidade social a melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente, deve refletir sobre temas contemporâneos, como a violência, buscando ações efetivas e práticas voltadas para o pleno desenvolvimento infantil. Porém, a grande maioria dos profissionais não recebeu em sua formação subsídios teóricos que facilitem o enfrentamento da violência, adotando práticas nem sempre assertivas. O profissional da área da Educação é instado a atuar objetivando uma compreensão global do fenômeno, sem considerar exclusivamente os aspectos cognitivos e de aprendizagem, porém valorizando aqueles que estão intimamente associados ao contexto social e emocional do indivíduo em desenvolvimento. Visualizar a violência e dar os encaminhamentos necessários demanda do profissional, uma visão ampla acerca do aluno e do processo de ensino-aprendizagem. (AMARAL; GONÇALVES, 2012, p.47-48).

A construção de políticas de prevenção à violência sexual, na área educacional⁷³, exige a interação com as demais políticas do SGD, especialmente, com a Assistência Social, por meio do trabalho social do CREAS para a ampliação da percepção dos/as professores/as acerca da importância da notificação para a

⁷³ Entre as principais ações da Política de Educação está o **Programa Escola que Protege**, iniciado em 2004 e estabelecido pela Resolução 37 do Ministério da Educação, tem como objetivo promover a formação continuada de profissionais da educação básica da rede pública para o enfrentamento, no contexto escolar, das diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes.

proteção das crianças e adolescentes. Um cuidado que é necessário tomar, quando se trabalha a questão da notificação da violência no âmbito escolar, diz respeito a não personificação do enfrentamento no/a professor/a.

A política de educação, em especial a básica, sofre constantemente com os influxos nos cortes orçamentários, em que as escolas públicas, em sua grande maioria, não conseguem oferecer aos estudantes condições mínimas para o processo de ensino-aprendizagem. Apesar do ECA trazer o compromisso legal dos/as profissionais das políticas sociais com a notificação da violação de direitos é preciso medirmos a Lei com a realidade vivenciada atualmente por estes/as profissionais.

Dessa forma, previne-se culpabilizações e atua-se de forma educativa, para que a escola também transforme-se num lugar de proteção. Em pesquisa realizada em 2010, no município de Porto Nacional no Estado do Tocantins para conhecer a percepção dos/as professores/as sobre a violência contra crianças e adolescentes, os/as profissionais da educação entrevistados/as revelaram a importância da oferta de capacitações sobre esse tema:

O entrevistado pondera sobre a disponibilidade de informações, entretanto, parece não haver formação. Se a teoria (capacitações, seminários, dentre outros) estiver destituída de sentido ao profissional, nada adiantará, em termos de resultados efetivos para a formação docente, ficando apenas a informação. (AMARAL; GONÇALVES, 2012, p.47-48).

Por isso a importância da construção coletiva das estratégias, levando em consideração o saber de cada área, as particularidades, os limites e possibilidades de atuação de cada política social. Ações erigidas de “fora para dentro” da escola e de maneira verticalizada não produzirão os impactos esperados para o rompimento da violência sexual, ou seja, as práticas não podem ser desprovidas de significação pelos/as profissionais.

A superação do tecnicismo nas práticas escolares por meio da disseminação de práticas educativas sobre como enfrentar a violência no âmbito escolar (identificação, notificação, encaminhamentos, postura ética, diálogo e prevenção à culpabilização e rotulações), impõe a articulação da escola com as demais instituições e não seu isolamento e/ou superdimensionamento⁷⁴. Ou seja, a escola

⁷⁴ O superdimensionamento diz respeito às aceções que responsabilizam exacerbadamente a escola pela identificação e notificação da violência sem considerar a dinâmica escolar. Isso não

sozinha, assim como nenhuma outra política social, é capaz de enfrentar a violência sexual na sua complexidade. Os relatos dos/as profissionais evidenciam que a fragilidade da rede de proteção não acomete somente as relações com a Política de Educação, mas também com outras instituições:

*[...] eu vejo assim as coisas muito divididas, sabe, a articulação da rede. A rede não é uma rede, é uma tarrafa que você move uma aqui, outra ali, não é [...] sabe. É e assim, você não tem aquela, não vamos fazer, você não consegue, é, por exemplo: o CMDCA⁷⁵, CMAS,⁷⁶ você não consegue, **não tem aquela integração**, você não tem, não consegue, você precisa de um dado, a gente queria os dados do CEDECA⁷⁷ foi a coisa mais difícil de conseguir, é saber do CEDECA, do CMAS a mesma coisa, você não consegue. Isolada, não tem aquela, **acho assim, que a gente tinha que ter uma integração** [...] então assim, é muito, muito sei lá, muito fragmentado eu vejo a fragmentação sabe [...]. (P2A).*

*[...] a articulação com as outras áreas saúde, educação, cultura que nos ajuda a resolver prestar os serviços de forma mais qualificada, eu vejo que aqui talvez haja uma dificuldade com relação a isso. **Mas acho que a gente tem parceria um pouco com a educação.** A gente desenvolveu essa campanha nas escolas às vezes com resistência, mas não há muito assim, **mas saúde a gente articula muito com a saúde até porque tem muitos casos que necessita, mas é pouco não há muito essa intersectorialidade**, assim inclusive pra elaboração desses planos a coordenadora da proteção especial enfatizou bem que vai precisar da colaboração de todos, de todas as Secretarias e é muito difícil outras colegas de outros Creas disseram que é muito difícil forma pra gente trabalhar, porque eles acham que é competência só da assistência, então assim é uma dificuldade. (P3D).*

Os trechos extraídos das entrevistas novamente demonstram as limitações que interpelam os/as profissionais do CREAS para a construção de respostas que transcendam o caráter burocrático e imediatista no enfrentamento à violência sexual. Bellini & Faler (2014, p.30), ao refletir sobre os desafios da promoção e concretização da intersectorialidade, infirmam que “não há receitas prontas sobre o que seja a intersectorialidade, como construí-la”.

As autoras referem que a intersectorialidade não deve ser buscada como um horizonte, ou uma utopia, mas deve se caracterizar como uma prática concreta, que requer “planejamento, estudo, comunicação, reflexão, enfim, não pode ser movido apenas por paixão”. (Ibidem).

implica uma (des) responsabilização dos/as profissionais da educação em notificar, mas ao contrário, de se considerar as particularidades deste espaço investindo mais em formações técnicas que instrumentalizem os/as professores/as a romper com a valorização da privacidade familiar construindo uma cultura de proteção as crianças e adolescentes no ambiente escolar.

⁷⁵ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁷⁶ Conselho Municipal de Assistência Social.

⁷⁷ Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.

Os saberes, as práticas e as possíveis atuações das políticas setoriais não se bastam sozinhas e isoladas, é preciso ultrapassar os obstáculos da fragmentação e das ações pontuais. O desejo expresso pelos/as entrevistados/as em constituir uma rede de proteção demanda, especialmente, a definição de recursos orçamentários para o investimento público nas ações (ampliação e capacitações de recursos humanos e destinação orçamentária para a melhoria dos serviços sociais públicos).

Além disso, para Lorencini et al. (2002) o trabalho em rede deve propiciar ações integradas e pré-estabelecidas no Plano Local (fruto do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual), contudo, nos municípios pesquisados, apenas Palmas encontra-se estruturando um Plano de Ação Local, o que já evidencia uma ausência de planejamento coletivo e participativo para as ações municipais de enfrentamento à violência sexual.

Ao problematizar a construção de políticas para o enfrentamento à violência, Faleiros (2010, p.141) refere que elas ainda se situam “em contextos de descontinuidade, de burocratização, de falta de recurso e de formação de pessoal e ainda de um trabalho em redes”.

Nesse sentido, torna-se imprescindível que o processo de elaboração das ações de enfrentamento à violência sexual considere as particularidades desse fenômeno e seus impactos na vida das famílias. Por isso, assevera-se que o enfoque dessa política deve ser a proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da integralidade das ações. A articulação entre as políticas sociais e demais serviços do SGD tem como escopo tornar as ações mais eficazes, sendo, na atualidade, o caminho que mais apresenta efetividade social para a construção de uma política integral.

Ações integradas exigem sinergia, movimento, criatividade e conhecimento da realidade nas quais se expressam as múltiplas faces da violência sexual contra crianças e adolescentes. Historicamente as respostas a essa violência têm se caracterizado pela desarticulação, setorialização e como práticas centralizadoras e hierárquicas. Os relatos dos/as entrevistados/as têm confirmado que tais aspectos estão desenhando a rede de proteção, havendo uma paradoxal coexistência entre o “discurso de proteção” e a “prática de desproteção”.

Vieira (2013, p.160) ao analisar as consequências da fragilidade do compromisso do Poder Público com o enfrentamento à violência sexual, assinala o

importante papel do controle social para a ampliação da participação da sociedade e construção de novas práticas sociais:

Muitos desses desafios transcendem à realidade local e, dizem respeito a uma cultura erigida em razões históricas e políticas que alimentam a violência, na mesma medida em que, a contrapõe propondo estratégias para o seu enfrentamento. A mudança dessa cultura tem no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Comitê Municipal, os principais espaços para a articulação entre Sociedade e Estado, para a construção de uma nova concepção de proteção à infância e juventude. Além disso, tais mecanismos devem atuar para a edificação de uma cultura participativa, crítica e atenta aos conceitos e valores que cristalizam e impendem as práticas sociais de enfrentamento à violência em suas raízes históricas.

As análises das entrevistas permitem apreender que os/as profissionais não identificaram o fortalecimento das relações entre Estado e Sociedade como uma estratégia de fortalecimento da rede de proteção. Sousa (2002) ressalta que a falta e/ou pouca mobilização e participação da sociedade civil nas políticas de enfrentamento à violência sexual contribuem para sua fragilidade e enfraquece os mecanismos democráticos de decisão.

Nesse sentido, reafirma-se que os conselhos de direitos, os comitês e fóruns “são os principais espaços para a tentativa de modificar a arcaica cultura política, possibilitando a ação conjunta entre a sociedade civil organizada e o poder executivo” (VIEIRA, 2013, p.159).

Outra questão identificada nas falas diz respeito às singularidades de cada município no que tange a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação. Conforme as entrevistas, observa-se que não há uma linearidade quanto à articulação entre essas três políticas sociais, ou seja, ora a educação é mais próxima ora é a saúde.

Em uma das falas anteriores, um/a profissional evidencia certo distanciamento e dificuldade em criar ações articuladas com a educação, neste trecho, outro/a profissional refere-se às limitações com a política de saúde “*a saúde é mais complicada, eles não abrem essa brecha esse espaço, é bem fechado*”. (P2D).

A literatura especializada refere que muitos/as profissionais da saúde, ainda que capacitados/as, não se sentem preparados/as para notificar a violência no âmbito familiar, em especial, a sexual. Na sociedade brasileira, é corrente ainda a

cultura da privacidade da família, e isso tende a contribuir para a não notificação, impedindo o rompimento do ciclo da violência. Tal percepção é permeada pela aceção de que, ao valorizar a privacidade familiar, os/as profissionais não devem ter intervenções mais assertivas junto a família por considerá-las invasivas e constrangedoras.

Essa postura delinea um dos maiores desafios para o rompimento da violência sexual no âmbito familiar, a quebra com valores que obstaculizam a identificação e notificação da violência nas unidades de saúde. Importante ressaltar, que, nas intervenções, os/as profissionais devem clarificar junto aos responsáveis o interesse em proteger a criança e não encontrar culpados/as pela violência, pois as ações interventivas da saúde também se situam no patamar da proteção e não da responsabilização dos/as autores/as da violência sexual.

A notificação da violência contra crianças e adolescentes pelos/as profissionais é axiomática conforme o ECA, estando explícita que a comunicação aos órgãos de Defesa de Direitos não se resigna às situações confirmadas, mas abrange também as suspeitas.

Gonçalves & Ferreira (2002) refletem que entre os receios dos/as profissionais da saúde em notificarem a violência, sobretudo, a intrafamiliar, diz respeito a violação ao sigilo profissional. Contudo, as autoras, ao se reportarem aos Códigos de Ética da Medicina e Psicologia, encontram consonância com o próprio ECA⁷⁸, pois deve-se primar pela proteção das crianças, sendo repassadas as informações estritamente necessárias.

A identificação da violência nos serviços de saúde é ainda carregada de muitas incertezas. A questão não tem sido tratada na maioria dos currículos de graduação logo, muitos profissionais não dispõem de informações básicas que permitam diagnosticá-la com um mínimo de acurácia. (GONÇALVES; FERREIRA, 2002, p.316).

Para alguns autores, Almeida (1998); Cardoso (2000); Gomes et al. (2002); Gonçalves & Ferreira (2002) e Goldani & Vieira (2005), outra questão que incide para a não notificação da violência, tange o despreparo técnico e teórico dos/as

⁷⁸ A Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989 estabelece entre seus princípios: a proteção integral da criança e o princípio do interesse maior. Ressalta-se que estes princípios foram incorporados pelo Brasil no Texto Constitucional de 1988 e regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

profissionais da saúde e a não confiabilidade nos encaminhamentos à rede de proteção.

A partir de 2010, a Política de Saúde⁷⁹ atendendo as premissas dispostas no ECA, sobre a promoção ao direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes e compactuando para a criação de serviços especializados para o atendimento às situações de violência, publica o documento *“Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientação para gestores e profissionais de saúde”*.

Este documento lança uma linha de cuidado com o propósito de construir uma atenção integral por meio de ações contínuas e articuladas e assim promover “a produção do cuidado desde a atenção primária até o mais complexo nível de atenção, exigindo ainda a interação com os demais sistemas para a garantia de direitos, proteção e defesa de crianças e adolescentes” (BRASIL, 2010, p.08).

As orientações contidas nesse documento visam sensibilizar e instrumentalizar os/as profissionais da saúde para a identificação da violência e articulação com a rede de proteção existente no território. Dessa forma, a elaboração de uma linha de cuidado às crianças, adolescentes e famílias, em situação de violência, sinaliza um avanço para a promoção de um atendimento integral uma vez que se propõe a ressignificar práticas interventivas no âmbito da política de saúde, considerando a complexidade da violência.

Além disso, esse documento visa dar maior dinamicidade ao Instrutivo de Preenchimento da Ficha de Notificação criado em 2009, no qual estabelece que todo/a o/a profissional da saúde deve estar apto/a a realizar a notificação, não sendo responsabilidade específica de uma determinada área. As unidades de saúde, em especial, da atenção primária, possuem maior proximidade com as famílias, ao se situarem nos territórios das comunidades em que residem e desta forma o trabalho

⁷⁹ A atenção às situações de violência na Política de Saúde está disposta nos seguintes documentos publicados pelo Ministério da Saúde: Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (Portaria nº 737/2001); Portaria nº 1.968/2001 (dispõe sobre o instrumento de notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes); Política Nacional de Atenção às Urgências (Portaria nº 1.863 - GM/2003). A partir de 2006, realinou-se os eixos de ação relativos à promoção da saúde e à atenção integral às pessoas em situação de violência com as seguintes portarias: Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria nº 687/2006), Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 648/2006) e as diretrizes para organização de redes de atenção integral às urgências (Portaria nº 1.020/2009), pactuadas com as três esferas de gestão do SUS. Em 2012, publicou-se o documento “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes” - norma técnica que dispõe sobre o atendimento às situações de violência sexual nos serviços de saúde.

preventivo da violência é uma potencialidade a ser desenvolvida no cotidiano institucional.

Em 2011, o Ministério da Saúde, preocupado com o aumento das subnotificações de violência no Brasil, lança a Portaria nº 104, que dispõe sobre a compulsoriedade da notificação da violência doméstica, sexual e/outras contra criança, adolescente, mulher e idosos em serviços de saúde. Por meio dessa portaria, a Política de Saúde busca constituir e integrar um banco de dados junto ao Sistema de Notificação e Agravos Nacionais (SINAN) e assim construir o perfil epidemiológico mais próximo à realidade da violência.

A notificação realizada pelos/as profissionais da saúde no SINAN tem como propósito a construção do perfil epidemiológico da violência e contribuir com dados para a melhoria das políticas públicas, mas isso requer que o/a profissional também notifique a situação junto aos órgãos de Defesa de Direitos.

Desse modo, a ficha do SINAN serve para sistematizar dados quantitativos e epidemiológicos sobre a violência, após seu preenchimento a equipe técnica de saúde deve comunicar a violência (confirmação ou suspeita) ao Conselho Tutelar, ou na sua ausência, ao Ministério Público e às Delegacias. Para Habigzang (2006, p.29) a notificação em saúde é “um instrumento duplamente importante no combate à violência: ela produz benefícios para os casos singulares e é instrumento de controle epidemiológico da violência”.

Amaral et al. (2012, p.40), ao realizar um estudo sobre a atuação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no combate as subnotificações em Palmas/Tocantins, revela que “o uso da ficha ainda é desconhecido por muitos profissionais da saúde [...] mesmo para aqueles que têm conhecimento sobre ela, observa-se que ainda há muita resistência em notificar”.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema bastante complexo por envolver diversos fatores que ainda são tabus na sociedade contemporânea como, por exemplo, sexualidade, exploração sexual e incesto, agravado quando há simultaneamente a presença de valores conservadores, machistas, preconceitos e frágeis informações a respeito da violência e em como proceder diante as suas expressões concretas no cotidiano institucional.

Tomando como subsídios esses questionamentos e buscando sensibilizar e instrumentalizar os/as profissionais da saúde para a consolidação de uma atenção humanizada, em 2005 criou-se a Norma Técnica *“Prevenção e Tratamento dos*

Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”. O sentido dessa Norma é orientar os processos interventivos das equipes de saúde diante as situações de violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres, evitando condutas constrangedoras, invasivas e que provoquem a revitimização.

A equipe de saúde deve estar sensibilizada e capacitada para assistir a pessoa em situação de violência. Dessa forma, há que se promover, sistematicamente, oficinas, grupos de discussão, cursos, ou outras atividades de capacitação e atualização dos profissionais. Isso é importante para ampliar conhecimentos, trocar experiências e percepções, discutir preconceitos, explorar os sentimentos de cada um em relação a temas com os quais lidam diariamente em serviço, a exemplo da violência sexual e do abortamento, buscando compreender e melhor enfrentar possíveis dificuldades pessoais ou coletivas. Isso porque, ao lidar com situações de violência, cada profissional experimenta sentimentos e emoções que precisam ser reconhecidos e trabalhados em função da qualidade do atendimento e do bem-estar do (a) profissional envolvido (a). É importante também desenvolver sistemática de auto-avaliação da equipe, sem deixar de considerar o limite da atuação de cada profissional. (BRASIL, 2005, p.24).

A construção de estratégias de humanização do atendimento assim como na educação deve ser um processo coletivo, ou seja, além dos/as profissionais da política de saúde, é importante envolver também os demais que compõem a rede de proteção.

Propor e construir ações integradas entre as políticas sociais requer a responsabilidade dos serviços, o engajamento dos/as profissionais no compartilhamento de informações, na humanização do atendimento, a elaboração e discussão de fluxos e protocolos de atendimentos que visem superar a burocratização e a fragmentação das ações.

A retomada dos principais mecanismos de enfrentamento à violência sexual na política de saúde teve a intencionalidade de elucidar a importância da sua concretização nas práticas profissionais e de ganhar visibilidade junto à rede de proteção. Ressalta-se que a política de saúde exprime uma imensa potencialidade para planejar-se o atendimento humanizado e a articulação da rede de proteção.

Por isso, é imperativo que esta política social participe ativamente das mobilizações realizadas pela Assistência Social, interagindo com a população, contribuindo para o trabalho em rede e auxiliando a construção de uma política de atendimento integral.

O fortalecimento da intersectorialidade entre as principais políticas sociais do SGD responsáveis pelo atendimento às crianças e adolescentes (Assistência Social, Educação e Saúde) é uma estratégia mediata para romper-se com a pseudo-aparência construída por alguns/algumas profissionais que não denunciam a violência sexual por não conseguirem visualizar, ou mesmo, desconhecem a atenção que é prestada pela rede de proteção às crianças e adolescentes.

Diante disso, reitera-se que a integralidade do atendimento à violência sexual, por meio da interdisciplinaridade e da intersectorialidade, visa transformar práticas desconexas em processos interventivos integralizados e concretos em que se estabelecem relações sócio-institucionais comprometidas com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Portanto, para a efetivação da integralidade deve-se reconhecer que “a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social” (JUNQUEIRA, 2004, p.25).

Ao retomar as falas dos/as entrevistados/as é interessante salientar que ainda que os sujeitos tivessem referido dificuldades para efetivar a intersectorialidade entre as políticas sociais do SGD e terem a percepção de que isto acarreta em ações fragmentadas e com o impacto social muito aquém do esperado, em nenhum momento, elucidaram que esse processo pode provocar a revitimização das crianças, adolescentes e famílias.

As possibilidades do acometimento da revitimização das famílias têm implicações diretas com a violência institucional, entendida por Minayo (2007) como sendo aquela que acontece nas instituições de prestação de serviços como hospitais, unidades de saúde, escolas, abrigos, delegacias, Judiciário, entre outras. Essa expressão da violência é cometida por sujeitos que deveriam promover a proteção às crianças, adolescentes e famílias e lhes garantir um atendimento humanizado.

O trecho extraído da entrevista realizada com a família de uma criança abusada sexualmente e atendida pelo CREAS revela o processo de revitimização:

A XXX me contou sobre o que tinha acontecido, não sabia como agir então conversei com uma vizinha que é minha amiga, ela me disse pra chamar a polícia, 'liga pro 190', eu liguei e a polícia. Perguntaram o que tinha acontecido falei que ela tinha sofrido abuso sexual de um menino que mora aqui perto, é um adolescente. Então a polícia disse que ia atrás dele e chamou o Conselho Tutelar [...] mas não explicaram direito como ia ser, só que ela ia ser atendida em Palmas. [...] depois a polícia chegou de novo aqui em casa, já era de noite, disseram que iam ter que nos levar pra

Palmas para minha menina fazer o exame no IML, quando eu entrei no carro da polícia, dei de cara com ele e com a avó. Minha menina entrou em choro porque a gente ir ter que ir até Palmas no mesmo carro. Foi horrível, na frente foi dois policiais, atrás, eu, minha filha, o menino que abusou dela e a avó dele. Foi muito ruim, porque a avó dele começou a dizer que minha filha era mentirosa e que tinha se mostrado pra ele, foi a viagem mais longa da minha vida. (FAMÍLIA A).

O relato do/a responsável pela criança que sofreu abuso sexual é impactante, pois além de não terem sido informados os procedimentos para o atendimento e os direitos da criança, a situação descrita é culminante de violência institucional e de revitimização desta criança e sua responsável. Para Nordenstahl (2008), existem dois níveis de vitimização: a primária e a secundária. A vitimização primária é resultante da ação da violência sexual e possui diversos impactos – físico, psicológico, social, etc. Entretanto, a vitimização secundária ou a revitimização para o autor é caracterizada pelo impacto das intervenções das instituições e seus/suas profissionais.

A revitimização se expressa em intervenções inadequadas, constrangedoras e invasivas que não garantem os direitos das crianças, adolescentes e famílias. O despreparo técnico e não raro o desconhecimento da legislação destinada a essa população, em especial as situações de violência sexual tem sido os propulsores para a oferta de um atendimento distante da perspectiva de humanização e integralidade.

Melo (2014, p.105), ao refletir sobre a revitimização das crianças nos serviços públicos, principalmente, nas Delegacias, Judiciário, e Conselhos Tutelares refere que “tudo isto faz com que as vítimas se sintam desprotegidas, sem respeito, frustradas, peças de uma engrenagem à qual não pertencem”. Portanto, é preciso observar que:

Nos serviços de atendimento à população que vive situações de violência (social, doméstica, sexual, etc.), há que se cuidar para que o sujeito violado seja atendido como tal, em sua integridade, e não como um corpo violado. Trata-se de restituir ou construir o lugar social desse sujeito, que é detentor de direitos e que deve ter acesso aos serviços que os viabilizem. Portanto, combater a revitimização é buscar mecanismos efetivos para a superação dessa situação, provocando o poder público, a família, a comunidade para que a vítima seja reconhecida como sujeito. O que tem sido patente e que as políticas sociais estão precarizadas, em geral perpetuando relações tuteladoras, assistencialistas, compondo um quadro permanente de violência social e política. (MELO, 2014, p.200).

Ao considerar o acometimento da violência institucional é preciso ressaltar que ela se manifesta tanto na ação quanto na omissão, ou seja, a ausência de oferta de serviços de qualidade comprometidos com o enfrentamento à violência sexual também se caracteriza com uma violência institucional. A violência institucional manifesta-se ao negligenciar o cuidado e atenção necessários para o atendimento das necessidades objetivas e subjetivas das crianças e adolescentes

Existe ainda um hiato entre os direitos garantidos às crianças e adolescentes em situação de violência sexual e a realidade dos serviços destinados à sua atenção. Essa lacuna é evidenciada a todos os momentos pelos/as profissionais que veladamente, em seus discursos, denunciam a omissão do Estado em ofertar uma atenção qualificada a essa população. O relato da entrevista revela que a violência institucional, ainda que invisibilizada, ela acontece no cotidiano institucional caracterizada pela omissão do Poder Público.

Eu acho que a rede falha muito, por exemplo, agora de manhã eu atendi um caso que chegou pra cá, onde há uma disputa de guarda a mãe abandonou a filha e a filha foi morar com a avó paterna junto com o genitor, a mãe apareceu do nada e agora quer a menina e a avó está desesperada porque foi ela quem criou a menina a vida inteira, só que a mãe meio que comprou a criança. Então a criança está sem saber, se quer a mãe, se quer a avó. Então assim não é um caso meu, não tem nada a ver com que eu atendo aqui, e eu não sei pra onde eu vou mandar ela, então eu acho que a rede falha muito com isso. Então assim não é um caso meu, não tem nada a ver com que eu atendo aqui e eu não tendo pra onde mandar, não tenho, eu acho que deveria ter sim outros meios, outros órgãos, que fizessem esse tipo de atendimento, existe policlínica [...] Existe! A policlínica está com uma fila de sei lá 4 meses de espera, unidade de saúde nem todas que fazem atendimento psicológico. Hoje mesmo eu não sei te falar uma que está fazendo. Então o que eu vou fazer com ela, eu vou encaminhar ela pro CRAS, onde ela vai fazer grupo de família, reintegração familiar, reintegração de vínculos familiar com essa família é o que eu tenho para oferecer pra ela hoje, então eu acho que deveria sim, os órgãos deveriam olhar mais pra esse lado eu acho que falha. (P1A).

O trecho da entrevista expressa a omissão do Estado diante as questões que envolvem a proteção das crianças e adolescentes no Tocantins. A ausência de serviços e a não ampliação da oferta dos existentes tem implicações que resultam para o não atendimento das necessidades das famílias. A falta de serviços sociais públicos corrobora também para o aumento das demandas do CREAS como visto nas discussões do item 5.2 desta tese, sobrecarregando a equipe técnica e inviabilizando o planejamento e avaliação coletiva as intervenções.

Afirma-se categoricamente que a integralidade do atendimento também diz respeito a oferta de serviços sociais públicos de qualidade à população, evitando-se um trabalho superficial, individualizado e hierárquico:

A fragmentação das políticas públicas, além de fortalecer as hierarquias e os poderes políticos, acarreta na fragilização e, conseqüentemente, na revitimização das crianças e adolescentes. As políticas públicas em seu *modus operandi*, privilegiam a centralização de ações e informações, não ampliando seu olhar para a complexidade da violência sexual na vida das crianças e adolescentes. A fragmentação da atenção obstaculiza o acesso aos direitos, pois focaliza-se em ações paliativas e pontuais, não conseguindo concretizar ações conjuntas para a construção de redes municipais. (VIEIRA, 2013, p.101-102).

Salienta-se que *trabalhar em rede* não significa ter apenas o conhecimento para qual instituição ou serviço encaminhar os/as usuários/as, significa caminhar junto, acolher as crianças, adolescentes e suas famílias na integralidade, buscando atender suas necessidades básicas, articular e partilhar conhecimentos.

As entrevistas são bastante esclarecedoras nesse sentido, pois os/as profissionais referem que são raras as vezes em que há um compartilhamento de informações ou momentos de interação entre os/as profissionais que compõem a rede de proteção *“é muito difícil o pessoal sentar e conversar sobre um caso, isso acontece dentro do CREAS, com a nossa equipe, mas não com as outras, eu não estou dizendo que não acontece, acontece, mas é difícil”*. (P3D). Entre os principais motivos apontados pelos/as profissionais para a fragilidade nessa comunicação, estão: falta de tempo, sobrecarga de trabalho e pouco interesse de alguns serviços.

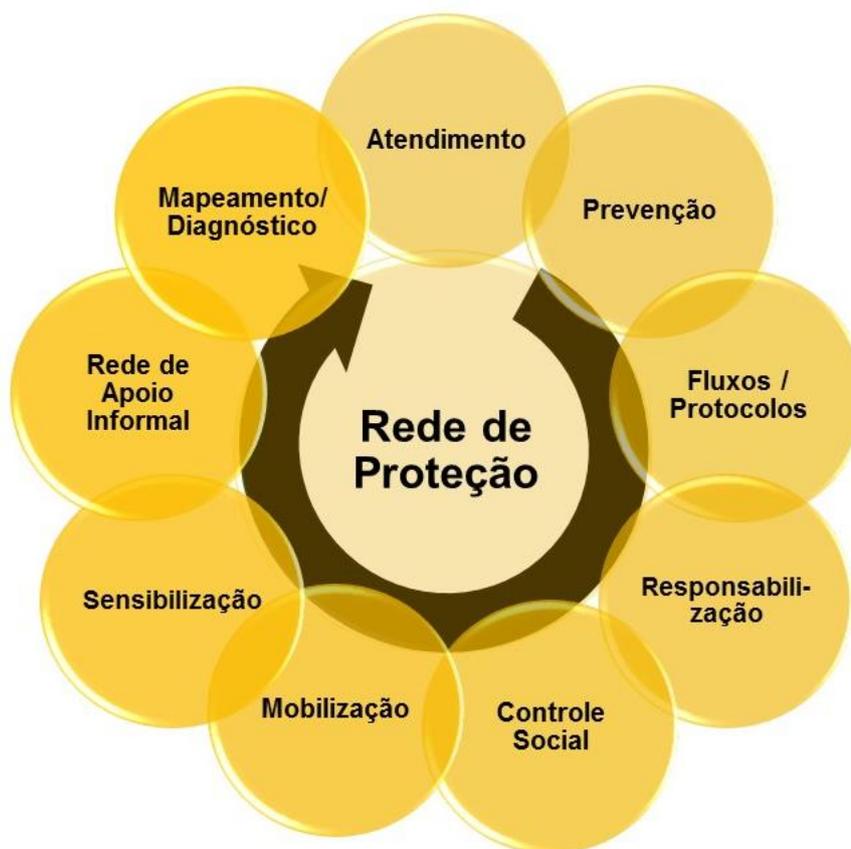
A formação de uma rede, para Santos & Araújo (2009, p.187), “não deve se restringir aos ajustes técnicos, metodológicos e administrativos, mas implica mudanças culturais, comportamentais”. Isso significa que não basta um conjunto de procedimentos e instituições, é preciso transformar as proposições institucionais em ações coletivas e integradas partir de princípios de cooperação, reconhecimento do outro, descentralização e horizontalidade nas relações (SANTOS; ARAÚJO, 2009).

Por isso, a atuação em rede exige a sensibilização dos/as gestores/as e profissionais, compromisso ético e político, vontade coletiva, dinamicidade, fortalecimento das redes de apoio informal (família, vizinhos, amigos, etc.), considerando que somente com a construção de objetivos comuns, a definição de competências e papéis e o reconhecimento das limitações e potencialidades de

cada instituição será possível construir ações conjuntas e assim formar e concretizar uma rede de proteção.

A figura 9, traz em seu centro a rede de proteção às crianças e adolescentes sexualmente vitimizados e em seu entorno os sentidos que devem permear a busca pela materialização de um atendimento integral a essa população.

Figura 9 – Ações da rede de proteção



Fonte: Sistematização da autora, 2015.

Os nove sentidos, apresentados na figura 9, têm a intencionalidade de evidenciar sua centralidade no cotidiano sócio-institucional em que são desenvolvidos os processos interventivos e de articulação entre as políticas e demais instituições que compõem o SGD. Nessa direção, tais sentidos podem ser apreendidos como premissas estratégicas para a construção de práticas sociais integradas.

Além disso, o atendimento à população infanto-juvenil, que é acometida pela violência sexual, deve ultrapassar a atenção clínica e abranger os demais aspectos

e fatores que envolvem essa violência, pois “a criança terá seu desenvolvimento e sua subjetividade definida a partir da realidade concreta na qual está vive” (SANTIAGO; MATTIOLI, 2009, p.22).

Desse modo, ressalta-se a importância de se considerar as particularidades sociais, econômicas e culturais da criança e sua família, visando a constituição de uma atenção mais humanizada e criando subsídios para romper com o tecnicismo, ampliando essa proteção para todos os âmbitos da sociedade.

A participação da sociedade civil, em especial das comunidades locais, nas quais se localizam os serviços sociais públicos é fundamental para a edificação de uma cultura de não violência e transformação das práticas que corroboram para o seu acometimento. A presente tese vem defendendo que a violência não é algo natural da condição humana, mas sim uma construção social e cultural e, desta forma, o seu efetivo enfrentamento requer a construção de novas práticas socioculturais desconstruindo com posturas que produzem e reproduzem a violência nas diversas dimensões da vida social.

A violência sexual é uma questão ao mesmo tempo intrafamiliar e histórico-social. Está presente em larga escala na desigual sociedade brasileira, na qual se pratica violência banalizada pelo crime e pela legitimação do mais forte. Pode-se enfrentá-la somente na interação entre fatores individuais, familiares e nas condições econômicas, culturais, sociais e políticas. (FALEIROS, 2010, p.144).

Quando se defende a integralidade no atendimento é importante apreender que o atendimento não deve somente considerar quem sofre a violência (crianças e adolescentes), mas também os demais membros do núcleo familiar. No contexto de violência sexual intrafamiliar, acontece também a chamada **vitimização secundária**, ou seja, devido sua complexidade a violência sexual interfere na dinâmica das relações familiares atingindo aos demais membros, principalmente por meio da síndrome do silêncio.

Para Costa et al. (2014, p.120), a família vista como um todo e o seu atendimento psicossocial “constitui um espaço onde as famílias podem ressignificar a experiência vivida e, assim, sentirem-se mais confiantes na elaboração de um projeto de futuro”. Esses espaços possibilitam momentos de reflexão e a participação de toda a família para a superação da violência, propiciando a todos os membros novas formas de comunicação que não seja a violência.

Entre os pontos nevrálgicos para que a integralidade no atendimento seja uma realidade concreta, está a atenção aos/as autores/as de violência sexual (AVS). Atualmente, no Estado do Tocantins, não há nenhum serviço, programa ou projeto que vise realizar atendimentos a essa população. A atenção é, em sua totalidade, destinada à criança e ao adolescente, sendo que a Política de Assistência Social vem se configurando no cenário tocantinense para a promoção e proteção dos direitos das crianças, adolescentes e famílias pela incipiência das ações, encontrando-se em um momento de construção e acerto de metodologias de intervenção.

Os/as entrevistados/as, quando questionados/as sobre os atendimentos aos/as autores/as de violência sexual, revelam o seguinte:

O agressor não vem para cá, graças a Deus. [...] e são bem usados na prisão, pois quando chega o povo sabe que é violência contra criança, e eles acabam sendo molestados dentro da prisão. (P3E).

Não, agressores não. Nunca veio nenhum agressor aqui, até porque o CREAS é mais é vítima mesmo. (P1B).

*Não! **Só a criança e a família, ele não!** Mas assim, eu chego a, geralmente quando o abusador, ele também, ele não vem, mesmo que você chame, ele não vem e não tem uma ação judicial que faça com que ele venha, é mais para criança e adolescente com responsável. (P1E).*

O abusador, o que acontece normalmente a gente não tem acesso a ele, até porque em caso de abuso ou ele está preso ou está foragido então, eu trabalho no CREAS há 1 ano e meio, e antes disso já vinha de outro CREAS do Pará há 1 ano. Eu tenho 2 anos e meio de CREAS esse tempo eu atendi 3 abusadores que tinha de 3 a 6 anos de idade então assim. (P1A).

Os relatos explicitam a dissociação da perspectiva de integralidade no enfrentamento à violência sexual, uma vez que, para atuar no rompimento do seu ciclo é imprescindível um processo de reflexão junto aos sujeitos que a cometem. Observa-se que tanto a PNAS (2004) quanto a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) não abordam diretamente o atendimento aos/as autores/as, mas trazem incisivamente, em seus textos, que a família deve ser vista como um todo, o que conseqüentemente abrange também os sujeitos responsáveis pela violência.

Ainda que não haja uma convergência quanto a atenção aos/as AVS na Política de Assistência Social é possível considerar que:

No contexto da violência sexual intrafamiliar ou extrafamiliar, o Creas deve também dar atenção ao agressor, principalmente no primeiro caso. Em muitos casos, o agressor vai junto com a família para o atendimento, com o objetivo de negar o fato, ou para contar a sua versão da história. Entender o lugar que esse agressor ocupa na família é essencial para a prevenção da reincidência da violência. Entretanto, o papel do Creas no atendimento ao agressor ainda não é um consenso, mesmo que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais aponte para essa possibilidade. (ROMEU; ELIAS; SILVA, 2014, p.175-176).

Esber (2009) refere que a atenção aos/as autores/as de violência sexual é duplamente negligenciada: pela ciência na produção de conhecimento e pelas políticas públicas no atendimento psicossocial. A autora, em suas reflexões, aborda a imprescindibilidade dos estudos científicos e dos atendimentos das políticas públicas darem voz a esses sujeitos como uma estratégia fulcral para a compreensão real dos meandros e da dinâmica da violência sexual.

Na perspectiva apresentada por Esber (2009), busca-se superar a *psicopatologização* dos/as AVS restrita aos padrões que visam associar univocamente violência sexual-doença, sem realizar as mediações necessárias para entender a multiplicidade de fatores envolvidos na questão.

Esber (2009) revela, em seu estudo, o elo entre vitimizado/a e vitimizador/a de crimes sexuais. Assevera-se que este elo não é fator determinante tampouco expressa a totalidade das situações de violência sexual, mas constitui-se em indicativo para o planejamento das ações a serem elaboradas para o atendimento dessa população. Desse modo, a autora traz à tona, a importância do atendimento integral às crianças e adolescentes, ou seja, que a atenção prestada possibilite a construção de processos de resiliência para a superação da violência sexual.

Para Esber (2009), crianças e adolescentes que sofreram violência sexual e não encontraram apoio e proteção poderão, na fase adulta, envolver-se em crimes de caráter sexual. Por isso, reafirma-se a importância de se ampliar a concepção de atendimento, tendo a integralidade como premissa e principalmente como uma estratégia concreta de enfrentamento à violência sexual.

Ao se buscar somente “a punição sem o atendimento ao abusador significa, muitas vezes, sua revitimização, pois não raras vezes trata-se de um vitimizado sexualmente na infância ou adolescência, com uma história de vitimizações psicológicas, sociais, econômicas” (FALEIROS et al.,2001, p.12).

Para Arantes (2007), é fundamental que a rede de proteção não se deixe aprisionar pela lógica da responsabilização meramente jurídica, mas atue para o

resgate da dignidade e garantia dos sujeitos que cometeram violência sexual. A superação do modelo restrito ao caráter punitivo, que reforça e legitima os processos de exclusão, estigma e julgamento moral dos/as autores/as de violência sexual, desenha-se a partir da atenção do Poder Público para a disponibilidade de atendimentos qualificados.

Mais do que um atendimento exclusivamente terapêutico para as crianças e adolescentes e punitivo para os/as autores/as, a integralidade no atendimento deve possibilitar bases para a construção de uma nova trajetória de vida e isso implica mudanças objetivas e subjetivas com o resgate dos direitos desses sujeitos em sua totalidade. Os/as profissionais, na grande maioria das entrevistas não expressaram sobre a importância do atendimento ao/a autor/a da violência sexual, apenas uma profissional trouxe as dificuldades⁸⁰ implicadas para que as ações atinjam esse público.

Ainda que os/as entrevistados/as não tivessem verbalizado essa questão, encontra-se implícito em suas falas que isso não é competência do CREAS, mas sim dos órgãos de responsabilização. Diante desse cenário, reitera-se que as ações de prevenção devem envolver também quem comete a violência sexual e não ser um movimento restrito do CREAS, mas de todas as políticas sociais que compõem o SGD.

No trecho que segue o/a profissional evidencia a acuidade da articulação do CREAS com os demais serviços para a garantia do direito à informação à população.

Então o que acontece com prevenção, articulação e mobilização é aquilo que eu te falei, são as campanhas que vêm do plano nacional. [...] o CREAS executa em conjunto com outros programas da básica e especial, então existe prevenção da forma que eu falei, palestra nas escolas, entrega de panfletos, divulgação de trabalhos, que também existe mobilização faz caminhadas, campanhas articulação com a rede então o que existe é isso, não sei te falar o que existe além disso, se tem não é repassado para a gente o que a gente faz é isso. (P1A).

A fala exprime os processos de articulação construídos pelo CREAS para a mobilização da sociedade e da própria rede de proteção, visando assim fortalecer e

⁸⁰ O/a entrevistado/a P1A revela que os/as profissionais do CREAS possuem muitas dificuldades em realizar os atendimentos aos/as autores/as de violência sexual, entre elas estão: o não comparecimento nos atendimentos e com isso a evasão, o desconhecimento dos/as profissionais e o desinteresse dos/as gestores/as sobre essa questão e a falta de estrutura física dos serviços.

garantir visibilidade às ações de enfrentamento. Azambuja (2004) resgata a centralidade da municipalização das ações, o que permite ao município descentralizar a política e ampliar as discussões sobre as estratégias de atendimento à crianças e adolescentes.

Portanto, fortalecer a rede de proteção envolve privilegiar o planejamento e a avaliação crítico-reflexiva das ações, por meio da construção de fluxos e protocolos de atendimento que tenham a intencionalidade de prevenir a revitimização.

Outro ponto diz respeito à responsabilização do Poder Público municipal com a qualificação técnica dos/as profissionais, pois um atendimento humanizado e acolhedor somente será uma realidade concreta quando os/as profissionais desenvolverem competências teórica, metodológica, ética e política e os serviços possibilitarem ações que incidam para o rompimento e superação da violência sexual.

A fala a seguir, expressa que a construção de uma rede de proteção é um longo caminho e que são muitos os desafios postos nesse movimento.

*[...] o CREAS funciona sim, assim como toda a rede aqui no município, a gente está fazendo um trabalho em equipe, não está excelente, você sabe que há falhas em qualquer local de trabalho, não há como você falar que é 100%, mas estamos caminhando para o bom. Eu acredito que estamos e que o CREAS tem um grande papel. Acho que todo município deveria ter, porque em conversas que eu tenho com as minhas colegas elas ficam, às vezes acabam sobrecarregando, o CRAS, por exemplo, que **nunca trabalhei, acaba sobrecarregando por falta de CREAS**, tem toda aquele quantitativo de habitantes e tudo pra poder ter o CREAS, mas eu acredito que para o município é fundamental. Acredito que esteja sendo de ótima e excelente sabe, assim função, cada profissional está tentando assim, abraçar a causa, sabe. A gente está tentando procurar, está procurando bastante assim, como eu poderia te dizer, informá-los que o trabalho existe e que proteção existe, porque eles não sabem que a proteção existe. Infelizmente, até as pessoas mais informadas, classe média, que a gente teve outro tipo de violência que foi medidas protetivas, essas mulheres vítimas de violência doméstica não era pessoas de classe baixa, era tudo classe média alta, classe média. Então assim, **a violência ela não escolhe, questão social, ela não escolhe, ela está em todo lugar**. Infelizmente, o caso do CREAS é uma, **é mais difícil de acesso por ser intrafamiliar** e a gente não ter como acessar, mas que está funcionando e eu acredito que vai melhorar a cada dia mais, a cada ano, eu acredito que está, que vai ficar melhor. (P1B).*

O trecho extraído de uma das entrevistas é reiterativo e revelador, pois a ausência de serviços, em especial os oferecidos pelos CREAS, acarreta na sobrecarga de demandas aos/as trabalhadores/as do CRAS e entre as principais consequências disso está a não oferta de atendimento especializado. Nessa

direção, o/a profissional refere que o CREAS possui centralidade tanto no atendimento quanto na mobilização e sensibilização das demais políticas sociais para atenção as situações de violência sexual.

Além disso, o/a profissional traz, em seu relato que a violência sexual é um fenômeno transversal na sociedade, estando presente em todas as classes sociais, desmistificando, dessa forma, algumas acepções presentes em outras entrevistas que reduzem o fenômeno da violência à pobreza material das famílias.

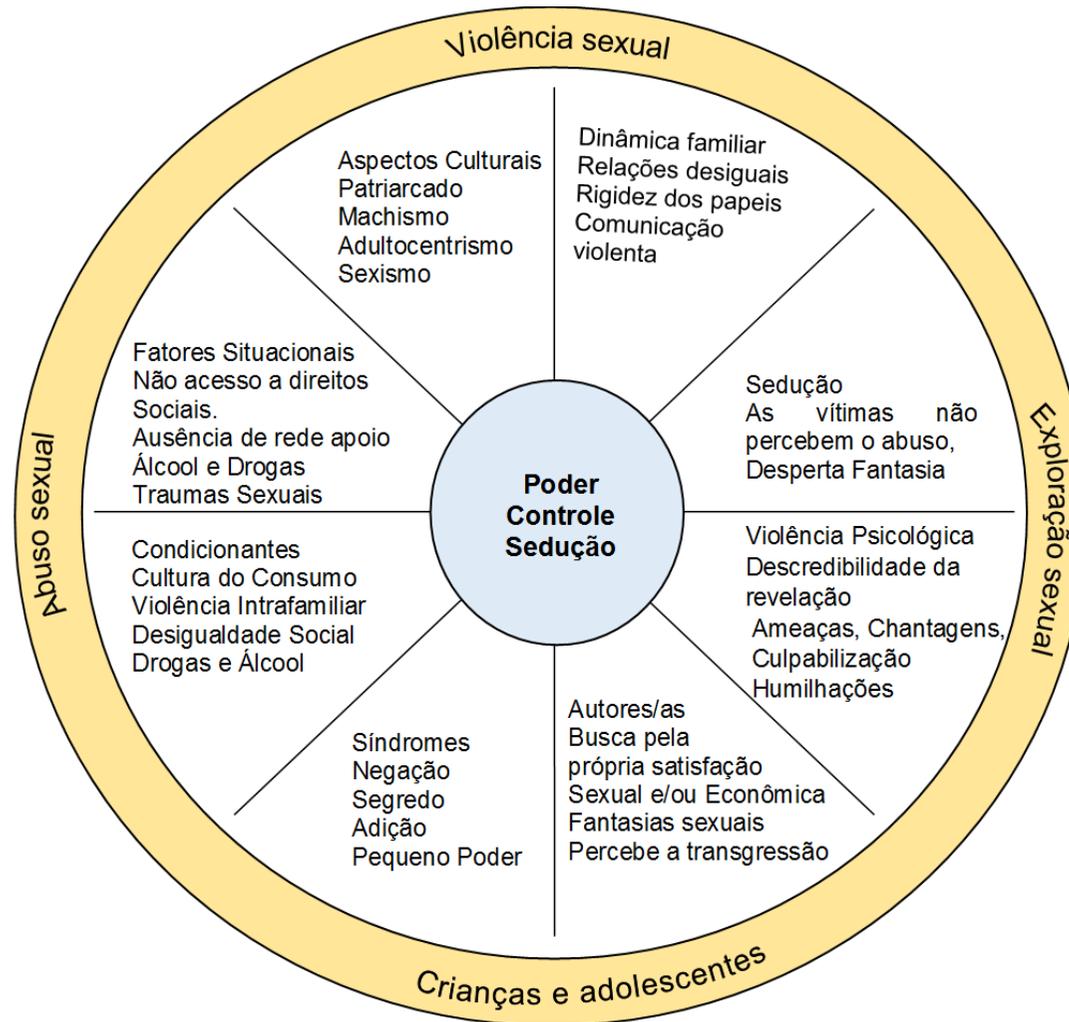
Em um estudo estadunidense sobre a dinâmica da violência doméstica contra mulheres, desenvolveu-se, em Duluth no Estado de Minnesota/EUA, um Projeto de Intervenção ao Abuso Doméstico (DAIP), com uma metodologia para a compreensão dos fatores presentes nas situações de violência. Tais fatores são dispostos em um diagrama denominado como “*Power and Control Wheel*”, em português, *Roda de Poder e Controle* (PARTNERSHIP AGAINST DOMESTIC VIOLENCE, 2006).

O modelo segue a explicação da violência contra as mulheres a partir da questão do poder e do controle, apesar de não ser uma perspectiva nova, as interpretações do modelo de Duluth possibilitam uma clarificação conceitual e a compreensão que o poder e o controle assumem nas relações em que há presença da violência.

Pope & Ferraro (2006) referem que a Roda de Poder e Controle propicia aos/as profissionais construir suas intervenções a partir da análise da presença de poder e controle nas relações de gênero. Além disso, nesse modelo existe também a “*Equality Wheel*”, ou a *Roda da Igualdade*, onde são construídas as respostas profissionais diante a violência.

Apesar da Roda de Poder e Controle e a Roda da Igualdade serem um modelo utilizado em intervenções às situações de violência contra mulheres, sua forma de apreender o fenômeno pode ser também utilizado nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Realizando as devidas mediações e capturando as particularidades da violência sexual contra crianças e adolescentes a figura 10 mostra como configura-se a Roda de Poder, Controle e Sedução.

Figura 10 - Roda de Poder, Controle e Sedução



Fonte: VIEIRA, 2015. Adaptação da autora.

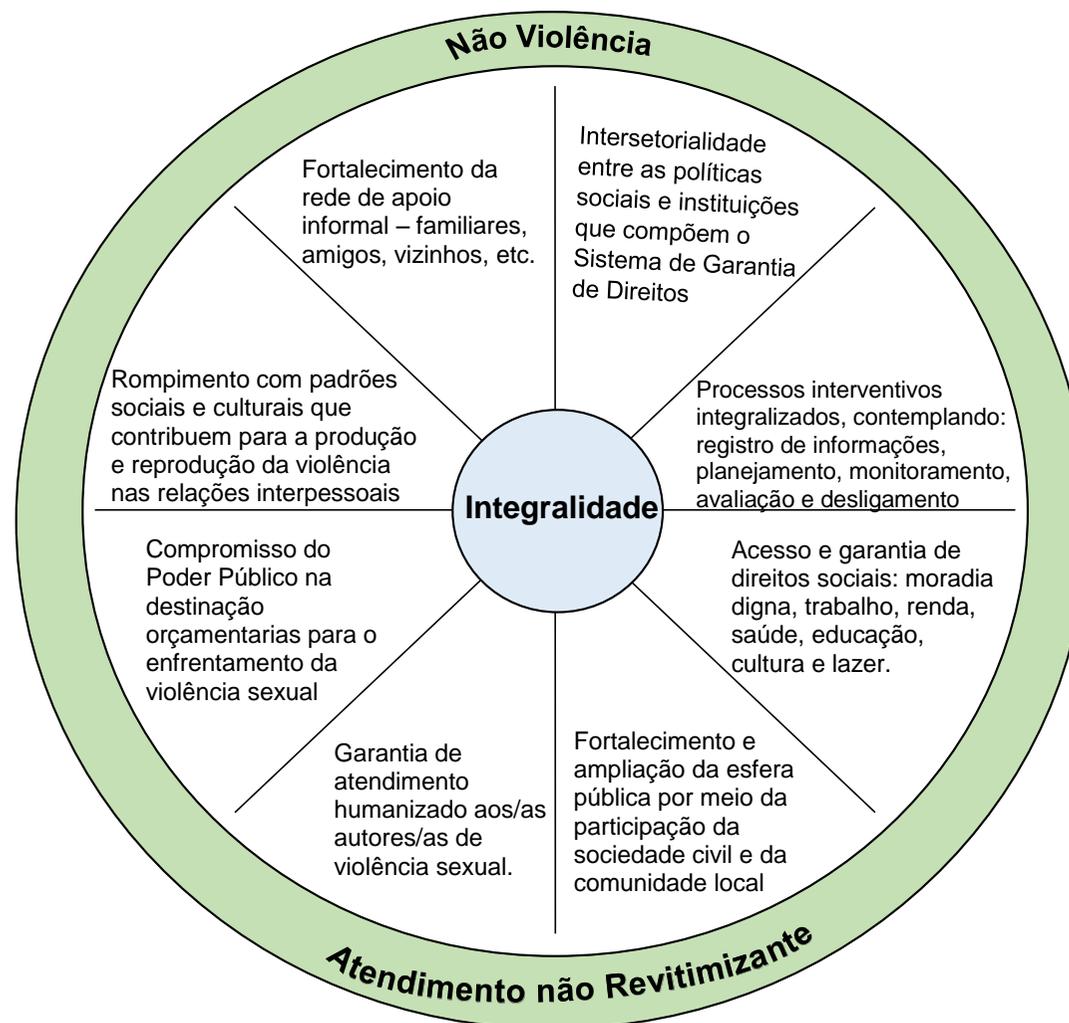
Ampliando a perspectiva de apreensão e mediando com as particularidades da violência sexual contra crianças e adolescentes, a Roda de Poder e Controle, agora denominada de **Roda de Poder, Controle e Sedução**, traz elementos importantes a serem analisados e refletidos pelos/as profissionais que compõem a rede de proteção. Destaca-se que a inserção do fator *sedução* na roda tem relação com as reflexões desenvolvidas por Faiman (2004, p.28) que apreende esse fator como sendo um artifício amplamente utilizado pelos/as autores/as de violência sexual, uma vez que “não há uma resistência clara à aproximação sexual [...] ocorre que em determinadas situações, a erotização do vínculo consiste no próprio abuso sexual”.

A sedução pode ser apreendida como um fator que possibilita o controle sobre o ciclo da violência sexual, não dando chances às vítimas para romper com a violência. Salienta-se que a sedução não acomete somente as vítimas de abuso sexual, é elemento presente na exploração sexual, em que por meio da oferta do acesso a bens de consumo e promessas de “mudança de vida”, muitas crianças e adolescentes acabam sendo seduzidas a mundo de fantasias, muito distante da realidade da exploração sexual comercial.

Dentro da roda, estão expressas categorias e elementos que poderão auxiliar os/as operadores/as da rede de proteção a perceberem e planejarem suas ações a partir de uma perspectiva de totalidade. Ainda que o fenômeno seja complexo e a roda não contemple todos os fatores que engendram seu acometimento, ela serve como um importante indicador para orientar as intervenções. Reitera-se que a construção de processos interventivos com real impacto na vida das famílias que vivenciam a violência sexual em seu cotidiano, necessita que se considerem a multiplicidade de fatores, em que se destaca **o poder, o controle e a sedução**, presentes nas relações que perpetuam a violência sexual.

Esses três fatores contribuem para que o ciclo não seja rompido, atuando como normatizadores das relações familiares abusivas. Ressalta-se que a dinâmica da violência expressa-se em dois pólos: *vitimizador* e *vitimizado*. O poder, o controle e a sedução atuam juntamente com os demais fatores demonstrados na roda como dispositivos que garantem a perpetuação da violência sexual. Em contraponto a essa roda, a figura 11 traz os fatores que possibilitam aos/as profissionais construir estratégias de intervenção para o rompimento da violência sexual e promoção dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

Figura 11 – Roda da Integralidade e do Atendimento Não Revitimizante



Fonte: VIEIRA, 2015 - Adaptação da autora.

A representação da figura 11 traz uma síntese das discussões realizadas no decorrer deste capítulo, em que tais fatores assumem centralidade no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. A busca pela transformação da Roda da Integralidade, em uma realidade concreta, exige que os sujeitos da rede de proteção introduzam em seus processos interventivos novas posturas, ressignificando suas práticas.

As ações de enfrentamento, diante à complexidade da violência sexual constituem um constante desafio aos/as pesquisadores/as, profissionais, gestores/as e à sociedade em geral, uma vez que implica na articulação das dimensões conceituais com as operacionais, das qualitativas com as quantitativas, das relacionadas à pesquisa com as de intervenção.

As discussões apresentadas, no decorrer deste capítulo, são frutos da análise das entrevistas e dos prontuários de atendimento dos cinco CREAS pesquisados no Estado do Tocantins. A partir desse cenário, evidencia-se o quão desafiador vem sendo a busca pela materialização da integralidade do atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

O plano das ações sociopolíticas de enfrentamento à essa expressão da violência exige que as crianças, adolescentes e famílias sejam transformados em sujeitos políticos, havendo, portanto, um intenso estímulo e acessibilidade para a participação dessa população na construção das ações interventivas da rede de proteção. A promoção dos direitos humanos deve ser um movimento que considere as particularidades que giram ao entorno da violência sexual, considerando suas nuances e fundamentalmente as suas artimanhas que a perpetuam no cotidiano das famílias tocantinenses.

A busca pela integralidade do atendimento a partir das falas dos sujeitos entrevistados, deve “[...] atender às demandas implícitas que se evidenciam no atendimento às vítimas e suas famílias, portanto, a política pública deve buscar, a complexidade do fenômeno da violência sexual exige um trabalho articulado e integrado”. (P3C). Além disso, integralidade diz respeito a garantia de um atendimento: acolhedor, humanizado e efetivo, superando pragmatismo e posturas unilaterais de investigação e intervenção sobre a violência sexual.

As análises das entrevistas evidenciaram um “consenso discursivo e dissenso prático” (BELLINI; FALER, 2014, p. 30) entre os/as profissionais. A realidade que se revelou nas falas está muito distante das orientações técnicas da Política de Assistência Social. Os/as profissionais reconhecem que fatores como o desconhecimento do trabalho do CREAS, a precarização do trabalho e o corte orçamentário das políticas sociais são

propulsores para que o enfrentamento à violência sexual materialize-se por meio de ações fragmentadas e emergenciais.

Construir ações efetivas no âmbito da promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes requer dos/as profissionais do CREAS romper com as amarras do assistencialismo e disputar politicamente nos espaços democráticos como Conselhos, Conferências e Fóruns. Notoriamente, todo esse processo de mudança não depende somente desses/as profissionais, mas sim de todos os sujeitos que atuam na rede de proteção e tal movimento exige urgentemente a ruptura com concepções conservadoras e particularistas.

6 CONCLUSÕES

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

Investigar a trama da violência sexual contra crianças e adolescentes na atual sociabilidade burguesa exige do/a pesquisador/a, construir mediações de cunho teórico-prático e ético-político, tendo a intencionalidade de reivindicar uma análise crítico-ontológica do fenômeno em que sua premissa de perquirição é a apreensão da radicalidade da violência sexual. Reitera-se, nesse momento, a sinuosidade do trajeto, nas quais, as reflexões desta tese sobre o atendimento às crianças e adolescentes no CREAS percorreram no caminho dialético entre investigação e intervenção.

A produção do conhecimento em Serviço Social possui uma importante particularidade que é propiciar subsídios teóricos a partir da imersão na realidade social e assim buscar novas formas de sociabilidade rompendo com a lógica perversa e destruidora do grande capital. Entretanto, o processo mediador, entre investigação e intervenção, requer um acurado olhar sobre a realidade e seus complexos sociais para que a passagem do conhecimento teórico para o nível prático possa acontecer junto aos processos interventivos.

A presente tese de doutorado, ao considerar o movimento dialético dos fenômenos sociais, em especial, do seu objeto de estudo, buscou *in loco*, conhecer as particularidades que interpelam a atuação do CREAS para a promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. A captura dessa realidade aconteceu por sucessivas aproximações de viés teórico (leituras e reflexões sobre a literatura especializada) e prático (visitas aos CREAS, entrevistas e análise dos prontuários).

A interação com os sujeitos da pesquisa enriqueceu o processo de análise de dados, uma vez que buscou ultrapassar a mera descrição dos fatos, mas a partir da apreensão da cotidianidade dos processos interventivos nesta tese apreendeu a violência sexual e seu enfrentamento no âmbito do CREAS em suas múltiplas determinações, rompendo com a unilateralidade no processo investigativo, prospectando o alcance da totalidade do fenômeno.

As conclusões da presente tese não são definitivas ou absolutas, se assim o fossem, estaríamos em um imenso paradoxo com a perspectiva teórico-metodológica que orientou a análise da realidade. Ao erigir uma investigação embebida no método dialético-crítico a provisoriedade dos achados da pesquisa não é um limite, mas sim uma imensurável possibilidade para o aprofundamento dos estudos e construção de novos conhecimentos.

Nossa busca é constante e incessante, pois, na perspectiva teórico-metodológica adotada nesta tese buscamos a essência do fenômeno considerando o movimento da realidade. Desse modo, as conclusões ou os achados da pesquisa consubstanciar-se-ão como indicadores para os próximos estudos científico-sociais, contribuindo indubitavelmente para a construção de estratégias sociopolíticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Tocantins.

Ressalta-se que, para a discussão da violência sexual infanto-juvenil, em suas múltiplas determinações, abordou-se a violência estrutural como pilar que solidifica as relações de exploração e opressão na sociedade atual, estando intrinsecamente articulada com as demais faces da violência, expressando as marcas historicamente naturalizadas que conduzem às relações desiguais de gênero, faixa etária, etnia, classe social, etc.

As reflexões, dispostas no capítulo de análise dos dados, trouxeram à luz uma *extensa e intensa* gama de aspectos e significações que possibilitam o nosso mergulho a uma realidade perversa que escamoteia as múltiplas determinações e fatores que incidem para a produção e reprodução da violência sexual infanto-juvenil no contexto contemporâneo.

A proeminente reprodução de valores calcados no *machismo*, *patriarcado* e *sexismo* - corpus da presente tese -, foram evidenciados nas falas dos/as entrevistados/as como fatores diametralmente interligados e conexos para o acometimento da violência sexual contra crianças e adolescentes. As históricas, porém, não naturais relações assimétricas entre homens e mulheres e entre adultos e crianças expressam-se nas relações interpessoais e familiares por meio de uma educação baseada em perspectivas *adultocêntrica* (superioridade do adulto sobre a criança), *falocrática* (relações desiguais de gênero dentro da família) e *androcêntrica* (supervalorização do homem).

As falas dos/as profissionais, ao relatarem as situações atendidas no CREAS ou mesmo o entendimento que possui sobre a dimensão, as características e as formas de

manifestação da violência sexual na realidade local evidenciam a presença da conjugação desses valores calcados na cultura educativa baseada na desigualdade socioeconômica, étnico-racial, de gênero e geração. Em diversos trechos, encontram-se presentes aspectos que confirmam a presença da simetria entre relações desiguais e reprodução da violência sexual.

A busca por entender qual era a percepção dos/as profissionais sobre a violência sexual não teve o intuito de sobrepor saberes, mas ao contrário, evidenciar a riqueza da realidade e a diversidade na conformação sociocultural de cada profissional. Por isso, descrever o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio da percepção dos/as entrevistados/as, propiciou a apreensão de suas particularidades no movimento dialético da realidade social.

Os sujeitos pesquisados revelaram, em suas falas, relativo dissenso sobre o entendimento acerca da violência sexual. A dificuldade em conceituar e apreender a violência sexual contra crianças e adolescentes, evidenciadas pelos/as profissionais, advém da predominância histórica de uma cultura moralizadora da sociedade, que calcifica o movimento da realidade em valores conservadores, não considerando a dinâmica social dos fenômenos.

A violência sexual é a face oculta e banalizada da violência, uma vez que atinge sujeitos, que na sua grande maioria, não conseguem verbalizar suas apreensões, seus sofrimentos, revelando assim as situações que violam seus direitos e degradam a condição humana. Por ser um fenômeno complexo com raízes, macro-estruturais, existe dificuldade na abordagem e apreensão do ponto de vista conceitual, uma vez que tal expressão de violência incide nas relações sociais, culturais e políticas.

No entanto, é imprescindível que a apreensão da violência sexual busque a complexidade das suas multideterminações, uma vez que a construção das estratégias, para o seu enfrentamento encontram-se fundamentalmente atreladas à concepção que norteia os sujeitos responsáveis pela formulação e execução das ações. Salienta-se ainda que a consequência basilar de posturas conservadoras implica no estigma às vítimas e o julgamento moral dos/as autores/as da violência, devido à ausência de uma formação crítica e contínua que rompa com valores legitimadores da violência.

As múltiplas apreensões possibilitaram, também, ampliar o olhar sobre o fenômeno, uma vez que a diversidade de saberes torna-se um aspecto de extrema importância para a construção de estratégias no âmbito da média complexidade.

As análises desta tese possibilitaram-nos desvendar que os desafios e limitações enfrentados pelo CREAS, para a materialização de um atendimento na perspectiva da integralidade, são múltiplos e se interpõem como obstáculos objetivos e subjetivos. Em diversos relatos, os/as profissionais revelam uma extensa série de limites materiais, mas também culturais e políticos que atingem profundamente as condições e relações de trabalho das equipes técnicas. Sendo que a precarização do trabalho é a tônica da obstaculização da autonomia profissional e do direcionamento ético-político das intervenções.

A expressiva ausência de um olhar mais cuidadoso sobre o registro de informações oriundas dos atendimentos às famílias, evidenciado no momento da análise documental, revela um cenário em há uma lacuna para o planejamento, sistematização e avaliação das ações desenvolvidas (atendimentos, instrumentos, técnicas, encaminhamentos, percepções, etc.) durante os processos interventivos do CREAS. Assim, salienta-se a importância da documentação como um instrumento basilar para o conhecimento em totalidade das situações de violação de direitos vivenciadas pelas famílias. Dessa forma, tanto o registro quanto o seu acesso devem atentar para o cuidado ético, garantindo o sigilo das informações e atendendo as orientações éticas de cada categoria profissional.

Diante desse cenário, a materialização da interdisciplinaridade como estratégia para a efetivação de um atendimento acolhedor e humanizado vem se consubstanciando como um imenso desafio a ser superado pelas equipes do CREAS. Os/as profissionais apoiam seus discursos na importância dessa prática, mas suas intervenções desdobram-se em ações fragmentadas no cotidiano institucional.

A inobservância da interdisciplinaridade para os/as entrevistados/as encontra-se fulcralmente interligada a um conjunto de limitações, entre as quais se destacaram: a precarização dos processos de trabalho (ausência de recursos materiais, financeiros e principalmente humanos) e falta de uma política de qualificação profissional que propicie aos/as profissionais repensar e refletir sobre suas práticas, posturas, estimular a criatividade e criticidade na proposição de novas estratégias interventivas.

A presente tese defendeu a interdisciplinaridade e a intersetorialidade como sendo os fundamentos para a efetivação da integralidade do atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência. A sua materialização ainda que encontre no CREAS o lócus privilegiado não se restringe a esse equipamento. As análises das entrevistas revelam um cenário em que há predominância de ações fragmentadas, focalizadas, imediatistas e acrílicas que atuam como vetores para a reatualização das

crianças, adolescentes e famílias e não rompem com as respostas o padrão hegemônico das respostas do Estado.

A revitimização expressa no relato de uma das famílias entrevistadas traz à tela de discussão, o quão distante se está da oferta de um atendimento acolhedor e humanizado pelo CREAS, assim como pelas demais políticas sociais e instituições que compõem a rede de proteção. A busca pela ressignificação das práticas profissionais deve considerar a complexidade desse fenômeno bem como desencadear momentos e espaços de reflexão crítica dos sujeitos.

Reitera-se, nas reflexões tecidas nessa tese, a importância da presença do planejamento das ações e mudança na cultura institucional das políticas e serviços sociais responsáveis pelo enfrentamento à violência sexual. A construção da integralidade do atendimento, mote da tese defendida, requer que a interdisciplinaridade e intersetorialidade atuem de forma articulada e conjunta.

Esse movimento não acontece no imediato e mecanicamente no cotidiano das intervenções, mas por meio de um conjunto amplo de mediações que possibilite a interlocução entre a multiplicidade de olhares e saberes sobre a violência sexual.

A presente de tese, ao se propor refletir sobre os processos interventivos do CREAS, iniciou a caminhada em busca pelo desvendamento das particularidades que desenham a violência sexual contra crianças e adolescentes no cenário tocantinense. As reflexões oriundas desse estudo, ou seja, os primeiros passos, indicam apenas um dos caminhos a serem perquiridos pelas próximas investigações, que tal como esta, devem estar comprometidas ética e politicamente para romper com as respostas revitimizantes que não encontram eco no processo de superação da vitimização sexual.

O atual contexto societário desafia-nos enquanto investigadores/as e trabalhadores/as sociais a repensarmos nossas práticas cotidianas. A construção de uma cultura de proteção é a pedra angular para o rompimento com o padrão hegemônico revitimizador das respostas dadas pelo Estado à violência sexual.

A acepção *multidimensional* da violência sexual, a ruptura com o padrão normativo de inferioridade e subalternidade da criança perante o adulto assim como com valores *machistas, racistas, patriarcais e sexistas* são importantes elementos que juntamente com a intersetorialidade e interdisciplinaridade, promoverão novas bases para a sociedade brasileira entender a violência sexual. Assim como para as instituições e políticas sociais da rede de proteção desenvolver estratégias interventivas que ampliem as possibilidades

das crianças e adolescentes a viver uma vida longe das múltiplas expressões da violência.

Nas palavras do filósofo alemão Arthur Schopenhauer, que serviram de epígrafe para as conclusões dessa tese de doutorado, a nossa tarefa está *“em pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”*. Que o nosso agir profissional consolide-se em um constante refletir sobre as práticas que ensejam a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, reconhecendo nos atos cotidianos a riqueza e a multiplicidade de mediações que podem ultrapassar as amarras da violência sexual e assim construir um atendimento integralizador, acolhedor e humanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. **Violência e Educação**. São Paulo: Mimeo, 1988.
- ALBIERO, Célia Maria Grandini et al. **Justificativa de Proposta de Dinter** – Doutorado Interinstitucional – Unb – 2014. Universidade Federal do Tocantins, 2014.
- ALMEIDA, Suely de Almeida. **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- ALMEIDA, E.C. **Violência Doméstica: Um Desafio para a formação do pediatra**. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1998.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6 Editora/Projeto Editorial Praxis, 2013.
- AMARAL, Leila Rute Oliveira Gurgel et al. Violência contra a criança e PSF: O papel das redes de apoio no combate à subnotificação. IN: MATTIOLI, Maria de Fátima Araújo; RESENDE, Vera da Rocha (orgs). **Família, Violência e Políticas Públicas: Pesquisas e Práticas**. Curitiba: CRV, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Exercícios da Subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas**. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 121-131, 2011.
- ARANTES, Esther de Magalhães. Redes de proteção e de responsabilização em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. IN: OLIVEIRA, Antônio Carlos et.al. **Violência contra crianças e adolescentes: rede de proteção e responsabilização**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2007.
- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.
- ARPINI, Dorian Mônica; SIQUEIRA, Aline Cardoso; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 2, p. 88-101, 2012.
- ARPINI, Dorian Mônica; SIQUEIRA, Aline Cardoso; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro; LOPES, Mariana. Violência sexual contra adolescentes: "Ninguém quer ajudar, só julgar" **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, supl. 1, p. 27-33, abril 2013.
- ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana. É possível prevenir a violência? Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção da saúde. IN: NJAINE, Kathie. **Impactos da Violência na saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência Sexual Intrafamiliar: É possível proteger a criança**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- _____. **Inquirição da Criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- AZEVEDO, Maria Amélia. (org). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Infância e Violência Fatal em Família**. São Paulo: Iglu, 2001.

_____. **Pele de Asno não é só história...** Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Rocca, 1988.

_____; GUERRA, Viviane Nogueira. **Crianças Vitimizadas: A síndrome do Pequeno Poder.** 2.ed. São Paulo: 2007.

_____. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes:** Um cenário em (des) construção, 2005. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: Os desafios do projeto ético-político. **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011

BECKER S.G, CROSSETTI MGO. Ampliando a consciência do eu: O cuidador olhando-se no espelho. **Revista gaúcha de enfermagem.** 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4694/2615>>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanate. **Política Social: fundamentos e história.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELLINI, Maria Isabel Barros; FALER; Camila Susana. Intersetorialidade e Fragmentação: Partículas a Respeito. IN: BELLINI, Maria Isabel Barros; FALER; Camila Susana (orgs). **Intersetorialidade e Políticas Sociais: Interfaces e Diálogos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social.** Revista Textos e Contextos, Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 305-315. jul /dez. 2008.

_____. **Concepção de Rede Intersetorial.** 2001. Disponível em:<<http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Proteger e Responsabilizar: O desafio quando a vítima da violência sexual é criança ou adolescente.** Brasília, 2012.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Coletânea de Leis, RS, 2007.

_____. **Matriz Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil.** Brasília, 2005.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil:** Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. 2000.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: Uma Política em Movimento.** Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. 2007

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Proteção Social Especial. Brasília, 2011

_____. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente.** Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 2011.

_____. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente.** Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 2012.

_____. **Resolução 113 de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.** Brasília, 2007.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpressão 2013. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:** orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Prevenção e **Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes:** norma técnica. 2ª ed. atual. e ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. DASIS/CGDANT. **Instrutivo de Preenchimento da Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências.** Brasília 2009. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_03_2012_8.40.46.6cb50967bbbeb18008432b71da11ac636.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011.** Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html> Acesso em 20 de maio de 2015.

BRECHT, Bertold. **Coletânea de Poemas.** Disponível em: <<http://mepr.org.br/cultura-popular/poesias/96-coletanea-de-poemas-de-bertolt-brecht.html>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2015.

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

CAMPOS, G. W de. **Um Método para análise e co-gestão de coletivos.** São Paulo: Hucitec, 2000.

CAETANO, Mira Lini. A Crise do Capital e as Consequências no Mundo do Trabalho, MARCONSIN; Cleier; MARQUES, Maria Celeste (orgs). **Trabalho e Direitos: Conquistas e Retrocessos em Debate**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CAPES. Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses e Dissertações**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>> Acesso em 10 de outubro de 2013.

CARCANHOLO, M.D. & BARUCO, G.C.C. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**. Vol. 21, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

CECRIA. **Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <http://www.cecria.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

CECRIA. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes** - Relatório Final da Oficina. CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - Ministério da Justiça/SNDH/DCA- Fundo Cristão Para Crianças, Brasília, 1999.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. CFESS: Brasília, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso em duas falas**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática. 2008.

_____. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In *Perspectivas antropológicas da mulher 4*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

CHESNAIS, J. C. **Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours**. Paris: Robert, 1981.

CHILDHOOD BRASIL; OIT; POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL; SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **5º Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras**. Mapeamento 2011-2012. Brasília, 2012.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. **Pesquisa Conhecendo a Realidade**. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/docs/ficheros/200707170012_15_0.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

COSTA, Márcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2005.

CURY, Carlos Roberto. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica fenômeno educativo**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. **Violência**: um problema global de saúde pública. Revista Ciência e Saúde Coletiva, 11 (Sup): pg.1163-1178, 2007.

DAMASCENO, Alberto. **Criançário da Amazônia** 2012: educação, saúde e risco social. Belém: UFPA; GEEDH; Editora Estudos da Amazônia, 2012

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DOMENACH, J. M. La violencia. In: UNESCO (Org.). *La violencia y sus causas*. Laffont Éditor: Paris, 1981.

DORNELLES, João Ricardo. Globalização Neoliberal, Direitos Humanos e a Violência na realidade contemporânea. IN: FORTI, Valéria; BRITES, Cristina Maria. **Direitos Humanos e Serviço Social**: Polêmicas, Debates e Embates. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Centauro, 2001.

ESBER, Karen Michel. **Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Goiânia: Cânone, 2009.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociais de las economias post-industriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

FAIMAN, Carla Júlia. **Abuso Sexual em Família**: A violência do incesto a luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **“Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção”**. Brasília, in Anais do IX Congresso Nacional de Assistentes Sociais, 1998.

_____. **Estado e Sociedade**: Parcerias e práticas contra a violência sexual. Brasília: Universa, 2010.

_____. Et al. **Circuitos e Curtos-Circuitos no Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual de Crianças e de Adolescentes no Distrito Federal**. CECRIA, 2001. Disponível em: <http://recriacional.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8&tmpl=component&format=raw&Itemid=53>. Acesso em: 15 de março de 2008.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

FERNANDES, A. Agressividade, qual o teu papel na aprendizagem? IN: GROSSI, E.P; BORDIN, J. (orgs). **Paixão por aprender**. 5.ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância Violada**: Políticas de Enfrentamento da Violência Sexual infanto-juvenil no Amazonas. Manaus:Edua, 2012.

FERRARI, Dalka. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, Dalka; VECINA, Tereza. (orgs). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática.

FLORENTINO, Bruno Ricardo B. Abuso Sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – n. 1, p. 59-70, Jan./Abr. 2014.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: Forma de dilaceramento do ser social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 70, Ano XXIII, julho de 2002, p.44-58.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança**: Uma abordagem Interdisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

GABEL, M. Algumas observações preliminares. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. **de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA/SEDH-DCA/UNICEF, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: Um Estudo Introdutório. São Paulo: Cortez, 1983.

GAGNETEN, Maria Mercedes. **Hacia una Metodología de Sistematización de la Practica**. Buenos Aires: HVMANITAS, 1987.

GIRALDI, Josemary; HASHIMOTO, Francisco. Adolescência, Violência, Família e Transmissão Psíquica: Um estudo de caso. IN: MATTIOLI, Olga Ceciliato; ARAUJO, Maria de Fátima (orgs). **Família, Violência e Políticas Públicas**: Pesquisas e Práticas. Curitiba: CRV, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOLDANI, M. Z., VIEIRA, E. M. et al. Barreira, para a notificação pelo pediatra, de maus-tratos infantis. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, vol. 5, 103-108, 2005.

GOMES, R. et al. A abordagem dos maus tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade de pública de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.7, n.2, p275-283, 2002.

GONÇALVES, Hebe Signorini; FERREIRA, Ana Lúcia. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18, 315-319, jan-fev, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Comunidades Quilombolas no Tocantins**. Disponível em: <<http://jalapao.to.gov.br/quilombolas-do-tocantins/122>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

GOLDENBERG, Mirian. "Mulheres & Militantes". *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 2, p. 349-364, 1997.

_____. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GROSSI, Patrícia Krieger; VICENSI, Jaqueline Goulart. Rompendo o silêncio: estratégias de enfrentamento das mulheres frente à violência intrafamiliar. IN: GROSSI, Patrícia Krieger (org). **Violência e Gênero**: Coisas que a genes não gostaria de saber. 2.ed. ver.amp. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos**: A tragédia revisitada. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Yolanda. A dimensão Investigativa no Exercício Profissional. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPESS, 2009.

_____. GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, 2000.

HABIGZANG, M. L. **A Avaliação e Intervenção Psicológica para Meninas vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar**. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porto Alegre. 2006.

HABIGZANG, L. F., AZEVEDO, G. A., KOLLER, S. H., MACHADO, P. X. Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3), 379-386.

HELLER, Agnes. **Para mudar a vida**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HOBSBAWM, Eric (org). **História do Marxismo: O Marxismo na Época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Brasília: CFESS, 2012.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O ciclo da Revolução Burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. A Questão Social. IN: **A ideia do Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo demográfico 2010. Resultados do Universo**: Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>> Acesso em: 20 de outubro de 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD 2009: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2012.

IASI, Mauro. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. IN: ZIZEK, Slavoj. **Violência: Seis reflexões laterais**. Trad. Miguel Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

_____. **O Estado e a violência**. Artigo publicado em 16/10/2013. Blog da Boitempo: Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JUNG, Flávia Hermann. **Abuso sexual na infância: uma leitura fenomenológica-existencial através do Psicodiagnóstico Rorschach**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UCG. Goiânia, 2006. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=154>. Acesso em: 15 março de 2015.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade** v.13, n.1, p.25-36, jan-abr 2004.

KAHHALE, Edna Maria Peters. Subjetividade e Transformação Social. IN: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello (orgs). **Trabalho com Famílias**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

KAWATA, Sílvia. **Limites e Possibilidades da Ação Política da Sociedade Civil Organizada: Combate à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Dissertação de Mestrado da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSHIMA, Karin; XAVIER, Samantha; AMORIM, Sandra Maria Francisco. Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. IN: MOTTI, Antonio José; FARIA, Thaís D. **Capacitação das Redes Locais: Caderno de Textos**. PAIR. OIT/UFMS/USAID. Brasília, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEAL, M.L.P. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final**, Brasil. Brasília: CECRIA. 1999.

_____; CESAR, M.A (org). **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial das crianças e adolescentes**. Brasília: CESE - MJ/SNDH/DCA -FCC-CECRIA, 1998.

_____; LEAL, Maria de Fátima P., orgs. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial** - PESTRAF: Relatório Nacional - Brasil / Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, organizadoras. — Brasília: CECRIA, 2002.

_____. **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial**- PESTRAF: Relatório Nacional-Brasil. Brasília: CECRIA, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 5.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LEWGOY, Alzira; SILVEIRA, Esalba. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007

LIBÓRIO, Maria Coimbra. Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil: Categorias Explicativas e Políticas Públicas. IN: LIBÓRIO, M. C; SOUSA, S. M. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LIDCHI, Victoria. Panorama Internacional e a posição do Brasil no enfrentamento e prevenção do abuso sexual infantil. IN: WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque (org). **Prevenção do Abuso Sexual Infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2011.

LOPES, Ana Maria D'avila. Os direitos sexuais e reprodutivos das crianças e dos adolescentes no âmbito da educação sexual. Estudos Jurídicos. Revista NEJ - Eletrônica Vol. 16 - n. 2 - p. 106-120 / mai-ago 2011.

LORENZ, K. *A agressão: uma história natural do mal*. Lisboa: Moraes, 1979.

LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKACS, George. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUZ, Fernando; PAIVA, Leila, ROSENO, Renato. O Desafio da resposta da sociedade e do Estado quando a vítima da violência sexual é criança ou adolescente. BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Proteger e Responsabilizar**: O desafio quando a vítima da violência sexual é criança ou adolescente. Brasília, 2012.

MAGALHÃES, Ana Paula. **Abuso Sexual Incestuoso**: Um tema centrado na criança e na família. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2005.

MARCONDES, Ciro Filho. Violência Fundadora e Violência Reativa na Cultura Brasileira. São Paulo. **Perspectiva**. 2001, Vol.15, N.2, Pp. 20-27.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações**: Alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. In Revista Serviço Social e Sociedade nº 43. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

_____. **Crítica a Filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. (Tradução: Reginaldo Sant'Anna). RJ: Civilização Brasileira, livros I, II, III, 2002.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 1996

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Nova Cultural, 2009.

_____. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica**: conceitos, Métodos e Práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, Eduardo Rezende. Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: a emergência de sua subjetividade jurídica no embate entre modelos jurídicos de intervenção e seus direitos. Uma análise crítica sob o crivo histórico-comparativo à luz do debate em torno do depoimento especial.

IN: SANTOS, Benedito Rodrigues; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Goreter; NASCIMENTO, Paola Barbieri. **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes.** Brasília, DF: EdUCB, 2014.

MENDES, J. R; LEWGOY, A; SILVEIRA, E. Saúde e interdisciplinaridade: mundo vasto mundo. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 24-32, jan./jun. 2008.

MERHEY, Emerson Elias. **Introdução à Saúde Pública: prática técnica e social (os sentidos das ações de saúde).** Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.eeaac.uff.br/professores/merhy/artigos-18.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHAUD, Yves. **A Violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007

_____. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde. IN: NJAINE, Kathie (org). **Impactos da Violência na Saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

_____. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. IN: MINAYO, Maria Cecília et.al. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília, 2007.

_____. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.

MIOTO, Célia Regina. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, V. 12, N.2, P. 163-164 176, JAN./JUN. 2010.

_____. A abordagem da família na política social. IN: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello (orgs). **Trabalho com Famílias.** São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

MONTAÑO, Carlos. El debate metodológico de los '80/90. El enfoque ontológico versus el abordaje epistemológicos. In: BORGIANN e MONTANO (orgs). **Metodología y Servicio Social: hoy em debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____.DURIGUETTO, Mária Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAIS, Normanda Araújo et al. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um estudo com caminhoneiros brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Jul-Set 2007, vol.23. pp.253-272.

MOTTI, Antônio Jose; SANTOS, Joselino. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. IN: MOTTI, Antônio Jose; FARIA, Thais (org). **PAIR: Capacitação das redes locais - Caderno de textos.** Programa de Conselhos. USAID e OIT, 2010.

MULLER, Jean-Marie. **O Princípio de Não-Violência: Percurso Filosófico.** São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da questão social**. Temporalis nº 3. Ano II. Jan/Jun de 2001.

_____. Introdução ao método da teoria social. IN: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. **Marxismo Impenitente: Contribuição à História das Ideias Marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: nº30 p.89-102, mai/ago, 1989.

NETTO; José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília. **A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura**. Ciência & Saúde Coletiva, 9 (1):201-211, 2004.

NORDENSTAHL, U. C. E. **Dónde está la víctima?** apuntes sobre victimologia. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008.

ODALIA, Nilo. **O que é Violência**. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense: São Paulo, 2003.

OESSELMANN, Dirk. **Retratos da Amazônia: caminhos para a análise de situação da infância e adolescência**. UNAMA, 2000.

OLIVA, Angela. **(Des) Cuidado Institucional e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na metrópole da Amazônia**. Curitiba: CRV, 2012.

OLIVEIRA, Maria Luiza; SOUSA, Sonia. **(Re) descobrindo faces da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Goiânia: Cãnone, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersolInternet.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Relatório Mundial sobre o Trabalho Escravo**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EdUece, 2007.

PADILHA, Maria da Graça Saldanha. **Prevenção Primária de Abuso Sexual: Avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar**. Tese de Doutorado. São Paulo: UFSCAR, 2007.

PARTNERSHIP AGAINST DOMESTIC VIOLENCE. **“Wheels” Adapted from the Power and Control Wheel Model**. Disponível em: <http://www.ncdsv.org/publications_wheel.html>. Acesso em 21 de maio de 2015.

PENSO, Maria Aparecida, et. al. **O atendimento a vítimas de violência e seus impactos na vida de profissionais da saúde**. Temas psicol. vol.18 no.1 Ribeirão Preto 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. IN: BOSCHETTI, Ivanete (org) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Mudanças Estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. IN: SALES, Mione Apolinário (org). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo, 2009.

_____. **A intersetorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética**. 2011. Disponível em: < <http://matriz.sipia.gov.br/images/acervo/Texto/Potyara/intersectorialidade.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2015.

PHEBO, Luciana. Redes para a promoção de relações saudáveis e ambientes seguros. IN: OLIVIERA, Antônio Carlos et. al. **Violências contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização vol 1**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2007.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social**. Cadernos Técnicos, Brasília: Sesi, nº 23, p.60-68, 1999.

_____. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente sócia**. Capacitação CFESS. Módulo II Políticas e Processos Sociais, Brasília, 2007.

POPE, Lucille; FERRARO, Kathleen. **The Duluth Power and Control Model**. 2006. Disponível em: <http://vawresources.org/index_files/powercontrolmodel.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

QUEIROZ, Lauriane Ayres de. Sexualidade e Educação para os Direitos Humanos. IN: CASTANHA et al. **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Caderno Temático. Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2008.

RAICHELIS, Raquel. **A construção da esfera pública no âmbito da política de assistência social**. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo: PUC/SP, 1998.

_____. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. Política Social. Módulo 03. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPESS, 2009.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RAVAZZOLA, Maria Cristina. **Historias infames: los maltratos en las relaciones**. Paidós/ Terapia Familiar, Buenos Aires/ México/ Barcelona, 1997.

ROMEU, Ana Paula Souza; ELIAS, Ângela de Nazaré; SILVA, Edson Gonçalves. A atenção a crianças e a adolescentes vítimas de violência sexual nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). IN: SANTOS, Benedito Rodrigues; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Goreter; NASCIMENTO, Paola Barbieri. **Escuta de crianças e adolescentes**

em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes. Brasília, DF: EdUCB, 2014.

ROSENO, Renato. O direito da criança vítima de violência sexual ao atendimento especializado: Apontamentos sobre o papel das entidades de defesa jurídico-social. IN: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Fortalecimento da Rede de Proteção e Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual.** Brasília, 2008.

SADER, Emir. Estado e Democracia: Os dilemas do socialismo na virada no século. In: SADER, E; GENTILI, P. (orgs). **Pós-Neoliberalismo II:** que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

SAFFIOTI H.I.B. & ALMEIDA S.S. Brasil: Violência, poder, impunidade. In: H.I.B. SAFFIOTI, H. I. B; ALMEIDA, S.S. **Violência de Gênero:** Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1995.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu (16) 2001: pp.115-136.

_____. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas.** São Paulo, vol. 8, p.95-145, 1985.

_____. A síndrome do pequeno poder. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (org). **Crianças Vitimizadas:** A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAGOT, M. A Rota Crítica da Violência Intrafamiliar em países latino-americanos. IN: MENEGHEL, Stela Nazareth (org). **Rotas Críticas:** Mulheres Enfrentamento Violência. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

SANDERSON, Cristiane. **Abuso Sexual em Crianças:** Fortalecendo pais e professores na proteção a criança contra abusos sexuais e pedofilia. M. Books, 2008.

SANTIAGO, Daniela Emilena; MATTIOLI, Olga. Violência Doméstica consentida: A construção de sentidos pela criança vítima de maus tratos. IN: SANTIAGO, Daniela Emilena; MATTIOLI, Olga; GUIMARÃES, José Luiz. A Violência nos contextos familiar e social: Os desafios da pesquisa e da intervenção. Curitiba: CRV, 2009.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia Científica:** a construção do conhecimento. 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ARAUJO, Rogério. **O Enfrentamento da Exploração Sexual Infante-Juvenil:** Metodologia de Trabalho e Intervenção. Goiânia: Cãnone, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Goreter; NASCIMENTO, Paola Barbieri. **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual:** aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes. Brasília, DF: EdUCB, 2014.

SCHNEIDER, Andreia Melo; PACHECO, Janaína Thaís. Eventos Estressores e Conduta Social na Adolescência 23. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia,** 3 (1), 2010, 23-32.

SCHAEFER, Luziana Souto; ROSSETO, Silvana; KRISTENSEN, Christian Haag. Perícia Psicológica no Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, Abr-Jun 2012, Vol. 28 n. 2, pp. 227-234.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Caderno de Orientações: Referências Técnicas para Construção do Plano de Acompanhamento Familiar** / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2013.

SEDES, Secretaria Estadual de Defesa Social. **O Trabalho Escravo no Tocantins**. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2013/05/06/63-municipios-do-tocantins-registram-casos-de-trabalho-escravo-2-5-mil-pessoas-foram-resgatadas>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

SEPLAN a, Secretaria Estadual de Planejamento do Tocantins. **Municípios: Perfil Miranorte**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/dowl/Municipios_Perfil_2013/Miranorte.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SEPLAN b, Secretaria Estadual de Planejamento do Tocantins. **Municípios: Perfil Gurupi**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/dowl/Municipios_Perfil_2013/Gurupi.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SEPLAN c, Secretaria Estadual de Planejamento do Tocantins. **Municípios: Perfil Miranorte**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/dowl/Municipios_Perfil_2013/Miranorte.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SEPLAN d, Secretaria Estadual de Planejamento do Tocantins. **Municípios: Perfil Dianópolis**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/dowl/Municipios_Perfil_2013/Dianopolis.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SEPLAN e, Secretaria Estadual de Planejamento do Tocantins. **Municípios: Perfil Palmas**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/dowl/Municipios_Perfil_2013/Palmas.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: Utopia e Realidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, A. J. O uno e o múltiplo: o sentido antropológico de interdisciplinar. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson Souza da. **Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil: Conceitos, Dados e Proposições**. São Paulo: Global, UNICEF, 2005.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Violência e Serviço Social: notas críticas**. Revista Katalisys. Florianópolis, v.11, n.2 ,p.265-273, jul/dez 2008.

SILVA, José Fernando Siqueira da; CARMO, Onilda Alves do. Sociabilidade Burguesa, Violência e Serviço Social. IN: LEWGOY, Alzira, SILVA, José Fernando Siqueira da [et al]. (orgs). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

_____. **Violência e Desigualdade Social: desafios contemporâneos para o Serviço Social**. Revista Ser Social, Brasília, n.19, p.31-58, jul/dez, 2006.

SILVA, Tadeu Antônio Dix, **Crimes Sexuais**: Reflexões sobre a nova lei 11.106/2005, São Paulo, J.H. Mizuno, 2006.

SILVA, Sarah Sousa do Nascimento. O Atendimento Especializado às crianças e adolescentes vítimas de violência em Miranorte: Os caminhos para a garantia de direitos no âmbito do CREAS. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Tocantins, 2014.

SILVA, Vivian da Veiga. Sociedade, Cultura e Violência. IN: BRASIL. **Expansão em Mato Grosso do Sul Capacitação das Redes Locais Caderno de Textos**. Brasília, 2012.

SILVA JUNIOR, A. G. et al. Entre tramas e redes: cuidado e integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.). **Construção social da demanda**: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ: ABRASCO, 2005. p. 77-89.

SILVEIRA. J. I. Atendimento Não Revitimizante no CREAS: Anotações sobre o desvio ou finalidade e a recomposição de direitos. IN: NASCIMENTO et.al. **Violência Sexual e Escuta Judicial de crianças e adolescentes**: a proteção de direitos segundo especialistas. São Paulo: AASPTJ: CRESS-SP, 2012.

SILVERMANN, David. **Interpretação de Dados Qualitativos**: Métodos para Análise de Entrevistas, Textos e Interações. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

SOARES, Thereza Amélia. Mulheres em Ciência e Tecnologia: Ascensão Limitada. **Quim. Nova**. Vol. 24, No. 2, 281-285, 2001.

SORIANO, Raúl Rojas. **Métodos para la Investigación Social**: Una proposición dialectica. Madri, Espanã: Plaza y Valdes Edictores, 2012.

SOUSA, Sônia Margarida Gomes. A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes segundo os depoentes da CPI (1993-1994). IN: LIBÓRIO, Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil**: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e Controle Social. IN: SALES, Mione Apolinário (org). **Política Social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Caio Motta Luiz; GOMES Marcus Vinicius. **A Astúcia da Consciência Cínica**: Contribuições para a Crítica da Ideologia em Estudos Organizacionais. XXXII Encontro da ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-C3061.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SOUZA, Farida Maressa Loureiro. Algumas Reflexões acerca de Gênero: Uma Perspectiva Marxista. Disponível em: <<https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-2-fc3a1rida-maressa-loureiro-e-souza-algumas-reflexc3b5es-acerca-de-gc3aanero.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social não contributiva: Concepções Fundantes. IN: UNESCO. **Concepção e gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2009.

STREY, Marlene. Gênero. IN: STREY M. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SWAIN, Feminismo e Representações Sociais: A Invenção das Mulheres nas Revistas "Femininas". **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001. Disponível em:

< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/2657/2194>). Acesso em: 06 de fevereiro de 2015.

THEÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de; HATO, Julio; GIRADI, Eduardo Paulon. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. OIT; Amigos da Terra, 2009.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da Crise Capitalista na Atualidade. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPESS, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. **Abuso Sexual Doméstico: Atendimento as vítimas e responsabilização do agressor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Direito de Ser Adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância**. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.

_____. **Ser Criança na Amazônia. Uma Análise das Condições de Desenvolvimento Infantil na Região Norte do Brasil**. Pará: Fundação Joaquim Nabuco, 2004.

_____. **Violência contra as Crianças**. Disponível em: < http://www.unicef.pt/pagina_estudo_violencia.php. Acesso em: 12 de setembro de 2012.

_____. **Combating child trafficking**. Handbook for parliamentarians n° 9. Geneve: UNICEF, 2005.

_____. **Infância e Adolescência no Brasil**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

VAVASSORI, Mariana Barreto. Mudanças e permanências: um olhar antropológico sobre as relações de gênero na cultura brasileira. *De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.14: 549-571, maio-agosto/2006.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VERONESE, Josiane Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR, 1999.

VIEIRA, Monique Soares. A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Revisitando sua interface com a violência de gênero. IN: GROSSI, Patrícia Krieger (org). **Violência e Gênero: Coisas que a genes não gostaria de saber**. 2.ed. ver.amp. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

_____. **Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em Porto Alegre: contradições e perspectivas / Monique Soares Vieira**. PUCRS: Porto Alegre, 2013.

VINAGRE, Marlise. Ética, Direitos Humanos e Projeto Profissional Emancipatório. a Constituição de uma Imagem renovada. IN: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs). **Ética e Direitos: Ensaio Críticos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

VIVARTA, Veet. **O Grito dos Inocentes: Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; Guilherme. **Ouvindo Conselhos: Democracia Participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileira**. São Paulo: Cortez, 2005.

VON SMIGAY, Karin Ellen. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Coletivo Sabotagem, 1999.

WASELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA e FLACSO Brasil, 2012.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque (org). **Prevenção do Abuso Sexual Infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2011.

WOLFE, V.V. Child Sexual Abuse. IN: MASH, G; BARKLEY, R. **Treatment of Childhood Disorders**. New York: The Guilford Press, 1998.

YAZBEK, Carmelita. O significado sociohistórico da profissão. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPESS, 2009.

_____. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas para o seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n.110.p.288- 322. abr/jun.2012.

_____. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis** nº 3. Ano II. Jan/Jun de 2001.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: Seis reflexões laterais**. Trad. Miguel Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZUANON, Átima Clemente Alves. Instinto, etologia e a teoria de Konrad Lorenz. **Ciência & Educação**. v. 13, n. 3, p. 337-349, 2007.

APÊNDICE 1– Roteiro de Análise Documental

PROJETO DE PESQUISA

O Atendimento Especializado à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Tocantins no Âmbito dos CREAS:
Avanços e Desafios para a Garantia dos Direitos

1 – Perfil da criança/adolescente:

- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Residente em área urbana ou rural
- Município de origem
- Possui algum tipo de deficiência

2 – Perfil Socioeconômico da Família

- Composição Familiar
- Responsável pelo sustento da Família (idade, escolaridade, grau de parentesco)
- Renda familiar mensal
- Família é beneficiária de Programas de Transferência de Renda
- Condições da moradia (própria, alugada, possui asfalto, piso, forração, divisória entre os cômodos, coleta de lixo, banheiro, etc.)

3 – Perfil do Autor da Violência

- Idade
- Sexo
- Vínculo com a vítima
- Escolaridade
- Renda
- Possui atendimento na rede – serviços socioassistenciais, saúde, outros.
- Situação na Justiça – responsabilização pelo abuso ou exploração sexual (recluso, saiu da casa, aguarda julgamento, etc.)

4 – Configuração da Violência Sexual

4.1 Tipo de Violência Sexual

Abuso Sexual – com contato físico

Masturbação Penetração Vaginal Penetração Anal Sexo Oral
 Carícias no corpo da criança/adolescente Outros: _____

Abuso Sexual – sem contato físico

Exibicionismo Assédio Sexual Abuso Sexual Verbal Voyuerismo
 Outros: _____

Exploração Sexual

Turismo Sexual Tráfico para fins sexuais Exploração Sexual Comercial
 Pornografia Outros: _____

4.2 Onde aconteceu a violência Sexual?

em casa na casa de vizinhos (as) escola igreja

na rua demais logradouros público Outros: _____

4.3 Há quanto tempo aconteceu à violência sexual? _____

4.4 Quantas vezes aconteceu à violência sexual?

1ª vez 2 vezes 3 vezes é uma violência recorrente
 Outros: _____

5. Metodologia de trabalho com as Famílias

Atendimento Individualizado Atendimento com o grupo familiar Busca Ativa
 Atendimento Coletivo Visita Domiciliar Articulação com a rede (1 - Sistema de Garantia de Direitos, 2 - Socioassistencial, 3 - Demais políticas sociais, 4 - Unidades de Referência e Contrarreferência)
 Outros: _____

6. Encaminhamentos

- Tipo de Encaminhamento (qual unidade pública e/ou política social, necessidades da família, etc.)

7. Situação da Família no CREAS

- Desligamento (quantitativos mensais, motivos, encaminhamentos)

8. Organização dos Prontuários

Os prontuários analisados contemplaram o roteiro de análise documental?

Sim Não Parcialmente

Informações não encontradas: _____

Onde estavam arquivados os prontuários (respeito ao sigilo das informações)?

APÊNDICE 2– Formulários de Entrevista



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL -
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Formulário de Entrevista com os/as Coordenadores/as do CREAS

- 1) Qual é o seu entendimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes? Qual a dimensão que esse fenômeno assume no município?
- 2) Você conhece o fluxo que a criança/adolescente percorre até receber atendimento no CREAS? Aqui no município como acontece esse fluxo e qual sua opinião sobre ele?
- 3) Em sua opinião, existem dificuldades estruturais, políticas e econômicas para o desenvolvimento das ações no âmbito do CREAS? Quais são e como poderiam ser resolvidas? Dentre as apontadas quais a que você considera como as primordiais para obstaculizar os atendimentos do CREAS?
- 4) Durante a sua coordenação quais foram os obstáculos encontrados para a garantia da qualidade do serviço prestado bem como para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes sexualmente vitimizados?

5) O que você considera por interdisciplinaridade? Enquanto coordenador (a) do CREAS quais as estratégias você vêm desenvolvendo para que a intervenção nas expressões da violência sexual bem como o planejamento das ações seja realizada interdisciplinarmente? (reuniões de equipe, reuniões para estudos de casos, supervisão e assessoria de profissional externo, etc.).

6) Como vem acontecendo o gerenciamento das informações sobre a violência sexual infanto-juvenil? Existe um banco de dados? Realizam sistematizações e discussões sobre os quantitativos de casos encaminhados aos CREAS? Tais informações servem de subsídio para o planejamento das ações do CREAS?

7) Como acontece o planejamento das ações do CREAS? (participativo, sistemático, dinâmico).

8) Como vem acontecendo os processos de monitoramento e avaliação dos serviços ofertados às situações de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes?

9) Conforme o documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social”, publicado em 2011, estão entre as funções do CREAS: trabalho em rede e articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, políticas sociais e órgãos de defesa de direitos. Como esse processo de articulação vem acontecendo para a garantia, proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes?

10) O Tocantins é um estado em que 25,76% da população infanto-juvenil reside em áreas rurais.

Quais são as estratégias ou mobilizações que durante sua coordenação vem sendo desenvolvidas para que o atendimento a essas crianças e adolescentes seja garantido? Se não existem, quais as outras formas encontradas para que essas crianças/adolescentes não continuem em situação de risco?

11) Como você avalia o atendimento que atualmente o CREAS vem desenvolvendo nas situações de violência sexual crianças e adolescentes? Você acredita que realmente os direitos desse segmento social estão sendo protegidos e garantidos pela proteção social de média complexidade? Por quê?

Formulário de Entrevista com os/as Profissionais do CREAS

- 1) Qual é o seu entendimento sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e qual é a dimensão que esse fenômeno assume no município?
- 2) Você conhece o fluxo que a criança/adolescente percorre até receber atendimento no CREAS? Aqui no município como acontece esse fluxo e qual sua opinião sobre ele?
- 3) Após a chegada da criança/adolescente no CREAS, quais e como acontecem os primeiros atendimentos?
- 4) Atualmente de que forma a equipe vem planejando as ações para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes sexualmente vitimizados? É realizado em conjunto com os demais profissionais da equipe? (Plano de Acompanhamento Familiar)

5) Como se dá o processo de análise das expressões da violência para o planejamento das ações? É realizado em conjunto com os demais profissionais da equipe?

6) Em sua opinião, o que é a interdisciplinaridade? Você acredita que ela aconteça nas ações desenvolvidas pelo CREAS?

7) Existe articulação entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?

8) Quais as estratégias que a equipe profissional vem desenvolvendo para a superação das situações de violações dos direitos das crianças/adolescentes?

9) Quais são as estratégias desenvolvidas para a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes no CREAS? Tem conhecimento de como isso é realizado pela rede de proteção?

10) Dentre os objetivos da Proteção Social Especial encontra-se o fortalecimento da função protetiva da família. De que forma isso vem sendo garantido nas ações do CREAS?

11) Além do atendimento às crianças e adolescentes, se existe outras ações que busquem contemplar os eixos do Plano Nacional de enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil? (Análise Situacional, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Protagonismo Infanto-Juvenil, Prevenção, Mobilização e Articulação).

12) O Tocantins é um estado em que 25,76% da

população infanto-juvenil reside em áreas rurais. Existem estratégias ou mobilizações para que o atendimento a essas crianças e adolescentes seja garantido? Quais são? Se não existem, em sua opinião o que poderia ser realizado?

13) Como você avalia o atendimento que atualmente o CREAS vem desenvolvendo nas situações de violência sexual crianças e adolescentes? Você acredita que realmente os direitos desse segmento social estão sendo protegidos e garantidos pela proteção social de média complexidade?

Formulário de Entrevista com as Famílias atendidas no CREAS

1) Além da criança/adolescente, outras pessoas da família recebem atendimento no CREAS? Se não, você considera que seria importante, por quê? Se sim, quais as atividades você sugere?

2) Quais são os profissionais que realizam atendimento a família? Em sua opinião, você considera que está equipe trabalha de forma conjunta ou separada para a proteção dos direitos da criança/adolescente? Por quê? Se não, o que você sugere como alternativa melhoria? Se sim, como você percebe essa interação?

3) Entre os objetivos dos atendimentos que acontecem nos CREAS estão: prevenir que a violência aconteça novamente, inserir a família nos serviços públicos de acordo com as suas necessidades e fortalecer a família para a proteção de seus membros. Em sua opinião, de que forma o CREAS vem fazendo isso? (Identificar as ações)

4) Existem ou existiram dificuldades ou limitações que você e sua família encontraram para receber atendimento no CREAS? (constrangimentos, falta e/ou difícil acesso, lista de espera, etc.)

5) Como se deu a denúncia? Existiram dificuldades? (falta de informação ou apoio, ameaças, vergonha, etc.)

6) Você tem conhecimento do que acontece após denunciar a violência sexual? (Encaminhamentos, Processo Jurídico, Atendimentos etc.).

7) O CREAS já realizou algum encaminhamento para outros serviços (unidades e serviços socioassistenciais, políticas sociais e órgãos de defesa de direitos)? Qual foi esse encaminhamento? Qual sua opinião sobre esse encaminhamento?

8) O CREAS disponibiliza algum tipo de estratégia (visita domiciliar, auxílio e/ou transporte para garantir o atendimento às crianças/adolescentes? Se, sim quais são? Se não, você considera que seria importante? Em sua opinião, a não existência desse serviço prejudica para que a criança/adolescente e/ou a família consiga superar a violência sexual?

9) Em sua opinião, como você compreende os atendimentos ofertados pelo CREAS? Estes atendimentos estão oferecendo o fortalecimento dos vínculos de sua família e/ou a prevenção de novas situações de violência sexual aconteçam?

10) Você possui alguma dica para melhorar as ações do CREAS? Quais? Por quê?